

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Tese de Doutorado em História

HISTÓRIAS DE ALÉM MAR JÁ ABORRECEM

HISTÓRIA E LITERATURA EM CARVALHO GUIMARÃES (1820 – 1846?)

Ana Lize Brancher

Orientação: Prof. Dr. José Augusto Avancini

Porto Alegre, 2002

UFRGS
Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa da Pós-Graduação em História

HISTÓRIAS DE ALÉM MAR JÁ ABORRECEM

HISTÓRIA E LITERATURA EM CARVALHO GUIMARÃES (1820-1846?)

Ana Lize Brancher

brancher@mbox1.ufsc.br

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História, sob a orientação do Prof. Dr. José Augusto Avancini.

Porto Alegre

2002

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Augusto Avancini – orientador

Prof. Dr. Nelson Schapochnik - USP

Profa. Dra. Márcia Ivana de Lima e Silva - UFRGS

Profa. Dra. Susana Bleil de Souza - UFRGS

Para Maty e Marietou,

minhas filhas

Agradecimentos

No período em que realizei meu doutoramento, as Universidades Federais enfrentaram três movimentos grevistas: em 1998, em 1999 e em 2001. Meu primeiro reconhecimento vai aos companheiros de greve em defesa de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade.

Nesse período, obtive afastamento integral de minhas atividades como docente no Colégio de Aplicação, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e com o apoio financeiro de Bolsa PICD/CAPES, a cujas administrações expresse meu reconhecimento.

Agradeço ao professor Dr. José Augusto Avancini pela afetiva orientação e convivência intelectual ao longo desses anos.

Aos professores Dr. Américo Augusto da Costa Souto e Dr. Raúl Antelo, da UFSC e Dr. Richard Marin, do IPEALT, pelas indicações teóricas e bibliográficas.

Aos colegas professores, funcionários e alunos do Colégio de Aplicação da UFSC, particularmente ao professor Rodolfo Pantel.

Aos colegas de curso, particularmente Carla Rodeghero, João Batista Bitencourt, Leandro Hofman e Gilberto Cabral, pelo sempre bem humorado convívio acadêmico.

Aos professores e funcionários do PPGHIST/IFCH/UFRGS.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico, do Arquivo Nacional, do Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro; da Biblioteca del Congreso, do Museo Mitre, da Biblioteca Nacional, em Buenos Aires; da

Biblioteca do IFCH/UFRGS em Porto Alegre; da Biblioteca Central da UFSC em Florianópolis.

Ao Padre Márcio Bartel pelas traduções do latim, à Maty Gueye pelo auxílio no inglês e Jocelyn Heim pela tradução do resumo ao francês.

Ao Edison Tadeu Lopes Melo e Márcio Cledes essenciais nos meandros tecnológicos pelos quais esse trabalho navegou.

À Olinda Maria de Azevedo Machado, pela gentileza na revisão do texto.

À Amália Ferreira Lima, Andreia Guerini, Edilce Boing Melo, Elisabeth de la Rosa Mesquita, Henrique Luiz Pereira Oliveira, Inês Mafra, Marise Veríssimo, Neldo Waslawik, Osvaldo Pomar, Paulo Pinheiro Machado, Reinaldo Lohn, Silvia Maria Fávero Arend, Simone Levensous, Solange Dacach, Vladimir Verzola, Waldir Rampinelli, Wanderlei Machado, Wilton Pimentel, que de diferentes modos contribuíram com esse trabalho.

Aos amigos Hugo Calello e Susana Neuhaus, sempre afetuosos nas acolhidas em Buenos Aires.

Ao Cleber Teixeira, íntimo convívio com o mundo dos livros.

À Paula e Gabriel, Marcos e Tina, fraternos amigos.

Aos meus familiares expressos em minha mãe, Holga Maria Siviero Brancher.

Resumo

A literatura tem sido, na história brasileira, um espaço privilegiado através do qual o Brasil procura pensar-se a si mesmo. Para além dos movimentos e escolas literárias, a exemplo do Romantismo no século XIX ou do modernismo e do concretismo no século XX, movimentos cuja preocupação era instituir uma literatura nacional, a obra literária constitui-se em artefato singular a partir do qual podemos refletir sobre a nação. Exemplos consagrados encontramos em *Grande Sertão, Veredas* (1956), de Guimarães Rosa; em *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade; em *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911), de Lima Barreto; em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis.

Em nosso estudo examinamos, num primeiro momento, as interlocuções entre história e literatura tomando como eixo de análise os romances de Vicente Pereira de Carvalho Guimarães (1820 – 1846?), co-editor e colaborador do jornal *Ostensor Brasileiro - Jornal Literário Pictoreal* (Rio de Janeiro, 1845 – 1846), autor de quatro romances publicados nesse jornal e de alguma poesia esparsa. O particular momento histórico vivido por Carvalho Guimarães caracteriza-se, no mundo das letras, pelo estabelecimento da imprensa no Brasil, pela difusão do romance, pela criação do Instituto Histórico e Geográfico (1838), pela instalação das primeiras faculdades. É o período dos primeiros escritos de von Martius e Varnhagem, dos primeiros romances de Joaquim Manoel de Macedo, das revistas literárias, dos passos iniciais na tentativa de se instituir uma historiografia e uma literatura nacionais. É, igualmente, a época em que estrutura-se o Romantismo brasileiro.

A literatura romântica, na qual costumamos inserir os escritores brasileiros de meados do século XIX, usualmente é vista como mera imitação do Romantismo europeu, particularmente o francês, naturalmente com as devidas adaptações ao cenário local. Para além dos escritores habitualmente citados nessas abordagens, a historiografia e a crítica literária têm resgatado autores nos quais percebemos formas originais de propor a literatura e o país. Sem preocupar-nos com o maior ou menor grau de importância de Carvalho Guimarães nas letras nacionais, com sua filiação ou não ao Romantismo, percebemos em sua obra uma forma outra de discutir o Brasil e a literatura.

Analisando as maneiras como o autor trabalhou a questão do nacional em seus romances, bem como a linha editorial do *Ostensor Brasileiro*, identificamos uma intenção muito peculiar em inserir o Brasil num contexto latino-americano configurada, ao nosso ver, na tentativa de estabelecer uma comunicação recíproca com intelectuais argentinos, alguns pertencentes à Geração de 37, que viveram durante algum tempo no Brasil na década de 40, exilados do governo Rosas. Por essa via subterrânea, posto que não obteve maior repercussão em meio aos intelectuais que pensavam o nacional tampouco entre os estudiosos das gerações posteriores, buscamos lançar novos olhares sobre as sociabilidades intelectuais daquele período, pretendendo dar visibilidade à inserção do Brasil no contexto latino-americano e assim contribuindo com este viés, num segundo movimento em nossa tese, para o debate mais amplo sobre a questão nacional ao longo do século XIX.

Résumé

La littérature a été, dans l'histoire du Brésil, un espace privilégié depuis lequel le Brésil cherche à se penser soi-même. Par delà les mouvements et écoles littéraires, à l'exemple du romantisme au XIXe. siècle, ou du modernisme et du 'concretismo' au XXe. siècle, des mouvements dans lesquels on s'est évertué à instituer une littérature nationale, l'oeuvre littéraire se présente comme un dispositif singulier à partir duquel il est possible de réfléchir sur la nation. D'illustres exemples peuvent être rencontrés dans *Grande sertão: veredas* (1956), de Guimarães Rosas, dans *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade, dans *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911), de Lima Barreto, dans *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis.

Dans notre étude, nous avons examiné, dans un premier moment, les dialogues entre histoire et littérature en prenant comme axe d'analyse les romans de Vicente Pereira de Carvalho Guimarães (1820 - 1846?), co-éditeur et collaborateur du journal *Ostensor Brasileiro – Jornal Literário Pictoreal* (1845 - 46), auteur de quatre romans publiés dans ce journal ainsi que d'une poésie éparse. Le moment historique particulier vécu par Carvalho Guimarães se caractérise, dans le monde des lettres, par l'instauration de la presse au Brésil, par la diffusion du roman, par la création de l'Institut Historique et Géographique (1838) et par l'installation des premières facultés. C'est aussi la période des premiers écrits de von Martius et de Varnhagem, des premiers romans de Joaquim Manoel de Macedo, des revues littéraires, des pas initiaux de tentative de constitution d'une historiographie et d'une littérature nationales. C'est également l'époque où le romantisme brésilien se structure.

Le projet romantique, dans lequel nous avons pour habitude d'insérer les écrivains de la moitié du XIXe. siècle, est vu généralement comme une simple imitation du romantisme européen et français en particulier, avec naturellement les adaptations correspondantes aux moeurs locales. Au-delà des écrivains normalement cités dans ces approches, l'historiographie et la critique littéraire ont ranimé des auteurs dans lesquels nous discernons des formes originales de proposer la littérature et le pays. Sans nous soucier de l'importance de Carvalho Guimarães dans les lettres nationales, avec sa filiation ou non au romantisme, nous distinguons dans son oeuvre une autre forme de discuter le Brésil et la littérature.

En analysant les manières par lesquelles Carvalho Guimarães a travaillé la question du national dans ses romans, ainsi que la ligne éditoriale de l'*Ostensor Brasileiro*, nous nous sommes efforcés d'identifier une intention très originale de l'auteur d'insérer le Brésil dans un contexte latino-américain, configurée, selon nous, dans la tentative d'établir une communication réciproque avec des intellectuels argentins, quelques-uns appartenant à la Génération de 37, ayant vécu quelque temps au Brésil dans la décennie de 40, exilés du gouvernement Rosas.

Par cette voie souterraine, bien qu'il n'ait pas obtenu une très grande répercussion parmi les intellectuels qui pensaient le national, encore moins parmi les experts des générations postérieures, nous avons tenté de jeter de nouveaux regards sur les sociabilités intellectuels de cette période, souhaitant montrer l'insertion du Brésil dans le contexte latino-américain et contribuant de la sorte par ce biais, dans un second mo(uve)ment de notre thèse, au débat plus ample sur la question nationale au long du XIXe. siècle.

IMPROVISO DO MAL DA AMÉRICA

(Fevereiro de 1928)

Grito imperioso de brancura em mim...

Êh coisas de minha terra, passados e formas de agora,
Êh ritmos de síncopa e cheiros lentos de sertão,
Varando contracorrente o mato impenetrável do meu ser...
Não me completam mais que um balango de tango,
Que uma reza de indiano no templo de pedra,
Que a façanha do chim comunista guerreando,
Que prantina de piá, encastoadado de neve, filho de lapão.

São ecos. Mesmos ecos com a mesma insistência filtrada
Que ritmos de síncopa e cheiro do mato meu.
Me sinto branco, fatalisadamente um ser de mundos que nunca vi.
Campeio na vida a jacumã que mude a direção destas igaras fatigadas
E faça tudo ir indo de rodada mansamente
Ao mesmo rolar de rio das aspirações e das pesquisas...
Não acho nada, quasi nada, e meus ouvidos vão escutar amorosos
Outras vozes de outras falas de outras raças, mais formação, mais força.
Me sinto branco na curiosidade imperiosa de ser.
Lá fora o corpo de São Paulo escorre vida ao guampasso dos arranhacéus,
E dança na ambição compacta de diluvios de penetras.
Vão chegando italianos didaticos e nobres;
Vai chegando a falação barbuda de Unamuno
Emigrada pro quarto-de-hóspedes acolhedor da Sulamérica;
Bateladas de húngaros, bulgaros, russos se despejam na cidade...
Trazem vodka no sapiquá de veludo,
Detestam caninha, detestam mandioca e pimenta,
Não dançam maxixe, nem dançam catira, nem sabem amar suspirado.

E de-noite monotonos reunidos na mansarda, bancando conspiração,
As mulheres fumam feito chaminés sozinhas
Os homens destilam vícios aldeões na catinga;
E como sempre entre eles tem sempre um que manda sempre em todos,
Tudo calou de sopetão, e no ar amulegado da noite que súa...
- Côro? Onde se viu agora côro a quatro vozes, minha gente! –
São coros, coros ucranianos batidos ou misticos, Sehnsucht d'alem-mar!
Home... Sweet home... Que sejam felizes aqui!

Mas eu não posso não me sentir negro nem vermelho!
De certo que essas cores também tecem minha roupa arlequinal,
Mas eu não me sinto negro, mas eu não me sinto vermelho,
Me sinto só branco, relumeando caridade e acolhimento,
Purificado na revolta contra os brancos, as pátrias, as guerras, as posses, as preguiças e ignorancias!
Me sinto só branco agora, sem ar neste ar-livre da America!
Me sinto só branco, só branco em minha alma crivada de raças!

Mário de Andrade in Remate de Males

Sumário

Apresentação - O rumor da letra	1
Capítulo I – O literário na construção da nação.....	12
1. Do rumor à polissemia	12
2. História pela via da literatura: o projeto romântico	39
3. Idéias de Nação	52
Capítulo II – História e literatura em Carvalho Guimarães.....	64
1. Notícia biobibliográfica sobre Carvalho Guimarães	64
2. <i>mania de escrever e escrever sobre literatura</i>	81
3. <i>historiando os acontecimentos</i>	89
4. <i>se quereis ouvir a história.....</i>	104
5. <i>mais as vezes de historiador que as de romancista</i>	122
6. <i>escolhemos o romance, para que todos nos leiam.....</i>	131
Capítulo III – Uma lira e um pincel americanos	145
1. Objetos relativos ou pertencentes ao Brasil	145
2. Mostrar o Brasil aos brasileiros - a linha editorial do Ostensor Brasileiro	159
3. O pictoreal na construção do nacional	189
4. Sociabilidades intelectuais – um olhar latino-americano	208
Considerações finais	225
Cronologia	230
Fontes e bibliografia	233

ANEXOS

ANEXO I –

1. Critérios para transcrição dos romances / 255
2. Índice alfabético do *Ostensor Brasileiro* / 262
3. Relação das estampas do *Ostensor Brasileiro* / 265
4. Lista de poemas de Carvalho Guimarães / 268

ANEXO II (vol. 2) - Transcrição dos romances

1. *Jerônimo Barbalho Bezerra*
2. *A Guerra dos Emboabas*
3. *A Cruz de Pedra*
4. *Os Jesuítas na América*

Índice das Figuras

Figura 1 – Capa do <i>Ostensor Brasileiro - Jornal Literário Pictoreal</i>	151
Figura 2 – A queimada	184
Figura 3 – Largo do Paço	192
Figura 4 – Teatro de S. Francisco de Paula	193
Figura 5 – Templo principiado e não concluído pelos Jesuítas, no Morro do Castelo..	194
Figura 6 – Largo de S. Francisco de Paula	195
Figura 7 – Antigo Chafariz da Carioca - Novo Chafariz da Carioca	196
Figura 8 – Botocudo – Índio Puri	197
Figura 9 – Vista em Piauí	202
Figura 10 – Uma vista do Rio Doce	202
Figura 11 – Rochedos do Amazonas	203
Figura 12 – Floresta Virgem	204
Figura 13 – Vista de uma parte da Cidade do Rio de Janeiro	205
Figura 14 – Uma parte da povoação de Pelotas, subindo pelo caminho do porto	206
Figura 15 – Vila de Vassouras	206
Figura 16 – Cidade de Mariana	207

Apresentação

O Rumor da letra

Pátria é acaso de migrações e do pão-nosso onde Deus der...

Mário de Andrade

O poeta come amendoim in *Clan do Jaboti*

1. O que faz com que uns poucos romances permaneçam “esquecidos pela história”, circunscritos durante cerca de cento e cinquenta anos às páginas de um jornal e este próprio arquivado por igual tempo num setor de uma biblioteca pública? Como estes romances foram produzidos e lidos em sua época? Como ler estes romances e este jornal no seio de uma pesquisa historiográfica sem cair em ardilosas teias de interpretações anacrônicas? Como biografar um autor que não deixou, involuntariamente talvez, senão raras pistas?

Na presente tese procuramos, num primeiro momento, trabalhar aproximações e distanciamentos entre história e literatura a partir da obra de Vicente Pereira de Carvalho Guimarães (1820 – 1846?), co-editor e colaborador do jornal *Ostensor Brasileiro - Jornal Literário Pictoreal* (Rio de Janeiro, 1845 – 1846), autor de quatro romances publicados nesse jornal e de alguma poesia esparsa. Referências curtas e escassas a Carvalho Guimarães, bem como ao *Ostensor Brasileiro*, podem ser encontradas na bibliografia sobre literatura e sobre imprensa no Brasil. Essa escassez de informações chamaram nossa atenção ao longo de nossas investigações e particularmente quando pudemos ler mais detidamente tanto os romances quanto o jornal. Assim, nesse primeiro

momento, temos preocupação especial em trazer a público a obra de Carvalho Guimarães.

Em nossa tese, pretendíamos inicialmente investigar “O Brasil no contexto latino-americano na primeira metade do século XIX – a idéia de nação brasileira e de latino-americanidade expressas no jornal *Ostensor Brasileiro - Jornal Literário Pictoreal* (1845 - 1846)”. Através das publicações desse jornal, pretendíamos investigar as relações entre intelectuais latino-americanos que, pela via da literatura, propunham a construção da nação. Nuclearmente pretendíamos, pelo viés da literatura, tentar identificar uma proposta que inserisse o Brasil no contexto latino-americano do Oitocentos.

Quando da elaboração do nosso projeto de tese, duas questões principais se nos apresentaram, decorrentes de problemáticas já parcialmente investigadas e delineadas em nossa atividade profissional e formação acadêmica. Uma delas direcionava-se na perspectiva de investigar relações entre história e literatura. A outra questão apontava para que tipo de relação teria havido, ou não, entre o processo de independência do Brasil e demais países latino-americanos. Por extensão, preocupava-nos qual seria a inserção do Brasil no contexto latino-americano à época da formação dos Estados Nacionais, nas primeiras décadas do século XIX. Para alguns historiadores, a tese é a de que a independência do Brasil teria se dado absolutamente isolada dos demais países latino-americanos posto que o Brasil sempre esteve, e permaneceria ainda hoje, de “costas voltadas” a estes países.

É por demais evidente, atualmente, que o processo de independência do Brasil não se resume ao Grito do Ipiranga, se é que tal “Grito” efetivamente houve¹, o que talvez

¹ A esse respeito é esclarecedor o estudo de Maria de Lourdes Viana Lyra, que analisa e questiona os condicionantes políticos que encaminharam a definição do Grito do Ipiranga como o ato incontestável

caracterizasse um momento isolado do contexto latino-americano. O processo de independência do Brasil, embora distinto do caráter revolucionário dos demais países latino-americanos, engloba, ao nosso ver, desde as crises e conspirações de fins do século XVIII - Conspiração Mineira, Baiana e Carioca - inclui as revoltas de 1817 e 1823 no Nordeste, e chega até as revoltas do período regencial - Cabanagem, Balaiada, Malês, Sabinada, Farroupilha - , evidentemente configura-se em 1822 mas completa-se em 1831 com a Abdicação, e chega até a Revolução Praieira de 1848, pois só a partir do término desta última é que a monarquia passa a se consolidar, sufocando-se então os ideais republicanos. Neste processo, por exemplo, as revoltas de 1817 e 1823, bem como a Farroupilha (1835 -1845), tiveram interlocuções com ideais dos republicanos argentinos.² Vale lembrar que, conforme Carlos Guilherme Mota e Fernando Morais, em linhas gerais, a emancipação na América se deu sob três vieses: a) sob a forma de república e abolição da escravidão (hispanos); b) sob a forma de república e manutenção da abolição (EUA); c) sob a forma de monarquia e manutenção da escravidão (Brasil).³

Por seu lado, atualmente a historiografia discute substancialmente as aproximações e os distanciamentos entre história e literatura.

Traçamos estas elucubrações um pouco à maneira de uma ego-história, no sentido de refletir sobre as origens de nossa tese de doutorado e de procurar estabelecer “(...) a

da independência do Brasil, marco fundante da nacionalidade brasileira; constata a autora que “Aos estudiosos desse período, é intrigante a ausência, na documentação referente, de registros sobre o Grito do Ipiranga no Sete de Setembro de 1822 como sendo o ato de proclamação de independência.” Analisando alguns jornais dos dias posteriores à data, Viana Lyra indica que eles não referem o fato; também constata que em documento oficial datado de 8 de setembro de 1822, Pedro I não se refere ao acontecimento. Cf. Maria de Lourdes Viana LYRA : “Memória de Independência: Marcos e Representações Simbólicas” In: *Revista Brasileira de História*. n.º 29. São Paulo: ANPUH/Contexto, 1995.

² Conforme Pedro Calmon, a seguir referido.

³ A respeito ver Fernando MORAIS, Carlos Guilherme MOTTA. *A independência política do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.

ligação existente entre a história que cada um fez [faz] e a história de que cada um é produto.”⁴

Para elaboração do projeto de tese, partimos da hipótese, segundo pistas iniciais lidas em Pedro Calmon, de que houve, no Brasil oitocentista, sociabilidades intelectuais, particularmente no plano político, com os demais países latino-americanos já a partir da formação dos Estados Nacionais, no sentido das independências, estendendo-se também a diferentes momentos do século XIX, na perspectiva da construção das nações latino-americanas.

Para Pedro Calmon, a Confederação do Equador, de 1823, inspirou-se

(...) nas idéias correntes, tanto nos acampamentos de Bolívar como nos ajuntamentos de Buenos Aires, acerca de uma federação em que a autonomia regional pudesse dispensar a autoridade central, opressora e suspicaz; e tomando o caminho mais fácil, na selva das teorias em moda, evitava a prematura denominação de república (...).⁵

Informa Calmon que Frei Caneca “citava muito” o jornal *El Argos*, publicado em Buenos Aires entre 1821 e 1825. Ainda segundo Calmon, Frei Caneca teria se inspirado nesse jornal para dar nome a sua gazeta *Typhis Pernambucano* posto que, no mito helênico, o construtor da barca de Jasão chamava-se Argos, denominação dada à própria barca, e Typhis era o nome do comandante da barca, de modo que,

Esta correspondência simbólica passou despercebida aos cronistas. Incluimo-la entre as relações clandestinas da frustrada *Confederação do Equador*

⁴ Pierre NORA (org.). *Ensaio de Ego-história*. Lisboa: edições 70, 1989.

⁵ Pedro CALMON. *História do Brasil*. vol. V – O Império e a ordem liberal. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959. p. 1535, grifos no original. Em nosso trabalho, todos os grifos constantes das citações são dos respectivos autores.

com a América Espanhola, refúgio aliás de oficiais rebeldes e republicanos impenitentes. *El Argos* (a exemplo de Buenos Aires), houve também em Caracas e Havana. Em 1822 publicou-se no Maranhão o *Argos da Lei* (nome que em 1825 teve outro jornal da mesma província). A 31 de maio de 1824, editou-se no Recife o *Argos Pernambucano*.⁶

Além dos oficiais rebeldes, como acentua Calmon, pensamos que houve tentativas por parte de intelectuais, particularmente escritores e poetas, em estabelecer trocas e projetos comuns com outros intelectuais latino-americanos. Consideremos duas pistas, uma de inícios e outra de fins do século XIX. O poeta pernambucano Natividade Saldanha⁷ durante o tempo que viveu em Bogotá conviveu com o círculo de poetas do *El Parnassillo*, movimento que, segundo Antonio Candido, teria sofrido influência do poeta brasileiro. Outro exemplo podemos encontrar em Sousa Andrade.⁸ Em *O Guesa Errante* o poeta maranhense refere-se amplamente à temática incaica, fazendo particular uso da natureza, dos deuses incas, da sua mitologia e seus imperadores, de expressões idiomáticas daquela cultura, como “guesa”. Entre os muíscas da Colômbia, “guesa”, cujo

⁶ Idem p. 1533. A título de registro, em Santa Catarina também circulou um jornal chamado *O Argos* (1856 -1861). Seria interessante um levantamento de quais estados brasileiros e países latino-americanos circularam jornais com esse título no século XIX (foi o caso de Cuba e Venezuela, conforme refere Calmon), tentando apontar a existência, ou não, de afinidades editoriais.

⁷ José da Natividade Saldanha (1795-1832), foi poeta e revolucionário de 1817 e 1825. Estudante de Direito em Coimbra entre 1819 e 1823, retornou a Recife onde participou ativamente dos movimentos políticos; teve passagem pela Europa, Estados Unidos, Venezuela; na Colômbia, incorporou-se ao exército de Bolívar sendo condecorado por este; passou a viver em Bogotá, aí trabalhando como professor e poeta, até a sua morte, em 1832. Segundo Antonio Candido, seu poema “*Atahualpa*, tragédia em verso, que a Polícia Francesa considerou perigosamente subversiva (...) via nas tradições indígenas da América a manifestação do espírito da liberdade.” Cf. Antonio CANDIDO. *Formação da Literatura Brasileira*. vol.1, Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EdUSP, 1975. p. 328. Interessa-nos nessa referência destacar que Saldanha não trata de indígenas “brasileiros”, apenas, mas, como relata Candido, indígenas “peruanos”, inserindo assim, ao nosso ver, o Brasil na tradição indígena “americana”, ou, em terminologia atual, latino-americana.

⁸ Joaquim de Sousa Andrade (1833 – 1902) autor de *Harpas Selvagens* (1857), *O Guesa Errante* (1866), *Eólias* (1868), *Impressões* (1868). Estudou em Paris, tendo viajado pela Europa e América Latina; em 1871 fixa residência nos EUA, onde vive por dez anos. No seu retorno ao Maranhão, trabalha como professor de grego, defende a república, engaja-se em prol de uma universidade popular. Considerado vanguarda poética para seu tempo, defendeu a luta anticolonialista e a conscientização da

significado é “errante, sem casa”, é a palavra que designa o eleito para o sacrifício.⁹ Essa foi a palavra, e por suposto seu referencial simbólico, utilizada por Sousândrade para nominar o seu poema, justamente um dos que viria a ser mais reconhecido na posteridade.

Embora oficialmente os governos monárquicos de Pedro I e Pedro II não tenham estabelecido políticas de “união” latino-americana, como defenderam Simon Bolívar ou Juan Bautista Alberdi por exemplo, determinados segmentos da sociedade brasileira procuraram estabelecer contatos com seus pares hispano-americanos.¹⁰ Nessa linha de reflexão, a leitura do *Ostensor Brasileiro* sugeriu-nos uma preocupação muito particular dos editores do jornal em inserir o Brasil num contexto latino-americano. É importante salientarmos que, à época, usava-se a denominação sul-americano; os editores do *Ostensor Brasileiro*, por exemplo, dizem, como veremos, da intenção de estenderem suas publicações aos demais países sul-americanos. Todavia, hoje, ao empregarmos essa expressão, ela reveste-se de um caráter ideológico com distintas implicações geopolíticas que a diferencia da expressão países latino-americanos.¹¹ Assim, optamos por usar a expressão sul-americana/América do Sul apenas no contexto de época e usar latino-americana/América Latina nas demais situações.

americanidade em termos continentais. Para análise de sua obra, veja-se Augusto e Haroldo de CAMPOS. *ReVisão de Sousândrade*. São Paulo: Edições Invenção, 1964.

⁹ “O nome ‘guesa’ (errante, sem casa) é a palavra que designa o eleito para o sacrifício ritual entre índios muíscas da Colômbia. Trata-se de uma criança retirada do convívio dos pais e educada para, na adolescência, ser morta a flechadas após ter repetido por vários anos o trajeto de um deus solar.” Cf. Paulo FRANCHETTI, “A poesia romântica” in Ana PIZARRO (org.). *América Latina - palavra, literatura e cultura*. Vol 2. Campinas: EdUNICAMP/ São Paulo: Memorial, 1994. p. 217/218.

¹⁰ Por suposto, no plano político e econômico houve articulações entre Brasil e demais países latino-americanos: no período colonial, essas articulações se deram na esteira das convenções, tratados, acordos firmados entre as metrópoles, Portugal e Espanha; ao longo do século XIX, como decorrência dos interesses principalmente da França e Inglaterra (estamos pensando, por exemplo, nas intervenções desses países na região do Prata, nas décadas de 1820 a 1840) e, obviamente, em razão dos interesses dos próprios países latino-americanos.

¹¹ A idéia de “América Latina” começa a se articular por volta de 1860, a partir de interesses franceses como contraposição à idéia de América-anglosaxona. Cf. John L. PHELAN. “El origen de la idea de

Com o amadurecimento das reflexões teóricas, compreendemos que trabalhar o Brasil oitocentista no contexto latino-americano requeria “muitas teses”. Da mesma forma, trabalhar o contexto histórico da formação dos Estados Nacionais latino-americanos engloba uma discussão bastante ampla, também suficiente para “várias teses”. Paralelamente, começamos a nos dar conta de que a conjuntura na qual viveu Carvalho Guimarães, vale dizer, na qual produziu seus romances, foi a de gestação tanto do romance quanto da historiografia no Brasil. Como veremos, Carvalho Guimarães pertence à geração dos primeiros romancistas brasileiros, contemporâneo das primeiras publicações de Joaquim Manoel de Macedo e anterior a José de Alencar. Ele também vivenciou o período de criação do Instituto Histórico e Geográfico, os primeiros escritos de von Martius e Varnhagem, os passos iniciais na tentativa de se instituir uma historiografia nacional.

Dessa maneira, no preparo para o Exame de Qualificação, e após as sugestões dos professores examinadores¹², os encaminhamentos deram-se na perspectiva de tomar como estudo de caso a década de 40 do século XIX, e particularmente o Brasil e a Argentina. Este recorte se justifica, inicialmente, em função do estudo sistemático que fizemos dos romances de Carvalho Guimarães, analisando a forma como o autor trabalhou a questão do nacional bem como a linha editorial do *Ostensor Brasileiro*, que prenuncia uma interlocução com intelectuais argentinos. Além disso, vários intelectuais argentinos viveram durante algum tempo no Brasil, na década de 40 do Oitocentos, exilados do governo Rosas. Por seu lado, esta década apresenta-se como o momento de

Latinoamerica” In Leopoldo ZEA (comp.) *Fuentes de la cultura latinoamericana*, Vol. I. México: Fondo de Cultura Económico, 1995.

¹² Expressamos nossos agradecimentos à professora Dra. Márcia Ivana de Lima e Silva pelas críticas e sugestões bibliográficas no sentido de investigar o projeto do Romantismo brasileiro bem como da originalidade de Carvalho Guimarães e do *Ostensor Brasileiro* e à professora Dra. Susana Bleil de

formação das nações americanas, imediatamente após os processos de independência e constituição dos Estados Nacionais, os quais se deram, na maioria, entre 1810 a 1830.

Finalmente, optamos pelo recorte temporal entre aproximadamente 1838 a 1849, tomando a primeira data em função da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, marco no desenvolvimento das letras e da historiografia nacionais; a segunda data, como o momento em que “pacificou-se” a Revolução Praieira, em 1849, encerrando o período de intensas lutas que defendiam a instalação da república no Brasil.¹³ E, obviamente, porque deste período datam as publicações de Carvalho Guimarães.

Cumprido desde já antecipar que não é nossa intenção discutirmos teoria da nação ou investigarmos a formação dos estados nacionais latino-americanos¹⁴, mas sim, mais modestamente, oportunizar novos olhares sobre as sociabilidades intelectuais pela via da literatura que pensava o nacional, procurando dar visibilidade à inserção do Brasil no contexto latino-americano, contribuindo assim, num segundo mo(vi)mento em nossa tese, com um viés para um debate mais amplo sobre a questão nacional ao longo do século XIX.

2. A tese tem a seguinte estrutura:

No capítulo I, procuramos estabelecer os elementos constitutivos e os distanciadores dos discursos histórico e literário. Analisamos as características centrais do projeto romântico no Brasil – e em paralelo, na Argentina – dentre as quais destacamos a instituição de uma literatura e de uma historiografia nacional, além de

Souza que da mesma forma indicou-nos bibliografia e alertou-nos para a complexidade da temática da construção das nações latino-americanas no século XIX.

¹³ Ao mesmo tempo, a partir de meados dos anos 40 inicia-se a construção ideológica do governo Pedro II, buscando-se intensamente construir uma imagem de Brasil centrada na figura do jovem Imperador e na “originalidade” da monarquia brasileira. Cf. Lilia Moritz SCHWARCZ. *As Barbas do Imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

estabelecermos alguns componentes gerais dos discursos de nação necessários para entendermos o que seria uma Literatura Nacional.

No capítulo II, traçamos dados biobibliográficos sobre Carvalho Guimarães, autor que vivenciou, no Brasil, os passos iniciais do projeto romântico embora não tenha nele se inserido completamente. Investigamos a confluência entre história e literatura nos romances de Carvalho Guimarães, particularmente a elaboração que sua obra nos apresenta de discursos sobre o nacional no Brasil na década de 40 do século XIX. Tratamos de investigar, nos quatro romances que publicou no *Ostensor Brasileiro*, elementos que configurem sua intenção de discutir, principalmente, o nacional, não no momento histórico que seus romances abordam mas sim no período em que ele, Carvalho Guimarães, vive. Examinando detidamente cada romance, analisamos a produção literária como documento de interpretação da história brasileira daquele período e, por extensão, estabelecemos uma relação entre algumas obras historiográficas e os romances.

No capítulo III destacamos a originalidade da linha editorial do *Ostensor Brasileiro* frente aos jornais literários da década de 40. Para isso, analisamos as publicações do jornal (bem como algumas das estampas, estabelecendo ligações entre imagem e preservação da memória histórica propostas, aliás, pelo jornal), com destaque para as que apontam para sociabilidades entre intelectuais brasileiros e argentinos (e entre estes últimos particularmente o escritor José Mármol) os quais discutiam, pela via da literatura, a construção da nação. Tentamos levantar pistas que sinalizariam para a inserção do Brasil no contexto intelectual latino americano naquele momento.

¹⁴ Muito embora, principalmente no capítulo III, estabeleçamos algumas considerações sobre o tema.

No Anexo I, apresentamos 1) os critérios que adotamos para a transcrição dos romances; 2) índice alfabético das publicações do *Ostensor Brasileiro*; 3) relação das estampas e 4) lista dos poemas de Carvalho Guimarães que conseguimos localizar.

Julgamos oportuno, face ao ineditismo do autor estudado, transcrevermos integralmente seus romances, os quais compõem o Anexo II, apresentado em volume específico para maior comodidade do leitor. O processo de transcrição exigiu várias etapas que demandaram significativo tempo e esforço em nossas atividades. Inicialmente, visamos a reprodução fac-similar do *Ostensor Brasileiro* que dispúnhamos já em cópia microfilmada.¹⁵ Após inúmeras e infrutíferas tentativas via scanner e computador, conseguimos fotografar em sépia cada fotograma do microfilme, com o auxílio de profissionais da área; das cópias em sépia, fizemos fotocópias ampliadas de todo o jornal, inclusive todas as estampas; deste “copião”, selecionamos os números que traziam os capítulos dos romances. A seguir, digitamos todos os romances em versão original (de modo que dispomos em disquete da transcrição *ipsis litteris*); nesse momento, estabelecemos os cotejos (e foram muitos) entre os romances fotocopiados e os digitados. Arquivamos uma cópia *ipsis litteris* e começamos a trabalhar outra cópia com a atualização do texto, segundo os critérios apontados no Anexo I. Atualizados todos os romances, iniciamos os cotejos (e novamente foram muitos) com a cópia original. No caso de *Jerônimo Barbalho Bezerra*, cotejamos ainda com a versão publicada por Raúl Antelo em *Algaravia, Discursos de nação*, de 1998; no caso de *A Cruz de Pedra* cotejamos também com a edição de 1842 do *Romanceiro Brasilico*. Iniciamos um pequeno glossário com palavras e expressões que caíram em desuso, assinalando algumas que não conseguimos localizar o significado.

¹⁵ Registramos aqui nosso agradecimento especial ao prof. Dr. Raúl Antelo que nos cedeu por longo tempo (quase configurando *uti possidetis*) sua cópia microfilmada do *Ostensor Brasileiro*.

Para desenvolvermos esse processo percorrendo territórios não exatamente de domínio historiográfico, que se nos tomou certo tempo nos proporcionou imenso prazer e preciosos conhecimentos, amparamo-nos nas orientações e ensinamentos colhidos nas obras dos filólogos e bibliólogos Antonio Houaiss e Segismundo Spina e do historiador José Honório Rodrigues.

Capítulo I

O literário na construção da nação

1. Do rumor à polissemia

(...) ao salientar as implicações cognitivas do estranhamento, eu gostaria também de me opor com a máxima clareza possível às teorias da moda que tendem a esfumar, até tornar indistintos, os limites entre história e ficção.

Carlo Ginzburg in “Estranhamento – Pré-história de um procedimento literário”

A partir do rumor provocado pela leitura dos romances de Carvalho Guimarães, podemos inferir algumas interfaces sobre acepções da história com a literatura. Os conceitos de história e literatura merecem, previamente, algumas precauções quando tomados como categorias universais, posto que comportam especificidades variáveis de cultura para cultura, mudando também numa mesma cultura segundo normas ou referenciais teóricos adotados. Na cultura ocidental, os vocábulos história e literatura sofreram variadas significações ao longo do tempo, consoante às transformações sociais.

O lexema literatura deriva do latim *litteratura*, por sua vez derivado do radical *littera* – letra, caractere alfabético – com significado de saber relativo à arte de escrever e ler, de gramática, instrução, erudição. O *litteratus* – de onde deriva letrado pela via popular e literato pela via erudita – era o conhecedor da gramática, aquele que sabia

desenhar e decifrar as letras. A literatura era, então, a capacidade de ler e a experiência de leitura, incluindo a filosofia, a história, ensaios e poemas. Nas diversas línguas européias, até o século XVIII, literatura designava, em regra, o saber e a ciência em geral, e o corpus textual atualmente designado por literatura, era denominado poesia, eloquência, verso e prosa.¹

Em fins do século XVIII e inícios do XIX, o lexema literatura passa a sofrer acentuada evolução semântica consoante às transformações da cultura européia nesse período. No contexto da popularização da imprensa e da palavra impressa, a literatura desenvolve-se como uma nova categoria social e histórica especializada. Ao longo do século XIX, particularmente no movimento denominado Romantismo, ocorre uma valorização de gêneros literários em prosa, como o romance, a novela, o ensaio, a sátira, as memórias, as biografias e autobiografias, valorização essa relacionada ao alargamento do público leitor. A literatura passa a consubstanciar resultantes de uma particular atividade de criação estética, em correlação com aquelas transformações sócio-culturais, adquirindo os significados fundamentais que ainda hoje apresenta: conjunto de textos resultantes de uma criação artística específica.² Aguiar e Silva reconhece, todavia, o caráter polissêmico da literatura e as dificuldades em se estabelecer uma definição do respectivo conceito, particularmente ao longo do século XX, quando os movimentos teóricos e a crítica literária apontam os problemas de se propor com rigor um conceito de literatura enquanto fenômeno estético específico:

¹ Cf. Vítor Manuel de Aguiar e SILVA. *Teoria da literatura*. Lisboa: Livraria Almedina, 1995.

² Por seu lado, o lexema ciência adquiriu então um significado mais estrito, separando-se os escritos científicos das belas-letas. Constitui-se, nesse momento, o que Aguiar e Silva denomina como uma das antinomias fundamentais da cultura ocidental dos séculos XIX e XX: a antinomia da cultura humanística *versus* cultura científico-tecnológica. É esse o momento em que a história adquire o caráter de ciência distanciando-se de sua inserção na literatura.

Em geral, as respostas à pergunta ‘o que é literatura?’ não diferenciam adequadamente duas ordens de objetos que, embora sociocultural e funcionalmente indissociáveis, devem todavia ser consideradas como distintas, tanto sob o ponto de vista ontológico como sob os pontos de vista epistemológico e lógico. Por um lado é necessário considerar a literatura como sistema semiótico de significação e de comunicação; por outro, a literatura como conjunto ou soma de todas as obras ou textos literários.³

A heterogeneidade da literatura manifesta-se, completa Aguiar e Silva, em conexão com múltiplos fatores de natureza sociocultural ou ideológica, de modo que torna-se impossível definir toda a literatura produzida no mesmo período histórico mediante uma única categoria ou mediante um conjunto fixo de categorias configuradoras da hipotética essencialidade dessa produção literária.⁴ Atendo-nos ao código literário do Romantismo, por exemplo, os críticos literários costumam nomear como centrais desse movimento textos como poemas líricos, romances, novelas, dramas e como periféricos textos como memórias, biografias, ensaios, crônicas de viagem, discursos parlamentares. Todavia, não definem como romântica toda literatura de meados do século XIX, período em que o Romantismo se estrutura.

Entre os historiadores, a literatura enquanto objeto de investigação tem sido entendida, via de regra, como romance. Na realidade, os textos narrativos literários são classificáveis em vários gêneros – epopéia, romance, novela, conto – caracterizando-se fundamentalmente sob dois vieses: pelo seu “radical de apresentação”, onde o narrador funciona como a instância enunciativa que “conta a história”; e pelo “relato de uma série

³ Aguiar e SILVA. *Teoria da literatura*. ob. cit. p. 30.

⁴ Idem, pp. 31 e 32.

de eventos ficcionais cujos agentes movem-se no espaço de um mundo possível”.⁵ Para os objetivos de nossa tese, tomamos o romance como forma representativa da narrativa literária, mantendo a terminologia “literatura” e ou “romance”. O romance, como prática literária de média duração, transformou-se, no decorrer dos últimos três séculos, na “mais importante e mais complexa forma de expressão literária”; inicialmente visto como simples entretenimento, o romance transformou-se “em estudo da alma humana e das relações sociais, em reflexão filosófica” e o romancista, por sua vez, de “autor pouco considerado em república das letras transformou-se num escritor prestigiado em extremo, dispondo de um público vastíssimo exercendo uma poderosa influência em seus leitores”.⁶

O lexema história, conforme assinala José Honório Rodrigues, “origina-se do grego (*istoria*), de onde passou para os idiomas modernos, com exceção das línguas germânicas” significando, a princípio “o investigador, o informante”, posteriormente

⁵ Idem, pp. 596 - 604. Ressalta Aguiar e Silva que “O problema dos gêneros literários têm constituído, desde Platão até a actualidade, uma das questões mais controversas da teoria e da *práxis* da literatura, encontrando-se na origem imediata de algumas das mais ressonantes polémicas ocorridas na literatura europeia (...). Num plano marcadamente teórico, o problema dos gêneros literários conexas-se com problemas ontológicos que se podem considerar como *uexatae questiones* da filosofia em todas as épocas: a existência de universais e a sua natureza; a distinção e a correlação categoriais entre o geral e o particular; a interação de fatores lógico variantes e de fatores histórico-sociais nos processos de individuação; fundamentos e critérios de operações classificativas. Num plano prevalentemente semiótico, a questão dos gêneros literários é indissociável da correlação entre sistema e estrutura, entre código e texto, e da função dos esquemas categoriais na percepção e na representação artística do real, tanto a nível da produção do objeto estético como a nível da sua recepção e da sua interpretação. Num plano mais especificamente literário, o debate sobre os gêneros encontra-se ligado a conceitos como os de tradição e mudança literárias, imitação e originalidade, modelos, regras e liberdade criadora, e à correlação entre estruturas estilístico-formais e estruturas semânticas e temáticas, entre classes de textos e classes de leitores, etc.” Cf. Aguiar e SILVA, ob. cit. p. 330.

⁶ Aguiar e Silva analisa a evolução do romance, na cultura europeia, desde suas relações com a canção da gesta, os romances de cavalaria, as fábulas medievais, a novela renascentista italiana, o romance pastoril, os romances picarescos, dando como momento de “surgimento” o século XVIII e principalmente o século XIX, quando ocorre acentuada popularização do gênero. É esse justamente o momento que nos interessa, pois essa popularização do romance ocorre também no Brasil, ainda que em menor escala. Agradecemos ao historiador Américo Augusto da Costa Souto suas indicações sobre a questão que envolve o romance como prática de média duração.

passando a contemplar também o objeto da investigação.⁷ Avançando na etimologia da palavra, Jacques Le Goff informa que “história” vem do grego antigo *historie*, e em dialeto jônico: “Esta forma deriva da raiz indo-européia *wid, weid*, ‘ver’. Daí o sânscrito *vettas* ‘testemunha’ e o grego *histor* ‘testemunha’ no sentido de ‘aquele que vê’. Esta concepção de visão como fonte essencial de conhecimento leva-nos a idéia que *histor* ‘aquele que vê’ é também aquele que sabe; *historien* em grego antigo é ‘procurar saber’, ‘informar-se’. *Historie* significa pois procurar.”⁸ No milênio que antecede a era cristã, aquilo que hoje denominamos história mesclava-se a uma situação de fatos reais, ficções e prodígios de modo que o saber histórico estava associado à lendas, fábulas e à mitologia. Na Idade Média, o cristianismo triunfante impõe uma nova visão de mundo, e de história: a história passa a ser associada àquela ditada pela Bíblia. Durante o Renascimento, opera-se o desenvolvimento das técnicas da moderna história que resultarão, ao longo do século XIX, na cientificidade da história: para ser historiador, será necessária formação específica que será ministrada pelas Universidades. A história deixa de ser aquela dos príncipes e para os príncipes – dos tratados, das guerras, dos grandes feitos – e passa a ser a dos povos, a história que pensa e constrói a nação.⁹

Trabalhando o sentido eurocêntrico do conceito de história, Jacques Le Goff investiga esse conceito em relação a diversas culturas. Aponta como, na Índia, o “homem

⁷ Complementa o insigne historiador brasileiro: “A melhor maneira, porém, de se conhecer a exata significação da palavra está no estudo da evolução da idéia de história.” José Honório RODRIGUES. *Teoria da história do Brasil - Introdução Metodológica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. Particularmente o capítulo 2, “Desenvolvimento da idéia de história”, p. 45-60.

⁸ Le Goff recomenda a importância de “(...) situar a própria ciência histórica nas periodizações da história e não a reduzir à visão européia, ocidental, mesmo que, por ignorância e em virtude de deficiências importantes de documentação, sejamos levados a falar sobretudo da ciência histórica européia.” Jacques LE GOFF. *História e memória*. Campinas: EdUNICAMP, 1994. p. 17

⁹ Cf. Jean GLENISSON. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: DIFEL, 1983. Principalmente o capítulo I “O conteúdo do termo ‘história’”, pp. 11- 27.

hierárquico”, preso às estruturas imóveis de castas, contrasta com o “homem histórico” ocidental. Refere como, no Oriente Médio, já no milênio IV a.C. encontram-se traços de preocupação em deixar à posteridade testemunhos do passado, associados sobretudo às estruturas políticas ligadas à existência de um Estado monárquico no Irã, Mesopotâmia, Ásia Menor. Entre os Chineses, desde a metade do primeiro milênio a.C. encontram-se gestos constitutivos do processo histórico como formar arquivos e datar documentos, todavia estes documentos não têm função de memória mas sim uma função ritual, mágica, sagrada. Entre os seguidores do Islã, a história manteve-se ligada ao fenômeno da revelação do Corão.¹⁰

Delineamos estas definições para assinalar que as culturas existentes na América antes da chegada dos europeus, desenvolveram conceitos que poderíamos relacionar com - mas, ressalte-se, não traduzir como - história e literatura. O estudioso Kaka Werá Jecupé¹¹, mesclando conceitos oriundos da cultura ocidental¹² mas principalmente tratando de reunir elementos das diversas nações indígenas, procura contar como estas sociedades se organizaram, suas explicações para a origem da vida, do tempo, do espaço, da natureza, numa ordenação narrativa que poderíamos aproximar aos conceitos europeus de história e de literatura.

Vemos pois que, ao longo do tempo, homens e mulheres foram construindo diferentes culturas e crenças, espalhadas em diversas regiões do planeta, desenvolvendo formas singulares de registrar e contar sua existência. Entre elas, a história e a literatura.

¹⁰ Le Goff refere ainda esta “similaridade” entre os judeus, romanos, africanos, americanos. Cf. Jacques LE GOFF. *História e memória*. ob. cit. pp. 54 - 64.

¹¹ Kaka Weraá JECUPÉ. *A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio*. São Paulo: Peirópolis, 1998.

Assim, o trabalharmos com aproximações entre história e literatura implicaria, *per se*, lidarmos conceitos oriundos da cultura¹³ atualmente entendida como ocidental e européia.

Na relação da história com a obra literária há um “em torno” estabelecendo uma ampla rede com múltiplas conexões. Além da obra escrita enquanto tal e do seu autor, são múltiplas as variáveis a serem consideradas na relação da história com a literatura: temos a questão das edições, comportando a história do livro (inclusive, atualmente, as problemáticas do livro eletrônico); a história da imprensa; caminhos mercadológicos e a indústria editorial; os gabinetes de leitura e a formação de bibliotecas públicas e privadas, contemplando a questão dos diferentes leitores e diferentes práticas de leitura nas diferentes épocas em diferentes culturas; a literatura oral; a literatura ao longo da história nas chamadas escolas literárias, quais sejam, Classicismo, Barroco, Romantismo, Parnasianismo, Simbolismo, Realismo, Naturalismo, Modernismo; questões de tradução; questões de semiótica, linguística, estilística, hermenêutica, edótica, entre outras. Naturalmente, cada uma das questões referidas exige a respectiva delimitação teórica e metodológica.¹⁴

¹² Na obra citada, através do uso de expressões como “céu” (p. 11), “batizado” (p. 12), “civilização” (p. 24) e na própria tentativa de estabelecer um tempo e um espaço definidos para a cultura indígena anterior à chegada dos europeus.

¹³ O conceito de “cultura” incorpora amplos embates teóricos que extrapolam aos limites de nosso trabalho; desse modo, concordamos com o proposto por Raymond Williams: refletindo, inicialmente, o crescimento e o cuidado de colheitas e de animais e analogamente o das faculdades humanas, no contexto do desenvolvimento histórico a cultura tem sido associada à idéia de “civilização”, de “vida intelectual”, de “arte”, configurações de “modos de vida” e comporia ainda “um processo humano constitutivo” associado aos conceitos de língua e linguagem. Cf. Raymond WILLIAMS. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

¹⁴ O que implica dizer que, em nossa tese, apenas tangenciamos algumas dessas questões na medida em que interessem ao nosso estudo.

No Brasil, há cerca de duas décadas alguns historiadores vêm se ocupando de maneira sistemática¹⁵ desse território tão atraente quanto desafiador que é a literatura. Entre as exceções de praxe, pensamos na obra de Sergio Buarque de Holanda, que já em meados do século XX trabalhou aproximações do histórico e do literário não em suas obras historiográficas clássicas, mas em sua produção habitualmente colocada como de crítico literário, entre 1920 e 1959. Em “Um homem essencial”, por exemplo, escrito em 1924, Sergio Buarque de Holanda faz uma análise comparativa entre Graça Aranha e Joaquim Nabuco contrastando imaginação estética e imaginação histórica a partir da literatura de ambos autores.¹⁶ Desde o trabalho de certa forma inaugural de Nicolau Sevcenko¹⁷, a historiografia brasileira, ou pelo menos parte dela, tem procurado trabalhar a história sob o olhar da literatura e vice versa. Queremos dizer, a literatura como objeto da história e, por correlação, a história como objeto da literatura.

Vale salientar que são historiadores tratando “de” literatura e não história “da” literatura. Ou seja, não se trata de caracterizar diferentes escolas literárias, alinhando-as cronologicamente num dado contexto histórico. São trabalhos historiográficos com diferentes abordagens teórico-metodológicas, que vêm traçando aproximações, e

¹⁵ Ou seja, estes historiadores tomam a literatura como eixo do seu fazer historiográfico. É evidente que historiadores, como Sergio Buarque de Holanda, sempre refletiram sobre literatura, haja visto seu *Capítulos de literatura colonial*; da mesma forma José Honório Rodrigues, em *A pesquisa histórica no Brasil*, chama atenção à importância da literatura para a pesquisa histórica. No entanto as abordagens sobre literatura, na maioria das obras historiográficas, eram vistas como, por assim dizer, anexas a uma história principal, geralmente a política e econômica.

¹⁶ Sergio Buarque de Holanda compara o “sentido da natureza” para Nabuco e Graça Aranha; assinala que, em Joaquim Nabuco, um pedaço de cais do Senna, à sombra do Louvre teria “mais história” do que toda a magia do Rio de Janeiro; já para Graça Aranha, a “paisagem sem história, afortunado privilégio! (...) os que não encontram interesse na paisagem brasileira têm imaginação política, mas são destituídos de sentimento estético”. Para Buarque de Holanda, a imaginação estética de Graça Aranha seria também imaginação histórica enquanto afirmação da individualidade nacional. Ver Antonio Arnoni PRADO. *Sergio Buarque de Holanda: O espírito e a letra – estudos de crítica literária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp. 179 - 185.

distanciamentos, entre a história e a literatura¹⁸ através das obras e vida de, entre outros, José de Alencar, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Lima Barreto, Mário de Andrade, Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo. São estudos históricos feitos em romances que tratam do cotidiano dos acontecimentos ou dos grandes fatos, de pessoas famosas ou não, dos modos como as obras literárias foram produzidas e lidas em dado contexto cultural, político e econômico.¹⁹

Na perspectiva inversa, podemos mesmo dizer, dentro dos referenciais teóricos atuais, que escritores “sempre” se ocuparam da história. Não se trata, apenas, de romances que abordaram “explicitamente” os chamados fatos históricos ou para os quais os autores fizeram um trabalho de pesquisa historiográfica, como por exemplo Érico Veríssimo em *O tempo e o vento*, tratando das várias guerras e conflitos ocorridos no Rio Grande do Sul desde meados de 1750 até 1945; ou Augusto Roa Bastos em *Yo, El*

¹⁷ Particularmente *Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

¹⁸ Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira organizaram um volume no qual historiadores tomam a literatura como centro de suas análises; são palavras dos organizadores: “Com duas importantes exceções, este volume reúne textos de historiadores sociais sobre literatos e literatura. (...) Mas a principal característica dessa coletânea é mesmo a disposição de se apropriar da literatura com a maior sem cerimônia – despudoradamente, se nos permitem dizer assim”. In Sidney CHALHOUB, Leonardo PEREIRA (orgs.). *A História contada – capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 7. Além dos trabalhos já referidos, e sem pretender esgotar a bibliografia, podemos citar: Edgar de DECCA e Ria LEMAIRE (orgs.) *Pelas Margens - outros caminhos da história e da literatura*. Porto Alegre: EDUFRGS Campinas: EdUNICAMP, 2000. Jacques LEENHARDT, Sandra PESAVENTO (orgs.) *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: EdUNICAMP, 1998. Flávio AGUIAR (org.) *Gêneros da fronteira – cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997. Flávio AGUIAR, Lígia CHIAPPINI (orgs.). *História e Literatura na América Latina*. São Paulo: EdUSP, 1993.

¹⁹ A discussão avança, embora ainda timidamente na historiografia brasileira, no sentido de propor ao próprio discurso histórico estatuto de narrativa literária, atingindo proposições da história como ficção. Esta discussão vem sintonizada com parte da crítica literária, ao modo proposto por exemplo pelo historiador Hayden White, que provocou, em meados da década de 1970, acalorados debates acadêmicos particularmente com *Meta-História: A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EdUSP, 1992.

Supremo, abordando o processo de independência do Paraguai por volta de 1810.²⁰ Ou ainda, para tomarmos um clássico da literatura do século XIX, Leon Tolstói, em *Guerra e Paz*, tratando das guerras entre Rússia e França entre 1805 e 1812.

Podemos propor que as obras literárias *per se* tratam a história no seu cotidiano, sem abordar necessariamente um fato histórico famoso. Érico Veríssimo não é mais histórico em *O Tempo e o Vento* do que em *O resto é silêncio*. Roa Bastos em *Yo, El Supremo* não é mais histórico do que em *Madama Sui*. Ana Miranda não é mais histórica em *O retrato do rei* do que em *Amrika*. Embora alguns destes romances citados abordem fatos significativamente tratados pela historiografia, ao nosso ver, nenhum é mais histórico que outro.

A relação entre história e ficção, sob a ótica dos romancistas, não é recente. Ao longo do século XIX essa inter-penetração foi recorrente. A propósito, Tolstói, em seu romance *Guerra e Paz* não é mais histórico do que *Ana Karênina*. Vejamos como Tolstói propunha o tema. Em “Algumas palavras sobre Guerra e Paz”, Tolstói esclarece :

Não é romance, ainda menos poema, e muito menos crônica histórica. (...) Mas esses fatos [escravidão, mulheres emparedadas, filhos adultos açoitados, temas não abordados em seu livro e o escritor foi criticado por isso] que vivem em nossa imaginação não me parecem exatos e não os julguei dignos de

²⁰ De forma particular, em *Yo El Supremo* Roa Bastos incorpora, massivamente, textos históricos na ficção: o autor cita as fontes, tanto os documentos de época - autos, correspondências, ofícios, panfletos, memórias, discursos, relatos de viajantes - como produção historiográfica recente; são 701 notas de rodapé, além de várias notas com asterisco que estão no “caderno” de Francia. Roa Bastos tece um jogo inter-textual altamente complexo no limite entre as citações “históricas” e ficção em seu romance, entre as personagens que “verdadeiramente existiram” - Gaspar Francia, Hans Staden, políticos, entre outros - e os “inventados” por ele, particularmente o “compilador” da obra. Augusto Roa BASTOS. *Yo El Supremo*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1983.

referência. Estudando cartas, memórias, tradições, não achei todos esses horrores maiores que os observados agora, como em qualquer época.²¹

Temos que, para Tolstói, a obra literária não é pura e simplesmente fruto da imaginação, da inspiração de gênio; ao contrário, o escritor disciplinadamente pesquisa, investiga, analisa, compara, seleciona. Tolstói estuda “cartas, memórias, tradições”, material, no contexto daquele século, preterido pelos historiadores como fonte, além de relatórios de guerra e inclusive indo aos locais onde anteriormente se deram os combates. Para escrever *Guerra e Paz*, Tolstói dispendeu cerca de sete anos de pesquisa exaustiva e ininterrupta, de 1863 a 1869. Nas nove páginas que compõem as “Algumas palavras”, na edição citada, Tolstói estabelece um “tratado” sobre verdade e, curiosamente, sobre a “mentira histórica”, tratado que se confirma, aliás, nas quase mil e trezentas páginas de *Guerra e Paz*. Destaca-se a preocupação entre a narrativa literária e o discurso histórico, presente em Tolstói tanto no prefácio, e entendámo-lo como parte não ficcional da obra, quanto no romance. É profunda a preocupação de Tolstói com a verdade histórica e a verdade dos historiadores - que para ele, no caso em que estava pesquisando, não era necessariamente a mesma - bem como os limites entre a narrativa histórica e a literária. Isso fica explícito quando trata das descrições militares feitas por dois historiadores que apresentam referências diametralmente opostas:

Muitas vezes, estudando os principais historiadores dessa época, Thiers e Mikhailovski-Danilevski, perguntei-me admirado como tais livros podem ser editados e achar leitores. Sem falar na exposição dos acontecimentos idênticos, apresentada no tom mais sério e compenetrado, apoiado com referências

²¹ In *Guerra e Paz*. São Paulo: Ed. Círculo do Livro, 1975. pp. 11 - 12

diametralmente opostas em ambos, deparei com descrições tais que hesito, ao pensar, se devo rir ou chorar, lembrando-me que esses dois livros são os únicos monumentos da época e que possuem milhares de leitores.²²

Para Tolstói, o equívoco destes historiadores estaria, entre outras interpretações, na fonte que usaram para escrever suas obras, isto é, nas descrições constantes nos relatórios de guerra elaborados pelos militares. Entre outras considerações, e para ele a mais importante, Tolstói comenta o “(...) pouco valor que têm, segundo meu entendimento, aqueles que são chamados ‘os grandes homens’, nos eventos históricos.” Realmente, em *Guerra e Paz*, apesar dos personagens, fictícios ou não, serem nomeados tanto entre a nobreza quanto entre as classes populares, o grande herói do romance é o povo russo. Aliás, esta preocupação de Tolstói, de acordo com o prefaciador da edição por nós consultada, é consoante ao momento histórico em que ele produz a obra: “Nos anos 60 [do século XIX], no ambiente de um largo movimento democrático, a situação do povo, a orientação e as perspectivas do desenvolvimento histórico do país agitavam todos os espíritos progressistas e, sem dúvida, o interesse de Tolstói pela questão do papel do povo na história estava estreitamente ligado ao ambiente político daquela época.”²³

Assim, se ao escritor a história e a verdade histórica interessam como objeto para seu fazer literário, de outra parte, a literatura oferece ao historiador, e a qualquer leitor, variadas possibilidades de apreensão da história. Atualmente, podemos ver na literatura não apenas um documento histórico ao abordar um determinado contexto, mas no sentido de que, como propõe Nicolau Sevcenko, é possível

²² Idem, p. 15-16.

(...) entrever a produção literária, ela mesma, como um processo, homólogo ao processo histórico, seguindo, defrontando-o, negando-o, porém referindo-o sempre na sua faixa de encaminhamento próprio. Nem reflexo, nem determinação, nem autonomia; estabelece-se entre os dois campos uma relação tensa de intercâmbio, mas também de confrontação. A partir dessa perspectiva, a criação literária revela todo o seu potencial como documento, não apenas pela análise das referências esporádicas a episódios históricos ou do estudo profundo dos seus processos de construção formal, mas como uma instância complexa, repleta das mais variadas significações e que incorpora a história em todos os seus aspectos, específicos ou gerais, formais ou temáticos, reprodutivos ou criativos.²⁴

O potencial da criação literária, “como uma instância complexa, repleta das mais variadas significações e que incorpora a história”, objeto de investigação para parte da historiografia recente, pode ser detectado também em historiadores do século XIX.

Nesse sentido, e sob a ótica do historiador, podemos pensar que já Marx e Engels²⁵ tomam a literatura não apenas como fonte para suas reflexões mas na incorporação - de interação e confronto, como propõe Sevcenko - mesma da obra literária, por exemplo, com seu leitor - para Marx e Engels, os proletários. Em uma outra instância, em *A ideologia Alemã*, Marx e Engels várias vezes recorrem à literatura para fundamentar suas teses sobre filosofia e política. Num irônico jogo estilístico, ao mesmo tempo em que criticam os filósofos Stirner e Szeliga associando-os às personagens de Sancho Pança e Dom Quixote, Marx e Engels auferem estatuto de verdade à ficção de Cervantes:

²³ In Prefácio à *Guerra e Paz*, ob. cit. p. 25.

²⁴ Cf. Nicolau SEVCENKO. *Literatura como missão*, ob. cit. p. 246.

Sancho Pança leva a cabo os seus feitos históricos porque *reconhece* a inexistência e a vaidade do exército de pensamentos que enfrenta. Este grande feito não ultrapassa portanto um simples acto de conhecimento que, no final dos tempos, acaba por deixar tudo na mesma e se limita a modificar a representação, não das coisas, mas das formas filosóficas referentes a essas mesmas coisas.²⁶

Nessa citação, e ao longo da obra referida, percebemos um jogo estilístico de Marx e Engels que nos permite entender que estão se referindo às personagens de Cervantes, mas também ao próprio Stirner²⁷ como Sancho Pança e Szeliga²⁸ como D. Quixote, assim os denominando várias vezes ao longo da obra, mesclando o ficcional com o real. Num interessante estudo sobre o estilo literário em Marx, Ludovico Silva analisa não apenas os escritos de Marx sobre a literatura mas a dimensão literária que sua obra comporta enquanto um *corpus* teórico:

Expressão de uma idéia arquitetônica da sociedade, reflexo verbal de um pensamento dialético; desenho acabado de vastas analogias metafóricas; letra virtuosa plena de espírito crítico-polêmico e espírito burlão: tais são os traços mais salientes do estilo de um escritor como Marx, em cuja origem figura a meditação poética e a concepção da prosa como obra de arte, e em cujo ápice se constitui um *corpus* científico dotado literariamente de uma prodigiosa força expressiva.²⁹

Apontando as relações formais e lógicas que Marx estabelece entre os signos linguísticos em sua obra, não apenas no uso de vocábulos que simplesmente designam

²⁵ A respeito de Marx e Engels como historiadores conforme Georg LUKÁCS “Marx e Engels, historiadores da Literatura” in *Marxismo e Teoria da Literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

²⁶ Karl MARX, Friedrich ENGELS. *A ideologia alemã*. Vol. 1, Lisboa: Editorial Presença, 1976. p. 238.

²⁷ Pseudônimo de Johan Caspar Schimidt (1806-1865), teórico alemão do anarquismo.

²⁸ Pseudônimo literário de Franz-Zychlin von Zychlinski (1816-1900), colaborador de Bruno Bauer.

²⁹ Ludovico SILVA. *El estilo literário de Marx*. México: siglo xxi, 1975.

fenômenos mas num estilo que os representam, Ludovico Silva percebe expressões como “superestrutura”, “religião”, “estrutura” que podem ser tomadas, no texto marxiano, como metáforas. Certamente, num escritor erudito e criterioso como Karl Marx, essa “aplicação estilística” não seria despercebida ou ocasional.³⁰ De outra perspectiva, Marx e Engels, em extensas análises sobre autores europeus de Ibsen a Goethe, de Carlyle a Balzac, apontam os problemas e contribuições que a literatura, inclusive aquela por eles denominada de literatura burguesa e particularmente aquele que denominam “Romantismo reacionário” alemão, traz para a classe operária. Em *A Sagrada Família*, Marx e Engels analisam Eugene Sue³¹ em *Os mistérios de Paris*, obra de grande sucesso na Europa, amplamente lida também no Brasil do XIX. Fazendo, por vezes de forma acidamente irônica, a “crítica da crítica” que Szeliga fizera do romance de Sue, Marx e Engels expõem dialeticamente, por exemplo a forma como Sue aborda o direito que as “camadas baixas” de Paris têm à cultura bem como as “camadas altas” que vivem essa cultura; a partir de temas como religião, cultura, felicidade, trabalhados por Sue no romance, Marx e Engels estabelecem um desenvolvimento dialético desses temas nas camadas baixas e camadas altas. A partir, portanto, da literatura, da ficção, eles problematizam e analisam o real, a forma como a ficção é apresentada e apreendida pelo real. Como acentua Georg Lukács, “[em Marx e Engels] a literatura se manteve como um elemento essencial de sua batalha ideológica contra as influências burguesas sobre o proletariado contra o oportunismo e o sectarismo, e em favor do incremento da

³⁰ Hayden White, todavia, defende que Marx apreendeu a história no modo metonímico. Cf. Hayden WHITE. *Meta-História – A imaginação histórica do século XIX*. ob. cit. pp. 277 - 337. Extrapola os interesses de nossa tese investigar o tropo metafórico e ou metonímico em Marx, o que, de todo modo, parece-nos algo instigante.

consciência revolucionária da classe operária”.³² Ainda que, como propõe Raymond Williams, do ponto de vista teórico, Marx e Engels não tenham avançado, por exemplo, nas categorias “literatura” e “estética”, permanecendo ambos dentro das categorias de seu tempo³³, é importante enfatizar que Marx e Engels a) tomaram a literatura (não apenas a literatura, evidentemente) como saber constituído em suas análises sobre o materialismo histórico, b) reconheceram a importância da interpenetração do ficcional (no caso, a literatura) sobre o real concreto (no caso, o leitor proletário), c) buscaram na literatura fonte para a pesquisa histórica.

Pretendemos, com essas reflexões, pontuar possíveis planos de convergência entre a historiografia marxiana, bem como alguns teóricos marxistas, e a Nova História Cultural - em que pese a expressão Nova História, pois não se trata, exatamente, de algo novo pelo menos no que tange aos chamados cruzamentos entre história e literatura.³⁴

Sem dúvida uma consideração importante é que, a partir da Nova História Cultural, podemos tratar mais intimamente com romances, além de outros documentos literários e artísticos – poesias, diários, correspondências, pinturas, esculturas, músicas,

³¹ Eugene Sue (1804 – 1857), escritor romântico francês de muito sucesso não só entre o público leitor como também entre escritores. Além de *Os mistérios de Paris* (1842-43), escreveu *A Salamandra* (1832), *O Judeu Errante* (1844-45), entre outras obras.

³² Lukács estuda Marx e Engels como historiadores da literatura. Segundo Lukács “Precisamente porque sempre reconheceram a ação extraordinariamente intensa e profunda exercida pela literatura sobre a consciência dos homens, Marx e Engels jamais sub-valorizaram a importância das sadias tendências na literatura e na teoria literária. É verdade que o interesse deles pela teoria e pela crítica literária constituiu sempre apenas uma parcela de sua atividade geral e elaboração, reforçamento e defesa da linha proletária na economia, na política e na ideologia; mas ela constituiu sempre uma parcela importante desta atividade.” Georg LUKÁCS. *Marxismo e Teoria da Literatura*. ob. Cit. pp. 10 - 27.

³³ Cf. Raymond WILLIAMS, *Marxismo e literatura*. ob. cit. pp. 56 - 58.

³⁴ A respeito de confluências entre história nova e marxismo, refere Jacques Le Goff: “A renovação global da história, representada pela história nova, só deparou com problemas fundamentais face ao marxismo. (...) Marx é, sob muitos pontos de vista, um dos mestres da história nova, problemática, interdisciplinar, fixada na longa duração e de objetivo global. (...) Cabe aos historiadores da história nova – marxistas e não marxistas – aprofundar essa confrontação”. Cf. Jacques LE GOFF. “A história nova” in

monumentos, filmes, fotografia, vestimentas - não apenas sendo produção, vale dizer o objeto artístico em si, mas como consumação de uma determinada época e determinada classe social. Ao ampliar a sua atenção para os mais variados aspectos da experiência artística, a produção historiográfica passou a buscar informações em diferentes tipos de documentos, além daqueles produzidos pelas instituições vinculadas ao Estado, habitualmente consultadas pelos historiadores. Naturalmente esta diversidade de fontes requer o uso de metodologias adequadas, às quais muitas vezes os historiadores vão buscar em outras áreas do conhecimento, tanto em domínios tradicionalmente mais próximos como a geografia, economia, antropologia, sociologia, quanto aqueles aparentemente mais remotos como a psicologia, semiótica, crítica literária, arquitetura.

Na discussão que vem sendo travada entre os historiadores - em conjunto com críticos literários, críticos de arte, filósofos, sociólogos, antropólogos - sobre a escrita da história, vale dizer da produção do discurso historiográfico, insere-se a discussão entre ficção e verdade. Sendo narrativa entre outras, o discurso historiográfico tem a preocupação característica de remeter a um passado que realmente existiu, num tempo e num espaço definidos. Por outro lado, para escrever a história, o historiador necessita usar da imaginação, e de recursos literários e estilísticos, tal qual o romancista.³⁵ A discussão entre história e literatura encaminha-se, pois, no paralelismo entre a verdade do texto histórico e a ficcionalidade do romance, já que ambos têm como suporte o texto, falado ou escrito.

Jacques LE GOFF, Roger CHARTIER, Jacques REVEL (orgs). *A nova história*. Coimbra: Almedina, 1990. pp. 252-288.

³⁵ Da mesma forma, aliás, que “qualquer” texto escrito, seja da área da astronomia, botânica, da física, da sociologia, enfim, o uso da imaginação, de recursos literários estilísticos, não é privilegio do historiador ou do romancista mas de “qualquer” escrito. Observa-se, por exemplo, a preocupação de

O trabalho historiográfico diferencia-se da narrativa literária porque, além de sua preocupação específica com o tempo e espaço definidos, necessita remeter à questão da evidência e portanto a imaginação do historiador não é completamente livre.³⁶ O historiador obrigatoriamente trabalha com fontes, com documentos, ele tem que “provar” o que escreve. O historiador necessita do estatuto de conhecimento verdadeiro valendo-se de aparato crítico, notas, cifras, datas, tabelas; o discurso historiográfico está atrelado às fontes e para tal tem técnicas, métodos e critérios para comprovação. Neste sentido os historiadores citam outros colegas historiadores pois as citações se encarregam de “creditar”, dar autenticidade ao texto histórico.

De maneira correlata, a discussão entre verdade e ficção suscita interessantes debates em diferentes manifestações artísticas, como na pintura, no cinema, na poesia. Na pintura, por exemplo, a tela de Victor Meirelles *Primeira missa no Brasil* (1859) não seria mais nem menos histórica do que *Abaporu* (1929), de Tarsila do Amaral. Ou seja, *Primeira missa no Brasil* não seria “histórica” por retratar aquela primeira missa rezada por padres católicos portugueses recém-chegados ao Brasil, mas sim porque, no momento em que Meirelles pinta a tela, a monarquia brasileira vale-se da obra, entre outros aparatos ideológicos, para respaldar um fortalecimento de valores nacionais, de “origem” do Brasil.³⁷ Por seu lado *Abaporu* é uma tela “histórica” não pelo tema que retrata mas pela sua proposta estética e política a partir da qual, por exemplo, Oswald de

alguns físicos em publicarem suas obras utilizando-se de recursos estilísticos, e de imaginação, como qualquer romancista e estamos pensando, em termos de Brasil, nos livros do físico Marcelo Gleiser.

³⁶ Todavia, a escrita da história não precisa necessariamente ser aquela repleta de datas, fatos, fontes, grandes nomes, ou infundáveis discussões epistemológicas; é lugar comum a intenção, entre historiadores, de escrever um “longo livro” de história “como um bom romance”.

Andrade denomina e deflagra o movimento antropofágico do modernismo brasileiro.³⁸ No caso do cinema, tema em discussão hoje na historiografia³⁹, o filme *Os Inconfidentes*⁴⁰ (1972) de Joaquim Pedro de Andrade, não seria mais nem menos histórico do que *O Leão de Sete Cabeças* (1969/70), de Gláuber Rocha. Ou ainda, para referirmos um exemplo na poesia, *Romanceiro da Inconfidência* (1955), de Cecília Meirelles não seria mais histórico do que *Operário em construção* (1967), de Vinícius de Moraes.

Usualmente, justificam-se as denominações poesia histórica, pintura histórica, filme histórico, como sendo apenas para fins didáticos. A falácia da facilidade didática de tal ordenação não sobrevive a uma análise mais rigorosa. Afinal, em que exatamente *Primeira missa no Brasil*, seria mais histórica do que *Abaporu*? Em que *Romanceiro da Inconfidência* seria mais histórico do que *Operário em construção*? Em que *Os Inconfidentes* seria mais histórico do que *O Leão de Sete Cabeças*? Seria porque os primeiros (de cada expressão artística acima referida) abordam temas mais recorrentemente abordados pela história oficial? Nessa ótica o histórico e o não

³⁷ A respeito veja-se Jorge COLI “A Pintura e o Olhar sobre Si: Victor Meirelles e a Invenção de uma História Visual no século XIX Brasileiro” in Marcos Cezar FREITAS (org.) *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

³⁸ Parece-nos significativo ainda o caso de pinturas consagradas oriundas da ficção literária e estamos pensando no clássico exemplo de D. Quixote. A “histórica” figura do cavaleiro magro, alto, de barbas envelhecidas, tantas vezes reproduzida em telas ao longo dos últimos quatro séculos, foi construída a partir da ficção de Cervantes.

³⁹ Veja-se Jorge FERREIRA, Mariza de Carvalho SOARES (orgs.). *A História vai ao cinema*. São Paulo: Record, 2001. Um interessante debate é proposto por Henrique L. P. OLIVEIRA em *Tecnologias audiovisuais e transformação social: o movimento de vídeo popular no Brasil (1984 – 1955)*. Tese de Doutorado em História, PUC/SP, São Paulo, 2001, particularmente o capítulo II “O vídeo como fonte para a história”, pp. 88 – 170.

⁴⁰ Vale assinalar o uso perpetuado pela historiografia e ao nosso ver equivocado, da palavra inconfidente. Segundo o *Dicionário Aurélio*, inconfidência é “1. Falta de fidelidade para com alguém, particularmente para com o soberano ou o Estado. 2. Abuso de confiança, deslealdade, infidelidade.” Ora, Tiradentes e seus companheiros podem ser considerados traidores sob o ponto de vista do Estado português, e não

histórico, em arte, permearia a chamada “história factual”. A didática divisão de arte histórica, bem como romance histórico, a nosso ver, nada mais faz do que reforçar a idéia de que a história deve tratar de política, economia, guerra e religião.⁴¹

Vale assinalar que entre os historiadores, atualmente, a utilização para pesquisa recai sobre “qualquer” romance, até porque os romancistas, de há muito, rejeitaram a denominação romance histórico. Além do mais, nenhum escritor confere a seu romance estatuto de verdade histórica, assim como nenhum historiador atribui a seu texto estatuto de ficção. Nesse sentido, inserimos a proposição de Carlo Ginzburg de que não passaria de um truísmo dizer que um texto histórico tem elementos em comum com o texto ficcional, devendo o historiador se ocupar de como podem ser percebidos como reais os fatos narrados pelo texto histórico.⁴² Essa constitui-se, a nosso ver, em uma ponderação a ser devidamente considerada pelo historiador ao trabalhar com a literatura, até porque, como propõe Sevcenko,

Sendo [a literatura] um produto do desejo, seu compromisso é maior com a fantasia do que com a realidade. Preocupa-se com aquilo que poderia ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com seu estado real. (...) enquanto a historiografia procura o ser das estruturas sociais, a literatura fornece uma expectativa do vir-a-ser. (...) Ocupa-se portanto o historiador da realidade, enquanto o escritor é atraído pela possibilidade.⁴³

dos interesses brasileiros. No entanto, passados dois séculos, a historiografia continua a chamá-los “inconfidentes”, isto é, traidores.

⁴¹Seria interessante um levantamento sobre o cinema, a poesia e a pintura normalmente chamados de históricos, para apontarmos quais temáticas são neles abordadas; não nos surpreenderia se o resultado fosse fatos políticos, econômicos, guerra e religião, no puro sabor da chamada história factual.

⁴² Carlo GINZBURG. *A Micro História e outros ensaios*. Lisboa: Difel ; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1991.

⁴³ Nicolau SEVCENKO. *Literatura como missão*. ob. cit. pp. 20 – 21.

Essa atuação do escritor no campo da possibilidade configura uma significativa fronteira entre o discurso histórico e a narrativa literária. Ao escritor é permitido acrescentar um “não” em seu texto, ainda que deliberadamente, como o faz José Saramago em *História do Cerco de Lisboa*. Nesse romance, a trama se constrói a partir do “não” que uma personagem, o revisor, resolve usar a seu bel-prazer mudando a configuração do Cerco de Lisboa ocorrido em 1147.⁴⁴ Seguramente, ao historiador que deseje pesquisar e escrever sobre esse cerco a Lisboa, é incabível acrescentar ou suprimir um “não” qualquer em seu texto, ao sabor de seu desejo ficcional ou estilístico.

Ainda no sentido da liberdade do romancista, a questão da linguagem merece ser considerada. No caso do romance, as possibilidades são amplas. Vejamos algumas situações. Clarice Lispector inicia *Uma Aprendizagem ou O Livro dos Prazeres* com uma vírgula e conclui o livro com dois pontos propiciando ao leitor, com esse simples recurso, toda uma gama de interpretações, anterior e posterior ao texto, que não faria sentido em um discurso histórico. Haroldo Maranhão, em *El tetraneto del rei*, escreve como se falava em 1500. Em *Galáxias*, Haroldo de Campos reúne 50 textos, escritos entre 1963 e 1976, sem paginação, sem pontuação, sem preocupar-se com as regras da sintaxe, mesclando trechos em outras línguas. Júlio Cortázar, em *Rayuela*, escreve de modo que o leitor possa escolher a seqüência alternada ou linear para leitura dos capítulos. Italo Calvino, em *Se um viajante numa noite de inverno*, simplesmente não

⁴⁴ *História do cerco de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Escreve Saramago, às páginas 49 e 50: “(...) pela maneira como Raimundo Silva está a sorrir neste momento, (...) é evidente que acabou de tomar uma decisão, e que má ela foi, com a mão firme segura uma esferográfica e acrescenta uma palavra à página, uma palavra que o historiador não escreveu, que em nome da verdade histórica não poderia ter escrito nunca, a palavra Não, agora que o livro passou a dizer é que os cruzados Não auxiliarão os portugueses a conquistar Lisboa (...)”. Este “não” inserido pelo revisor num texto histórico faz com que a editora se obrigue a corrigir o “equivoco” através de uma errata; ao mesmo tempo esse

atribui “fim” aos capítulos e a cada capítulo se reinicia uma história que comporá um todo, ao “final” do romance. Para um último exemplo, tomemos James Joyce, em *Ulisses*, um “anti-romance”⁴⁵ na expressão de Augusto de Campos, verdadeira ruptura com os cânones linguísticos. Enfim, seriam muitos os exemplos de romancistas que articulam estratégias literárias perfeitamente sintonizadas com o texto ficcional mas que simplesmente não caberiam, ou pelo menos ainda não cabem, no texto histórico.

Outro elemento importante é o leitor. Na perspectiva desse último, é importante considerarmos os papéis distintos que ocupam a história e a literatura como instrumento de transformação da sociedade. Como assinala José Mehy, ambas áreas têm utilidades diferentes: “A distinção básica entre história e literatura reside na eficácia do discurso histórico assumido socialmente como um saber que responde a algumas questões firmadas pelos grupos que as justificam. (...) Depois de Marx ficou difícil, senão impossível supor a não utilidade da história como instrumento de transformação da sociedade.”⁴⁶ O horizonte de expectativas de um leitor ao abrir um romance é diferente daquele que abre um livro de história. O leitor busca, no texto do historiador, o estatuto da verdade, independente por exemplo, das qualidades estilísticas do historiador. Por outro lado, mesmo que o romance proporcione ao leitor o acesso à experiência social

ato de coragem do revisor faz com que a editora literária o incite a escrever uma outra versão, ficcional, do cerco de Lisboa.

⁴⁵ Fica-nos a pergunta: poderiam os historiadores escrever uma “anti-história”?

⁴⁶ José Carlos Sebe Bom MEHY. “[Viagem em torno de Mignolo: a Literatura e a História]” in Flávio Wolf de AGUIAR, Lígia CHIAPINI (orgs.) *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: EdUSP, 1993. p. 152. A respeito da utilidade da história, completa o autor: “A utilidade da história, aliás, tem sido testada em diferentes tempos, mas sempre exibindo foros de aceitação. (...) Em um rapidíssimo passeio pelas formas de assimilação do conhecimento do passado pode-se notar a eficácia de sua utilidade: ‘mestra da vida’ (Cícero), ‘preparação para o governo dos Estados’ (Políbio), ‘indicador do triunfo das boas ações sobre as más (Enéias), ‘exemplo para ser usado em situações similares’ (Maquiavel), ‘provedora do futuro’ (Lewis), ‘forma de se livrar do passado’ (Goethe), ‘recurso para se evitar a repetição dos erros’ (Ortega y Gasset), ‘fermento revolucionário’ (Chesneaux).”

típica de uma época, e aí as qualidades estilísticas do escritor são imprescindíveis, o leitor não assimila os eventos narrados como tendo efetivamente acontecido⁴⁷, o leitor “sabe”, pela própria construção histórica em que se constituíram a prática de leitura e a escrita literária, que o escritor “inventa”. Ainda que para a crítica literária, à maneira do *new criticism*, o sentido do texto literário dependa menos do leitor do que do funcionamento interno linguístico do texto⁴⁸, para o historiador é distinto: é imprescindível o diálogo entre a obra e o mundo social do leitor, bem como a relação dialética entre os horizontes de expectativas de cada comunidade de leitores. Nessa perspectiva, é relevante considerar, como propõe Roger Chartier,⁴⁹ o processo de produção de sentido frente à cada forma de escrita. O historiador busca as formas de recepção assim como as formas de produção do texto. Dessa maneira, para Chartier, há toda uma sociologia dos textos impressos, não devendo estes ser tomados como *a priori* da estruturação da sociedade; para ele, o público leitor deve ser tomado como construção do processo e portanto a dimensão sociológica entre o livro e seu público demarca uma valiosa interrogativa ao procurar estabelecer a especificidade do cruzamento entre o texto e a história.

A leitura como prática historicamente construída tem despertado interesse dos historiadores. Para Maria Beatriz Nizza da Silva, “Há que distinguir a história do livro,

⁴⁷Muito embora rapazes e moças do Oitocentos tenham se deixado influenciar por personagens fictícias como a Capitu, de Machado Assis, ou o Werther de Goethe, ou a Dama das Camélias Alexandre Dumas.

⁴⁸ Todavia, mesmo se entendermos o romance como uma totalidade relativamente limitada, com elementos internos perfeitamente relacionáveis uns com os outros e com pontos de referência que são impossíveis de abandonar, ele traz em si um inevitável contexto de uma obra e de um momento histórico. Este movimento que o romance traz abre ricas perspectivas para o trabalho historiográfico.

⁴⁹ Considerações feitas por Roger Chartier durante o Seminário “Literaturas, livros e leituras – séculos XVI e XVII” e a Conferência “A crise da história? A história entre a narrativa e o acontecimento.” PPGHIST, UFRGS, 22 a 24 de novembro de 1999. Ainda cf. Roger CHARTIER. *Do leitor ao navegador*. São Paulo: EdUNESP, 1998.

domínio que durante muitos anos esteve reservado aos bibliófilos, da história da leitura, área que começou por atrair os historiadores da literatura e da filosofia para, em seguida, ser cultivado pelos historiadores da cultura.”⁵⁰ A partir de anúncios em jornais, catálogos de bibliotecas públicas e privadas, lista de freqüentadores de bibliotecas, relatórios, romances, formação de gabinetes de leitura, agremiações literárias, recentemente os historiadores vêm investigando práticas de leitura ao longo do tempo.⁵¹

Ainda no contexto da produção historiográfica contemporânea, uma singular dimensão se nos apresenta ao trabalharmos confluências entre história e literatura, e em nosso caso a partir dos romances de Carvalho Guimarães, na relação da história com a hermenêutica⁵², tanto no sentido de interpretação dos textos no contexto em que estes foram produzidos e publicados, quanto na ecdótica e na edição crítica de textos históricos. Nesta última perspectiva, José Honório Rodrigues⁵³ alerta para os cuidados que o historiador deve adotar no estabelecimento do texto. História e hermenêutica têm em comum, como acentua Segismundo Spina, o texto (manuscrito ou impresso), objeto fundamental tanto da investigação histórica, quanto da investigação filológica ou

⁵⁰ Maria Beatriz Nizza da SILVA. “História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas” in Márcia ABREU (org.) *Leitura, História e História da leitura*. Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999. Nesse volume, resultado do I Congresso de História do Livro e da Leitura no Brasil (realizado na Unicamp em 1998), podemos colher uma pequena amostra do interesse que as práticas de leitura tem despertado entre os historiadores. No capítulo III de nossa tese retomamos essa questão no contexto do século XIX.

⁵¹ Veja-se por exemplo, Nelson SCHAPOCHNIK. *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*. Tese de Doutorado em História, FFLCH/USP, São Paulo, 1999.

⁵² Não estamos aqui nos referindo à hermenêutica do cotidiano, tema em discussão na historiografia. Todavia, estamos alerta para essa questão, particularmente através das formulações de Maria Odila da Silva Dias. Ver Maria Odila da Silva DIAS. “Hermenêutica e narrativa” - Prefácio a Nicolau SEVCENKO. *Orfeu Extático na Metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Maria Odila da Silva DIAS. “Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea”. *Projeto História*, n. 17, Revista do PEPGHST/PUC/SP, 1998.

literária. Para Spina, “A História é, sem dúvida, a disciplina que maiores pontos de contato apresenta com a Filologia, pois o objeto e o método de ambas são o mesmo: o texto e o método crítico”.⁵⁴ A crítica externa ao texto (a restauração do documento, o estabelecimento da autoria, as fontes) bem como a crítica interna (o sentido literal, alegórico, moral, anagógico) são operações realizadas tanto pela filologia quanto pela história, muito embora, para Spina, a filologia tenha como *corpus* fundamental o texto literário enquanto para a história este se constitui em *corpus* secundário.

Naturalmente, em não sendo a ecdótica objeto da presente investigação⁵⁵, procuramos ancorar-nos em alguns cuidados primeiros para realizar a transcrição dos romances, sem todavia aprofundar as variantes filológicas, exegéticas ou semióticas, atentando que, posteriormente, especialistas poderão se debruçar sobre a obra de Carvalho Guimarães com esse objetivo. Deste modo, antes de visarmos a uma edição crítica nos moldes epistemológicos que tal disciplina requer, procedemos, mais modestamente, a transcrição com atualização ortográfica dos romances. Tal opção pareceu-nos suficiente em função dos nossos objetivos, além de não termos localizado os originais⁵⁶ nem outras edições dos romances⁵⁷ com as quais pudéssemos cotejar a versão publicada no *Ostensor Brasileiro*. Assim, orientando-nos principalmente pelas

⁵³ José Honório RODRIGUES. *Teoria da História do Brasil: uma introdução metodológica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978; capítulo 13, “Crítica de textos e a edição de documentos históricos”. pp. 378 – 404.

⁵⁴ In *Introdução a Edótica*, São Paulo: Cultrix/EdUSP, 1977. p. 74.

⁵⁵ Muito embora tenhamos adquirido alguma experiência durante o mestrado, que resultou no volume *História do Gosto e outros poemas*, publicado pela editora da UFSC, 1997. Naquele trabalho transcrevemos 147 poemas manuscritos e até então inéditos do poeta Ernani Rosas (1886 - 1955).

⁵⁶ Estamos entendendo original como o manuscrito apógrafo, isto é, texto original escrito à mão pelo autor, conforme proposto por Segismundo Spina, *Introdução à Edótica*, ob. cit. p. 106.

⁵⁷ Com exceção de *A Cruz de Pedra*, publicado inicialmente no *Romanceiro Brasileiro e Jerônimo Barbalho Bezerra*, publicado recentemente por Raúl Antelo. No primeiro caso, o próprio Carvalho Guimarães escreve uma “Advertência”, que nos fez optar pela versão do *Ostensor*; quanto a publicação

formulações de Antônio Houaiss, Segismundo Spina e José Honório Rodrigues, desenvolvemos uma metodologia e estabelecemos alguns critérios que fundamentassem nossas transcrições.⁵⁸

De toda maneira, ratificamos, futuramente especialistas poderão proceder a edição crítica tanto das poesias, quanto dos romances. Estes últimos oportunizam, aliás, um significativo *corpus* para estudos semióticos. Muitas palavras caíram em desuso, pelo menos no linguajar corriqueiro.⁵⁹ Além disso, a língua portuguesa no Brasil sofreu várias reformas ortográficas desde 1840. A pontuação dos romances, algumas vezes, não se dá conforme as normas atuais, o que posteriormente permitirá estabelecer, como refere a esse respeito Antonio Houaiss, a conexão existente entre a pontuação e o jogo rítmico-melódico-respiratório, oportunizando que os estudos filológicos venham a elucidar a evolução do ritmo, da melodia, da cadência, de marcha da expressão falada. Nesse mesmo sentido, Roger Chartier acentua a importância da pontuação pois a mesma pode indicar pistas para recapturar a oralidade de um texto antigo; segundo Chartier, as regras de pontuação de um texto escrito estão vinculadas à oralidade uma vez que a organização de uma frase deve respeitar os sopros da respiração do homem. Desse modo a pontuação nos oferece pistas de “como” se falava em outros tempos.

Toda época, bem o sabemos, elabora sua visão de literatura e de história resultando ela própria em um dado histórico. Assim, alertada pelas exigências teórico-metodológicas que o estudo da literatura no interior de uma pesquisa historiográfica

feita por Antelo, observamos algumas diferenças em certas palavras e datas, facilmente comprováveis no cotejo de ambas edições.

⁵⁸ Como referimos anteriormente, tais critérios são apresentados no Anexo I.1.

⁵⁹ No Anexo I.1 apresentamos um pequeno glossário com algumas palavras e expressões que caíram em desuso.

requer, procuramos estabelecer conexões entre história e literatura, a partir dos romances de Carvalho Guimarães publicados no *Ostensor Brasileiro – jornal literário pictoreal* e a inserção desse jornal no contexto de fins da década de 1830 a fins da década de 1840. Analisamos duas camadas históricas que atuam na criação de Carvalho Guimarães: no contexto histórico em que viveu, aquilo que a sua formação intelectual, a sua posição social e política lhe permitiu interrogar em eventos históricos que expunham questões ligadas ao brasilico, ao brasileiro, ao nacional. Nesse sentido, estaria Carvalho Guimarães criticando a história contemporânea através dos eventos históricos por ele romanceados? De quais fontes Carvalho Guimarães se serviu para criar, por exemplo, a personagem Jerônimo Barbalho Bezerra? Ou ainda, quais as fontes de Carvalho Guimarães para dar sua visão crítica aos emboabas e tão candente aos paulistas? Quais razões o teriam levado a situar um dos romances no norte da Argentina? Em termos de análise literária, quais os elementos que ele, consciente ou inconscientemente, fez interagir para criar seus romances? E quais foram as temáticas que ele escolheu para convencer e seduzir seus leitores? Como se processavam, em Carvalho Guimarães, os campos da história e da literatura? Como se inseriria a obra de Carvalho Guimarães no projeto literário do Romantismo brasileiro?⁶⁰

2. História pela via da literatura: o projeto romântico

⁶⁰ São questões, entre outras, que permitem-nos estabelecer alguns nexos entre história e literatura em Carvalho Guimarães, pré-anunciados, outrossim, nos títulos que damos aos itens do capítulo II, bem como ao título de nossa tese, retirados da obra de Carvalho Guimarães.

Via de regra, o interesse dos escritores românticos brasileiros pela história e pela nação ocorreu de maneira acentuada, como por extensão ao caráter mais amplo do Romantismo europeu que foi o de valorizar o indivíduo naquilo que o distingue do outro, carregado de subjetividade, em tudo uma quebra ao cânone, aos modelos, às normas, uma oposição enfim ao classicismo. O escritor romântico procura individualizar e ao mesmo tempo configurar a sua nação. É a partir dos românticos que o escritor passa a ter uma ligação maior com o povo, com a nação, e não apenas com a *classis*.⁶¹

Como conceito histórico, o Romantismo é, para Otto Maria Carpeaux, “um dos melhor definido na história da literatura: um movimento que surgiu na Alemanha por volta de 1800, conquistou logo a Inglaterra e, a partir de 1820, a França; depois todas as literaturas européias e americanas; e acabou nas tempestades das revoluções de 1848.” Mas, completa Carpeaux, o Romantismo é ao mesmo tempo, um dos conceitos mais indefinidos, inclusive em razão do passado literário de cada nação: “Não somente é impossível defini-lo; qualquer tentativa de definição produz antinomias sem solução.”⁶²

⁶¹ Segundo Anatol Rosenfeld, o termo classicismo vem do latim *classis*, frota, e refere-se aos *classicis*, os ricos que pagavam impostos pela frota: “Um escritor ‘classicus’ é pois um homem que escreve para essa categoria mais afortunada da sociedade. Tal foi o sentido inicial, como ela aparece em Áulio Gélío, fonte da primeira menção que se tem da palavra: ela significa aí um autor de obras para as camadas superiores.” Posteriormente, o vocábulo assume várias significações, passando a referir literaturas modelares, o apogeu da cultura de uma nação, e conceito estilístico de certa fase padrão da arte grega e romana. Cf. Anatol ROSENFELD, J. GUINSBURG, “Romantismo e Classicismo” in J. GUINSBURG (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 282. Vemos assim o rompimento que o Romantismo deflagra com o classicismo. A esse respeito Gramsci propõe que “o Romantismo assumiu, entre outros significados, o de uma particular relação ou ligação entre os intelectuais e o povo, a nação”. Cf. Antonio GRAMSCI. *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 67.

⁶² E Carpeaux exemplifica com Goethe: “Os franceses consideram Goethe como romântico; para os alemães, Goethe é o maior classicista. As duas partes dispõem, igualmente, de argumentos irrespondíveis para defender suas respectivas teses: o subjetivismo de Goethe é romântico, mas sua forma de expressão é indubitavelmente clássica.” Entre os franceses, prevaleceria o erudito, com uma teoria literária racionalista submetida ao bem ordenado pensamento cartesiano; entre os ingleses, se imporia a força criadora do entusiasmo, a genialidade; e assim sucessivamente no Romantismo alemão,

Para Alfredo Bosi, “à falta de uma definição que abrace, no contorno de uma frase, a riqueza de motivos e de temas do movimento [romântico], é comum recorrer ao simples elenco destes, ocultando no mosaico da análise a impotência da síntese.”⁶³

Fruto de mudanças estruturais do mundo ocidental - Revolução Industrial, independência dos Estados Unidos da América, Revolução Francesa, ascensão do capitalismo - o Romantismo, para além de um movimento puramente estético ou literário, encontrou ressonância em termos de religião, política, economia, filosofia. O Romantismo europeu, que para alguns autores estende-se desde meados de 1760 a meados de 1860, embora centrado no individualismo, na experiência pessoal, na imaginação predominante sobre a razão, foi também aberto aos problemas de sua época, procurando “ardentemente contribuir para o advento de uma sociedade nova, mais justa, mais livre e mais esclarecida do que o *ancien régime* que se esboroava por toda a Europa”.⁶⁴

Na historiografia, segundo Jacó Guinsburg, o Romantismo aprofunda “a trilha aberta por Vico, o grande precursor da sócio-história da ‘sociedade civil’ e do historicismo. (...) O discurso histórico sofre mudança revolucionária. Deixa de ser meramente descritivo e repetitivo, para se tornar tanto interpretativo quanto formativo, genético.”⁶⁵ É interessante assinalarmos que, na Europa, a produção do discurso histórico esteve intrinsecamente ligada às Universidades. Já na América Latina, a historiografia esteve associada ao Estado, a Institutos, Salões, Agremiações, até porque

espanhol, etc. Cf. Otto Maria CARPEAUX, “Prosa e ficção do Romantismo” in J. GUINSBURG (org.) *O Romantismo*. ob. cit. pp. 157 – 166.

⁶³ Alfredo BOSI. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994. p. 91.

⁶⁴ Cf. Vitor Manuel Aguiar e SILVA. *Teoria da Literatura*. ob. cit. p. 556.

⁶⁵ J. GUINSBURG. “Romantismo, historicismo e história” in J. GUINSBURG. *O Romantismo* ob. cit. pp 13 - 21.

em alguns países, como o Brasil, as Universidades eram incipientes ou simplesmente não existiam. Como lembra Jorge Myers, embora algumas cidades como Córdoba, México, Lima tenham criado universidades já no século XVI, poucas vezes a construção do discurso histórico se deu no âmbito das universidades ao longo do século XIX, momento em que efetivamente se constitui esse discurso. Citando algumas exceções, como a Universidade do Chile, Jorge Myers considera que, na América Latina, “ (...) a universidade raras vezes se converteu efetivamente no âmbito desde o qual se gerasse um discurso durante os anos românticos, funcionando em troca como instância legitimadora dos discursos que circulavam na sociedade.” Ao mesmo tempo, segundo Myers,

Pode-se afirmar, sem demasiado risco de faltar a verdade, que a época romântica constituiu o momento historicista par excellence no desenvolvimento da tradição intelectual continental. Foi então que a história, evadida dos limites canônicos que a crítica tradicional havia imposto à historiografia, invadiu todo o discurso literário embaralhando assim os limites entre a história stricto sensu e a ficção narrativa e, num sentido muito mais vasto, entre discurso mimético e discurso utópico.⁶⁶

As sociedades literárias foram o local onde tanto o discurso histórico quanto o literário se conjugaram para elaborar a construção da nação não só pela ausência de um ambiente acadêmico como também pelo fato de que o público leitor era exíguo. Com poucos leitores, o gosto literário bem como a opinião pública eram bastante frágeis. Dessa forma, foi no seio das próprias instituições culturais que se legitimaram os discursos frente ao conjunto da sociedade. No Brasil o Instituto Histórico e Geográfico e

⁶⁶ Jorge MYERS “Hacia la completa palingenesia y civilización de las naciones americanas: literatura romántica y proyecto social, 1830 – 1870” in Ana PIZARRO (org.). *América Latina : palabra*,

na Argentina o Salão Literário de 1837, foram marcos dessas instituições culturais. Além disso, muitos escritores e historiadores, seguiram carreira política ou ocuparam altos cargos públicos, o que, de certa forma, também conferia legitimidade a seus discursos. Como assinala José Myers, a maior parte dos escritores românticos latino-americanos teve uma relação privilegiada com o poder. No caso brasileiro, Francisco Adolfo Varnhagem foi diplomata, Visconde de Taunay além de militar foi deputado e presidente de província, Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias foram diplomatas, José de Alencar foi deputado e ministro da Justiça, para citarmos alguns escritores. Entre os argentinos, o historiador Bartolomeu Mitre e o escritor Domingos Sarmiento chegaram a presidência da República, o poeta Juan Maria Gutiérrez foi Ministro de Relações Exteriores, Juan Bautista Alberdi foi diplomata. Estes exemplos são paradigmáticos da forma como a “cidade letrada”⁶⁷ se articulou com o poder ao longo do século XIX.

No Brasil, a produção do discurso histórico se dá a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico que procurava, urgentemente, organizar um grande documento histórico para Brasil.⁶⁸ O Instituto coleta antigos documentos, como cadernos de vereanças, documentos das secretarias, arquivos e cartórios civis e eclesiásticos das províncias, documentos dos jesuítas, memórias de viagens, relatórios, acordos, tratados, crônicas, relatos e quanto mais fosse. A proposta de criação do Instituto foi feita pelo marechal Raimundo José da Cunha Matos e pelo Cônego Januário Barbosa, pela Igreja e

literatura e cultura – Emancipação do Discurso, vol. 2. São Paulo: Memorial; Campinas: EdUNICAMP, 1994. p. 223

⁶⁷ A expressão é de Angel RAMA. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁶⁸ Cf. J. H. RODRIGUES. *Teoria da História do Brasil*. Ob.cit. Cf. Nelson SCHAPOCHNIK. *Letras de Fundação: Varnhagem e Alencar - projetos de narrativa instituinte*. Dissertação de Mestrado em História, FFLCH/USP, São Paulo, 1992. Cf. Jefferson CANO. *O fardo dos homens de Letras – o ‘orbe literário’ e a construção do império brasileiro*. Tese de Doutorado em História, IFCH/UNICAMP, Campinas, 2001.

pelo Exército, portanto. Antes da criação do Instituto, como informa José Honório Rodrigues, o que existia era pesquisa individual: “A pesquisa histórica no Brasil nasceu com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (...) A sessão de 1º de dezembro de 1838 marca, por conseguinte, não só a primeira iniciativa no campo da periodização da história no Brasil como também a primeira proposição de pesquisa e conquista de fontes”.⁶⁹ Dentro do objetivo de definir uma abordagem própria à história do Brasil, o Instituto lança um concurso, com premiação em dinheiro, para trabalhos que produzissem um “plano para se escrever a história ‘antiga’ e ‘moderna’ do Brasil, organizada de tal modo que nele se compreendessem as partes política, civil, eclesiástica e literária”.⁷⁰

Temos pois, que o próprio nascimento da historiografia no Brasil vem associado à produção literária, como proposto por Maria Beatriz Nizza da Silva: “dois aspectos fundamentais da produção histórico do início do século XIX: por um lado, a história, conquanto parte integrante das belas letras, ou daquilo que então se entendia por literatura, devia recorrer a um estilo simples, pouco ornado, pois o seu propósito era a verdade; por outro lado a história, no âmbito nacional, aparece como uma construção demasiado monumental e ambiciosa, sendo lugar-comum entre os historiadores de então dizer que escreviam apenas memórias”.⁷¹

⁶⁹ José Honório RODRIGUES. *A pesquisa histórica no Brasil*. ob. cit. pp. 37 - 38.

⁷⁰ Cf. Nelson SCHAPOCHNIK, *Letras de Fundação*, ob. cit. p. 33. No concurso promovido pelo Instituto Histórico, se inscreveram J. Wallestein com *Memória sobre o plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil* e C. F. P. Von Martius com *Como se deve escrever a história do Brasil*, esse último o vencedor.

⁷¹ Maria Beatriz Nizza da SILVA. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808 – 1821)*. ob. cit. p. 192. Extensas análises de como os projetos literário e histórico se orientaram num mesmo discurso, em meados do século XIX, foram feitas por Nelson Schapochnik e Jefferson Cano. Ver Nelson SCHAPOCHNIK. *Letras de fundação: Varnhagem e Alencar – projetos de narrativa instituinte*. ob.

Da mesma forma que a historiografia procurava construir a nação, também a literatura assumiu esse compromisso. Buscava-se definir uma literatura nacional, muito embora, como refere Antonio Candido, não se soubesse exatamente o que isso queria dizer: “Para uns [a literatura nacional] era a celebração da pátria, para outros o indianismo, para outros, enfim, algo indefinível mas que nos ‘expressasse’. Ninguém saberia dizer com absoluta precisão; mas todos tinham uma noção aproximada (...). Construir uma ‘literatura nacional’ é afã, quase divisa, proclamada nos documentos do tempo até se tornar enfadonha”.⁷²

Para a difusão dos romances que então começavam a se estabelecer, o jornal foi veículo central, na forma conhecida como romance-folhetim. Praticamente todos os romancistas brasileiros do Oitocentos, de Joaquim Manoel de Macedo a Machado de Assis, publicam seus romances em jornais. O romance-folhetim fez relativo sucesso no Brasil ao longo do século XIX, ocupando um espaço inicialmente considerado “menor” nos jornais, o rodapé, e geralmente tratando de temas “leves” como tramas amorosas, paixões, traições, mortes, roubos, fugas. Despertavam grande interesse do público leitor em parte devido à estratégia de deixar “para o próximo capítulo”, ou seja para o próximo número do jornal, determinadas passagens que definiam partes empolgantes do romance. Essa estratégia, segundo Marlyse Meyer, foi inventada

(...) por um esperto jornalista francês, Émile de Girardin, após a revolução burguesa de 1830, que viu alargar-se o potencial de um público leitor para os jornais. Aproveitando-se da mania ficcional, que os gabinetes de leitura cada vez

cit.. Jefferson CANO. *O fardo dos homens de letras – o ‘orbe literário’ e a construção do império brasileiro*. ob. cit.

mais numerosos testemunhavam, Girardin, mais um sócio – que haveria de pirateá-lo imediatamente -, lança em 1836 um jornal em cujo rodapé publica-se um fragmento de um romance já conhecido, que ‘haverá de continuar-se amanhã’. (...) O ‘folhetim-romance’, como foi de início denominado, não só não nasceu feito, como não se cristalizou num molde rígido. Ele tem uma história que se inscreve nas grandes mudanças da história que o engendrou.⁷³

Na França de início e mais tarde na Europa em geral, a publicação do romance-folhetim contribuiu para que amplos setores da população pudessem ter acesso a essas obras, inclusive as classes mais populares; ao mesmo tempo constituiu-se como um eficaz gancho de vendas e lucros financeiros, diferentemente do que ocorreu no Brasil e na América Latina, onde a falta de um público leitor mais amplo, dada a sociedade majoritariamente analfabeta, impediu que o romance-folhetim tivesse igual sucesso financeiro. Segundo Jorge Ruedas de La Serna:

Se a novela de folhetim francesa alcançou amplos setores da sociedade e entre eles, as classes populares entre as quais recrutou seus leitores prediletos, isto evidentemente não poderia ocorrer em sociedades majoritariamente analfabetas e onde os jornais e revistas eram um artigo de luxo. Aqui [na América Latina] a edição de publicações periódicas eram empresas improdutivas que com frequência consumiam fortunas fidalguescas. (...) A ausência de leitores impediu que a novela de folhetim na América Latina se desenvolvesse na forma que o fizeram

⁷² Antônio CANDIDO. *Formação da literatura brasileira*. 2º vol. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 10.

⁷³ In *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1998. pp. 13 e 14. A respeito das diversas denominações e das transformações pelas quais passou o romance folhetim, ver da mesma autora *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

seus modelos. Para os autores nativos, o lucro literário era algo impensado, para os editores a novela seriada foi um benemérito obséquio improdutivo.⁷⁴

Inclinamo-nos a concordar com Jorge Rueda de la Serna posto que, embora não contemos com dados oficiais, o número de leitores no Brasil não era tão expressivo⁷⁵ até meados de 1860, data em que aparecem as primeiras estatísticas sobre o número de alfabetizados em nosso país. De modo que, se na Europa em geral o folhetim era literatura dirigida também às classes populares, cremos que no Brasil tal não ocorre, pelo menos com o sucesso que obteve na Europa, muito simplesmente porque as classes populares não sabiam ler. Além disso, jornais e livros no Brasil eram produtos relativamente mais caros que na Europa, pois tanto não tínhamos a mesma tradição de impressão quanto o próprio papel e maquinário eram importados. Estudando os romances, contos e novelas publicados no Brasil nas primeiras décadas do século XIX, Maria Beatriz Nizza da Silva constata que sem dúvida havia um público leitor para essas obras, todavia “o grande problema é o de saber que faixa social consumia estes contos e novelas (...) Temos, contudo, de deixar em suspenso a questão do público consumidor deste tipo de produção literária, pelo menos enquanto não dispusermos de uma abundância de fontes (...)”.⁷⁶

⁷⁴ Cf. Jorge Ruedas de LA SERNA. “La novela romântica como documento de interpretación para la história de las ideas en el siglo XIX” in: *Revista de História de América*, nº 99, México: Instituto Panamericano de Geografía e História, enero-junio de 1985.

⁷⁵ Assim, supomos um tanto superlativos os adjetivos de Meyer, em *Folhetim, uma História*, ao se referir ao folhetim francês em nosso país: “avassaladora presença do folhetim francês no Brasil” (p. 279), “erupção prestes a sacudir” (p. 281), “fulminante ofensiva folhetinesca” (p. 282); essa não era exatamente a opinião compartilhada por intelectuais da época, a exemplo de Machado de Assis (aliás citado pela autora): “Uma das plantas européias que dificilmente se tem aclimatado entre nós, é o folhetinista”. Machado de Assis, *apud* Marlyse MEYER. *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*. ob. cit. p.110.

⁷⁶ Maria Beatriz Nizza da SILVA. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808- 1821)*. ob. cit. pp. 213 - 214.

O “benemérito obséquio improdutivo” dos autores latino americanos, como refere Jorge Rueda de la Serna, confirma-se plenamente no caso de Carvalho Guimarães porque, como veremos, foram permanentes as dificuldades financeiras que cercaram os editores do *Ostensor Brasileiro* e, particularmente, Carvalho Guimarães.

É importante destacarmos que, num momento em que irrompem muitas traduções de romance folhetim principalmente franceses, que a “moda literária” é o romance francês e em menor escala os romances ingleses, portugueses, e alemães⁷⁷, o *Ostensor* só publica romances “brasileiros” e com temáticas “brasileiras”, seguindo a linha editorial proposta pelo editores. Aliás, uma nota peculiar ao *Ostensor* é que os romances ocupam um espaço diferenciado no jornal. Como vimos, geralmente o romance-folhetim ocupava o rodapé dos jornais, espaço que, em suas origens européias, era considerado de menor importância, reservado às notícias variadas consideradas mais leves. Esse espaço também foi mantido nos jornais brasileiros. Como refere Marlyse Meyer: “Vamos observar, sempre guardadas as devidas proporções, fenômenos análogos no lado brasileiro. Nota-se no jornalismo brasileiro o que se pode chamar imitação servil do modelo francês”.⁷⁸ Em princípio, parece-nos questionável o epíteto “imitação servil do modelo francês”. Na verdade, e é a própria obra de Marlyse Meyer que o sugere⁷⁹, no momento em que o romance folhetim está se estruturando, em torno da década de 1830, ocorre uma intensa “troca de influências” entre ingleses, espanhóis, franceses, suíços, portugueses, compondo, a nosso ver, um caldo cultural que resultou no sucesso do novo gênero.

⁷⁷ Cf. Nelson SCHAPOCHNIK. *Os jardins das delícias*. ob. cit.

⁷⁸ In *Folhetim – uma história*. ob. cit. p. 32.

⁷⁹ Idem, pp. 32- 47

No caso de Carvalho Guimarães, nem o autor refere-se a seus romances como “folhetim”, nem a própria estrutura ou tema de seus romances imita os franceses; pelo contrário, como veremos adiante, critica-os. Além disso, *A Cruz de Pedra* é publicado primeiro em livro, posteriormente em jornal, diríamos mesmo que num “caminho inverso” ao do romance-folhetim.

O afflicto coração!... Lá vejo a morte
 Fitae-me de olhos secos luctos de lá!...
 De longe me sorrirá a paz do tomado!...
 O sol me estende a mão gelada...
 Meditando sorrir lhe escorrega os lábios...
 Bem vindo seja: não sinto a solidão
 Das fadigas da vida recua na praça.

J. A. de Lemos Magalhães.

A GUERRA DOS EMBOABAS.

ROMANCE HISTÓRICO.

CAPIÍTULO VIII.

Em lembrança de rei.

Estudando o romance que em
 meu governo se deitam verem com
 qualquer aliço. Em certos países o
 governador tem retidos, que aliço
 se comove no caso de guerra, para
 que entendam, que visitando-se
 d'aquele modo, se que possivelmente
 o não possa fazer, tomava os pau-
 llas de volta de um seu presépio.

(Folio de padre Balthazar de Paula L. 1738.)

Corria dia do março do anno de Senhor
 1710: a villa de S. Paulo, toda gozosa, e em
 grandes regozijos, apresentava hum espectáculo
 nunca visto, porque nesta occasião quasi espanta
 os prazeres e festas eram sempre misturadas com
 sangue, ou lagrimas, e era por digno causa. Es-
 creveram alguns mal-intencionados, ou igno-
 rantes, que os primeiros povoadores da capitania
 de S. Paulo foram bandos de salteadores, fu-
 gidos do capão, e degradados, que a corrupção
 lançou de si, e que ha pouco exacto, como
 da historia se vê claramente; e como as pro-
 prias mentiras tem alguns fim a que se encon-
 tram, os tres, por desculparem seu ardejo. Qui-
 zeram achar na vida aventureira e perigosa, a que
 os paulistas foram sempre inclinados, a verdade de
 que diziam, e desculpando-se affirmavam; sem
 que se lembrassem que os descobridores e po-
 voadores da terra da Vera Cruz eram d'aquelle
 não aventureira e determinanda, que atra-
 vessou por descobridores marcos do extraneo
 oriente ao occidente, sem mais morte que seu
 querer e vontade. Haescriptores muy lidos
 em romances de cavalleis, solheirantes, e ho-
 rras si enxergaram rasões nas descobertas, e
 ignotes viagens dos fillos de S. Paulo através
 dos mysteriosos sertões do Brasil; visto não
 deos com elles! se até esta nome cidade de S.
 Sebastião do Rio de Janeiro elles desvi-
 ram, e viraram, quanto mais a capitania
 de S. Paulo, lá no meio dos matos, que tanto

mais põem a ignorantes?! A mania de todos
 os paulistas: a sua natural inclinação para as
 empresas arriscadas he conhecida; o trato com-
 mercial, e a agricultura avellosa, e modifica
 os costumes barbaros, e os fillos de S. Paulo
 não se davam nem a luz, nem a outra; e
 sde de airo, mal de todo o mundo, quem eu
 que fosse muy pronunciada acesos homens, que
 tudo arriscavam, a mesma alma para obtê-los:
 mas serião estes factos motivo bastante para se
 dizer que os primeiros povoadores de S. Paulo
 foram bandos de salteadores?!... Grande pro-
 libes digo eu em quanto digo, e desta não po-
 dem elles facturar-se; porque viveis em toda a
 parte as mulheres e fillos bestimam-se, quando
 humo guerra leva para longe de si os seus
 queridos; mas em S. Paulo em humo celoso, e
 humo airo não visto e pranto por aquelles que
 se iam, antes com arrogancia indigna da
 terra, eram ellas que os escoravam, não a
 defender a patria contra estranho inimigo,
 mas a honra de Minas a decrarar o sangue de
 christos e parreias, e tudo por causa do airo,
 de sorte que a colheja de descobertas era humo
 virtude, que poucos vêes encontra humo mu-
 lher. Quando se preparavam as expedições ar-
 riscadas de descoberta, era para ver como lodas
 ponda de parte a natural saudade, ferozes e
 cubicosas se regozijavam com os esperados fructos
 da tão ardua trabalhosa na volta, a primeira
 ventura, e primeira agraça era saber se ha-
 viam achado ouro, diamantes, escravos! Mas
 aliço ventura não eram salteadores, eram quanto
 quizerem, menta isso. Ora, segundo a que le-
 vamos dito, era espectáculo nunca visto, aquelle
 que apresentava a villa de S. Paulo em certo
 dia do março de 1710: as ruas cheias de flores
 as janelas de arde e rios collos de Indis,
 as mulheres com suas lampiões; e sobre todo
 os de contentamento, que transitava em todos
 os semblantes, annunciavam alguma coisa de
 extraordinaria. Os hoies de villa muy affec-
 tados revestiram-se tambem de alegria, mas des-
 parvando-se, acediam como mandados para humo
 formosa praça, onde parecia haver grande
 festa, em o lugar deada guria todo aquelle
 contentamento, porque eram ali se adojuar e
 riqueres mulheres; não em ad dos populares,
 nem se das nobres, ou rias, este ajuntamento,
 que, em meio dos prões, lá se enxergavam
 solheis casallas com seus airoes de guerra, e
 preciosas marças, ou rias de rias, e lra-
 cado, com que elles poucos escoravam abo-
 muy desvanecidos, dando-se-lhe puz, de nam.

Reprodução do início do capítulo VIII de *A Guerra dos Emboabas*. Podemos observar como o romance ocupa quase toda a página do jornal e não apenas o rodapé, como era usual nos romances-de-folhetim.

Ainda na perspectiva de acentuar a particularidade de Carvalho Guimarães, vale destacar o espaço que o *Ostensor* concede aos romances no jornal pois, mesmo publicando os romances aos capítulos, estes ocupam colunas de páginas inteiras, e não apenas o rodapé, além de, às vezes virem já na primeira página do exemplar. Estaria aí uma preocupação de Carvalho Guimarães, não atribuindo ao romance o “espaço marginal” do rodapé. Pelo contrário, muitas vezes o romance parece-nos o núcleo central do *Ostensor*.

Inscrito no projeto romântico estava, pois, o compromisso dos escritores com a construção de uma cultura nacional e portanto cômicos da aplicação social de sua literatura, embora, segundo Candido, não tenham produzido uma “grande literatura”.⁸⁰ É importante salientarmos que o grande ausente do projeto romântico foram as populações afro-brasileiras. Como refere Renato Ortiz, as etnias africanas estavam excluídas do conceito de povo, resultando disso que no Romantismo pouco se tem a respeito das populações africanas: “Em sua bricolage de uma identidade nacional, o Romantismo pode ignorar completamente a presença do negro”.⁸¹

Segundo Jefferson Cano, a emergência dos conceitos de “nação” e “povo” foi o paradigma intelectual das gerações românticas. Investigando a produção dessa geração, Cano conclui que “Mesmo quando separados pela filiação partidária, ou pela participação na proteção oficial, todos esses escritores atribuíam a si mesmo e às suas obras um importante papel na construção de um estado nacional”.⁸² Como característica

⁸⁰ Idem, p. 102

⁸¹ Renato ORTIZ. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense 1985.

⁸² Cano investiga, entre outras, as obras de Varnhagem, Von Martius, Justiniano José da Rocha, Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu, Joaquim Manoel de Macedo, Manuel Antonio de Almeida, José de Alencar, Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, Bernardo Guimarães, Machado de Assis. Jefferson CANO. *O fardo dos homens de letras*, ob. cit.

predominante da literatura romântica estava a preocupação em expressar a originalidade brasileira em relação a Portugal, a elaboração de uma literatura patriótica como elemento de construção nacional.⁸³ O papel da literatura na constituição do nacional também foi pensamento dominante, de maneira generalizada, entre os escritores românticos latino-americanos.

Segundo Gerald Martin, em termos de América Latina foi na Argentina que o Romantismo, visto como aspiração coletiva, apareceu mais cedo do que em qualquer outro país.⁸⁴ No Salão Literário de 1837, como ficou conhecida a instituição patrocinada pelo livreiro Marcos Sastre, os românticos argentinos fizeram sua primeira aparição pública proclamando a unidade, e não apenas a coexistência que houvera até então, entre a política e a literatura. Esta unidade da atividade poética com a política foi uma noção comum ao pensamento romântico em todos os países do continente, porém no caso argentino, acentua José Myers, o autoritarismo do governo de Manoel Rosas provocou a uma exacerbação desse sentimento de unidade, “dando-lhe uma projeção institucional na forma de organizar as sociedades literárias que não teriam em outras partes. (...) Durante todos os anos do rosismo (1835 – 1852), as sociedades literárias argentinas teriam este caráter relativamente politizado, e as modalidades de sociabilidade que daqueles âmbitos surgiriam ressentiriam claramente essa influência”.⁸⁵ Durante o governo Rosas, muitos desses escritores exilaram-se no Uruguai, Chile, Brasil, com passagens pela Europa e Estados Unidos. A obra desses autores contemplou vários gêneros – jornalismo

⁸³ Antonio CANDIDO. “A literatura durante o Império”. In Sergio Buarque de HOLANDA (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. vol. 3, São Paulo: DIFEL, 1967. p. 343

⁸⁴ Gerald MARTIN “A Literatura, a Música e Arte na América Latina da Independência a 1870” in Leslie BETHEL (org.) *História da América Latina: Da Independência a 1870*. vol. III, São Paulo: EdUSP/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001. p. 855.

⁸⁵ José MYERS. *Hacia la palingenesia ...* ob. cit. p. 231.

político, poesia, romances, história, filosofia – e em todas, marcadamente, a temática comum é a nação. Como refere Myers, “Toda sua obra [da geração de 37], em qualquer gênero, acerca de qualquer tema, devia estar necessariamente dependente das necessidades que impunha um país novo, cuja tarefa primordial era alcançar um conhecimento adequado de sua própria realidade, para assim poder definir sua identidade nacional”.

Como projeto comum, tanto entre os escritores brasileiros quanto entre os argentinos, de resto entre os demais românticos latino-americanos, estava pois a tarefa de estudar e interpretar a cultura de seus países, e ao mesmo tempo criar uma literatura nacional, que completasse no plano cultural as recentes independências políticas. Vale lembrar que, à época, não havia uma teoria que definisse o que seria a nação. Como demonstra Eric Hobsbawm, o conceito de nação é posterior à própria formação do Estado-nação. Segundo Hobsbawm, em meados do século XIX, na Europa, para que um povo, em seu território, pudesse ser classificado como nação, era necessário que fosse capacitado para a “conquista”, que tivesse uma cultura longamente estabelecida e que houvesse uma associação histórica ente o povo e o Estado.⁸⁶

Vejamos, em nosso caso, como se pensava a “nação”.

3. Idéias de nação

Na Quarta feira, 24 de outubro de 1845, o Jornal *Commercio del Plata* publicava, na coluna Variedades, o seguinte:

⁸⁶ Cf. ERIC HOBSBAWM. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Extrato do diário de um viajante inglês: Fazia já três dias que viajava sem rumo na ilha, ignorando se era deserta ou se a povoavam selvagens, quando descobri, à beira do mar, uma forca com seu correspondente enforcado; ‘graças a Deus’, exclamei então, ‘não há dúvida de que estou em um país civilizado’.⁸⁷

Aprendemos, nesta anedota, o espírito irônico de uma discussão candente entre intelectuais latino-americanos no século XIX: o debate entre barbárie e civilização.

Na Argentina este debate se deu entre unitários *versus* federalistas, os primeiros autodenominando-se “civilizados” (associados principalmente à “cidade”, Buenos Aires) enquanto atribuíam a “barbárie” aos federalistas (associados principalmente ao homem do campo, os *gauchos* e os caudilhos). Embora, como lembra Jorge Myers, a primeira geração⁸⁸ dos escritores românticos inicialmente tenha se mantido afastada tanto dos unitários quanto dos federalistas, durante o segundo governo de Rosas aqueles escritores assumiram posições anti-rosistas e em alguns momentos aproximaram-se dos unitários.

⁸⁷ In: *Comercio del Plata*, nº 21, viernes, 24 de octubre de 1845, p. 4. Este jornal, fundado em 1º de outubro de 1845 pelo argentino Florêncio Varela quando este vivia em Montevideo, serviu de veículo para a intelectualidade portenha exilada pelo regime de Rosas exercer sua crítica, ferrenha, aos federalistas e ao mesmo tempo pregar suas concepções sobre literatura e sobre nação. Entre os intelectuais agrupados em torno do *Comercio del Plata* estavam Mármol e Alberdi, colaboradores também do *Ostensor Brasileiro*.

⁸⁸ Também chamada Geração de 37, se estruturou a partir de um grupo de intelectuais que se reunia na livraria de Marcos Sastre, dando origem ao Salão Literário de 1837. Desse grupo fizeram parte Esteban Echeverría (1805 - 1851), Juan Bautista Alberdi (1810 - 1884), Juan María Gutierrez (1809 -1878), Domingos Faustino Sarmiento (1811 - 1888), Bartolomé Mitre (1821- 1882), Vicente Fidel Lopes (1815 - 1904), José Mármol (1807 -1882). Essa primeira geração, que engloba o período de 1830 a 1845/46, publicou principalmente através de jornais, suas concepções sobre filosofia, história, romance, poesia, com uma problemática comum: o debate sobre a “nação”, sobre o Estado Nacional, afastando-se da Igreja Católica, particularmente dos jesuítas. No governo Rosas, a maioria desses intelectuais vive exilada no Uruguai, Chile e Brasil. É importante acentuar que alguns românticos não compartilharam dos ideais unitários, à exemplo de Esteban Echeverría que não defendia a centralização de Buenos Aires.

No Brasil, ainda que com outra configuração⁸⁹, tal discussão também se apresentava aos escritores românticos, particularmente a partir da segunda metade do século XIX, para muitos dos quais a “barbárie” estava na manutenção da escravidão indígena e africana.

Em ambos os países, o modelo de civilização, via de regra, veio da Europa. Na esteira da antinomia barbárie-civilização, articulava-se o debate sobre o nacional que, como vimos, foi tema essencial ao projeto dos escritores românticos, muito embora, como refere Antonio Candido, não se soubesse exatamente o que era a nação. Aliás, imediatamente após o Sete de Setembro de 1822 a situação tornara-se deveras complicada: afinal, de um dia para outro, quem seriam os brasileiros?⁹⁰

Como nexos comuns, vinculando os escritores românticos argentinos e brasileiros, encontramos as aspirações de construir a nação, a tarefa de “pensar” a pátria. Para concretizar essa tarefa, defendiam a criação de escolas públicas para “educar o povo”, embora para alguns não fizessem parte do povo nem os indígenas nem os afro-

⁸⁹ Em nosso caso a “barbárie” não estava em partidos ou correntes políticas, mas sim relacionada à escravidão. Na Argentina o debate político dessa oposição teve um marco fundador no antológico *Facundo - civilización y barbárie*, de Domingos Faustino Sarmiento. Publicada durante seu exílio chileno, inicialmente como folhetim entre maio e julho de 1845, no jornal chileno *El Progreso*, a obra reflete as concepções que Sarmiento atribui à barbárie federalista, personificada na biografia de Facundo Quiroga (1788 - 1835), mas sobretudo criticando Rosas. Cf. Domingos Faustino SARMIENTO. *Facundo - Civilización y barbárie*. Madrid: Alianza Editorial, 1988. Há muitíssimos trabalhos sobre essa obra a qual tem ocupado os intelectuais argentinos ao longo dos séculos XIX e XX. Dentre os trabalhos recentes, pode-se citar Noé JITRIK. *Muerte y Resurrección de Facundo*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1983; Luis Juan GUERRERO. *Tres Temas de Filosofía en las Entrañas da Facundo*. Buenos Aires: Editorial Docencia, 1981; ainda Julio RAMOS. “Saber del ‘Otro’: Escritura y Oralidad en el ‘Facundo’ de Domingos F. Sarmiento” In *Revista Iberoamericana*. vol. LIV, n. 143, 1988.

⁹⁰ Aqui cabe também a pergunta formulada por Carlos Guilherme Mota: quando o Brasil se descobre Brasil? Estudando o período entre 1817 e 1850, Mota considera que conceitos como “Nação”, “pátria”, “patriota” passam a ter um valor nunca antes experimentado, sendo que por volta de 1840-50 é que se consolida uma “idéia de Brasil”. Cf. Carlos Guilher MOTA. “Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). In Calor Guilherme MOTA (org). *Viagem incompleta (1500 - 2000) - Formação: histórias/a experiência brasileira*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000. pp. 197-238.

descendentes; preconizavam, e muitos o fizeram, a importância de escrever a história pátria e cuidaram de fazê-lo através da literatura. Era prática comum a intenção, nem sempre bem sucedida, de romper, na estética literária, com os modelos das metrópoles – “sem os visos da mãe pátria”, como diria Joaquim Norberto de Sousa e Silva -, de criar uma literatura própria destacando a originalidade de cada nação.

Evidentemente, quando nos referimos à idéia de nação, hoje, não podemos entender o mesmo defendido em meados do século XIX. A discussão sobre teoria da nação tem suscitado inúmeras controvérsias fundamentalmente acadêmicas mas também políticas e religiosas, desde meados daquele século. Ainda que passando ao largo dos múltiplos problemas que merecem atenção, mas para pontuar a importância da discussão sobre a nação, nos limitaremos a relacionar entre os escritos dos teóricos o que nos pareça necessário para nossa tese, e a referir brevemente distintas maneiras de ver procurando assim, deliberadamente, evitar as inúmeras controvérsias acadêmicas que compõem uma literatura que contempla, entre seus autores, renomados pesquisadores brasileiros e estrangeiros.⁹¹

⁹¹ É extensa bibliografia sobre o tema, desde a Teoria Social Clássica em autores como von Treitschke, Émile Durkheim, Max Weber, até autores contemporâneos entre os quais Eric Hobsbawm, Edward Said, Benedict Anderson, chegando aos recentes debates que a globalização e o neo-liberalismo têm suscitado a respeito de nação e nacionalismos, nas mais diversas áreas de conhecimento. No Brasil, os trabalhos de Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Raymundo Faoro, Octávio Ianni analisam a formação da nação e do Estado sob a ótica da Teoria Social. Na Antropologia, temos as investigações de Darcy Ribeiro. Ainda no sentido de acentuar a atualidade do tema, vale referir o ciclo de conferências ocorridas em 1999 no Rio de Janeiro e Curitiba, como parte das comemorações pelos 500 anos da chegada dos europeus, no qual cerca de 30 intelectuais nacionais e estrangeiros debateram a questão do nacional sob os mais diversos enfoques. Cf *Brasil 500 anos: experiência e destino - a invenção do estado-nação*. Rio de Janeiro: MEC/FUNARTE, Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1999.

Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, o conceito de nação é dinâmico. Na realidade o que é a nação?⁹² O que seria identidade nacional? O debate não é novo, mas segue sendo instigante e atual na medida em que assistimos, hoje, como processos simultâneos, o fortalecimento de nacionalismos e globalizações econômico-culturais impostas. Embora possa parecer uma idéia universal e determinante de nossos tempos, a nacionalidade não é uma característica inata do ser humano. Usualmente, costumamos pensar que uma nação é caracterizada por um povo em determinado território, sua língua, a religião cultivada, sua maneira de vestir-se e alimentar-se, suas relações sociais, sua organização jurídica. Ou simplesmente pela idéia de “pertencimento”. Apesar da inegável importância na história e na política mundiais, os teóricos do tema, sejam historiadores, sociólogos, críticos literários, políticos, filósofos, não arriscam uma definição de nação. Para Eric Hobsbawm, “(...) os últimos dois séculos da história humana do planeta Terra são incompreensíveis sem o entendimento do termo ‘nação’ e do vocabulário que dele deriva. Mas o que, exatamente? Aqui está o mistério”.⁹³ Da mesma maneira, para Benedict Anderson, “Com efeito, a nacionalidade é o valor mais universalmente legítimo na vida política de nosso tempo”.⁹⁴ Apesar da importância histórica, a categoria “nação” parece rebelde a conceituações. Como acentua Gilberto Gimenez, ao trabalhar a vertente política e a dimensão antropológica que envolve a nação em sua função política e sua função psicossocial, a nação pode ser

⁹² Clássica pergunta formulada já no século XIX por Ernest Renan em “Qu’est-ce que c’est une nation?” apud Eric HOBBSAWM. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. ob. cit. p.12.

⁹³ Eric HOBBSAWM. ob. cit. p.11. Conforme demonstra Hobsbawm, ainda não havia, na Europa de inícios do século XIX, uma teoria que desse conta de estabelecer o que seria uma nação. Esses conceitos se estruturariam ao longo do Oitocentos, posterior e não paralelamente ao estabelecimento dos Estados-nações.

⁹⁴ Benedict ANDERSON. *Comunidades Imaginadas – reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: FCE, 1997.

analisável como sociedade política em termos de “certa racionalidade jurídica e certa lógica de organização e legitimação do poder”, e ao mesmo tempo como uma comunidade *sui generis* a qual, para ser analisada, requer uma “psico-antropologia do imaginário”, uma vez que, sob o ângulo antropológico, a nação se apresenta como uma comunidade imaginada, invisível e anônima, construída segundo o modelo da família, da etnia e da comunidade religiosa.⁹⁵

A própria origem das nações é tema bastante controverso. Há autores que defendem as nações como criações divinas⁹⁶; outros sustentam que a nação e o nacionalismo são fenômenos modernos⁹⁷; há os que vêem a emergência das nações já na Idade Média⁹⁸; há autores que entendem que a nação é um fenômeno social que pode aparecer em todas as etapas da história.⁹⁹ Podemos assim inscrever a nação como fenômeno de longa duração e de extrema atualidade.¹⁰⁰

Ao pensarmos a questão do nacional, em termos de Brasil logo surgem, diríamos, preocupações mais imediatas, como a questão do território (um “país continente”), a questão étnica (temos, na composição do povo brasileiro, descendentes de várias nações

⁹⁵ Gilberto GIMENEZ, “Apuntes para una teoría de la identidad nacional” In *Sociológica – Identidad nacional y nacionalismo*. Año 8, n. 21, Mexico, enero-abril 1993. pp. 13 a 29.

⁹⁶ Cf Schleiermacher e Herder *apud* Montserrat GUIBERNAU. *Nacionalismo – o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997. P. 57 e 58.

⁹⁷ Eric HOBBSBAWM, ob. cit.; Benedict ANDERSON. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

⁹⁸ GUIBERNAU, ob. cit. p. 59 Para esta autora, “a estrutura dentro da qual a consciência nacional e a noção de pátria evoluíram na Europa estava estabelecida por volta do ano 1100”.

⁹⁹ Samir Amin *apud* Ricaurte SOLER. *Idea y cuestión nacional latinoamericanas – de la independencia a la emergencia del imperialismo*. Mexico, Siglo Veinteuno, 1980, pp. 18 e 19.

¹⁰⁰ Um panorama do atual debate, com as diferentes abordagens teóricas, pode ser visto em Gopal BALAKRISHNAN (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. Lamentavelmente, o organizador não inclui nessa coletânea a temática sob o ponto de vista da América Latina, ao nosso ver imprescindível num debate “globalizado” sobre as questões nacionais.

indígenas, africanas, européias e asiáticas),¹⁰¹ a questão da língua (embora a língua oficial seja o português várias nações indígenas falam diferentes línguas, bem como descendentes de europeus, africanos e asiáticos ainda falam suas respectivas línguas em pequenas comunidades), as questões culturais (diferentes religiões, diferentes hábitos alimentares). Nessa complexidade de variantes, o que nos sustentaria, então, como nação? A idéia de pertencimento? O modelo segundo certa racionalidade jurídica e certa lógica de organização do poder proposto pelo Estado? Sob a ótica do Estado, ao trabalharmos a construção da nação no Brasil, e demais países latino-americanos, não podemos deixar de lado questões como, por exemplo, a forma particularmente violenta pela qual o Estado, ao longo de sua história, tem se estruturado e submetido suas populações. Atendendo a interesses internos e externos do capitalismo, na América Latina, desde os processos de independência, o Estado tem dotado seus agentes de uma violência muito característica.¹⁰²

No caso particular do Brasil, sabemos que o século XIX caracteriza-se por uma permanente tensão entre tradição e ruptura¹⁰³ em variadas instâncias da vida nacional, ocorrendo ao mesmo tempo crises de acentuada instabilidade e momentos de fortalecimento político. Neste período, oficialmente Brasil vivenciou três regimes

¹⁰¹ Nesse sentido, a idéia de um povo em “fazimento”, como propõe Darcy Ribeiro. Darcy RIBEIRO. *O povo brasileiro – o sentido e a formação do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁰² A título de exemplo, pensamos nas ditaduras militares que se instalaram no governo dos Estados Latino-americanos entre os anos 60 e 80 do século XX. A esse respeito ver Hugo CALELLO. *Terrorismo de Estado y violencia psíquica*. Caracas, Trópikos, 1987. Do mesmo autor, *Los verdugos de la democracia*. Caracas, Alfadil Ediciones, 1988. Ver também Ricaurte SOLER, *Idea y cuestión nacional latino-americanas – de la independencia a la emergencia del capitalismo*.

¹⁰³ A expressão é de Alexandre Eulálio, para quem: “Anteriormente ao século XIX as mudanças constituem lentas e quase imperceptíveis transições, que jamais irrompem com a violência a que estamos acostumados hoje. Inovações científicas, ideológicas, técnicas e políticas – desde então e só então, passam a revolucionar fundo a vida em comum, com inteira transformação de idéias antes pacificamente aceitas pela cultura ocidental seja sobre o tempo cotidiano seja sobre o devir histórico.”

políticos: a Colônia, o Império e a República e, se considerarmos o interregno da permanência de D. João VI, tivemos ainda o curto “regime” de Reino Unido de Portugal e Algarves.

A formação do Estado brasileiro bem como a da nação brasileira se configura em tema de alta complexidade e tem motivado relevantes pesquisas, inclusive entre os historiadores. Investigando o período compreendido entre fins do século XVIII e princípios do XIX para analisar a emergência de uma identidade nacional brasileira, István Jancsó e João Paulo G. Pimenta acentuam a “extraordinária provisoriedade das formas e significados que caracterizam as situações de crise [os processos de independências], pois é dessa ordem o período de emergência dos novos Estados nacionais latino-americanos, o que se estende tanto à noção de *Estado* quanto à de *nação*”.¹⁰⁴ Propõem esses autores que durante os séculos XVII e XVIII, os “brasileiros” não se viam enquanto tal como nascidos na “colônia” e sim como nascidos na “província”: “ser paulista, pernambucano ou bahiense significava ser português, ainda que se tratasse de uma forma diferenciada de sê-lo.” Assim, um bahiense era um português da América, condição que o distinguia tanto dos reinóis, quanto dos paulistas como também dos portugueses de Portugal; lembram os autores que deste processo estavam excluídos indígenas e negros. Lendo cuidadosamente os *Autos da Devassa da Inconfidência* [sic] *Mineira*, os autores constatam que “Os envolvidos são ‘filhos de

cf “O século XIX – Tradição e ruptura” In Luis DANTAS, Berta WALDMAN (orgs). *Alexandre Eulálio – Escritos*. Campinas: EdUNICAMP/UNESP, 1992.

¹⁰⁴ Os autores referem ampla bibliografia, mais de 60 títulos a respeito da constituição do Estado e da nação brasileira, desde os clássicos já referidos até Emília Viotti da Costa, Carlos G. Motta, Lília M. Schwarcz. Cf. István JANCSÓ e João Paulo PIMENTA, “Peças de um mosaico - Ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira” in *Revista de História das idéias – História e literatura*, vol. 21. Coimbra, Instituto de História e Teoria das Idéias - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000. pp 389 – 440.

Minas', 'naturais de Minas'. A terra era o 'País de Minas', percebido como 'continente' ou como Capitania. Os 'filhos de Minas' viam-se também, é preciso lembrar, como 'filhos da América'". Em outra situação referida pelos autores, desta feita em inícios do século XIX, analisando documentos de sete deputados eleitos para representar o Brasil às Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa em 1822, transparece o que esses deputados entendiam por pátria, país e nação: "(...) *pátria* é o lugar de origem, da comunidade que os elegeu para representá-la nas Cortes.(...) não se confunde com *país*. Este é inequivocamente o Brasil (...) A *nação*, por seu turno, desloca-se para outra esfera (...) Bahia e São Paulo são suas *pátrias*, o Brasil é o seu país, mas a nação a que pertencem é a portuguesa".¹⁰⁵ Desse modo, no período analisado, não havia "Nada de *brasileiros*, nenhuma identidade política coletiva ultrapassando o regional". E completam:

(aos) projetos de futuro contrapostos corresponderam outras tantas definições de Estado, cidadania, condições de inclusão e exclusão, padrões de lealdade e critérios de adesão, cada qual descrevendo elementos do pacto tido como adequado para transformar comunidades em nação. Dessa forma, nunca se deve esquecer que a provisoriedade característica do período traduziu-se não apenas de idéias relativas ao *Estado*, mas também à *nação* e às correspondentes identidades políticas coletivas, eventualmente reveladoras de tendências à harmonização entre si ou, quando não, expressando irredutibilidades portadoras de alto potencial de conflito. (...) É preciso ter em mente que nas primeiras décadas do século XIX o conceito de nação, ainda que carregado de enorme fluidez, espalhava-se rapidamente pelo universo atlântico, deslocando-se para o centro dos ideários políticos. Ainda que comportando grandes variações de conteúdo, esta idéia sempre contemplava duas variáveis definidoras da comunidade cuja natureza

¹⁰⁵ Idem, pp. 390-391. Lembram ainda os autores, entre outros exemplos investigados, que para os revolucionários pernambucanos de 1817, os vocábulos nação, povo, pátria, patriota comportavam

pretendia expressar uma herança (memória e história) e um território, ambos comuns aos membros da nação.¹⁰⁶

Referimos esta investigação de Jancsó e Pimenta não apenas para exemplificarmos o quão complexa é a temática da nação no Brasil, mas também para acentuarmos que, retomando nosso recorte temático, o projeto romântico de constituição da nação pode ser visto não apenas “transplantado” da Europa e imposto ou imitado por intelectuais e políticos, mas teria encontrado aqui, também, um cadinho de condições, resultante das formas peculiares que se amoldaram ao longo do chamado período colonial, conferindo características particulares à idéia de nação. Em outras palavras, a consolidação da nação pode não ter repousado apenas nos pilares da monarquia, embora esta tenha sido a validação do projeto “dominante” ou pelo menos a que a historiografia mais fartamente tem registrado pela via dos escritores românticos.

Se no Brasil a década de 40 é marcada pela articulação da “construção” do governo monárquico de Pedro II, com liberais e conservadores alternando-se no poder, na Argentina vive-se o período de maior repressão do governo Rosas.¹⁰⁷ É o período mais cruel da perseguição aos opositores de Rosas, momento em que os escritores saem do país, exilando-se no Uruguai, Chile e Brasil. Vale lembrar que os federalistas

enorme ambigüidade.

¹⁰⁶ Idem, p. 423. Dentre a complexidade do tema, lembremos ainda as contribuições de Frei Caneca, por exemplo na sua *Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão e deveres deste para a mesma pátria*, escrita em 1822. Frei Caneca propõe que “(...) pátria do cidadão não é só o lugar em que ele nasceu, como também aquele em que fez sua morada e fixou o estabelecimento; ou levando as coisas no seu justo rigor, que pátria não é tanto o lugar que nascemos quanto aquele em que fazemos uma parte, e somos membros da sociedade.” In *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca* – Coleção Formadores do Brasil. São Paulo: Ed. 34, 2001. p 98.

¹⁰⁷ Juan Manuel Rosas foi governador da província de Buenos Aires de 1829 a 1833 e de 1835 a 1852, quando foi derrotado na batalha de Monte Caseros; nesse mesmo ano parte para o exílio na Inglaterra. Rosas construiu uma estrutura política baseada em acordos com caudilhos políticos das províncias,

partidários de Rosas, em nome do americanismo e contra a exploração inglesa, fortalecem o poder dos caudilhos e mantêm as classes populares exploradas e iletradas, distantes do processo “civilizador” dos unitários; estes, por seu turno, tendo em seus quadros membros das oligarquias europeizantes, defendiam o fim da “barbárie” caudilhista mas, como acentua Myers, faziam-se condescendentes com os interesses ingleses. Vale lembrar que o processo de formação da atual Argentina foi longo e complexo. No contexto da pós-independência, como vimos, duas grandes facções dividiam politicamente o país: aqueles que propugnavam um governo centralizador em Buenos Aires - os unitários - e os que advogavam a autonomia radical das províncias - os federalistas. As dissensões eram tão acirradas que só se pode falar em Estado Nacional organizado depois de 1862, com a chegada de Bartolomeu Mitre à presidência. Constantes e sangrentas guerras civis, assassinatos, prisões, exílios marcaram a história Argentina daquele período.¹⁰⁸ No Brasil, a conjuntura política no momento em que Carvalho Guimarães edita o *Ostensor* e publica seus romances, é marcada por sucessivas crises entre conservadores e liberais¹⁰⁹, assim como de conflitos entre as classes governantes e o chefe do governo, Pedro II, decorrentes, entre outras razões, da articulação do Golpe da Maioridade.

como Facundo Quiroga, natural de La Rioja, que lhe permitiu governar toda a Argentina por mais de vinte anos sem que caracterizasse um governo central como queriam os unitários.

¹⁰⁸ CF. WASSERMANN, Claudia. “A Formação do Estado Nacional na América Latina: as emancipações políticas e o intrincado ordenamento dos novos países” in Claudia WASSERMAN (org.) *História da América Latina: cinco séculos*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1996. pp. 178 – 215.

¹⁰⁹ De 1838 a 1849, liberais e conservadores revezaram-se no poder (que significava ter a maioria na Câmara, nos ministérios e demais cargos públicos na corte): de 1836 a 1840 a maioria era dos conservadores; de 1840/41, foram os liberais; de 1841/44, conservadores; de 1844/48, liberais (também chamados de luzias); de 1848/53, conservadores (saquaremas); a partir de 1853 inicia-se a Conciliação, com representantes dos dois partidos, que marcaria a política imperial até inícios da década de 1870, quando são criados os Partidos Republicanos. Para uma leitura mais detalhada das ondulações políticas do período, veja-se Paulo Pereira CASTRO, “Política e administração e 1840 a

No momento, pois, em que as elites conservadoras brasileiras defendiam a monarquia, e boa parte ainda defendia a monarquia portuguesa no Brasil, Carvalho Guimarães edita um jornal publicando autores que claramente defendem a República. Publicando Mármol e Alberdi, então exilados no Brasil, intelectuais defensores do liberalismo republicano na Argentina, estaria Carvalho Guimarães defendendo a república brasileira? Poderia, desse modo, por vias subterrâneas e pouco palmilhadas pela historiografia, ter se desenvolvido idéias de nação que pensavam o Brasil inserido no contexto latino-americano?

1848” In Sergio Buarque de HOLANDA (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico – Dispersão e Unidade*. São Paulo: DIFEL, 1976. pp. 509 – 540.

Capítulo II

História e literatura em Carvalho Guimarães

(...) só temos em vista deixar por aí este pequeno brado
para que a geração futura pondere o que vós
poderíeis ter feito, e o que não fizestes (...)

Carvalho Guimarães – *Ostensor Brasileiro*, p.6

1. Notícia biobibliográfica sobre Carvalho Guimarães

Como um *post scriptum*, ao final do romance *Jerônimo Barbalho Bezerra*, de 1845, o primeiro da série de quatro que publicaria no *Ostensor Brasileiro*, Carvalho Guimarães esclarece:

Tem acontecido muitas vezes tornar-se um pouco fastidiosa a narração do nosso Romance por causa da prisão que nos fez a verdade histórica; não só porque é esta a nossa primeira composição neste gênero, mas porque sendo também este o primeiro Romance Histórico publicado no Brasil, modelos que nos guiassem só os pudemos encontrar estranhos: é leve desculpa, bem sabemos, porém, não deve haver indulgência para aquele que primeiro trilha os ramos da literatura, que nem sequer ensaios terá apresentado? Todavia, ei-lo aí exposto à crítica; só uma coisa diremos nós, e é que em português vai escrito.¹

¹In *Jerônimo Barbalho Bezerra*, prt. 65. A indicação “prt.” refere-se à página do romance transcrito no Anexo II. Assim, por exemplo, à página 65 do Anexo II, o leitor poderá localizar a citação acima referida. Usaremos essa notação para todas as citações dos romances nomeadas em nosso trabalho. Da

Côncio, e ao mesmo tempo auto-crítico, da interlocução entre história e literatura em sua narrativa, modestamente vista como fastidiosa porque limitada pela verdade histórica, Carvalho Guimarães acentua uma prática que seria tônica central entre os romancistas do século XIX. Nesse sentido, a conexão entre história e literatura nos romances escritos por Carvalho Guimarães insere-se no chamado Romantismo brasileiro e, particularidade do Romantismo que desenvolveu-se nos países latino-americanos, no contexto em que estes países, recém saídos dos seus processos de independência, buscavam firmar-se enquanto Estados e enquanto nações. Os novos Estados surgidos com os movimentos de independência, basicamente entre 1810 e 1830, bem como a classe dirigente a eles associada, careciam urgentemente de legitimação. Como resultante, o discurso legitimador a respeito da nação, sobre um projeto para a nação, veio a constituir-se, com diferentes matizes, em temática por excelência dos escritores românticos, que buscaram na história o mote para essa literatura.²

Embora pouco estudado e pouco publicado, Carvalho Guimarães pode ser colocado entre os precursores do romance brasileiro.

Vicente Pereira de Carvalho Guimarães³ nasceu na cidade do Porto, em Portugal, em 12 de maio de 1820. Vindo a residir no Rio de Janeiro, exerceu o magistério em “dois acreditados estabelecimentos de educação”⁴, foi solicitador de causas⁵ no foro

mesma forma, todas as citações extraídas do *Ostensor Brasileiro* foram atualizadas conforme critérios expostos no Anexo I.1.

² Decorreria daí a denominação “romance histórico”, no contexto do Romantismo, em escritores que, partindo de uma pesquisa histórica, transpuseram para a ficção seus resultados. Todavia, mesmo entre escritores do século XIX, como vimos em Tolstói, a denominação “romance histórico” não era pertinente.

³ Alguns autores grafam Guimaraens e essa é a forma que aparece na capa do *Ostensor Brasileiro*; optamos por usar Guimarães, que é a forma impressa no *Romanceiro Brasileiro*, em 1842.

⁴ Cf Sacramento BLAKE. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883-1902.

judicial, editor de jornal, romancista, poeta. Nas poucas obras que referem seu nome, não há informações sobre seus familiares. Também não há certeza quanto ao local e data de sua morte. O *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses* informa que Carvalho Guimarães supostamente morreu no Rio de Janeiro, em 1846: “Dá-se como provável 1846 para o ano de sua morte pois é desse ano a publicação do romance histórico *Os jesuítas na América*, que deixou incompleto”.⁶ Sem citar fontes, esse dicionário informa ainda que, com a idade de 18 anos Carvalho Guimarães encontrava-se no Rio de Janeiro, onde posteriormente foi professor no Liceu da Juventude e no Colégio Inglês de B Willmont, atividade que veio a trocar pela de solicitador de causas junto às repartições e tribunais da então capital brasileira.

O Rio de Janeiro vivia, por essa época, período de efervescência intelectual. A primeira metade do século XIX foi pontuada por mudanças e permanências que marcaram o contexto literário, e urbano, da então capital do Império. A inesperada e brusca instalação da corte portuguesa em 1808 e sua permanência até 1821⁷, a circulação e confecção de jornais e livros, a criação da Biblioteca Nacional, os embates políticos via imprensa decorrentes da Independência (1822), a coroação de Pedro I e sua posterior abdicação ao trono (1831), a criação do Instituto Histórico e Geográfico em 1838, as sucessivas crise do período regencial e o golpe da Maioridade (1840), criaram um ambiente de renovadas e intensas atividades entre literatos. Por outro lado, o inexpressivo investimento em educação, a manutenção do sistema escravagista e a

⁵ “Procurador habilitado legalmente para requerer em juízo ou promover o andamento de negócios forenses” cf Laudelino FREIRE. *Grande e novíssimo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954.

⁶ Eugenio LISBOA. *Dicionário cronológico de autores portugueses*, Lisboa: Publicações Europa – América /Instituto Português do Livro, 1990. Em nossas pesquisas no Arquivo Nacional, no Instituto Histórico e Geográfico, Biblioteca Nacional e no Real Gabinete Português de Leitura, não localizamos documentos ou obras que referissem outra data.

proibição de industrialização, foram fatores que marcaram a continuidade de estruturas do sistema colonial, oportunizando a apenas uma reduzida parcela da população os benefícios daquela efervescência intelectual.

Se em 1838, aos 18 anos, Carvalho Guimarães estava no Rio de Janeiro, e tendo trabalhado como professor, é de se concluir que sua formação intelectual, iniciada em Portugal, tenha-se completado no Brasil. Pelas referências a obras e autores que faz nos romances e artigos publicados no *Ostensor Brasileiro*, percebemos a amplitude de suas leituras. Na série de artigos que escreveu sobre educação primária podemos constatar sua preocupação teórica, particularmente com a independência intelectual, “para um produtivo ensino no Brasil”, pois sem negar os teóricos europeus, ao contrário valendo-se de alguns deles e criticando outros, ocupa-se detidamente com um sistema de ensino voltado às realidades e necessidades brasileiras.⁸

Ao estabelecermos alguns traços de sua biografia, uma primeira interrogação poderia advir da circunstância de Carvalho Guimarães ter nascido em Portugal: sendo português, poderíamos considerá-lo um escritor brasileiro? Desde logo, entendemos esta como uma discussão menor, concordando com Luciana Stegagno-Picchio ao estudar a literatura brasileira:

(...) a história da literatura que aqui [na obra de Stegagno-Picchio] se apresenta definiu antes de mais nada como ‘literatura brasileira’, objeto de seu estudo, todo o complexo dos textos literários compostos em língua portuguesa do século XVI aos nossos dias, por escritores nascidos ou amadurecidos dentro das coordenadas culturais brasileiras. O conceito de ‘espaço cultural’ foi posto em causa toda vez que se tratou, por exemplo, de decidir se os escritores nascidos no Brasil, mas vivendo em Portugal, ou escritores nascidos em Portugal, mas

⁷ Uma investigação aprofundada do período da corte portuguesa no Brasil encontra-se em Maria Beatriz Nizza da SILVA. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808- 1821)*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

⁸ Conforme analisamos no capítulo III.

amadurecidos no Brasil, deveriam ser adscritos a uma e não a outra das duas literaturas nacionais. Reconhece-se contudo que soluções desse tipo freqüentemente redundam em pura perda de tempo: porque o problema, que requer solução no plano operacional, de organização tratadística, não tem razão de ser no plano da superior realidade literária.

A verdade é que só o ato de escrever uma história da literatura já implica, para quem o faz, o reconhecimento da legitimidade de considerar os fatos literários sob um ângulo histórico. Mais: de reconhecer autonomia e individualidade estética tanto às personalidades literárias isoladas como à estrutura onde elas operam e à qual, com sua presença, dão vida.⁹

O problema da autonomia da literatura brasileira em relação a portuguesa tem suscitado controvérsias entre os especialistas. Para os românticos, essa foi questão essencial justificando-se naquele momento, conforme Antonio Candido, porque se tratava “(...) de reforçar de todos os modos o perfil da jovem pátria”. Para Candido, “A nossa literatura é ramo da portuguesa. (...) Elas se unem tão intimamente, em todo o caso, até meados do século XIX, que utilizo em mais de um passo, para indicar este fato, a expressão ‘literatura comum’ (brasileira e portuguesa)”.¹⁰ Postura diferente adota Alfredo Bosi, já para o chamado período colonial, ao propor que “A transposição para o Novo Mundo de padrões de comportamento e linguagem deu resultados díspares. À primeira vista, a cultura letrada parece repetir, sem alternativa, o modelo europeu; mas posta em situação, em face do índio, ela é estimulada, para não dizer constrangida, a inventar”.¹¹ Para Bosi, as formulações em torno da literatura brasileira não podem dar-se em termos de Europa, onde ocorreu “a maturação das grandes nações modernas que condicionou toda a história cultural”, sendo imprescindível a análise na interação com as

⁹ Cf. Luciana STEGANO-PICCHIO. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. p. 20.

¹⁰ Antonio CANDIDO. *Formação da Literatura Brasileira*. Vol. 1. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1975. p. 28.

¹¹ Alfredo BOSI. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 31.

complexas relações econômicas e culturais das literaturas que se deram nos países americanos.¹²

De todo modo, mesmo tendo nascido em Portugal, Carvalho Guimarães amadureceu e produziu sua obra dentro das coordenadas culturais brasileiras. Esclarece Raúl Antelo que “Poucos são os historiadores da literatura que sequer citam Carvalho Guimarães.(...) Barbosa Lima Sobrinho recuperou um relato de Carvalho Guimarães, publicado originalmente no Museu Universal (...)”.¹³

Carvalho Guimarães publicou dois modestos livros: *Álbum poético: poesias*, em 1842 e *O Romancelheiro Brasilico* em 1844, ambos impressos pela Typografia Universal Laemmert.¹⁴ No *Ostensor Brasileiro*, publicou quatro romances: *Jerônimo Barbalho Bezerra*, *A Cruz de Pedra*, *A Guerra dos Emboabas* e *Os Jesuítas na América*, os dois últimos ainda hoje inéditos em livro. Além de editar o *Ostensor*, Carvalho Guimarães fez colaborações esporádicas no *Museu Universal* (1838 – 1844), *Espelho Fluminense – revista do Rio de Janeiro* (1843) e *Minerva Brasiliense* (1843).

Na Biblioteca Nacional há uma encadernação completa¹⁵ reunida sob o título *Ostensor Brasileiro – coleção de produções originais em prosa e verso sobre assuntos pertencentes à História Política e Geografia da Terra de Santa Cruz* por Vicente Pereira de Carvalho Guimarães e João José Moreira.¹⁶ Também na Biblioteca Nacional,

¹² Cf. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978.

¹³ RAÚL ANTELO. *Algaravia – Discursos de Nação*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1998. pp. 127/128. No cap. III estabelecemos um breve levantamento de referências a Carvalho Guimarães e ao *Ostensor Brasileiro*.

¹⁴ Vale lembrar que no século XIX os livros eram “publicados” pelas gráficas que os imprimiam. Ainda encontramos livros da década de 1920, por exemplo, que não trazem “editora”, apenas a gráfica que os imprimiu. O sistema de vendas e distribuição eram precários, sendo os livros vendidos em diferentes locais como em mercearias, nas próprias gráficas, inclusive por mascates.

¹⁵ Há ainda uma coleção do jornal na Biblioteca de José Mindlin e uma na Biblioteca do Itamaraty.

¹⁶ João José Moreira, nos parece, foi quem deu suporte financeiro tanto aos dois livros de Carvalho Guimarães quanto ao *Ostensor Brasileiro*. Na Biblioteca Nacional há cópia da tese de Doutorado de João José Moreira, intitulada *Tese de Economia Política*, publicada em edição bilingüe, em Roma, em 1875. Nela, o autor estuda a formação de corporações de trabalhadores Ingleses. Foi a única publicação

localizamos um único exemplar do *Álbum Poético*. Trata-se de um pequeno livro, dedicado à João José Moreira, medindo aproximadamente vinte por treze centímetros, com noventa e nove páginas. Desse opúsculo constam oito poemas.¹⁷

No Real Gabinete Português de Leitura, há dois exemplares de *O Romancero Brasilico*, dedicado a D. Luiz de Borbon. Ambos exemplares são datados de 1844, mas apenas um deles possui folha de rosto e uma ilustração. Nesse livro consta um relato de viagem, dois poemas, o romance *A Cruz de Pedra* e catorze notas.

Carvalho Guimarães enfrentou dificuldades financeiras permanentes. Já no primeiro opúsculo que publica¹⁸, em 1842, lê-se na *Epístola dedicatória*:

(...)
 Em vez de juras, cartas lacrimosas,
 Protestos, pragas, versos vos remeto;
 (...)
 De certo ao caloteiro não mais fias,
 Se não queres ser pago em poesias.
 (...)
 Recorda-te que sobre Pindo vivo
 E que nunca morou cá dinheiro.
 (...) ¹⁹

Lemos aí os problemas financeiros vividos pelo poeta, bem como a sem dúvida curiosa forma que encontrou para saldar a dívida com o amigo João José Moreira. De resto, sua situação financeira permanece difícil em 1844: "(...) e não só porque sou pobre, e pobríssimo - que pedra que gira não ajunta musgo, mas ainda porque me

que localizamos desse autor. Segundo Sacramento Blake, João José Moreira foi membro da Sociedade Propagadora das Belas Artes e professor público de instrução primária.

¹⁷ No Anexo I.4 listamos os títulos dos poemas de Carvalho Guimarães publicados nos livros e jornais.

¹⁸ Ao que parece, o livro é publicado sob os auspícios de João José Moreira, a quem a obra é dedicada. O gesto de dedicar uma obra, fosse poesia, romance ou tela, obedecia até então a verdadeiro rito, no mais das vezes como retribuição ao "patrocinador", geralmente o monarca, gente da nobreza, da burguesia ou do clero. A esse respeito, veja-se Roger CHARTIER. *A aventura do livro – do leitor ao navegador*. São Paulo: EdUNESP, 1998.

¹⁹ Carvalho GUIMARÃES. *Álbum poético*. Rio de Janeiro, Typographia Universal Laemmert, 1842. p. 3.

desgostam grandezas (...)”.²⁰ E ainda em 1846: “As despesas sucediam-se, e nós outros a quem acode esta mania de escrever, e escrever sobre literatura, somos pobres de dinheiro (...)”.²¹

A produção poética de Carvalho Guimarães em termos quantitativos é insignificante, reunindo algo em torno de trinta poemas. Todavia, ela nos dá conta da conexão do autor com a produção poética de seu tempo, além de fornecer-nos, como vimos, algumas informações sobre sua vida. Aliás, a reduzida produção poética de Carvalho Guimarães pode ser vista como indício de que seu projeto literário era mesmo com o romance, fato incipiente no Brasil de então. Embora não seja nosso objetivo proceder a uma análise de seus poemas, neles podem ser colhidos alguns indícios sobre “objetos relativos ou pertencentes ao Brasil”, temática que, como veremos adiante, define a linha editorial do *Ostensor*.

No poema *Vasco Fernandes Coutinho*, Carvalho Guimarães canta as bravuras do navegador português que esteve no Brasil por volta de 1543. No poema, Vasco Coutinho encontra um português “deixado por Cabral” nas terras brasileiras e que está “vestido” de índio. Dizer que o índio veste-se implica considerar que pinturas e adornos são vestimentas, e mais ainda, dizer que o português está vestido de índio, parece-nos contemplar toda uma inversão de valores dominantes na época pois os índios ou andavam nus - o que os relegava à condição de selvagens, em sua nudez assemelhados aos animais - ou vestiam-se “como os europeus”. Assim, para Carvalho Guimarães, não é o índio que veste-se como o português, ao contrário, este veste-se como o índio. Nessa sutil inversão

²⁰ Carvalho GUIMARÃES. *Romanceiro Brasileiro*. Rio de Janeiro, Typographia Universal Laemmert, 1844. p. VI.

²¹ *Ostensor Brasileiro*. p. 416.

das vestimentas apresenta-se-nos inevitável a associação ao poema que Oswald de Andrade comporia quase cem anos depois, o delicado *Erro de Português*.²²

Em *Metamorfose*, também publicado no *Ostensor Brasileiro*, Carvalho Guimarães narra a aventura de Aleixo, bravo cavaleiro que enfrenta ferozes cobras (uma ibihíhoca e seis bojois), matando-as sucessivamente; com isso desperta a ira de Tupã que o transforma no tatu (as armaduras de ferro do cavaleiro se transformam no casco do tatu). Em suas poesias, Carvalho Guimarães tanto usa correntemente palavras indígenas quanto mescla personagens e casos da terra, como no poema:

O TRONO DO CURAYBA(*)

No seio d'essas brenhas seculosas,
Que mão civilizada não tocara,
As galas da natura portentosas
Como fervida mente não sonhara,
Viviam ignoradas.

Milhões d'aventureiros penetravam
Os virginais sertões, topando a morte
Em vez dos montes d'ouro que buscavam:
E, d'estes olvidando a crua sorte,
Caminharam mil outros.

Com pó e sangue e crânios construída
A rica e larga estrada, fez patente
Aos olhos do universo, quão subida
A porção era do metal luzente:
E então tudo avançara.

Que mortes horrorosas! - Que sublimes
Rasgos d'heroísmo praticados!
Nas trevas do silêncio quantos crimes
P'rá sempre não ficaram sepultados?
Perdão aos que passaram.

Quê lembra aquela cruz, na roca dura
Talhada? - Aqueles braços encolhidos,

²²Escreveu o poeta modernista: "Quando Cabral chegou ao Brasil/ Debaixo de uma baita chuva/ O português vestiu o índio/ Que pena/ Fosse um dia de sol/E o índio teria despido o português."

Segurando uma longa sepultura?
E mais estes mil talhos repartidos?
Ouvi o Trovador.

(*) Curayba, termo brasilico; significa mágico, feiticeiro

Já pelo título podemos ler que Carvalho Guimarães atribui relações de poder ao Curayba, o mágico, o feiticeiro, que ocupa o trono, geralmente reservado ao rei. O lugar do rei é, no poema, ocupado pelo brasilico, pelo índio. O chamado “indianismo” foi uma das características da poesia romântica, numa linha consentânea com ideário político do Governo de Pedro II que encontrou no índio a “marca registrada” para construir seu símbolo de brasilidade.²³ Todavia, essa marca registrada deu-se apenas no plano simbólico pois exatamente naquele período centenas de nações indígenas eram exterminadas e o indigenismo romântico não foi além de versos e romances que inscreveram seus autores na história.

Segundo Antonio Candido, o indianismo tornou-se “(...) a poesia nacional por excelência, aquela que manifestava uma sensibilidade e um temário que nos diferenciavam do antepassado português, propondo a imagem ideal de um outro, refeito em grande parte pela imaginação e transformado em símbolo da pátria: o índio”.²⁴ Carvalho Guimarães insere-se no espírito que tomou conta dos poetas de então, vendo no indígena a temática que marcaria a originalidade da poesia brasileira. Vale adiantar que nos romances e nos artigos do *Ostensor*, ao nosso ver Carvalho Guimarães diferencia-se da visão romântica do indigenismo brasileiro.

²³ Veja-se Lilia Moritz SCHWARCZ. *As Barbas do Imperador*. ob. cit. A autora faz um detalhado levantamento iconográfico dos símbolos indígenas que envolveram o governo de Pedro II.

²⁴ E completa: “Vista de hoje, quase toda essa produção [indigenista] se esboroa, pelo artificialismo e a repetição dos mesmos recursos; mas de 1840 até o decênio de 1870 representava o grande projeto artístico e patriótico.” Antonio CANDIDO “A literatura durante o Império” in Sergio Buarque de HOLANDA (org.) *História Geral da Civilização Brasileira* T. II, vol. 3. São Paulo : DIFEL. 1967. p. 346

Em *A cabana índia*,²⁵ Carvalho Guimarães divide um longo poema em quatro “capítulos”. No primeiro, intitulado *Moema*, Carvalho Guimarães narra, na aldeia Tupinambá, o amor de “Moema, a bela, prometida esposa” por Tamandoá, que já não a ama, “Mas, a filha dos brancos, Ines bela,/ Rouba-te o esposo, que não te ama hoje” e por fim a morte de Moema, “Ei-la aí jaz, qual estátua derrocada/ Do pedestal co’a face em terra... morta!”. Em nota, indicada no título do poema, Carvalho Guimarães preocupa-se com a “autoria” do poema e esclarece: “Nímio escrúpulo me fez dar esta composição como uma tradução livre de alguns capítulos do Poema – Jacaré-Uassu, escrito em francês, e mui raro hoje; porém desabusado por alguns amigos, porque em verdade não aproveitei desse Poema, que senão as personagens, variando à minha vontade as cenas, imprimi-la-ei no *Romanceiro Brasílico* sem essa advertência”.²⁶ É também inevitável associarmos ao poema *O Caramuru*, de Santa Rita Durão²⁷ na passagem que trata da morte de Moema, a jovem indígena apaixonada pelo português Diogo Álvares Correia. Ao ver Diogo embarcar para Europa Diogo com Paraguassu, a escolhida para esposa, não podendo segui-lo Moema joga-se no mar nadando até perder as forças e encontrar a morte.

No *Romanceiro Brasílico* Carvalho Guimarães mescla prosa e poesia. A *Introdução – dois dias de viagem na província de Minas* é um relato de viagem onde o autor narra suas andanças até Minas Gerais, empreendida inicialmente de barco por São

²⁵ E aqui ugere-nos a associação ao romance *A choupana índia* (1811) de Bernardin de Saint Pierre, autor também de *Paulo e Virginia*, que fez sucesso no Brasil na primeira metade do XIX.

²⁶ *Romanceiro Brasílico*. ob. cit. p 114. Esse poema aparece no *Museu Universal* como “tradução livre” de Carvalho Guimarães, sem indicar o autor. Certamente, trata-se da obra de dois autores franceses, “(...) os mediocres Daniel Gavet e Philipe Boucher, autores do primeiro romance indianista de assunto brasileiro, *Jakaré-Ouassou* ou *les Tupinambas* (1830)” Cf. Antonio CANDIDO, “A Literatura durante o Império”. ob. cit. p. 344.

²⁷ Frei José de Santa Rita Durão (Cata Preta/Minas Gerais, 1722 - Lisboa, 1784) Em 1781 ocorre a primeira edição em Lisboa, de *Caramuru – poema épico do descobrimento da Bahia*. Consultamos a edição de 1945, publicada pela Edições Cultura na série “Os mestres da língua”, sob a direção de José

Sebastião do Rio de Janeiro, Niterói e Paquetá e depois por terra, acompanhando uma tropa até Vila Rica, em Minas Gerais. Já na primeira frase do relato, transparece o espírito aventureiro de Carvalho Guimarães:

O meu desejo de viajar é tão antigo, e está tão fortemente arraigado em minha alma, que quer me parecer que nasci com ele; não contente com ter atravessado a vastidão do Oceano, mal que meus pés tocaram o solo do Brasil, senti cá dentro o maldito bicho roedor, e para acomodá-lo foi preciso tornar a embarcar-me.²⁸

Para além do espírito aventureiro, ao nosso ver, Carvalho Guimarães buscava, na solitária viagem a Minas Gerais, material para seus projetos literários, para sua compreensão do Brasil. Minas Gerais fora importante centro urbano²⁹, espaço dos poetas Claudio Manoel da Costa e Tomás Antonio Gonzaga, e principalmente local de um dos mais fortes movimentos pela independência do Brasil e instalação da república, a Conjuração Mineira. Por outro lado, por volta de 1842 ocorrem as agitações liberais em Minas Gerais, exatamente em Barbacena e Ouro Preto, região visitada por Carvalho Guimarães. Vale destacar, conforme apreendemos nas páginas do *Ostensor Brasileiro*, que Carvalho Guimarães parece-nos um simpatizante, talvez defensor muito embora discreto, da república.

À certa altura do relato, Carvalho Guimarães faz uma preciosa observação sobre o costume dos habitantes das Minas Gerais mandarem rezar missa por alma de Tiradentes quando fugia um animal:

Pérez. Vale lembrar que Victor Meirelles retratou a morte da jovem indígena na famosa tela *Moema* (1865).

²⁸ *Romanceiro Brasilico*. ob. cit. p. V.

²⁹ Em 1740, auge da exploração de ouro, Vila Rica de Ouro Preto chegara a 45.000 habitantes, enquanto o Rio de Janeiro tinha 25.000. Em 1840 o Rio de Janeiro contava 137.000 e Ouro Preto caíra para

Não poderei explicar a Vms o fato, isto é, dizer qual seja o motivo que induzisse os tropeiros a fazer desse justicado, vítima triste de seu amor pela Pátria, o protetor de seus animais fugidos; a verdade é que desaparecendo em qualquer pouso uma besta eles fazem dizer uma missa por alma do Tiradentes; e falei eu com uma pessoa mui respeitável, que me assegurou havê-las dito por tal motivo, bem como por intenção da Tia e Madrinha não sei de que Santo: abusões de que está cheia a Província.³⁰

Podemos perceber como, apesar da cruel morte aplicada a Tiradentes, este permaneceu no imaginário popular daquela região, inclusive entre as pessoas “mui respeitáveis”, e, neste caso, de uma forma contrária ao desejo da corte portuguesa que, esquartejando, salgando e espalhando partes do corpo de Tiradentes pelas estradas que levavam de Vila Rica ao Rio de Janeiro, pretendeu impedir que suas idéias fossem difundidas e seguidas pela população. Pelo relato de Carvalho Guimarães, escrito cerca de meio século após a execução de Tiradentes, este permanecia como figura benfazeja, dado que protetor de animais fugidos. O Tiradentes visto entre os populares e não o traidor apresentado pelas elites portuguesas. É imprescindível lembrarmos a observação de José Murilo de Carvalho, quando estuda o processo de construção de Tiradentes como herói, após a Proclamação da República. Afirma Carvalho: “Pouco se sabe sobre a memória de Tiradentes entre o povo de Minas Gerais e da cidade do Rio de Janeiro. Que devia existir tal memória é difícil negar. Há documentos da época que testemunham o grande abalo causado entre a população da capitania e da cidade do Rio pelo processo

12.000 habitantes. Cf. Laurence HALLEWELL. *O livro no Brasil – sua História*. São Paulo: EdUSP, 1978, pp. 6-7 e pp. 52-53

³⁰ *Romanceiro Brasílico*. ob. cit. pp. 113 e 114.

dos réus e, particularmente, pela execução de Tiradentes”.³¹ O relato de Carvalho Guimarães parece confirmar essa observação de José Murilo de Carvalho.

Em seu relato, curiosamente, Carvalho Guimarães refere-se a certa personagem que acompanha a tropa, o historiógrafo, que também denomina de historiador:

Cansado e aborrecido, ia levantar-me, quando um dos tocadores do lote, o historiógrafo da tropa, pálido como um cadáver, nos aponta ao dúbio clarão da mortiça fogueira, horrido monstro de ensangüentadas faces!! (...) Seguramos o pretendido fantasma, que, como Vms. bem hão de pensar, não tinha morrido morte natural, mas aparente, e ligamos-lhe os fraturados queixos, enquanto o historiador envergonhado escondia dentro da grossa camisa o inútil talismã.³²

Todavia, Carvalho Guimarães não faz maiores referências, no sentido de esclarecer qual a função do historiógrafo/historiador nas tropas.³³

É interessante a descrição de uma casa do interior da Província de Minas Gerais:

Admirou-me, entrando a casa, não encontrar em desordem por sobre o chão foices e enxadas, sacos de milho, de feijão, de farinha, gamelas de fubá, jacazes de toucinho e de queijos, gatos, cães, porcos, galinhas, e crianças sujas e nuas; mas sim uma sala bem areada, um piano, quadros de moderno e mui louvável gosto, tais como Vênus e as Graças, Cupidos, etc.; e enfim, livros, tintas e pincéis.³⁴

Note-se que não é uma casa de vila, mas sim uma casa onde repousaram durante a viagem, portanto ao longo do caminho entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Perdida no

³¹ Cf. José Murilo de CARVALHO. *A formação das almas – o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 58.

³² *Romanceiro Brasileiro*. ob. cit pp. XXI – XXII.

³³ Mais adiante, quando analisamos *A Guerra dos Emboabas*, indicamos uma certa similaridade entre essa “profissão” e a do guia narrador.

³⁴ *Romanceiro Brasileiro*. ob. cit. p. XXV.

sertão, uma casa onde se respira “civilidade” através dos livros, telas, tintas, pincéis, piano. Ainda nessa Introdução Carvalho Guimarães faz citações em italiano, francês, inglês, latim, revelando, no mínimo, algum conhecimento dessas línguas. Ao concluir o relato, demonstra certa preocupação com o fato de, em sendo “estrangeiro”, tratar de literatura brasileira:

Vênia peço, se estrangeiro meto as mãos no levantar do augusto templo da Literatura brasileira; minha pátria (ó saudosa terra, tão apartado de ti amo-te sempre!) Portugal, minha pátria não perderá, se o mais humilde de seus filhos depõe uma pequenina pedra no grande edifício que o Brasil levanta; filhos muitos e beneméritos tem ela que a exaltem e não perderei eu com este trabalho a glória que me cabe de ter nascido em seu seio. Pátria, tu serás sempre mãe querida! Esta boa terra de Santa Cruz é minha esposa mui amada.³⁵

Essa é uma das raras passagens em que Carvalho Guimarães faz referência à sua origem portuguesa, o que permite ler nas entrelinhas que esta questão não devia ocupar muito de seu tempo.

Percebemos também que nessa viagem a Minas Gerais extraiu rico substrato com que preencheria seus romances e poesias:

Mal que chegou a noite acercaram-se da fogueira tocadores, arreeiro, dono da tropa, e nós os viajantes, especialmente eu para quem estes saraus tinham agora algum encanto; terríveis lendas, divertidos contos, histórias singelas, narradas em linguagem chã e verdadeira ouvia eu sem dar-me do tempo, que se ia; mas já se sabe que com a barriga cheia, porque com ela vazia não há histórias que prestem: contarei a Vms em meus volumes do Romanceiro essas que ouvi.³⁶

³⁵ Idem pp.XXX -XXXI

³⁶ Idem, p. XXX.

Efetivamente, “terríveis lendas, divertidos contos, histórias singelas” aparecem em *A Cruz de Pedra* e em *A Guerra dos emboabas*. No *Ostensor Brasileiro*, como veremos, publica-se artigos sobre Minas Gerais, além de estampas de Barbacena e Mariana, possivelmente material recolhido por Carvalho Guimarães durante sua viagem.

Pelo próprio título que escolheu para o livro, *Romanceiro Brasilico*, percebemos a intenção de Carvalho Guimarães com os “objetos relativos ou pertencentes ao Brasil”. Da mesma forma, nas catorze *Notas* que completam o opúsculo, Carvalho Guimarães esclarece expressões, usos e fatos brasileiros por ele referidos nos textos. Nessa intenção que persegue de registrar causos, contos, histórias, dando a público notícias do interior do Brasil, percebemos certa sintonia de Carvalho Guimarães com o ideário do Romantismo de criar uma literatura nacional. Cabe aqui lembrarmos que os modernistas do século XX também procuraram “brasilidade” em Ouro Preto, Mariana e região. Em 1924, Mário e Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Paulo Prado, Blaise Cendrars e outros vão a Minas Gerais, numa “viagem de descoberta do Brasil”³⁷ da qual resultariam *O Clã do Jaboti* (1927) de Mário de Andrade, e *Pau Brasil* (1925) de Oswald de Andrade.

Através desse relato, colhemos algumas pistas que nos conduzissem à compreensão da produção da obra de Carvalho Guimarães. A escassez de fontes que nos possibilitassem uma inserção maior do autor em sua época, se por um lado limita nosso objeto, por outro desafia-nos a reconsiderar aquela conjuntura, no sentido apontado por Antonio Gramsci. Considerando que Carvalho Guimarães foi um escritor de pouco sucesso, essa própria condição pode ser tão útil quanto o estudo de um escritor famoso, porque, como acentua Gramsci, “se no grande escritor triunfa completamente o indivíduo

³⁷ Cf. Raúl ANTELO. *Na Ilha de Marapatá (Mário de Andrade lê os hispano-americanos)*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Pró Memória/INL, 1986. p. 61.

que termina por não ser mais de época nenhuma, podendo assim se dar o caso – como já se deu – de atribuir ao século qualidades próprias do homem, no escritor menor, ainda que seja ele um espírito atento e autocrítico, pode-se descobrir, com maior clareza, os momentos da dialética daquela particular cultura, na medida em que estes não conseguem, como ocorre no grande escritor, unificar-se”.³⁸ Com outra abordagem crítica porém na mesma linha de inserção, Carlo Ginzburg, através de formulações teóricas que denominou de micro história, nos abre caminhos para estudarmos a experiência dos indivíduos através dos fragmentos de discursos, pistas que estes deixaram, dessa forma possibilitando o acesso à cultura por meio de práticas e estratégias individuais.³⁹

Assim, se podemos inferir nos romances de um escritor de sucesso, como veremos em Joaquim Manoel de Macedo comportamentos que a classe média urbana tinha no Rio de Janeiro, em *A guerra dos emboabas* por exemplo, detectamos visibilidades pouco usuais àquela época, como a do índio que trabalha para sustentar suas filhas, a do judeu que é bem visto por todos, da mulher que rompe certo círculo e assume o outro. Não estamos evidentemente supondo que Joaquim Manoel de Macedo tenha sido um grande escritor, mas simplesmente considerando que fez grande sucesso, até porque, como refere Antonio Candido, o Romantismo brasileiro não produziu grandes escritores. Estamos tentando acentuar que através da obra de Carvalho Guimarães, escritor pouco lido e pouco publicado, podemos perceber comportamentos que os romances “de sucesso” não registraram.

³⁸ Antonio GRAMSCI. *Literatura e vida nacional* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 7.

³⁹ Carlo GINZBURG. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1991.

2. *Mania de escrever, e escrever sobre literatura*⁴⁰

Levemos em conta que no prazo de quatro anos, entre 1842 a 1846, portanto entre seus 22 e 26 anos, Carvalho Guimarães escreve, ou pelo menos publica, quatro romances, edita o *Ostensor Brasileiro*, publica alguns artigos e poesia em livro e em jornais. No *Ostensor*, somadas às tarefas de editor no sentido de contatar colaboradores, localizar artigos que conviessem à linha editorial, providenciar as estampas, Carvalho Guimarães deveria preocupar-se com a impressão, com a circulação e com as questões financeiras do jornal. Podemos, pois, reconhecer como significativa sua produção intelectual, embora não tenha tido sucesso editorial, tampouco entrado para as páginas da história literária brasileira. No tocante a produção literária, para além dos autores já consagrados, a historiografia e a crítica literária brasileira ainda investigam, e encontram, autores do século XIX que, por razões diversas e/ou adversas, não tiveram sua obra divulgada. Nesse universo inserimos Carvalho Guimarães.

Considerando a década de 40 do Oitocentos, período em que Carvalho Guimarães publicou seus romances, vemos que a produção literária no Brasil é pequena. Segundo Antonio Candido, à exceção de Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882)⁴¹, os demais escritores daquele período, entre os quais Pereira da Silva (1817-1897)⁴², Gonçalves de Magalhães (1811-1882)⁴³, Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1820-1891)⁴⁴, Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa (1812-1861)⁴⁵, publicaram romances de fracos a

⁴⁰ A expressão é de Carvalho Guimarães in *Ostensor Brasileiro*. p. 416.

⁴¹ Naquela década Macedo publicou *A Moreninha*, 1844; *O moço loiro*, 1845; *Os dois amores*, 1848; *Rosa*, 1849.

⁴² Publicou *Jerônimo Corte Real*, em 1840.

⁴³ Publicou *Amância*, em 1844.

⁴⁴ Publicou *As duas órfãs*, em 1841 e *Maria*, em 1844

⁴⁵ Publicou *O filho do pescador*, em 1843; *As tardes de um pintor*, em 1847; *Gonzaga ou a Conjuração de Tiradentes*, em 1848.

mediócras.⁴⁶ Cabe lembrarmos, conforme analisa Angel Rama, que para além de atribuímos aos romancistas um grau maior ou menor de mediocridade em suas obras, é importante salientarmos o contexto histórico da formação da classe letrada durante os três séculos do chamado período colonial. Propõe Rama: “Para tomar o campo da literatura, que, no entanto, é somente uma porção da produção letrada, atribui-se sua escassez artística ao reduzido número de praticantes, quando é mais correto atribuí-lo ao espírito colonizador”.⁴⁷ A metrópole portuguesa não só não instalou escolas como não propiciou atividades, pelo contrário proibiu, que de alguma maneira incorporassem ou dessem forma ao mundo das letras no Brasil.⁴⁸

Inegavelmente, na década de 40 foi Joaquim Manoel de Macedo⁴⁹ o autor “de muito sucesso”. Seus dois primeiros romances, *A moreninha* (de 1844) e *O moço loiro* (de 1845), foram publicados inicialmente sob forma de folhetim não só no Rio de Janeiro como em jornais das províncias, com sucessivas reedições em livro ao longo dos séculos XIX e XX. Ambos os romances retratam personagens das classes médias urbanas: em *A moreninha*, os heróis são quatro jovens estudantes de medicina, as heroínas são filhas ou esposas de comerciantes; n’*O moço loiro*, os heróis são comerciantes, funcionários públicos. Os enredos giram ao redor do amor, complicações sentimentais, carreiras e oportunidades de ascensão profissional. Segundo Alfredo Bosi, Macedo teria descoberto

⁴⁶ Antonio CANDIDO. *Formação da literatura Brasileira*, vol.2. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EdUSP, 1975. pp. 122 - 125.

⁴⁷ Angel RAMA *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁴⁸ Veja-se a respeito Sergio Buarque de HOLANDA. *Capítulos de Literatura Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1991. Rubens Borba de MORAES. *Livros e Bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

⁴⁹ Macedo escreveu cerca de duas dezenas de romances, outro tanto de peças para teatro, alguma poesia, crônica e biografias. Médico de formação, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico, deputado por várias legislaturas; foi também professor, co-fundador de revista *Guanabara*, colaborador em vários jornais. Seu romance *A Moreninha* continua sendo reeditado, com adaptações para cinema, teatro e televisão.

“alguns esquemas de efeito novelesco, sentimental ou cômico”, fórmula que repetiria em toda sua produção literária com muito sucesso editorial.⁵⁰

A respeito de Joaquim Manoel de Macedo, entre outras considerações, escreve Antônio Cândido:

O conformismo em face do quotidiano leva-o, pois, a um realismo miúdo, que não enxerga além das aparências banais nem penetra mais fundo que a psicologia elementar dos caixeiros bem falantes, donzelas casadoiras e velhotes apatacados. Miúdo realismo que não provém apenas de um defeito de acuidade e imaginação, mas também desta aderência ao meio sem relevo social e humano da burguesia carioca – de vez que se afasta apreensivo, como a velha Ema, n’O moço loiro, do mundo mais rico e promissor das revoltas populares, da agitação ideológica do período que precede imediatamente a sua atividade literária.⁵¹

É exatamente a linha das revoltas populares, ou situações políticas conflitantes, que Carvalho Guimarães explora em seus romances, embora não no período referido por Antonio Candido. Carvalho Guimarães não trata das revoltas que ocorrem no Brasil ao tempo em que produziu sua obra, entre outras a Farroupilha, a Balaiada, a Cabanagem. Como num proposital distanciamento, Carvalho Guimarães trata de revoltas que, no passado, a seu modo discutiram o nacional/brasílico, fosse por razões predominantemente políticas, econômicas ou religiosas, respectivamente a revolta do Rio de Janeiro liderada por Jerônimo Barbalho Bezerra, a guerra dos emboabas, a instalação dos jesuítas na América. Como veremos, Carvalho Guimarães atribui a estes distintos episódios, caráter de discussão sobre o nacional.

Vejamos resumidamente do que tratam os quatro romances publicados no *Ostensor Brasileiro*.

⁵⁰ Cf. Alfredo BOSI. *História concisa da literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978. pp. 141-143.

⁵¹ Antonio CANDIDO. *Formação da literatura brasileira*, ob. cit. p. 141.

Jerônimo Barbalho Bezerra trata de uma revolta da população no Rio de Janeiro ocorrida entre fins de 1660 e princípios de 1661. A revolta se dá contra o pagamento de novos impostos que o governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benavides, pretendia aplicar à população e que serve de motivo para questionar as ações do governo português no Brasil. Paralelo a essa situação (verdadeiramente ocorrida, dado que a revolta ficou registrada em documentos pesquisados pelo autor), Carvalho Guimarães desenvolve tramas amorosas (fictícias, dado que inventadas pelo autor) entre as personagens, dentre as quais Jerônimo Barbalho Bezerra, um dos líderes da revolta e que dá nome ao romance.

No romance *A Guerra dos Emboabas*, Carvalho Guimarães conta as aventuras vividas por uma expedição de paulistas que, por volta de 1710, adentra pelo sertão mineiro com a missão de escorraçar emboabas.

A ação do romance *A Cruz de Pedra*, transcorre em meados do século XVIII, entre 1749 a 1767, nas cidades de Mariana, Vila Rica e no arraial da Passagem, na então província de Minas Gerais. Trata-se de ingênua história de amor, revestida de moral e religiosidade, pois apesar das mortes trágicas, dos ódios familiares, usuras, ao final tudo acaba bem com os maldosos sendo punidos e os piedosos recompensados.

Em *Os Jesuítas na América*, a trama amorosa contempla uma bela e jovem mulher que, renegada pelo prometido amado, passa do profundo amor ao ódio mortal e envolve-se num assassinato cujo autor é ninguém menos do que o mordomo; paralelamente, o autor desvela as artimanhas dos jesuítas em sua faina cotidiana para acercarem-se dos poderosos e, obviamente, adquirirem poder e riquezas eles próprios. A primeira parte da ação passa-se em 1583, na província de Tucumán, atual norte da Argentina; a segunda, passa-se em 1585, na Ciudad de los Reys, atual Lima, no Peru.

Reapresentando a história pela via da literatura, sempre acentuando a questão dos documentos, das fontes, das “verdades históricas” que seus romances contemplam, Carvalho Guimarães segue, em princípio, a linha dos escritores românticos. Quando tira do esquecimento o passado, o faz propondo um exame do presente. Seu projeto literário de escrever um “romance brasileiro”, de contar a história brasileira inscreve-se assim no contexto mais amplo do Romantismo, porém com algumas particularidades em relação a abordagens temáticas, com alguns desvios. Carvalho Guimarães apresenta temas inserindo a participação de populares, comerciantes, homens e mulheres do povo, numa forma, parece-nos, *sui generis* para os anos de 1840. Bem afastado, por exemplo, da fórmula utilizada por Macedo.

Podemos inferir alguns pontos comuns aos quatro romances de Carvalho Guimarães. A preocupação permanente do autor com a história, aquela “verdadeira”, que efetivamente aconteceu, em eventos registrados pelas fontes e pela historiografia. Como vimos, escolhe tratar da vinda dos jesuítas à América em meados de 1580, de duas revoltas, ocorridas uma no Rio de Janeiro em 1660/1661, a outra entre Minas Gerais e São Paulo por volta de 1710, e de uma região considerada “histórica” por excelência, a de Vila Rica de Ouro Preto e Mariana. Esta continuidade entre o histórico e o ficcional se consubstancia também no jogo do autor mesclando personagens verdadeiros (Jerônimo Barbalho Bezerra, Salvador Correia de Sá e Benavides, Amador Bueno da Veiga, entre vários outros) e fictícios (Susana de Froes, Clara de Esteves, Andre Goiaba, Fernão Vitelo, Ana Bragança, Catarina Madureira, entre vários outros). Todavia, alguns destes personagens “fictícios” tiveram inspiração na “história”, como Ana Bragança. Em todos os romances, por vezes em notas de rodapé, por vezes no próprio texto, por vezes nas epígrafes, Carvalho Guimarães indica as fontes históricas, “portanto verdadeiras”, de

onde tirou as informações que retrata em suas narrativas. Pelas referências citadas em seus próprios romances, apreendemos que o autor tomou como fontes: correspondências trocadas entre políticos das províncias; artigos publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*; memórias históricas; livros; relatos orais, colhidos por exemplo na viagem que fez a Minas Gerais, como ele próprio refere; os monumentos e residências, como anota em passagens dos romances e nas páginas do *Ostensor Brasileiro* onde, em diversas ocasiões entende que praças, edifícios, monumentos são importantes fontes de registro histórico; relatos de viajantes estrangeiros. Finalmente, o próprio jornal *Ostensor Brasileiro* serve de fonte para Carvalho Guimarães. Alguns locais abordados nos romances aparecem descritos nas páginas e reproduzidos em estampas do *Ostensor Brasileiro*. Por exemplo, em *Jerônimo Barbalho* Bezerra o Monte Desterro onde havia o convento das freiras do qual originou-se o nome do atual bairro de Santa Teresa no Rio de Janeiro; a cidade de Mariana que aparece em distintas passagens de *A Cruz de Pedra* e em estampas e artigos do jornal.

Observamos em Carvalho Guimarães, particularidades ao trabalhar certas temáticas, como por exemplo na crítica, em seus romances, à Igreja Católica. Em *Jerônimo Barbalho* Bezerra, a Igreja associa-se ao poder do Estado em ações que prejudicam o conjunto da população. Em *A Cruz de Pedra*, embora padre Anselmo seja um modelo de probidade, a instituição é corrupta:

[diz padre Anselmo] Pobre sempre, (...) tenho visto enriquecer todos aqueles que como eu trouxeram para aqui por toda a sua fortuna o Breviário e uma velha samarra; tenho-os visto extorquir o sangue dos pobre, sem se lhes dar por suas almas, a quem não valeram no último dia montes de ouro e punhados de

diamantes!? E Deus me é testemunha de que muitas vezes forçado a receber exorbitantes quantias por aquilo que de graça mui bem poderia ter feito (...)⁵²

Já a mulher é apresentada ora como revolucionária ativa e combatente, ora como feiticeira, ora como submissa ao marido, ora como ardilosa. Em nenhum momento é, porém, a mulher fraca e doentia, fútil e faceira como muitas vezes foi apresentada pelo Romantismo. O tema da mulher também é abordado em vários artigos do *Ostensor*, como veremos no capítulo III ao analisarmos as publicações do jornal.

Em todos os romances Carvalho Guimarães preocupa-se com o leitor, algumas vezes dirigindo-se diretamente ao seu leitor em 1845/46. Mas o que percebemos, no conjunto dos quatro romances, é principalmente o tema do nacional, a problematização em torno de quem deve ser considerado brasileiro, claramente exposto nos embates entre emboabas e paulistas em *A guerra dos emboabas*, e entre e Salvador Correia de Sá e Benavides e Jerônimo Barbalho Bezerra, no romance homônimo. Além disso, delineada em *Os jesuítas na América*, está presente a intenção de ampliar a discussão no plano latino-americano. No caso específico desse romance, parece-nos certa tentativa de Carvalho Guimarães em, pela linguagem, inserir o Brasil no contexto sul-americano, através do uso original de várias palavras, expressões e por vezes frases inteiras em espanhol, algumas visivelmente escritas “erradas” na atual ortografia espanhola, mais ou menos no que hoje chamamos de “portunhol”.

Não se pode dizer que os romances sejam “patrióticos” no sentido de laudatórios, do louvor exagerado à exuberância da terra e da gente “brasileira”. Embora Carvalho Guimarães apresente características do “indianismo” em suas poesias, como referimos anteriormente, nos romances delineia-se uma outra configuração, a do índio trabalhador.

⁵² Prt. 118.

Como analisaremos adiante, o indígena d'*A Guerra dos emboabas*, ainda que não seja “personagem central” é apresentado como trabalhador que se preocupa com o futuro de suas filhas. Também no *Ostensor Brasileiro* o indígena não é aquele idealizado pelo Romantismo.

A leitura dos romances de Carvalho Guimarães abre espaço, pois, para diversificadas reflexões historiográficas na perspectiva de que, ao modo proposto por Nicolau Sevcenko, ocorreram mudanças na história do Brasil que foram registradas pela literatura mas sobretudo mudanças que se transformaram em literatura, posto que certos fenômenos históricos se reproduziram no campo das letras possibilitando modos originais de observar, sentir, compreender, nomear, exprimir. A obra de Carvalho Guimarães oferece ao historiador, e a qualquer leitor, variadas possibilidades de apreensão da história, não apenas como “documento histórico” ao abordar determinado contexto histórico, mas sim reflexo de sua própria época, no sentido de que, como vimos anteriormente, é possível entender a produção literária como um processo homólogo ao processo histórico.⁵³

Não caberia, nos limites de nossa tese, investigarmos historicamente cada um dos temas romanceados por Carvalho Guimarães⁵⁴, até porque tal investigação necessariamente contemplaria três séculos de história do Brasil. Todavia, pareceu-nos imprescindível abordar, ainda que rapidamente, estes fatos (a revolta de 1660, a guerra dos emboabas, os jesuítas na América) à luz da historiografia contemporânea e o fizemos

⁵³ Nicolau SEVCENKO. *Literatura como Missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 246.

⁵⁴ Queremos dizer, não foi o caso de irmos às fontes primárias em cada um dos temas por ele trabalhados, embora tenhamos consultado, por exemplo, a obra *Vida do Venerável P. Belchior das Pontes* ou a Biografia de Salvador Correia de Sá e Benavides, feita por Varnhagem publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* e no *Ostensor Brasileiro*, ambas obras consultadas por Carvalho Guimarães

fundamentada nas obras clássicas de Sergio Buarque de Holanda, Pedro Calmon e C. R. Boxer.

3. *historiando os acontecimentos*⁵⁵

Quando se refere à “prisão que nos fez a verdade histórica”, no pós-fácio a *Jerônimo Barbalho Bezerra*, Carvalho Guimarães delineia o que entende por “romance histórico”: aquele preocupado com a verdade de fatos que aconteceram realmente. Tanto é assim que, nos dois romances seus que denomina de históricos, mescla personagens e fatos registrados pela historiografia com personagens e fatos criados por ele. Em *A Cruz de Pedra*, que não denomina histórico, não há personagens nem acontecimentos registrados pela história oficial mas ainda assim refletem a preocupação do autor com a verdade, não apenas na trama central dos irmãos, baseada, segundo o autor, num caso acontecido em Minas Gerais, mas também em detalhes, como por exemplo, na descrição da antiga residência do bispo.⁵⁶

Podemos inferir sua preocupação com o nacional na frase: “Todavia ei-lo [o romance] aí exposto à crítica; só uma coisa diremos de nós, e é que em português vai escrito.” Se “em português vai escrito”, num momento em que a grande maioria dos romances que circulam no Brasil são ou em língua estrangeira ou traduzidos⁵⁷, o autor reporta à língua a identificação com o nacional. Estar escrito em português, por si só, daria sustentação à eventuais críticas que viesse a ter o romance. Mas, evidentemente,

⁵⁵ A expressão é de Carvalho Guimarães em *Jerônimo Barbalho Bezerra*, prt. 60.

⁵⁶ No item 5 do presente capítulo retomamos essa questão ao analisarmos *A Cruz de Pedra*.

⁵⁷ Cf Antônio CANDIDO. *Formação da literatura brasileira*, ob. cit. vol. 2.

não é essa a condição única que dá sustentabilidade ao romance como nacional, como identificado aos “objetos relativos, ou pertencentes Brasil”.

Analisando o romance a partir da atuação da personagem central, Jerônimo Barbalho Bezerra, vemos que a ação situa-se em três épocas definidas e, naturalmente, interligadas: a) entre 1630 a 1634, com Jerônimo e seus jovens amigos envolvidos em bebedeiras, em conquistas amorosas que enfrentam (inclusive em armas) as harmonias familiares, o poder da igreja e do estado de tal modo que os rapazes são obrigados a fugir da cidade para não serem presos; b) entre 1643 e 1644, quando Jerônimo articula seu retorno à vida na cidade; c) entre fins de 1660 e princípio de 1661, quando Jerônimo, já casado e com uma filha, lidera a revolta. Vale destacar que nos seis últimos capítulos, quase a metade do romance, a ação passa neste último período. Uma questão recorrente em Carvalho Guimarães é a indicação, por vezes ao longo dos romances, por vezes em notas de rodapé, das fontes por ele utilizadas. Inclusive com a preocupação em “corrigir” a historiografia:

Lê-se em algumas memórias, que Jerônimo Barbalho Bezerra fora preso e remetido para Lisboa, onde morreu em prisão; porém de uma carta de Salvador Correia, em que noticia ao soberano os acontecimentos que levamos referidos, vê-se claramente, que foi executado aqui no Rio de Janeiro. Baltazar da Silva Lisboa em seus Anais, diz que Agostinho Barbalho fora preso, e falecera no cárcere, o que também é menos exato, porque a carta régia de 19 de Maio de 1661 o nomeia, Administrador das Minas de Paranaguá, e como mercê dos serviços prestados na revolução.⁵⁸

Depreendemos, nesse trecho, a indicação que o autor leu “algumas memórias”, “uma carta de Salvador Correia”, “Baltazar da Silva Lisboa em seus Anais” e a “carta

⁵⁸ Prt. 64.

régia de 19 de maio de 1661”. Nessa indicação, está evidente a preocupação com a verdade dos “acontecimentos que levamos referidos”. E, para além disso, o autor constata, fundamentado em documentação oficial, equívocos da historiografia coeva com verdade dos fatos narrados. Mais ainda, pela via ficcional, pretende demonstrar a “verdade”.

Outra fonte certamente usada por Carvalho Guimarães, foi a biografia de Salvador Correia de Sá e Benavides, escrita por Varnhagem e como indicam os editores, originalmente publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*.⁵⁹ O *Ostensor Brasileiro* traz, nos mesmos números, o romance tomando Jerônimo Barbalho Bezerra como personagem principal e a biografia de Salvador Correia de Sá e Benavides feita por Varnhagem. Poderíamos pensar na intenção de trabalhar o personagem como ficção via romance, e como verdade histórica via biografia.

É interessante compararmos a maneira pela qual Carvalho Guimarães, via romance, refere-se a Jerônimo Barbalho Bezerra e a Salvador Correia de Sá e Benavides, e de que maneira esse último é abordado por Varnhagem na biografia publicada no *Ostensor Brasileiro*; quanto a Jerônimo Barbalho Bezerra, o jornal não traz maiores informações (além das contidas no romance, é claro). Vejamos como ambos, Jerônimo Barbalho Bezerra e Salvador Correia Sá e Benavides são apresentados pela via da “ficção” e pela “verdade histórica”.

A primeira referência que Carvalho Guimarães faz a Salvador Correia de Sá e Benavides é justamente pela opinião de Jerônimo Barbalho Bezerra, quando este é inquirido por um companheiro a respeito da recente posse do novo governador:

⁵⁹ *Ostensor Brasileiro*, n° 3, pp. 19 a 20 e n° 4, pp. 25 a 27.

- Parece-me, disse Jerônimo Barbalho Bezerra, parece-me que será um déspota, basta-lhe o sobrenome de Sá, que o não fará desmerecer de seus antigos; a soberba aninha-se debaixo desse apelido dos Sás, e de tal forma, que teve o atrevimento de dizer publicamente o pai desse arrevesado, que o Senhor Rei só encontrou para nos mandar cá, atendendo talvez à costela estrangeira que lhe dá o *Benavides*, Martim de Sá, pai do nosso muito amado atual Governador, disse bem alto que esta Cidade era dos Sás porque a ganharam, edificaram, fortaleceram, e governaram sempre, não sei como se não lembrou de dizer o estonteado velho que a governarão até o fim dos séculos: vêde agora de que raiz vem este rebentão, tendo em conta que é de enxerto espanhol.⁶⁰

Linhas após esse perfil, Carvalho Guimarães apresenta alguns feitos de Sá e Benavides de forma muito semelhante a feita por Varnhagem. Já no início da biografia, Varnhagem enumera tais feitos militares de Sá e Benavides na seguinte ordem: em Pernambuco, no Espírito Santo e na Bahia; em seguida no Paraguai, quando “desbaratou os Calequis”, logo após, na província de Tucumán, que “ficou também perfeitamente pacificada com a batalha de Palingaria em 1635. A glória destas vitórias foi alcançada por Salvador Correia à custa de doze feridas de flecha”. Por essas vitórias em Tucumán, teria Sá e Benavides granjeado “(...) a amizade e a afeição do Governador do Chile D. Pedro Ramires de Velasco, que lhe concedeu para esposa sua filha D. Catarina de Velasco (...)”.⁶¹ É exatamente essa a seqüência apresentada por Carvalho Guimarães:

-Vamos! Disse Lucas da Silva; trata-se de saber quem temos em casa, de conhecer o galo (...)

- (...) o comboio que de Pernambuco levou à Europa tendo pouco de 20 anos, passando através de naus holandesas a salvamento... (...)

- E o recontro do Espírito Santo? E a restauração da Bahia, que ele ajudou seu braço, e com soldados, que sua atividade levantou em S. Vicente?

⁶⁰ Prt. 27.

⁶¹ *Ostensor Brasileiro*, p. 17.

- (...) o desbarate dos Calequis, e a batalha do Palingaria, onde recebeu doze feridas?

- E que lhe valeram por coroa de triunfo uma castelhana bem bonita e bem nobre...⁶²

Certamente Carvalho Guimarães leu antes o texto de Varnhagem, pois essa passagem, no capítulo V do romance, foi publicada no número cinco do *Ostensor Brasileiro*, enquanto a biografia fora publicada nos números três e quatro. Atentemos inclusive ao detalhe das “doze feridas” recebidas por Sá e Benavides aludidas no romance e constantes na biografia feita por Varnhagem. Cumpre destacar que este último não está preocupado em analisar a revolta ocorrida no Rio de Janeiro, e sim com a vida pública de Salvador Correia de Sá e Benavides ao longo de seus 91 anos de existência. Varnhagem enumera e louva os cargos e postos ocupados por Benavides em seus serviços prestados a Portugal e assim justifica a iniciativa da cobrança dos impostos que este aplicava à população:

Este General, achando à sua chegada os cofres exaustos, as tropas poucas e atrasadas em pagamento, e algumas obras de utilidade pública por fazer, propôs à Câmara em 21 de janeiro o expediente de fintas e tributos. (...) Porém, qual será o herói por tal qualificado universalmente a quem não se poderá apontar algum erro?⁶³

Percebemos que, no romance, Carvalho Guimarães dá uma abordagem oposta à de Varnhagem, não justificando a cobrança dos impostos, muito ao contrário. Por seu lado, Varnhagem não cita Jerônimo Barbalho Bezerra, tampouco a dura atuação de Sá e Benavides no julgamento do primeiro, como veremos adiante. Percebemos dessa maneira, a partir do registro ficcional feito por Carvalho Guimarães, a possibilidade de

outro olhar sobre o acontecimento/evento, como temos reiterado no sentido proposto por Nicolau Sevcenko de que a literatura registrou modos originais de ver, sentir, nomear e exprimir.

Ao longo do romance, a figura de Jerônimo Barbalho Bezerra sofre significativas transformações. Primeiramente, é apresentado como um nobre irresponsável e farrista, sedutor das jovens de boa índole; depois, Jerônimo já casado, rico e nobre, com vida séria e reservada, todavia despótico com a esposa; a partir do capítulo VII, temos um

Jerônimo Barbalho Bezerra (...) depois de casado parecia ter esquecido sua vida passada, afastando-se da sociedade, com quem passara os primeiros anos, rebentou subitamente do isolamento em que vivia, e as mudas salas de sua casa encheram-se de homens, ou ficaram vazias de sua pessoa por muitas noites seguidas; porém estas reuniões diferiam muitíssimo das antigas; agora nem pichéis nem risadas, ou morno silêncio, ou violentas discussões se sentiam dentro das salas cuidadosamente fechadas para que ninguém fosse perturbá-los em seus saraus misteriosos, que se prolongavam muitas vezes até horas mortas da noite.⁶⁴

Temos aí o articulador, o conspirador que logo em seguida se transformará no líder da revolta, que enfrentará implacavelmente Salvador Correia de Sá e Benavides ao longo dos conflitos. Finalmente, é apresentado como revolucionário e representante dos interesses da população do Rio de Janeiro. Quando a revolta é sufocada e seus líderes presos, Jerônimo é o único impiedosamente punido por aquele:

(...) os outros juizes esperavam uma palavra do Governador para perdoar ao réu os crimes, que a irreflexão praticara: porém era preciso um exemplo, e

⁶² Prt. 28.

⁶³ *Ostensor Brasileiro*, p. 25.

⁶⁴ Prt. 36.

Salvador Correia tenaz em seu primeiro aviso, deu ordem para que a execução se fizesse na mesma tarde.⁶⁵

Salvador Correia de Sá e Benavides é apresentado por Carvalho Guimarães como governador tirano e explorador, despertando ódios e vinganças, apesar de cumpridor de seus deveres para com Portugal:

(...) sem criminalizar Salvador Correia, ilustre por muitos títulos (...) podemos todavia afirmar que o movimento popular de 1660 (...) teve causa principal nas tiranias de Salvador Correia, e não em particulares ódios e vinditas, como o mesmo General em cartas representou ao seu soberano (...) Salvador Correia foi muitas vezes injusto; valente e cavaleiro, generoso e fiel; porém cegou-o muito aquele desejo de servir o Rei em prejuízo dos vassalos (...)⁶⁶

Uma visão bem diferente da apresentada em Varnhagem, laudatória e louvadora.

É pela via da ficção, pelo romance, que Carvalho Guimarães “resgata” Jerônimo Barbalho Bezerra, pois como vimos o *Ostensor Brasileiro* nada traz sobre ele ou sobre a revolta por ele liderada, todavia publica longa biografia de Salvador Correia de Sá e Benavides, inclusive uma estampa com seu retrato. Aliás, historiografia contemporânea pouco trata de Jerônimo Barbalho Bezerra, dedicando porém boas páginas a Salvador Correia de Sá e Benavides. De fato, foi Sá e Benavides figura de proeminência no Brasil e em Portugal, entre 1640 a 1680: foi lavrador de açúcar, criador de gado, um dos maiores senhores de terras e de trabalhadores escravizados, fiel amigo dos jesuítas; no plano administrativo, foi governador e capitão geral do Rio de Janeiro em diferentes oportunidades, membro do Conselho Ultramarino de Portugal, além de comandar

⁶⁵ Prt. 65.

⁶⁶ Prt. 60.

expedições militares por todo o Brasil, inclusive no exterior, como na região do Prata ou em Angola.⁶⁷

Quanto à revolta, a qual, aliás, não leva nenhum “nome” particular nas obras por nós consultadas, também não há muitas referências na historiografia atual. Lemos Carneiro da Cunha, que entre outubro de 1660 a abril de 1661, ocorre no Rio de Janeiro uma revolta popular decorrente de novos tributos impostos por Salvador Correia, novamente nomeado governador⁶⁸:

No Rio, [Sá e Benavides] discute com a Câmara o lançamento de novos tributos para atender ao pagamento da guarnição, cronicamente atrasado. Chegam aparentemente a um acordo e Salvador parte para a Capitania de São Vicente, onde irá (...) seduzir os moradores do planalto com uma administração brilhante. (Setenta pontes, em dois meses, e o caminho do mar pela primeira vez tornado, em parte, carroçável.)

O Rio, no entanto, aproveitara a ausência de Salvador para rebelar-se ante os novos impostos. Sob a liderança de Jerônimo Barbalho, tinham os revoltosos aliciado a guarnição, e, com o apoio de gente principal na cidade, deposto e remetido para o reino os elementos da oligarquia. A plebe saqueara as casas dos Correia de Sá. Aclamaram Agostinho Barbalho, irmão de Jerônimo, porém elemento moderado e que tentou a conciliação (nov. de 1660). Depois o controle da cidade foi assumido por uma câmara revolucionária (fev. de 1661). Acusavam o ‘tirano’ de peculato e abusos de toda sorte, inclusive de patrocinar o jogo.

Salvador, em S. Paulo, esperou que o movimento esfriasse e que chegasse a frota da Companhia, comandada por amigos seus. Em abril desceu para o Rio com um pequeno séquito (recusara oferecimento de auxílio dos paulistas), e, apoiado pelas tropas da frota, reassumiu de surpresa o comando da cidade. No

⁶⁷ Cf. Pedro Octávio Carneiro da CUNHA, “Política e administração de 1640 a 1763” in: Sergio Buarque de HOLANDA. *História Geral da Civilização brasileira*, Tomo I. Vol. 2, 1967. São Paulo: DIFEL, 1960. pp. 9 - 44. Cf. também Pedro CALMON. *História do Brasil* vol. III, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959. pp. 730 - 734.

⁶⁸ Já em 1647, em anterior administração de Salvador Correia, o povo e a Câmara do Rio de Janeiro obtiveram o direito de substituir o governador nas suas constantes ausências; direito mais teórico que

mesmo dia mandou prender, julgar por uma corte marcial e executar Jerônimo Barbalho. Outros cabeças foram enviados à Bahia e a Lisboa, onde alguns ficaram prisioneiros por muito tempo.⁶⁹

Pedro Calmon refere-se aos “motins do Rio de Janeiro” principalmente como oposição às taxas impostas por Salvador Correia que desesperaram comerciantes e a nobreza:

Em 8 de novembro (1660) senhores de engenho, soldados e povo investiram às ruas, a aclamar por governador Agostinho Barbalho Bezerra, jurando morte aos Correias. Esconderam-se estes no mosteiro de São Bento. Barbalho quis recusar; coagido, teve de aceitar o governo; moderou os ânimos, protegeu os primos de Salvador de Sá, alojando-os nas fortalezas da barra, e, por fim, tanto para atender aos sublevados como para resguardá-los, os embarcou num patacho destinado à Madeira. (...) Na verdade aqueles tumultos degeneravam inequivocamente em revolução. (...) Não se pense que foi uma agitação superficial que se extinguiu com a deposição dos Sás. Tomou logo o aspecto de um rompimento com as leis do reino, pois, não contentes de eleger o governador (Agostinho Barbalho) os insurretos constituíram ‘forma de Parlamento’ (...) com quatro pessoas da nobreza, à frente destas Jerônimo Barbalho Bezerra (...) enquanto o ‘vulgacho’ (...) sobretudo ‘mulatos e mamaluquos’ – se descomedia em atrozes excessos.⁷⁰

Calmon destaca a conjunção de mamelucos e mulatos com a nobreza, do povo com parte da elite, como “generalização da desordem” que

(...) começava pelo desrespeito às casas religiosas mais ligadas à ‘oligarquia’ (beneditinos e jesuítas). Ia porém mais longe. Lourenço de Brito

prático, segundo Carneiro da Cunha, porque a Câmara escolhia o substituto sob a influência de Sá e Benavides.

⁶⁹ Pedro O. Carneiro da CUNHA, “Política e administração de 1640 a 1763”, ob. cit., p. 17.

⁷⁰ Pedro CALMON. *História do Brasil*, ob. cit. pp 731 e 732.

Correia escreveu da Bahia (27 de abril de 61) que ... ‘sendo-lhes necessário para sua conservação fazerem-se mouros o hão de fazer’; e que se falava de comunicação deles com Buenos Aires, num possível movimento que importaria a perda do Rio de Janeiro, entregue a castelhanos! Ignora-se onde a realidade dos sentimentos e a intriga se cruzavam nessa revelação assustada; mas é visível, da alarmada epístola ao rei, a dimensão perigosa que aparentava o motim (...) ⁷¹

Em Carvalho Guimarães não encontramos evidências quanto à “comunicação deles com Buenos Aires, que importaria a perda do Rio de Janeiro”; todavia, percebemos como destaca amplamente o caráter revolucionário que tivera a conspiração, bem como a dimensão altamente significativa do motim.

No romance, a conspiração é inicialmente apresentada aos leitores pelas duas “irmãs” Marta e Clara, quando estas, preocupadas com a saúde da mulher de Jerônimo Barbalho Bezerra, investigam suas misteriosas saídas noturnas e acabam por descobrir, quase acidentalmente, as reuniões dos conspiradores:

- Ai, eu não vos posso dizer nada (...) lá em S. Gonçalo juntam-se muitos homens todos armados, e o que eles fazem, e dizem não sei eu, juro-o pela Virgem Santíssima (...) ⁷²

As mulheres, no romance, são corajosas no amor, vestem-se “de” homens, empunham espadas, enfrentam a noite para salvarem seus amados: Clara de Esteves, Susana Froes/Marta, Ruth e a mulher de Jerônimo Barbalho Bezerra. Carvalho Guimarães não refere o nome da mulher de Jerônimo Barbalho Bezerra, tratando-a sempre apenas como tal, mesmo ela que, de início pusilânime, posteriormente estimulada por Clara e Marta encontra razão para sair de sua letargia e assume papéis importantes durante os conflitos, com posição contrária à do marido embora sempre defendendo-o;

⁷¹ Idem, p. 733.

isto é, ela passa a ter suas próprias convicções e a partir delas procura salvar o marido. Aliás, em Carvalho Guimarães a situação da mulher é bastante contraditória:

Assim são todas as mulheres; ou tímidas como a harda, que foge ao rugir da folha seca despegando-se da árvore, fracas como o bichinho que roja imperceptível entre o pó debaixo de nossos pés; ou então altivas como a águia sobre o píncaro da serrania, afrontando o tufão e o raio, fortes como o leão do deserto: não espereis que um novo tormento venha abalar sequer resolução tão assentada, ela é mulher e é mãe; prepare-lhe a desgraça negras horas, aflitíssimos dias, lá está sua vontade de ferro que vencerá tudo.⁷³

É interessante, particularmente, a figuração que Carvalho Guimarães faz da mulher como leitora a qual, pela leitura, toma ânimo para realizar atos de bravura:

Mas por debaixo do painel, e em cima de uma mesa encontram eles aberto um Amadis de Gaula, livro em que ela estava lendo, quando vieram chamar seu pai da parte do Governador para ir prender os quatro mancebos; sua mão foi vagarosa até ele, e trouxe-o aos lábios:

- Oh! Tu me deste coragem para salvá-lo! disse ela apertando o livro contra o peito.⁷⁴

O livro que Carvalho Guimarães faz a corajosa Clara de Esteves ler não é uma novela (via de regra francesa) a ditar normas do bom comportamento que as moças casadoiras deveriam ter para serem boas esposas e exemplares mães, tão em moda no Brasil oitocentista. Clara de Esteves lê um clássico de aventuras, uma das grandes e antigas obras européias da fantasia. O livro narra as proezas e aventuras de Amadis, primeiro e modelar cavaleiro andante das nações insulares européias, derivado de lendas

⁷² Prt. 35.

⁷³ Prt. 36

⁷⁴ Prt. 14.

brejões e contadas por trovadores anglo-franceses de fins de 1200 e inícios de 1300.⁷⁵ E, importante assinalar, Amadis foi livro proibido, pelo Santo Ofício, de circular nas colônias americanas.⁷⁶

É como decorrência da leitura de tal livro que a jovem atreve-se a vestir trajes masculinos, empunhar armas, enfrentar soldados a fim de salvar o seu amado. As mulheres, aliás, adotam papéis de conspiradoras ao longo de todo o romance: Clara de Esteves, Susana de Froes, Ruth, a mulher de Jerônimo Barbalho Bezerra, todas envolvem-se em situações que não podem ser claramente assumidas por elas, até porque não fizeram parte da história oficial. Todavia, ao menos no romance, percebemos a presença constante das mulheres no desenrolar dos conflitos ainda que, obviamente, não assumindo papéis de comando.

Vale acentuarmos a referência ao pintor satírico William Hogarth:

A janela fechou-se; correram-se os ferrolhos, e um índio segurando uma bugia encaminhou a recém chegada a uma grande sala, onde o mais vergonhoso espetáculo se oferecia aos olhos: Hogarth, Hogarth! Falta-me teu admirável pincel para descrevê-lo: seria atrevimento imperdoável, se minhas mãos tentassem depois de ti pintar o homem no mais abjeto estado a que pode conduzi-lo a intemperança!⁷⁷

Na perspectiva de investigar em Carvalho Guimarães sua originalidade no contexto literário brasileiro da década de 1840, podemos ler nessa referência ao pintor e gravador inglês certa sutileza, de Carvalho Guimarães, em criticar a nobreza brasileira,

⁷⁵ Cf. Affonso Lopes VIEIRA. *O romance de Amadis*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926.

⁷⁶ Cf. Gabriel García MÁRQUEZ. *Do amor e outros demônios*. Rio de Janeiro: Record, 1994. p.170. Como veremos no item 3, Carvalho Guimarães também se refere a outro livro proibido, *A vida do venerável padre Belchior das Pontes*.

⁷⁷ Prt. 10.

dado que William Hogarth⁷⁸ criou e popularizou na Europa, ao longo do século XVIII, o uso de seqüências de quadros anedóticos para satirizar os maltratos sociais que a nobreza aplicava aos servos.

É também interessante considerarmos algumas citações em latim⁷⁹ que Carvalho Guimarães faz. No contexto em que inserem no romance, é com certa ironia que emprega *mala gratia e nolens volens*⁸⁰, ambas as expressões referindo-se à irresponsabilidade de Lucas da Silva; é com benevolência que refere: “*amici consiliis anima dulcoratur*”, “*amicus certus in re incerta cernitur*” e “*pro bono pacis*”.⁸¹

Como referimos, a historiografia atual não dedica muitas páginas a esta revolta da população do Rio de Janeiro que, ao fim e ao cabo, destituiu o governador nomeado pelo governo português e por si mesma escolheu seu governante, fato que, embora tenha durado poucos meses, constitui-se num evento significativo dado à conjuntura política brasileira de total dependência da metrópole, em meados de 1660.

Numa leitura contemporânea, podemos apreender que, de algum modo, ao pesquisar sobre Jerônimo Barbalho Bezerra, Carvalho Guimarães é também produtor daquilo que descobre nos documentos, uma vez que é segundo suas necessidades intelectuais e as de sua época que confere sentido próprio ao seu objeto de investigação. Carvalho Guimarães escreve sobre Jerônimo Barbalho Bezerra e lhe confere tal importância que chega ao ponto de usar seu nome como título do romance. Podemos interpretar que a morte trágica de Jerônimo Barbalho Bezerra tenha atraído Carvalho Guimarães; mas podemos também interpretar que tenha sido o espírito independente de

⁷⁸ O jornal *Museu Universal* publicou no n.112, de 18 de setembro de 1841, a biografia de Hogarth (1697 – 1764), bem como reprodução de algumas telas suas.

⁷⁹ As traduções do latim foram gentilmente feitas pelo padre Márcio Bartel.

⁸⁰ Respectivamente: “por mau favor” prt. 1, e “queira ou não queira” prt. 7.

⁸¹ Respectivamente “o conselho do amigo suaviza a alma” e “o amigo certo se conhece nas horas incertas” prt. 34, e “em favor da paz” prt. 41.

Jerônimo, seu questionamento quanto à legitimidade do governo português no Brasil, a própria condição da nobreza portuguesa no Brasil expressa claramente na afirmação ao irmão, Agostinho Barbalho Bezerra, já aclamado governador do Rio de Janeiro, que não quer nobreza como a dele:

- Jerônimo, disse o Governador tu és a vergonha de nossa família! Foste mau filho, és mau esposo e pai, vassalo rebelde...

- Porém, não traidor, não traidor!... Em quê sou eu a vergonha de nossa família? Nobre sou, mas inimigo de tiranos e soberbos nobres! E se é preciso quebrar o brasão de fidalgo para conservar meus sentimentos, quebro-o!!⁸²

É provável que Jerônimo Barbalho Bezerra não tenha dito literalmente essas palavras, em inícios de 1661. Mas exatamente é o que Carvalho Guimarães escreve, em 1845/46. E aí percebemos a questão que estamos perseguindo: estaria Carvalho Guimarães, pelas palavras de sua personagem (que não é qualquer personagem mas especificamente um líder de uma revolta contra o governo português) criticando a nobreza (luso)“brasileira” em 1840? Seria necessário, para Carvalho Guimarães, que a nobreza brasileira em meados de 1840, “para manter seus sentimentos”, vale dizer, em linguagem contemporânea, para manter o pertencimento⁸³ ao Brasil, “quebrar o brasão de fidalgo”, romper definitivamente com Portugal?

Já referimos anteriormente o momento instável e ao mesmo tempo definidor que vivia a população brasileira naquela década, momento em que as elites tentavam a todo custo consolidar a incipiente monarquia de Pedro II, ele próprio filho de Pedro IV de Portugal, isto é Pedro I no Brasil. Na perspectiva de Carvalho Guimarães, para ser

⁸² Prt. 49.

⁸³ Mais adiante, no capítulo III, abordamos a idéia de “pertencimento” com relação ao nacional.

definitivamente brasileiro, para ser “inimigo de tiranos e soberbos nobres”, deveria Pedro II quebrar efetivamente os laços que o uniam a Portugal?

Carvalho Guimarães toma o ausente da historiografia para fazer dele sua “personagem principal” no romance. Seria para, tornando-o visível, apresentá-lo como exemplo a seus contemporâneos na década de 40? Parece-nos que Carvalho Guimarães está propondo uma reflexão sobre delicado tema, naqueles anos, de quem era brasileiro e quem era português.

No último capítulo do romance Carvalho Guimarães assume estar “reabilitando” personagens equivocadamente (não) registrados pela história: “Historiando os acontecimentos dessa época, é nosso dever destruir parte do ferrete, que pesa sobre os nomes que figuram em tais acontecimentos (...)”.⁸⁴ Parece estar, de certo modo, alertando seus leitores para “(...) o espírito revolucionário, que tantas vezes por esses tempos manifestou o povo do Rio de Janeiro, já contra os governos civis, já contra os eclesiásticos (...)”.⁸⁵

Poderíamos considerar que, valendo-se do romance, Carvalho Guimarães interpretaria o “espírito revolucionário” da população do Rio de Janeiro nos episódios de 1660/61, discutindo quem defenderia os interesses dos “brasileiros” e quem defenderia os portugueses naqueles episódios, para recuperar e apresentar aos seus leitores uma revolta cujo significado pode ser visto como confronto entre brasileiros e portugueses, colocando em pauta, em 1845/46, o caráter do “nacional”.

⁸⁴ Prt. 60.

⁸⁵ Idem.

4. *se quereis ouvir a história*⁸⁶

Já no título do romance *A Guerra dos Emboabas* Carvalho Guimarães insere uma nota de rodapé esclarecendo:

(1) Este nome Boaba, quer dizer na língua dos índios desse país galinha, ou galo de penas, ou calçudos; e porque naquele tempo todos os homens do Reino usavam calções chamados de rabo, e descidos estes cobriam a maior parte das pernas, chamavam por este motivo Boaba, ou para melhor dizer – Pinto calçado. (Revista do Instituto Histórico vol II Rio pg 76)⁸⁷

Vejamos em obras contemporâneas o significado dessa palavra.

Segundo o *Aurélio*:

Emboaba: [do TUPI] S. 2 g. Bras. Nos tempos coloniais, alcunha que os descendentes dos bandeirantes davam, excepcionalmente na região das minas, aos forasteiros portugueses, e brasileiros de outras origens, que entravam no sertão à busca de ouro e pedras preciosas, e, p. ext., aos portugueses em geral. V. galegos (4) [cf. boaba. Var. emboava].

Segundo Odilon Nogueira de Mattos:

Há muita discordância entre os autores que se ocuparam do termo ‘emboaba’, significando para uns a ave de penas (alusão aos europeus que usavam botas) e para outros ‘forasteiro’, ‘estrangeiro’, e até ‘inimigo’.⁸⁸

Conforme C. R. Boxer:

⁸⁶ A expressão é de Carvalho Guimarães em *A Guerra dos emboabas*, prt. 69.

⁸⁷ Prt. 66.

⁸⁸ Odilon Nogueira de MATOS, “A Guerra dos Emboabas” in: Sergio Buarque de HOLANDA (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo I, vol.1, São Paulo: DIFEL, 1967. p. 299.

Inclino-me, pessoalmente, para as fontes do século XVIII, que definem *emboaba* como significando um pássaro de pernas emplumadas, daí ser o termo aplicado como zombaria aos recém-chegados da Europa e do litoral, que usavam coberturas protetoras para as pernas e pés, ao contrário dos paulistas que andavam descalços e de pernas nuas. Ver códice Costa Matoso, fl. 37 “... os Reynões chamados pelos paulistas de ambuabas por desprezo, que na sua lingoa quer dizer galinhas calçadas, que o imitavão pelos calcõens que usavão de rolos.”⁸⁹

Apreendemos, já pela etimologia da palavra, que no contexto do século XVIII, *emboaba* define uma relação com o outro a partir do olhar indígena. A palavra é tupi e reflete a forma como o indígena via o português: um pinto calçado.

No romance *A Guerra dos Emboabas*, uma expedição, chefiada no plano militar por Amador Bueno, é conduzida por um guia narrador, Andre Goiaba, que conta casos aos integrantes da expedição e ao mesmo tempo ao leitor; o guia narrador conduz a expedição e o romance. O guia conduz a história:

- História? interrompeu Brás dos Anjos com enfado; alto lá, rachador! Disto fará o guia uma história, mas por ora é um caso verdadeiro e acontecido... vai muita diferença de um caso e de uma história.

- Pois seja caso ou história, disse o rachador; o que nós queremos é que o guia comece a história ou caso da terra que nos prometeu; histórias de além mar já aborrecem...(...)

-Leva de falar! disse o guia com autoridade; se quereis ouvir a história, só eu sou quem fala.⁹⁰

É clara a tensão estabelecida por Carvalho Guimarães entre o verídico como verdade histórica e o verossímil como ficção, expressa na “muita diferença de um caso e

⁸⁹ C. R. BOXER. *A Idade de ouro no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963. p. 335 Boxer refere um documento de época que registra a grafia do vocábulo como *imboyaba*: “ ‘O que contarei por novas frescas’ - escreve um funcionário do Rio a um amigo de Lisboa, lá pelo fim de janeiro de 1709 - ‘he que estão os imboyabas levantados com os paulistas nas Minas (...)’ ”, p. 78.

⁹⁰ Prt. 68.

de uma história” e “Pois seja caso ou história”. Destaque-se, no contexto, a “história” vista como ficção que será posterior e eventualmente narrada pelo guia: “Disto fará o guia uma história”, a partir de um “caso verdadeiro e acontecido”. É importante assinalar que os integrantes da expedição já estão “aborrecidos” das histórias européias, entre as quais, por exemplo, a de Roldão em Roncesvalles,⁹¹ e querem ouvir casos da terra, posto que “histórias de além mar já aborrecem”. Podemos entender que esse aborrecimento seria também dos escritores brasileiros, ou pelo menos de Carvalho Guimarães, em 1845/46, preocupados escrever uma “literatura da terra”, isto é, do Brasil, dada a profusão de romances europeus, portanto de além mar, que então circulavam no Rio de Janeiro. Podemos entender ainda que sendo mister escrever a história da terra, afinado com o propósito do Instituto Histórico e Geográfico em escrever a história do Brasil, Carvalho Guimarães cumpre seu papel, faz sua parte. Podemos avançar um pouco mais e estender ao próprio Carvalho Guimarães o papel do “guia narrador” na medida em que, ao narrar conflitos e aventuras estaria “inaugurando” um estilo, e ele próprio o reconheceu anteriormente, não aderindo às adocicadas novelas de então, ao modo de *A Moreninha*, por exemplo.

O guia narrador, além de dirigir a expedição, dado que é profundo conhecedor da região e no exercício da função para a qual fora contratado, conta histórias à tropa ao cair da tarde, no que é muito apreciado, inclusive sendo poupado em algumas situações perigosas, para que continuasse suas narrações de fim de tarde:

- Estou com ela rachador! Estávamos a dormir todos; eis senão quando sinto eu uma fósca nas palhas do rancho... Levanto-me, e vejo uma garra de onça

⁹¹ Prt. 67. Não conseguimos identificar essa personagem Roldão de Roncesvalles. Acreditamos tratar-se de Rolando de Roncesvalles, herói da Canção de Rolando, das canções da gesta dos séculos XII e XIII na Europa.

encastalhada numa das casas da vestia do guia, e uma das patas tão perto da cara dele, que parecia levantar-se o peito com o respirar; estive quase deixando o negócio correr seu temo porque naquela noite era este dorminhoco [o guia] que fazia sentinela, porém lembrando-me que não tinha acabado a história do *Roldão em Roncesvalles*, e ademais com vontade de experimentar como cortava a minha faca em pele de onça... Arrumei tão boa faca, que passando o sapé foi toda no peito do bicho...⁹²

Por sua vez, o guia sabia muito bem o fascínio que, contando histórias, exercia sobre seus ouvintes, a ponto de permitir-se pequenas artimanhas:

- Em que ponto íamos nós, quando foi interrompida esta mui verdadeira história que vos estou contando?

E todos abriram a boca para responder ao guia; mas como esta pergunta manhosa só tinha por fim apreciar o grau de atenção dos ouvintes, e dar-lhes uma idéia da felicidade de sua memória, o goiaba, sem atender ao diziam, prosseguiu (...)⁹³

Carvalho Guimarães registra a função de guia contador de histórias semelhante à do “historiógrafo”, que chama também de “historiador” da tropa, no relato de sua viagem, em 1842, a Minas Gerais. Percebemos assim, pelo registro literário, a existência de uma função importante à vida cotidiana dos integrantes das expedições e tropas que se embrenharam pelo interior do Brasil em meados do século XVIII.⁹⁴ Essa importância comprova-se, no romance, no momento em que em pleno desenrolar da “guerra”, quando cessam os confrontos com a chegada da noite, todos reúnem-se para ouvir as histórias do guia.

⁹² Prt. 67.

⁹³ Prt. 86.

⁹⁴ Muito embora não tenhamos localizado, na bibliografia consultada, referências a essa profissão. Esse “historiógrafo” das tropas nos remete aos contadores de causos, ainda comuns entre os tropeiros no sul do Brasil.

Através da relação do guia narrador com seus ouvintes, estabelece-se a situação em que a literatura impressa (no caso a história de *Roldão em Roncesvalles* que o guia contava) é difundida pela via oral, gerando o chamado “leitor ouvinte”, qual seja um “leitor” que, mesmo sem ser alfabetizado, tem acesso à cultura letrada.

Em *A Guerra dos Emboabas*, história e ficção convergem em várias situações e estratégias adotadas pelo autor na busca do registro da “história verdadeira” pela via da literatura. Ao longo da leitura do romance, percebemos a permanente confluência entre história e literatura, nítida preocupação de Carvalho Guimarães. Em outras palavras, Carvalho Guimarães pela via da literatura elabora subsídios para outras leituras a respeito, no caso, daquele conflito ocorrido nas Minas Gerais por volta de 1710. Consideremos algumas dessas elaborações. Naturalmente, a própria escolha do acontecimento *per se*, a guerra dos emboabas, é um primeiro indicador da preocupação de Carvalho Guimarães em trabalhar a história pela via da literatura.

Ao longo do romance podemos identificar como estratégias usadas pelo autor que denotam sua preocupação com a verdade histórica: o uso de notas de rodapé, esclarecendo historicamente com o intuito de atribuir estatuto de verdade a determinadas passagens, como veremos adiante; a referência aos documentos que pesquisou, como livros, memórias, correspondência entre políticos, relatórios de chefes locais; a descrição dos locais e dos conflitos que marcaram a guerra, como por exemplo o encontro em Guaratinguetá entre a expedição paulista de Amador Bueno e o Governador do Rio de Janeiro Antonio de Albuquerque⁹⁵; na utilização de personagens que a

⁹⁵ Prt. 76 e 77. Encontramos em C.R. BOXER, *A idade de ouro no Brasil* - pp. 84 e 85, referência a esse diálogo mantido entre Amador Bueno e Antonio de Albuquerque, com muitas semelhanças em ambos os textos; Boxer cita como fonte um *Relatório* de Antonio de Albuquerque; o que poderia nos levar a crer que Carvalho Guimarães também tenha consultado este *Relatório*. Segundo Boxer, este *Relatório* consta do Códice “Costa Matoso, Caetano. ‘Colasam das Notícias dos primeiros descobridores das Minas na América, que fes o Dr. Caetano da Costa Matoso, sendo Ouvidor Geral do

historiografia registra, como Amador Bueno da Veiga, Bento do Amaral Coutinho, Antonio de Albuquerque, Nunes Viana, Ambrosio Caldeira Brant.

Mesmo na construção dos personagens fictícios, percebemos a imbricação entre história e literatura. Há três personagens fictícios, todos paulistas, que perpassam todo o romance: o guia narrador, Andre Goiaba; o rachador, Fernão Vitelo, que está sempre procurando “apagar boábas”; Braz dos Anjos, dono de tropa, que de certa forma contemporiza as recíprocas implicâncias entre os dois primeiros. Os três estabelecem do início ao fim do romance uma permanente tensão entre o ficcional e o verdadeiro, por exemplo na forma como Fernão Vitelo constantemente questiona Andre Goiaba quanto à “veracidade” das histórias que relata.

Ainda na construção de personagens fictícios, Carvalho Guimarães diferencia-se na forma como se refere ao índio, ao judeu, às mulheres. O índio Jaguarassu apresentado como “trabalhador”:

- Tinha o tal Jaime Cosme (...); além de alguns escravos seus, ocupava índios pobres dos aldeados, que levamos de S. Paulo e de outras partes; entre estes havia um velho, que trabalhava por três homens robustos e moços, e se trabalhava assim a matar era porque tinha duas filhas, lindas como santas (...) ⁹⁶

No contexto da década de 40, quando o índio era representado ora como indolente preguiçoso ou guerreiro selvagem, ora como virtual símbolo da incipiente nacionalidade brasileira, tal como foi o ideal do projeto romântico, apresentá-lo como

Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749’, Biblioteca Municipal de São Paulo, MS D-1-a-43. Inestimável repositório dos MSS originais sobre a história de Minas Gerais (e de algumas outras regiões do Brasil e de Maranhão Pará também) colecionados por um juiz-de-fora de Ouro Preto, ente 1749 e 1752”, cf. BOXER, ob. cit. p. 368.

⁹⁶ Prt. 69.

trabalhador e que trabalha por preocupar-se com suas duas filhas, parece-nos realmente *sui generis*.

O judeu Jaime Cosme, é inicialmente apresentado como “querido por todos”, embora posteriormente se revele avaro. O “caso” de Jaime Cosme ocorreu “verdadeiramente” em meados de 1660, como se vê brevemente referido no romance *Jerônimo Barbalho Bezerra*. Em *A Guerra dos Emboabas* o episódio toma importância, é apresentado como “histórico”⁹⁷, ocupa várias páginas do romance, e os valentes ouvintes integrantes da expedição têm extremado interesse pelos desdobramentos das graças e desgraças de Jaime Cosme.

No episódio de Jaime Cosme, poderíamos arriscar que de certa forma Carvalho Guimarães inaugura o “fantástico” na literatura escrita brasileira, nas cenas que se passam na casa do judeu, nos galos que dançam e vomitam embrulhos que contém o ouro acumulado por Jaime Cosme, na velha criada que encolhe e desencolhe e transforma-se em árvore:

- (...) ora bem, tinha ele [Jaime Cosme] em casa uma velha criada, ou não sei que, e pelo mesmo tempo que apareceu Jaguarassú morto, e se finaram de paixão as filhas do índio, deu tal breca na boa da velha, que começo a encolher-se, a encolher-se, a encolher-se, que ficou do tamanho de uma mosca...

(...)

- Pois sim, do tamanho de uma mosca, prosseguiu o narrador; e começou ela a encolher-se uma Sexta-feira às trindades, e só parou noutra sexta-feira às mesmas horas, segundo afirmam pessoas respeitáveis, a quem o mesmo Jaime Cosme o contou: muito bem, logo que escoou o último instante depois das trindades dessa sexta-feira começa a velha a desencolher-se, mas de um modo tal, que antes das dez horas da noite já não cabia na sala, às onze ia pelo corredor

fora e à meia noite... À meia noite quando o mineiro vinha dobrando um tope, que ficava meia légua distante de casa topou com dois troncos de arabutã que saíam dos lados de uma serra, que o apertaram e ao cavalo...⁹⁸

Todavia um fantástico ao qual o autor procura sempre associar a conotação do real, do possível de ter verdadeiramente acontecido:

(...) ora no tempo em que Jaime Cosme estava entretido vendo a mineração infernal, deram-lhe tão violenta pancada, que se não estivesse tão seguro nas mãos da velha, havia de morder a poeira, e voltando-se para si viu duas mulheres com umas correntes de ouro ao pescoço, que se pareciam com umas de ferro, que ele pusera nas duas índias filhas de Jaguarassú. As duas mulheres, tomando-o cada uma por seu braço, arrastam-no para baixo do cavalo, e depois de o terem amarrado bem com as correntes, que estavam em brasa...

- Sem se derreterem? perguntou Braz dos Anjos muito sério.

- Está bem visto, se elas eram de ouro só na aparência... Mas como eu ia dizendo (...)⁹⁹

Dada a natureza daquele metal, seria normal que as correntes de ouro “em brasa” derretessem, mas como tal não ocorreu, o guia narrador esclarece que “na verdade” elas eram de ferro, portanto a situação era real, independentemente de todo o “surreal” anteriormente acontecido.

O episódio de Jaime Cosme, como vimos ocorrido por volta de 1660 e a respeito do qual Carvalho Guimarães encontra referências na correspondência daquele período, desperta extrema atenção e interesse dos membros da expedição nas ações do romance que se dão em 1710; mas também permaneceu no imaginário dos habitantes das Minas

⁹⁷ Carvalho Guimarães dá como verdadeiro o episódio, esclarecendo em nota de rodapé: “Histórico: veja-se Jerônimo Barbalho Bezerra, carta dos Vereadores desta Cidade para os de S. Paulo, e sua resposta”. Prt.70.

⁹⁸ Prt. 77.

Gerais ainda em 1842, período da viagem que Carvalho Guimarães faz a Minas Gerais, pois este usa como epígrafe ao capítulo V, intitulado A Cata do morto, trovas populares que tratam do caso.¹⁰⁰ Vemos assim uma curiosa “ inversão de temporalidade interna” no romance.

Analisando a presença feminina na guerra dos emboabas, os discursos históricos atuais não referem a presença das mulheres neste conflito¹⁰¹; já na ficção de Carvalho Guimarães, há a importante participação durante os confrontos entre paulistas e emboabas ocorrido em Rio das Mortes, nas figuras de Ana Bragança e Catarina Madureira. A primeira organiza a resistência entre os desesperados emboabas sitiados pelos paulistas, ora como combatente ora como enfermeira, mas principalmente como a “santa mulher” que “operacionaliza” o milagre realizado por Santo Antonio, fazendo com que os paulistas desistam do cerco. Entre os paulistas, Ana Bragança é vista como maldita velha feiticeira:

- Vou a eles [aos emboabas] esta noite, general! Sem medo... Sem medo da velha feiticeira [Ana Bragança], que os diabos partam em mil fatias!!...¹⁰²

É curiosa a ambivalência de Ana Bragança , apresentada como feiticeira sob a ótica dos paulistas e como santa pela ótica dos emboabas. Por outro lado, o próprio romance demonstra que Ana Bragança não é nem uma nem outra, dado que não ocorreu “milagre”, pois o romance revela que os paulistas se afastaram porque souberam da

⁹⁹ Prt. 78.

¹⁰⁰ Prt. 86.

¹⁰¹ Muito embora encontremos, na recente historiografia brasileira, trabalhos que enfocam a mulher ao longo do Setecento. A título de exemplo, e considerando-se o período e a região abordados, veja-se Luciano FIGUEIREDO *O Avesso de memória – cotidiano e trabalho da mulher nas Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EdUnB, 1993. Veja-se também Laura de Mello e SOUZA *Desclassificados do ouro . a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982

chegada de reforços aos emboabas. Essa participação feminina no episódio de Rio das Mortes fora relatada, em termos semelhantes, pelo padre Manuel da Fonseca na obra *Vida do Venerável P. Belchior de Pontes*¹⁰³, no capítulo XXXIII. Carvalho Guimarães leu essa obra do padre Manuel da Fonseca. Aliás, não apenas a participação feminina mas também a “participação” da imagem de Santo Antonio que realiza o milagre, e todo o cerco, os confrontos, a construção da guarita paulista por João Falcão, as frechas com fogo lançadas pelos paulistas contra o fortim dos emboabas, o filho ferido entre os paulistas que repreende o pai (Luiz Pedroso) por auxiliá-lo, a liderança de Ambrosio Caldeira entre os emboabas, enfim uma série de detalhes que compõem o capítulo IV – Rio das Mortes e o capítulo VI - Último assalto – Milagroso fim do cerco, estão narrados na obra do Padre Manuel Fonseca.. Analisando os dois textos, fica claro que Carvalho Guimarães inspirou-se no primeiro. Até porque, como veremos adiante, Carvalho Guimarães refere a obra na epígrafe do capítulo final, Uma lembrança de Rei.

Ainda com relação a atuação da mulher durante os conflitos, temos a personagem Catarina de Madureira que, sendo emboaba, tem o “atrevimento” de, em pleno trocar fogo entre inimigos, encontrar-se sorrateiramente com um paulista, nos fins de tarde:

Havia na fortaleza uma moça, que apesar de ser boába tinha por tal forma cativado um paulista, que desde o começo do cerco sem medo dos perigos a que se expunha não faltou uma só noite em falar-lhe junto da muralha, porque nestes

¹⁰² Prt. 84. Em passagens, subseqüentes a esta os paulistas também referem-se a Ana Bragança como feiticeira.

¹⁰³ Essa obra foi publicada originalmente em Lisboa, pela oficina de Francisco da Silva, em 1752. Para nosso trabalho, consultamos a edição publicada em São Paulo, pela Companhia Melhoramentos, s/d, com prefácio de Affonso de E. Taunay. Segundo Rubens Borba de Moraes, esse livro foi proibido no Brasil colonial. cf. Rubens Borba de MORAES. *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial* Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos, 1979. p.8. Sergio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, p. 183, também refere a obra. A vida do Padre Belchior foi tema de outro romance, escrito por Julio Ribeiro (1845 – 1890), no qual o personagem título confronta-se com seu desígnios sacerdotais e uma grande paixão carnal. Como pano de fundo, a vida entre os paulistas e mineiros, inclusive a guerra dos

negócios de amor só há um rei, e um reino, e será dificultoso encontrar-se cobardia em namorado (...)¹⁰⁴

Dessa maneira, para Carvalho Guimarães, narrando episódios ocorridos em 1710, a mulher, o índio e o judeu têm visibilidade, visibilidade que transmite para seus leitores de 1845/46. Retomamos aqui a questão do leitor, proposta por Roger Chartier, no sentido de que é importante considerarmos que a significação das obras depende também da maneira como são transmitidas aos leitores/ouvintes; o significado das obras passa pelo hábitos, convenções, competências técnicas, próprias de cada comunidade de leitores e de cada época. Segundo Chartier, no ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova arma de compreensão de si próprio e do mundo.¹⁰⁵ Nessa perspectiva, o leitor de Carvalho Guimarães poderá ter tido um olhar diferenciado para entender a guerra dos emboabas, quer tenha sido para “concordar” quer tenha sido para “discordar” com as suas proposições.

Carvalho Guimarães torna visível a historicidade das relações entre as pessoas, como os fatos aconteciam, como as decisões eram tomadas; ele aproxima e distancia o verídico e o verossímil, problematiza a estrutura unitária do mundo, mistura os antagônicos, nega-os, num puro sabor modernista que a Semana de Arte Moderna trabalharia quase cem anos depois.

Aliás, um dos expoentes do movimento de 1922, Oswald de Andrade, que sabidamente discutiu a arte, a literatura e o próprio “ser” brasileiro, retoma a “idéia” de

emboabas. Veja-se Júlio RIBEIRO *Padre Belchior de Pontes*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, Coleção Prestígio, s/d.

¹⁰⁴ Prt. 92.

emboaba, isto é, de pinto calçado. Em *Serafim Ponte Grande*, Oswald de Andrade nomeia uma de suas personagens de José Ramos Góis Pinto Calçado, colega, amigo e posteriormente fiel secretário do herói Serafim, este último um “legítimo brasileiro”.¹⁰⁶ Aos poucos, Pinto Calçado, de personagem secundária passa a principal, a ponto de ser expulso do romance, para retornar, quase ao final, e protagonizar sua conclusão. Ao longo do romance, estabelece-se conflitos entre Serafim e Pinto Calçado, ambos em situações mirabolantes no transcurso das viagens que fazem, que permanentemente ironizam o “ser” brasileiro. Em determinada passagem, a bordo do luxuoso paquete Rompe Nuvens, o vigia avista terras, ao que os passageiros pensam ter chegado a Jerusalém ou ao México ou a Guaratinguetá.¹⁰⁷ Ora, Oswald de Andrade não teria inserido gratuitamente esta cidade. Lembremo-nos que Guaratinguetá foi local importante ao longo da Guerra dos Emboabas, uma vez que além de ponto de passagem das tropas e expedições foi onde o Governador do Rio de Janeiro, Antonio de Albuquerque encontrou-se com o chefe Paulista Amador Bueno¹⁰⁸, em fins de 1709, num momento decisivo para os rumos da guerra. Se no romance de Oswald de Andrade, Serafim é o brasileiro legítimo, então Pinto Calçado seria o “brasileiro não legítimo”, o emboaba. Podemos estabelecer um fio condutor, conforme cada contexto, entre as décadas de 1920/30 quando Oswald de Andrade discute uma idéia de nação brasileira, em 1840 quando Carvalho Guimarães discute o nacional, e em 1710, quando ocorrem conflitos pela disputa de quem é o brasileiro com direito a explorar as minas: nessas tentativas de definir o nacional no confronto com o outro, o emboaba, o reinol, o pinto calçado.

¹⁰⁵ Conforme anotações feitas durante Seminário “Literaturas, livros e leituras”, proferido por Roger Chartier no PPGHITS da UFRGS, de 22 a 224 de novembro de 1999.

¹⁰⁶ Oswald de ANDRADE. *Serafim Ponte Grande* in *Obras completas*. Vol II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 207.

¹⁰⁷ Idem, p. 185.

¹⁰⁸ Cf. Odilon Nogueira de MATOS. “A Guerra dos Emboabas”, ob. cit. p. 305.

Uma questão interessante diz respeito ao olhar que Carvalho Guimarães dirige sobre a guerra. Embora em várias passagens o autor aborde as vantagens e desvantagens tanto dos emboabas quanto dos paulistas, ele inclina-se aos paulistas como sendo os “brasileiros”, e, decorrente dessa condição, os paulistas é que teriam direito às minas. É significativa essa visão se lembramos, conforme refere Boxer, que a maior parte dos documentos foi deixada pelos emboabas, afinal os “vencedores” do conflito.

Segundo Boxer:

Grande quantidade de tinta tem sido gasta por escritores brasileiros, na discussão da chamada Guerra dos Emboabas, que mergulhou Minas Gerais em conflito civil, ao fim do ano de 1708, mas, ainda assim, o verdadeiro curso dos acontecimentos, longe está de revelar-se com clareza. Os relatos contemporâneos - ou da época - que chegaram à publicação, provêm, virtualmente todos, dos adversários dos paulistas. A única exceção importante é fornecida pelos despachos do Governador do Rio de Janeiro, Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, que se mostrava favorável aos paulistas. Seu aparecimento no campo da ação, entretanto, foi tardio e breve. O historiador defronta-se, portanto, com escassez de provas quanto aos partidos em contenda (...)¹⁰⁹

Considerando-se que Boxer, estudioso da Idade de Ouro no Brasil, vasculhou fontes, documentos, bibliografias sobre o período, tenha chegado a esta conclusão em meados de 1960, podemos inferir o “olhar” muito particular que Carvalho Guimarães dá ao conflito, em 1845/46. Essa particularidade pode ser vista na escolha do narrador, um paulista, talvez alter-ego de Carvalho Guimarães. Por outro lado, dado que a historiografia e, se nos orientamos com Boxer, também a maioria das fontes, dão os paulistas como apaziguados e satisfeitos com o desfecho da guerra, é importante atentarmos para o olhar de Carvalho Guimarães às fontes por ele consultadas para dar

aos paulistas o caráter de “prejudicados”, mais ainda, de perdedores, pelo resultado final do conflito. Essa condição de “perdedores oficiais” está expressa no capítulo final, quando o guia narrador, o rachador e o dono de tropas encontram-se em São Paulo, para assistir as comemorações do término da guerra. Aliás, outra questão importante que a leitura do romance desperta é a de como finalmente terminou a guerra. Num momento em que ambas as forças em conflito – emboabas versus paulistas – estavam já se esgotando, um fator decisivo para determinar os rumos da guerra, segundo Carvalho Guimarães, foi um retrato do rei de Portugal. O último capítulo do romance, “Uma lembrança de rei”, tem a seguinte epígrafe:¹¹⁰

E entendendo o soberano que ânimos generosos se deixam vencer com qualquer afago, lhes enviou pelo novo governador um retrato seu, que ainda se conserva na casa da câmara, para que entendessem que, visitando-os daquele modo, já que pessoalmente não o podia fazer, tomava os paulistas debaixo de sua real proteção.(Vida do padre Belchior de Pontes L.1752)¹¹¹

Com essa epígrafe Carvalho Guimarães indica a fonte de onde teria tirado a informação de que o rei enviara um retrato¹¹² seu para simbolizar seu apoio aos paulistas, ou seja, aos “brasileiros”, e não aos emboabas, ou seja, aos reinóis. Vejamos o que diz a fonte de Carvalho Guimarães:

(...) mas estando já em bons termos a empresa [o apaziguamento dos conflitos], apareceu Antonio de Albuquerque com o governador de São Paulo, e apertadas ordens de El Rei, para que fossem os paulistas habitar pacificamente as

¹⁰⁹ C. R. BOXER, *A Idade de Ouro no Brasil*. ob. cit. p. 71.

¹¹⁰ Além de dar subtítulos a cada um dos capítulos, Carvalho Guimarães coloca epígrafes; ele usa como epígrafes trovas populares, informações históricas, citações bíblicas, citações de Swift, Terêncio, entre outros. A partir dessas epígrafes, podemos apreender, por exemplo, as obras que lia.

¹¹¹ Prt. 99.

¹¹² Nas obras de Calmon, Boxer e Holanda, por nós consultadas, não há referências a esse retrato nem, obviamente, que tenha influenciado nos rumos do conflito.

Minas, impondo graves penas aos que primeiro violassem a paz; e entendendo o Soberano que ânimos generosos se deixam vencer com qualquer afago; lhes enviou pelo novo Governador um retrato seu, que ainda hoje se conserva na casa da Câmara, para que entendessem que visitando-os daquele modo, já que pessoalmente o não podia fazer, tomava aos Paulistas debaixo de sua Real proteção. Com este singular favor se satisfizeram os Paulistas, e esquecidos dos agravos, depuseram as armas.¹¹³

Apesar do apoio aparente que o rei de Portugal expressara aos paulistas, Carvalho Guimarães entende que estes na realidade são os perdedores da guerra, e esse entendimento está expresso nas falas entre o rachador, o guia e Braz dos Anjos, no capítulo final do romance:

- Sem armas eu? Um paulista, o rachador? Tu estás brincando... Pois meteu-se-te nos cascos que me devaneio com esta *visita* do Senhor Rei?

- Pois olha, buliu-me cá no coração esta lembrança do senhor Rei, esta sua determinação! Aquele furor desmedido, que me levou à vingança, secou de todo, e me parece que chegando às Minas dou um abraço no primeiro boába, que topar...

- Tanto não farei eu, disse Braz dos Anjos, porém já se me acabou boa parte do ódio que me faziam esses homens, só olhando-os.

- Tu, e o guia, sois uma parelha forte... Mas, deixemo-nos de disputas, e vamos ao que serve; então, camaristas e nobres são os que devem ter a honra de figurar na festa; e nós, que tivemos trabalho na jornada... Porque se não fora ela, cá não vinha o senhor Rei mesmo em...¹¹⁴

Ao final do romance, embora o guia Andre Goiaba e o dono de tropas Braz dos Anjos estejam relativamente satisfeitos - “(...) me parece que chegando às Minas dou um abraço no primeiro boába, que topar” diz um, e outro acrescenta “(...) já se me acabou

¹¹³ Cf. Padre Manoel da FONSECA. *A Vida do Venerável Padre Belchior das Pontes*, ob. cit. p. 219. Ressalte-se que o padre Manoel da Fonseca relata que o retrato “ainda hoje se conserva na casa da Câmara”; portanto ele teria “visto” o tal retrato.

boa parte do ódio (...)” - o rachador Fernão Vitelo continua com seu desejo de “aliviar boábas”, e abomina aqueles que estão na casa da câmara em torno do retrato do rei. Personagem inventada por Carvalho Guimarães, que ao longo de todo romance questiona a “brasilidade” dos emboabas, o rachador que participou dos conflitos armados, que percorreu os sertões, enfrentou os perigos, guerreou, ele percebe que o apoio do rei aos paulistas é apenas formal, pois terão que continuar a pagar as arrobas de ouro à corte portuguesa. O rachador entende que apesar do apoio do rei via retrato, na realidade o governador de São Paulo permanece sendo um emboaba, Antonio de Albuquerque e não, como ele rachador gostaria, Amador Bueno, um paulista:

- E que outro, senão o governador, podia mandar-nos as determinações lá do Reino?

- Eu te digo; Amador Bueno da Veiga... (...)

- É uma traição vil, que nos fazem! (...)

- Antonio Albuquerque Coelho é um boába como os outros; onde foi que topastes um que se diga benza-te Deus?¹¹⁵

E o inconformismo do rachador expressa-se nas frases finais do romance:

- Não ouvistes o padre? Não disse ele que se acabou a guerra com retrato do senhor Rei? [diz o guia]

- É verdade, foi uma lembrança de Rei, disse Braz dos Anjos.

- Foi uma lembrança de Rei, repetiu o rachador enterrando o chapéu na cabeça.¹¹⁶

Vale destacar o uso que Carvalho Guimarães faz da “representação do retrato do rei” no momento em que publica o romance, a década de 1840. Justamente o tema que

¹¹⁴ Prt. 101.

¹¹⁵ Prt. 102.

Carvalho Guimarães aborda, via romance, questiona quem eram os brasílicos em 1710 e muito embora o rei, desde Portugal, envie o retrato em sinal de apoio aos paulistas, quem ficou efetivamente com o poder foram os reinóis. E em 1845/46, momento em que as elites econômicas buscam o fortalecimento da monarquia brasileira, podemos pensar que Carvalho Guimarães estaria questionando se afinal Pedro II, então com 19 anos e há cinco anos imperador do Brasil, posicionava-se como brasileiro ou português. Some-se a isso o fato de que na década de 40 popularizara-se, no Rio de Janeiro, o uso do daguerreótipo sendo o imperador grande incentivador dessa técnica, adquirindo para si o instrumento e tornando-se fotógrafo ele próprio.¹¹⁷ Como refere Ana Maria Mauad, Pedro II se tornaria um apreciador pertinaz de retratos, não só fazendo-se retratar como retratando também.¹¹⁸ Segundo Lilia Schwarcz, já a partir da morte de Pedro I, em 1834, começa-se a acelerar a produção pictórica de Pedro II, acentuando-se sobremaneira durante a década de 1840 com a distribuição de retratos do jovem imperador pelas províncias e no exterior. Essa prática se estenderá ao longo de todo Segundo Reinado. Interessante assinalar que era comum, nas províncias, celebrar o retrato de Pedro II, por ocasião de seu aniversário e outras datas festivas.¹¹⁹ Juntando essas pistas, poderíamos pensar que Carvalho Guimarães poderia estar propondo, pela via da ficção, que Pedro II não passaria de uma “lembrança de rei”?

¹¹⁶ Prt. 106.

¹¹⁷ Cf. Lilia Moritz SCHWARCZ. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 345.

¹¹⁸ Ana Maria MAUAD. “Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado” in Fernando A. NOVAIS (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 182–321.

¹¹⁹ “Os presidentes das Províncias, como representantes especiais da Coroa, seguem o exemplo do Soberano, com idênticas solenidades nas diversas capitais provinciais, com a diferença, porém, que essas autoridades não recebem as honras imperiais, como se tributadas às suas pessoas. O lugar de Honra, na sala do cortejo, é invariavelmente ocupado por um retrato de Sua Majestade (...)” *apud* Lilia Moritz SCHWARCZ. *As barbas do Imperador*. ob. cit. p. 254.

A temática dos emboabas aparece numa versão ficcional contemporânea da escritora Ana Miranda.¹²⁰ Tomando como mote exatamente o retrato do rei, Ana Miranda leva uma jovem emboaba, Mariana de Lancastre, sobrinha fictícia do governador do Rio de Janeiro Fernando de Lancastre, a percorrer o sertão de Minas conduzida pelo jovem paulista Valentim Pedroso, este dois últimos registrados pela historiografia. Para a leitura contemporânea de Ana Miranda, o conflito teve caráter eminentemente econômico, no qual a discussão entre quem era emboaba/reinol quem era brasileiro/paulista passava fundamentalmente pela questão econômica; nesse aspecto, aliás, a autora explora a atuação da igreja, ou pelo menos de alguns padres, como conspiradores com interesses exclusivamente econômicos. Também Ana Miranda, a exemplo de Carvalho Guimarães, procede a uma pesquisa documental referida após a conclusão do romance como um “pós-escrito”, onde expressa sua preocupação com personagens “que existiram realmente” e os episódios verídicos referentes à guerra dos emboabas. Porém, esclarece a autora, “As ilações derivadas da existência de tais fatos, todavia, são ficcionais”.¹²¹ Entre a farta documentação e bibliografia examinada por Ana Miranda, encontramos a obra de Padre Manoel da Fonseca mas não há referência a Carvalho Guimarães. O destaque dado por Ana Miranda à presença do rei, via retrato, perpassa todo o romance e é bastante singular a forma como a autora soluciona o “desaparecimento” do retrato, dado que a história não conservou tal obra: Mariana ateou fogo ao retrato e a ela própria: “Sem vacilar, [Mariana] atirou-se às labaredas altas agarrada ao retrato”.¹²²

Se para alguns historiadores a guerra dos emboabas teve um caráter eminentemente econômico, decorrente das disputas pelo controle das minas de ouro, do

¹²⁰ Ana MIRANDA. *O retrato do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. O romance teve reimpressão em 1997 o que denota um público leitor ainda hoje interessado na temática.

¹²¹ Idem, p. 371.

¹²² Idem, p. 366.

controle do comércio da carne e do açúcar, desprovida de significados maiores quanto a uma possível preocupação com relação à “brasilidade” dos “brasileiros” em princípios do século XVIII¹²³, percebemos que Carvalho Guimarães, ao contrário, se propõe discutir exatamente a questão do que hoje chamaríamos de nacional. A preocupação com o controle das minas é uma questão menor, a questão do comércio de carne e de açúcar sequer são nomeadas no romance. Assim, poderíamos entender a publicação de *A Guerra dos Emboabas* como a proposição de um debate sobre o Brasil oitocentista.

Ao nosso ver, retomando essa guerra entre “paulistas” e “emboabas” travada em 1710, estaria Carvalho Guimarães também propondo aos seus leitores de 1845/46 uma reflexão sobre o nacional.

5. mais as vezes de historiador que as de romancista¹²⁴

Embora em *A Cruz de Pedra* Carvalho Guimarães não trate de um “acontecimento histórico” nomeadamente registrado pela historiografia, tampouco denomine o romance de histórico como fez em *A Guerra dos Emboabas* e em *Jerônimo Barbalho Bezerra*, sua preocupação com a história, com a verdade histórica, transparece ao longo da narrativa.

Por exemplo:

¹²³ A esse respeito vale lembrar Sergio Buarque de Holanda: “Ora, justamente no século XVIII, século de continuadas lutas entre naturais da colônia e da metrópole – paulistas e emboabas, senhores de engenho e mascates citadinos- as mesmas rivalidades que separavam uns de outros tendiam naturalmente a provocar nos primeiros a idéia de que representariam uma espécie de nacionalidade distinta, ainda quando essa nacionalidade não chegasse muitas vezes a assumir forma explosiva. As divergências de brasileiros e reinóis eram inseparáveis de um sentimento de maturidade e, em alguns casos, de superioridade, do americano em face do adventício.” In *Capítulos de literatura nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 86.

¹²⁴ A expressão é de Carvalho Guimarães em *A Cruz de pedra*, prt. 130.

(...) como será recebido este meu romance história, cujas personagens não têm, sequer um, o título de barão, conde ou marquês, para se fazer recomendado aos vossos olhos? Como será recebido o pobrezinho, cujas descrições nada têm de maravilhoso, tendo muito de verdadeiro? Eu temo de fazer penetrar Vms. o interior dessa cabana, que de certo não acharão aí coisa que deleite os sentidos! E todavia, é forçoso que assim seja, se quereis continuar a ouvir-me; é preciso que vossos olhos acostumados às grandezas e delícias, que à mãos cheias vos dão todos os dias, venham pousar-se agora sobre as misérias reais da vida, e enxergar entre essas quatro paredes fracas e esburacadas o que há mais pelo mundo – miséria e desgraça!¹²⁵

Carvalho Guimarães dirige seu romance, “que nada tem de maravilhoso, tendo muito de verdadeiro”, ao seu leitor e leitora da década de 40. Sabe o autor que tais leitores não pertencem às classes que pretende abordar no romance, até porque tais classes no Brasil daquela década não tinham acesso à leitura. Todavia, mesmo correndo o risco de não ser lido, mantém-se fiel ao que pretende tratar: “é forçoso que assim seja, se quereis continuar a ouvir-me”. Ele não está retratando a vida de beldades em arrufos de amor, tão em moda em 1840 e relembramos aqui os arrufos amorosos presentes tanto em *A Moreninha* quanto em *O Moço Loiro*. Percebemos até certa ironia sua para com este tipo de literatura:

(...) sendo parte mui essencial dos romances, não direi modernos, mas dos nímio-gabados, a brilhante, fantástica e deliciosa descrição do magnífico jardim, onde a beldade ouve uma declaração de amor; ou as tapeçarias, os quadros, as sultanas, as ninharias da sala, em que, arrufada, reduz a pequenas partes o bilheteinho cheiroso do amante desgraçado (por dez minutos)¹²⁶

Carvalho Guimarães põe-se diferente, está tratando de “romance história”. E ainda, uma mui verídica história:

¹²⁵ Prt. 111.

Hão de permitir-me Vms. que eu transponha um espaço de 18 anos, em que nada ocorreu de notável mais do que o casamento de Julião, e a sentida morte do reverendo padre Anselmo de Viterbo; e que, sem ter feito previamente conhecidas as novas personagens, que vão entrar nessa minha mui verídica história, comece este quarto capítulo um pouco à moderna, ex-abrupto.¹²⁷

Percebemos sua auto-exclusão dos então modernos, vale dizer, os românticos todavia pedindo permissão aos leitores para que “(...) comece este quarto capítulo um pouco à moderna, ex-abrupto”. Essa exclusão, e mesmo ironia, se confirma:

(...) se pertencera à escola ultra-romântica, me escapara pela tangente, (...) porém, como não tenho a honra de pertencer-lhe, e faço mais as vezes de historiador que as de romancista, apesar do título dessa minha composição, ou mais coordenação de fatos, eis aqui a verdade (...) ¹²⁸

Percebemos também, no trecho acima destacado, a clara preocupação com a história posto que faz “mais as vezes de historiador que a de romancista”. Romancista preocupado com a memória histórica:

Passou por lá o Progresso, e vendo-a feia e velha [a igreja], vendeu as telhas de seu telhado para cobrir currais de porcos; as pedras, para construir tavernas; as madeiras, tudo, tudo vendeu em leilão entre mofas e algazarras (...) Já não podeis enxergar nem os restos de uma casinha (...) porque aí passou um século e era humilde como os que a habitavam; só a esses soberbos palácios é dado perpetuar a memória dos que os edificaram! (...) E a cabana do pobre? É o símbolo do nada nesta vida (...) ¹²⁹

¹²⁶ Prt. 111.

¹²⁷ Prt. 125.

¹²⁸ Prt. 130.

¹²⁹ Prt. 109.

Vemos a singular preocupação com a preservação da memória histórica não apenas das grandes edificações, mas daqueles que as construíram, dado que as habitações simples destes últimos são destruídas pelo “progresso”.

Como referimos, nesse romance Carvalho Guimarães expressa preocupação com as classes pobres. Os avós de Pedro e Julião foram camponeses, Antonio Viterbo fora pedreiro, e mesmo ao final do romance, embora Pedro e Julião tivessem conseguido amearhar certa riqueza e bem estar material, são pessoas que seguem trabalhando, que ainda vão ao campo, que não têm títulos de nobreza.

É interessante o tratamento coloquial que Carvalho Guimarães mantém com o leitor:

Até aqui tenho eu falado a Vms. simplesmente dos cavalos, e hão de saber que não caminhavam soltos, alguém os montava; ora pois, ou já por havermos gastado muitas palavras com eles (...) deixemo-los para tratar dos cavaleiros (...)¹³⁰

Ou ainda:

Mas, isto é o que se vê hoje, e quem sabe se, há cem anos, assim era? Estou desatinando; todavia, a Ponte, o Paço, algumas casas, e enfim as ruas, isso tudo lá estava na época em que vai correndo esta minha história, e tanto nos basta para sua inteligência.¹³¹

Carvalho Guimarães “conversa” com leitor para chamá-lo, e chama a si próprio também, à compreensão dos fatos: “Estou desatinando”. Nesse diálogo com o leitor

¹³⁰ Prt. 108.

¹³¹ Prt. 109.

procura sempre inteirá-lo da verdade do que lhe foi narrado, descrita também em alguns ambientes, como o da residência do bispo:

O palácio do bispo, miserável casa assobradada (...) por sobre o chão entre montes de poeira, encontrei objetos de subido valor, que só o respeito por seus donos que foram, guarda e preserva das mãos de ratoneiros. Uma biblioteca, um oratório com algumas imagens, entre elas um magnífico crucifixo de marfim, muitas curiosidades e riquezas mineralógicas, que, segundo me disseram, pertenceram ao último bispo, aí estavam em 1842 à mercê de quem quisesse roubá-las sem custo;¹³²

Podemos encontrar interessantes referências, como esta que retrata o abandono das raras bibliotecas que se organizaram no Brasil durante período colonial. Vale lembrar que após a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, por volta de 1759, suas residências ficaram em completo abandono, inclusive preciosas bibliotecas.¹³³ Lembremos ainda que Carvalho Guimarães esteve em Minas Gerais em 1842, ocasião em que possivelmente tenha visitado a residência abandonada que descreve em *A Cruz de Pedra*.¹³⁴ Nessa viagem tomou conhecimento deste “caso” narrado através de manuscritos que lhe ofereceram:

(...) apartar-me-ia da verdade sem prestar fé aos manuscritos que me ofereceram, ou alterando-os.¹³⁵

¹³² Prt. 114.

¹³³ Cf. Sergio Buarque de HOLANDA. *Capítulos de literatura colonial*. ob. cit Cf. também Rubens Borba de MORAES. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial* ob. cit

¹³⁴ Para a transcrição de *A Cruz de Pedra* usamos a versão publicada no *Ostensor Brasileiro* em 1846, que vem sem a dedicatória, sem a ilustração, sem as notas de rodapé constantes na edição de 1842; além disso, na versão do *Ostensor*, os capítulos levam títulos e o romance vem precedido de uma “Advertência”, informando ao leitor da anterior publicação em livro, no *Romanceiro Brasília* bem como de pequenas modificações feitas pelo autor.

¹³⁵ *Romanceiro Brasília*. p. 116.

Mas quem teria escrito esses manuscritos? Teria sido invenção de Carvalho Guimarães? Embora ler não fosse prática comum entre os brasileiros em meados do século XVIII, o romance sugere pistas de alguns leitores:

Na tarde de um dos dias de Agosto do ano de 1767, em uma das mais espaçosas, bem que sombrias salas desta casa, estavam reunidas quatro pessoas todas ocupadas, e desta sorte: (...) lendo perto dela, uma senhora, que apesar da extrema palidez que lhe cobria o rosto, e de algumas rugas, talvez prematuras, bem mostrava ter sido bela.¹³⁶

Temos aí uma leitora em uma cena que parece corriqueira da vida doméstica, de uma “tarde de um dos dias de agosto”, com a família reunida e seus membros em atividades cotidianas. Seguindo a descrição da mesma cena, temos um exemplo da originalidade de Carvalho Guimarães:

(...) finalmente, à roda de uma mesa de pau preto, cujos pés torneados à guisa de parafuso de Arquimedes indicavam um século pelo menos de idade, dois homens profundamente recolhidos, e que só davam sinais de vida quando de espaço a espaço uma folha de papel rugindo sob seus dedos descaía da direita para a esquerda, acompanhando-a igual movimento de cabeça; folha de papel amarelada, coberta de garatujas, que naqueles tempos se chamavam letras, e que dão hoje que suar aos paleógrafos: se as fisionomias dos dois fossem um pouco mais recomendáveis, qualquer os teria tomado por apreciadores de antigualhas, julgando que tais pergaminhos seriam valiosos palimpsestos, e que de tão aturada atenção resultaria um trecho inédito do eloqüente Cícero (...)¹³⁷

É interessante esse clima de intelectualidade que perpassa a cena doméstica: a mesa de pau preto com “um século pelo menos de idade”, a jovenzinha que borda, a

¹³⁶ Prt. 125.

¹³⁷ Pprt. 125.

mulher que lê, os dois homens envolvidos em papéis amarelados que, no perscrutar documentos antigos, provavelmente referentes a documentos de terra ou dívidas, bem poderiam se equiparar a estudiosos investigando palimpsestos. Atividade que o próprio Carvalho Guimarães parece realizar ao consultar os manuscritos que dariam origem ao romance.

Na crítica que faz à Igreja Católica, Carvalho Guimarães que mostram a extorsão que essa instituição, através de bispos e padres, aplicava na população, com a complacência dos governadores locais. Por exemplo, a cobrança pelos dobres de sino.

- Vai-te que és tão imbecil como ele; dobra Segunda vez a missa e por finados.

- Não será a segunda, porém, sim, a quarta, disse o sineiro resmoneando; mas temos um defunto; valha-nos isso: agora não têm esses senhores mais que replicar quando lhes dissermos: - Pela sepultura, acompanhamento, encomendação, missa de defunto e dobre de sinos, tantas oitavas! Não, que aí está o regulamento de nosso muito reverendíssimo bispo D. Frei de Manoel da Cruz, que lhes tirará as dúvidas (...)¹³⁸

Nessa passagem, na edição publicada no *Romanceiro Brasílico*, Carvalho Guimarães acrescenta uma nota de rodapé esclarecendo as medidas que o governo português colocara em vigor no Brasil, regulamentando a cobrança de práticas eclesiásticas:

(12) Eram tantas e tão grandes as vexações, que pesavam sobre os povos de Minas Gerais, quer já pelos diferentes métodos mais ou menos opressivos de cobrar o quinto de ouro, quer pelos desconformes emolumentos de alguns Ministros seculares, e extorsões dos Eclesiásticos, que sensível aos clamores que

¹³⁸ Prt. 116.

lhes faziam ordenou o Sr. D. João V em 1718 ao Bispo do Rio de Janeiro, Fr. Francisco de S. Jerônimo, que naquele tempo também o era de Minas, que os fizesse cessar; e para tirar aos Párcos todo o pretexto de vexarem os povos, lhes conferiu da sua real fazenda a cômgrua ou ordenado de duzentos mil réis por ano. (Vide Revista do Instituto Histórico, tomo 6, p. 5. – Instrução para o Visconde de Barbacena, Governador e Capitão – General da Capitania de Minas Gerais.)

Em consequência da sobredita ordem expediu o Bispo do Rio de Janeiro em 18 de Fevereiro de 1719 uma provisão, da qual se vê, que sendo as vexações, de que os povos se queixavam, procedidas das extorsões que os Párcos lhes faziam; não só com os escritos de desobrigação da quaresma, a que chamavam, e ainda chamam, conhecenças; mas também com as imposições extraordinárias, que exigiam pelos casamentos, batismos, enterros, sepulturas, acompanhamentos, funerais, encomendas, missas cantadas ou rezadas, festivas ou de defuntos, ditas em altar privilegiado sem que houvesse sacramento nem função ou cerimônia da igreja; até mesmo os toques de sinos; sobre que não houvesse uma contribuição taxada a arbítrio dos ditos Párcos, e a cargo dos habitantes de Minas; o Bispo do Rio de Janeiro contudo passando em silêncio todas estas extorsões, que na mesma provisão se diz mostrarem tanto como os quintos: somente trata na dita provisão de ocorrer ao imposto sobre as conhecenças, ou escritos de confissão, taxados pelos Párcos a uma oitava de ouro ou 1\$500 réis, e reduzidos pelo Bispo à quinta parte da mesma oitava, ou 300 réis cada um, indistintamente pela comunhão ou somente pela confissão.

Por este modo ficaram aqueles habitantes muito mais oprimidos que precedentemente estavam; porque, além de ser ainda muito onerosa a contribuição de 300 réis por cada Escrito de Comunhão, ou somente de Confissão, o silêncio que o Prelado guardou a respeito de todas as outras imposições e taxas foi reputado pelos Párcos como um tácito consentimento e aprovação sua; e nesta inteligência entraram a obrigar os povos de viva força a lhes pagarem as ditas imposições, como um direito que lhes era devido, proferindo, contra os que duvidavam pagar, censuras; e declarando-os públicos excomungados, com que os privavam das suas ocupações, e da comunicação das gentes; ou lhes moviam demandas, que os arruinavam de todo, principalmente com espórtulas, e outras exhibições não menos opressivas da Justiça Eclesiástica, Chancelaria e Câmara Episcopal; além de encontrarem sempre naquele Juízo uma decidida propensão a favor das injustas pretensões dos Párcos.

Nesta consternação continuaram as representações e clamores dos povos de Minas a subir à Real Presença; e o Sr. Rei D. João V, conhecendo o pouco que podia esperar do Bispo do Rio de Janeiro, em semelhante matéria, mandou ao Conde das Galveas, então Governador e Capitão-General de Minas Gerais, que convocasse uma Junta de Ministros Seculares com alguns Eclesiásticos, por comissão do Bispo, à qual Junta ele Governador assistiria, para se tratar e determinar uma reforma geral, assim dos emolumentos dos Párcos de Minas, como dos Oficiais de Justiça Secular e Eclesiástica, com o mais que consta da dita Provisão expedida em 20 de Janeiro de 1735. (Idem, idem, pp. 5, 6 e 7).¹³⁹

Embora longo o trecho citado, pareceu-nos importante a transcrição pois nele Carvalho Guimarães refere práticas pouco religiosas da Igreja Católica. Nos parece preocupado em esclarecer, em passar essas informações ao seu leitor, ainda que ao preço de não o agradar.

Carvalho Guimarães parece ter um estilo próprio, preocupado não tanto em agradar aos leitores mas em fazer com que estes se interessem pelo que escreve, e lembramos aqui o sentido indicado por Antonio Candido: “Há escritores cuja obra é pesquisa deles próprios, e que parecem escrever em função de certas características pessoais, tomando o leitor como acessório e procurando convertê-lo à sua visão do homem”.¹⁴⁰ Essa característica pode ser aplicada a Carvalho Guimarães pois mesmo que preocupado com seu leitor, na década de 40 do Oitocentos, não se orienta simplesmente na direção de escrever o que os leitores gostariam de ler, particularmente no momento em que está se cultivando o hábito de um público leitor mais amplo no Brasil, se não em termos de prática governamental pelo menos como preocupação de intelectuais e escritores. Carvalho Guimarães escreve dentro de um projeto seu, expresso tanto no *Ostensor Brasileiro* quanto nos seus romances, e remetemos à Advertência que nos faz em *A Cruz de Pedra* :

¹³⁹ *Romanceiro Brasilico*, pp. 116 – 118.

¹⁴⁰ Antonio CANDIDO, *Formação da literatura brasileira*, ob. cit. p. 136.

Começamos, em princípio de 1844 a colecionar uma série de romances, que pretendíamos publicar sob o título Romanceiro brasílico (...) nosso intento realizou-se em parte porque nesse mesmo ano demos à estampa o I^o volume, com o qual fizemos despesas além de nossas forças, de sorte que esmorecemos quanto a semelhante publicação, que por dispendiosa nos era impossível: porém agora, que nas páginas do Ostensor a continuamos, parece-nos justo fazer reimprimir o romance (...) ¹⁴¹

Carvalho Guimarães se propõe um projeto literário que persegue apesar das dificuldades financeiras que o cercam. É possível que eventualmente viesse a fazer “sucesso” e com isso não teria maiores problemas financeiros, caso se dispusesse a escrever romances onde, como vimos anteriormente, “beldades ouvissem declarações de amor”, no ritmo das novidades românticas trazidas pelos romances europeus contemporâneos. Porém, nesse romance, suas personagens são trabalhadores, pessoas simples, agricultores. Sem fazer uma literatura “de província”¹⁴², a trama toda do romance gira em torno de pessoas simples da região de Minas Gerais, gente sem maiores ligações com a corte no Rio de Janeiro mas inseridas no propósito de Carvalho Guimarães de retratar um Brasil mais amplo. Podemos, assim, detectar em seu projeto literário, uma perspectiva de narrar determinados temas que perpassariam toda sua obra e que estão ligados aos “objetos relativos ou pertencentes ao Brasil”.

6. escolhemos o romance para que todos nos leiam¹⁴³

¹⁴¹ Prt. 107.

¹⁴² Talvez algo similar ao que hoje alguns críticos convencionam chamar “literatura regionalista”.

Disposto a contribuir no esclarecimento da população, para que soubessem “todos o mal que toca a todos”, e fundamentado, como sempre, em “documentos autênticos”, Carvalho Guimarães propõe-se a escrever a história da Companhia de Jesus, *Os Jesuítas na América*, empreendimento que “servirá de muito”. Para isso, escolhe o romance, pretendendo que seja lido por todos, numa possível evidência de que o romance teria leitura talvez mais “agradável”, talvez mais “popularizada” do que, provavelmente, livros de história. Quando escreve “Escolhemos o romance, para que todos nos leiam” expõe seu desejo de ser lido dada a importância que atribui ao tema que vai tratar e para tal elege um gênero hegemônico na época, o romance:

(...) hoje que o jesuitismo agita algumas das principais Cortes da Europa, e que parece com disposições de visitar outra vez a *Sua América*, nós vamos empreender um grande trabalho, que servirá de muito; sobre documentos autênticos vamos escrever a história da Companhia, desde que seu estabelecimento na América começou a caminhar *para o grande fim*. Escolhemos o romance, para que todos nos leiam, para que

Saibam todos o mal que toca a todos!¹⁴⁴

Uma indagação que aflora, em *Os Jesuítas na América*, é qual razão teria levado Carvalho Guimarães a escrever um romance tomando como tema os jesuítas, em meados de 1840, isto é, quase cem anos após sua expulsão do Brasil pelo Marques de Pombal.¹⁴⁵ Ao nosso ver, é porque justamente na década de 1840 os jesuítas preparavam seu “retorno” à América, e no Brasil particularmente às províncias do Sul, na tentativa de

¹⁴³ A expressão é de Carvalho Guimarães em *Os Jesuítas na América*, prt. 140

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ A respeito dessa Ordem Religiosa, sempre é bom lembrar, como alertou Gramsci, sua origem reacionária e autoritária, instrumento de resistência para conservar as posições políticas adquiridas pelo catolicismo, com caráter repressivo e ‘diplomático’ que assinalou o endurecimento do catolicismo, que

retomar as atividades da época colonial quando jesuítas espanhóis realizaram as bem sucedidas “reduções” na região dos Sete Povos das Missões.

Carvalho Guimarães via num eventual retorno dos jesuítas ao Brasil um risco sério e perigoso para a difícil integração da nação face ao projeto jesuítico de “visitar outra vez *Sua América*”. Os jesuítas, para Carvalho Guimarães, não têm nacionalidade, eles são a Companhia, acima de tudo:

(...) espalhar essa maçonaria infernal, cobrir a vastidão da terra destas aranhas peçonhentas, tornar a associação poderosa pelo número, era tudo quanto viam os mais astutos; porém havia alguma coisa que não era para todos saberem (...) homens de todas as nações, que perderiam sua nacionalidade pertencendo à Ordem; (...) seriam jesuítas e mais nada,¹⁴⁶

Parece-nos evidente a intenção de Carvalho Guimarães em alertar e esclarecer seus leitores sobre “quem eram” os jesuítas.

Em *Os Jesuítas no Brasil*, aflora a questão da língua. O autor usa algumas expressões em latim e em língua indígena, porém é o espanhol que de forma acentuada mistura-se ao português, assemelhando-se àquilo que hoje chamaríamos “portunhol”. Essa mistura do falar português com falar espanhol entre as personagens chama a atenção exatamente por se dar em momentos corriqueiros do romance¹⁴⁷, é de forma natural que algumas personagens adotam essa mistura de falares. Tal cruzamento de línguas pode ainda ser atribuído ao fato de que o período inicial em que se passa o romance coincide com o da União Peninsular entre Portugal e Espanha, de 1580 a 1640. Talvez essa mistura de línguas tenha sido uma forma de Carvalho Guimarães aludir àquela união entre

aliás se ‘transformou’ em ‘jesuitismo’. Cf. Antonio GRAMSCI. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. p. 20.

¹⁴⁶ Prt. 146.

¹⁴⁷ Veja-se por exemplo, prt. 139, prt 143, prt. 153, prt. 199, prt. 160, entre outras.

os reinos, embora não tenha feito nenhuma menção específica, por exemplo em nota de rodapé, da forma como trabalhou nos romances anteriores quando explicava determinadas situações dando-as como “históricas”. Ao nosso ver, Carvalho Guimarães está trazendo à tona a língua espanhola, num momento em que o francês e em menor escala o inglês prevaleciam nas rodas intelectuais, até porque, como vimos, estas eram as línguas dos romances que circulavam regularmente no Brasil, na década de 40. A literatura deixou inúmeros registros sobre como era chique falar em francês, mas é modesta em referências que simplesmente referissem o costume de se falar espanhol no Brasil, nas rodas intelectuais. Vale lembrar, como analisaremos no capítulo III, que na década de 40 vários intelectuais argentinos viviam no Rio de Janeiro, inclusive publicando em jornais. Assim, parece-nos que Carvalho Guimarães pelo menos tangencia essa questão ao colocar algumas de suas personagens falando em espanhol.

Outra abordagem significativa é a que Carvalho Guimarães dá ao uso da língua indígena. Ele tematiza a prática que os jesuítas tinham de proibirem os indígenas de falar tanto o espanhol como o português:

- Todos aqui falam com as mãos e os olhos, Coveré? Onde está teu irmão, que não veio em teu lugar, e mais teu filho?

- Cangri, Catoxá embra ya javain.

- Coveré, tu não sabes falar a língua dos *Santos Padres*? ! disse Sancho espumando de raiva.

- Tom.

Sancho ficou olhando para o índio um instante, depois foi pouco e pouco ficando calmo, lembrando-se talvez de que muitas vezes lhe tinha sido recomendado, expressamente proibido de falar nem responder a qualquer pessoa senão na língua dos seus (...) ¹⁴⁸

Logo em seguida o secretário do bispo dá uma moeda a Coveré, como a “desculpar-se” de seu ataque de raiva, talvez inveja, contra o bispo. Essa passagem sugere, também, uma das formas usadas pelos jesuítas para catequizar os índios, subornando-os com dinheiro. A cena que antecede este diálogo transmite também um certo humor, expresso pela forma como Coveré fica espantado em ver um branco com as faces vermelhas da mesma maneira que ele, Coveré, tinha pintado as suas. Por não saber expressar seu espanto em palavras “dos santos padres”, Coveré tenta comunicar-se com as mãos indicando uma das penas da urupemba e em seguida seu rosto, ato que deixou Sancho ainda mais enraivecido e que o faz exclamar: “Todos aqui falam com as mãos e com os olhos?” Fica explícita a tentativa de comunicação do indígena e o sentimento de superioridade do branco jesuíta, que “sabe” falar. Porém, mais significativa é a proibição dos jesuítas de que os indígenas falassem o português ou o espanhol. É possível que, seguindo a determinação dos jesuítas de que só falassem suas próprias línguas, os indígenas tenham forçado, involuntariamente, os brancos a aprenderem a “língua-geral do gentio”. Além de que, dada a escassez de mulheres brancas, os portugueses buscavam as indígenas para satisfazerem seus desejos sexuais e os filhos dessas relações, criados pelas mães, falavam a língua materna.

Analisando a questão da língua indígena em sua relação com a língua dos brancos, Sergio Buarque de Holanda considera que era bastante comum, nos lares paulistas do Seiscento e do Setecento, falar-se “a língua-geral brasílica”. Era comum, por exemplo, que as crianças primeiro aprendessem a língua indígena, no lar, e só depois o português, no convívio social. Ainda em fins do século XVIII, as “senhoras paulistas

¹⁴⁸ Prt. 140.

conversavam naturalmente na língua-geral brasílica, que era a da amizade e a da intimidade doméstica”.¹⁴⁹

O uso das línguas indígenas no desenvolvimento histórico cultural do Brasil vem sendo objeto pesquisas por especialistas em lingüística histórica, considerando-se o papel ativo que a língua pode desempenhar em integrações de larga escala.¹⁵⁰ Assim, é interessante anotarmos o tratamento que Carvalho Guimarães apresenta no uso da língua indígena. É o caso, por exemplo, da maneira como retrata uma fala em língua nativa, inclusive traduzindo-a em nota de rodapé:

- Cunha omenda mani Albaré-guaçu-payete. (*)

(...)

(*) Significa por frase – mulher casada com o Bispo - ; literalmente, teria outra tradução.¹⁵¹

Além da ironia contemplada na expressão “mulher casada com o Bispo”, posto que os bispos eram proibidos de casar, percebemos certos cuidados de tradutor, esclarecendo que “literalmente, teria outra tradução”, embora não explicita qual. No romance, os nativos falam aquilo que os brancos não têm autorização para falar, ou seja, das irregularidades cometidas pelo bispo por exemplo em “ter” uma mulher ou, como veremos adiante, em não jejuar quando todos o fazem.

Os jesuítas controlavam o uso da língua, fosse da língua indígena ou do latim, de acordo com seus interesses. Costumavam escrever suas cartas em latim, para que não fossem lidas por alheios:

¹⁴⁹ “A Língua-Geral em São Paulo” In *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956. p 184.

¹⁵⁰ Cf. Greg URBAN, “A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas” In Manuela Carneiro da CUNHA (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

(...) era extensa a carta que ele transcrevia em latim, do espanhol em que a carta estava escrita. (...) Chegou, como V. S. já deve saber, ontem por noite a carta de Roma; o que ela diz não sei eu porém deve ser terminante, porque esta manhã me foram entregues duas cópias para transcrever em latim.¹⁵²

Carvalho Guimarães também faz breves citações em latim, referindo-se ao “Decreto e Indulto de Alexandre VI sobre a expedição contra os Bárbaros no novo mundo, a que chamam Índios”,¹⁵³ particularmente a determinado trecho deste Decreto, que versa sobre as “...ilhas e terras já descobertas encontram-se ouro, aromas, e muitas outras coisas preciosas, de diversos gêneros e de diversa qualidade”.¹⁵⁴ O destaque dado a este trecho certamente não é gratuito pois refere-se ao interesse que as riquezas materiais do Novo Mundo, para além das espirituais, despertaram nos jesuítas. Os jesuítas teriam vindo para a América muito mais em busca do ouro material que as minas escondiam do que o ouro espiritual que as almas “careciam”. Aliás, Carvalho Guimarães dirige a essa congregação católica epítetos como “associação monstruosa”, “maçonaria infernal”, “aranhas peçonhentas”, “corvos de agouro e descarada rapina”.¹⁵⁵ No romance, todas esses atributos concentram-se no padre Sancho de Stalla, enviado a Tucuman para, além de trabalhar como secretário do bispo, exercer o particular papel de “mestre”:

(...) assim quando a um aceno de Roma distante se moviam [os jesuítas] de algum lugar para outro, lá iam encontrar quem os abrigasse, indo pôr por obra o traço de um mestre, ou concluí-la, mestre, espião, sondador, velhaco refinado e

¹⁵¹ Prt. 141.

¹⁵² Prt. 139..

¹⁵³ Originalmente: “Decretum et Indultum Alexandri sexti, super Expeditione in Barbaros novi orbis, quos Indos vocant”, prt. 146.

¹⁵⁴ Originalmente: “..insulis et terris jam repertis aurum, aromata, at aliae quam plurimae res pretiosae diversi generis et diversae qualitatis reperiuntur”, prt.146.

¹⁵⁵ Prt. 146.

astuto, que os precedia muitas vezes semanas, meses, e até anos: Sancho de Stalla era no Tucuman o mestre.¹⁵⁶

A crítica vai também ao bispo, na medida em que, quando todo o povo deve jejuar, às sextas feiras, o bispo está dispensado de fazê-lo:

(...) mas voltando ao senhor Sancho, é deste coelho que ele foge, porque é sexta-feira, dia magro para todos...

- Menos para o senhor Bispo... acudiu o moço com um suspiro saindo das entranhas.

- Menos para ele porque tem sua dispensa vinda de Roma, disse a Clysterium com acento *doutoral*; coisa santa, porque lhe esteve o Santo Padre com as mãos por cima.¹⁵⁷

Também o papa passa pela pena picante de Carvalho Guimarães, sendo colocado ao nível de “homem”:

Espanha e Portugal, cem anos depois do descobrimento da América, mal conheciam o tesouro precioso, que o gênio descobrira, assegurado pelo extravagante – *Decretum et Indultum Alexandri sexti, super Expeditione in Barbaros novi orbis, quos Indos vocant*; não sei se era a longitude e falta de notícias, se menosprezo pelos cento e oitenta graus de extensão territorial, que a penada de um homem repartira a cada uma das duas nações (...) ¹⁵⁸

Ou seja, a santidade de Alexandre VI, que lhe assegurou o poder para dividir as terras do Novo Mundo entre Portugal e Espanha, é reduzida à “penada de um homem”. Ao nosso ver, claramente estão sendo questionadas a santidade e o poder, além de denominar “extravagante” o Decreto papal que determinava tal divisão.

¹⁵⁶ Prt. 147.

¹⁵⁷ Prt. 144.

¹⁵⁸ Prt. 145.

É interessante o registro, no romance, da profissão da “Clysterium”, ou seja, da mulher que aplicava o clister:

A tia Caxumba e a Clysterium ficaram aterradas com as palavras do mordomo; a primeira, porque esperava dar de cear ao Excelentíssimo só às dez horas da noite, como era costume; a segunda, fazendo tenção de rezar três coroas antes de entrar *em serviço ativo*, calculava o tempo que devia gastar no cozinhar das malvas, encher a seringa, ou seringas, e que depois do exercício o sono viria tomá-la (...) a Clysterium, essa vinham-lhe mil pensamentos mortificantes ao espírito, nascidos de um mortificante pensamento – algum aperto do senhor Bispo! – e deste nasciam estes outros : - a seringa não tinha estopa que bastasse para algumas horas de moto contínuo; as malvas eram poucas ao fogo dentro do púcaro de barro; as coroas, e era o que menos lhe lembrava, essas não havia volta, deviam ficar para outro dia; ¹⁵⁹

E relata com humor as atividades cotidianas da boa mulher:

- É uma pomba sem fel o senhor Sancho, e ninguém o sabe melhor do que eu, porque ando sempre *atrás do senhor Bispo*, e ouço quanto ele diz bem de seu servo privado. ¹⁶⁰

Ora, ao grafar em itálico que a Clisterium andava sempre atrás do bispo, e considerando-se sua profissão, é imediata, para o leitor a associação com as partes íntimas, traseiras, do bispo, apesar dos respeitáveis “(...) cinquenta janeiros, metade dos quais gastara em ativo serviço às ordens do Bispo (...)” da fiel servidora. Não deixa de ser curioso que Carvalho Guimarães tenha registrado “essa” profissional que servia ao bispo, frente ao tipo de literatura bem comportada que se costumava ler no Brasil, na década de 40.

¹⁵⁹ Prt. 145.

¹⁶⁰ Prt. 144.

Na Parte Segunda do romance, da qual só temos o Capítulo I, a ação se passa no Peru, na Ciudad de los Reys, atual Lima. Da leitura deste capítulo pouco se pode depreender da trama amorosa que Carvalho Guimarães pretendia abordar. Além da cansativa profusão de nomes, todos masculinos, com que Carvalho Guimarães brinda o leitor, pode-se perceber dois temas interessantes.

Uma primeira proposição é a poética referência a Pachacamac:

No ano de 1585 em que vamos, já a indiática Rimac Malca, aquela cidade que surgira do nada à voz poderosa do sanguinário Pizarro construída ao clarão do incêndio de Pachacamac, La ciudad de los Reys, ou Lima, tinha sofrido mil vexames de intrigas jesuíticas;¹⁶¹

Pachacamac foi importante templo, na costa oeste do Peru, onde os incas proferiam seus oráculos e para onde afluíam grande número de índios a fim de adorarem seus deuses ou assistirem funerais de seus príncipes. Um cronista espanhol da época, Cieza de León, faz a seguinte descrição de Pachacamac:

A seis quilômetros da Cidade dos Reis (Lima) acha-se um vale famoso entre os índios, o de Pachacamac; no alto de uma colina artificial eleva-se um dos mais belos templos da região. Tem numerosas portas e paredes ornadas de afrescos que mostram animais selvagens. Centenas de sacerdotes oficiam ali em meio a grande pompa. (...) Em volta do templo erguiam-se hospedarias em que se alojavam os peregrinos ricos; somente os sacerdotes e os senhores tinham o direito de ser sepultados na proximidade do santuário.¹⁶²

Conforme Huber, o templo com as pequenas construções que o circundavam, foi destruído por Pizarro e seus companheiros. A referência a esta “cidade” peruana pré-

¹⁶¹ Prt. 159.

¹⁶² Apud Siegfred HUBER. *O Segredo dos Incas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966. p. 243.

colombiana é sintomática diante das demais associações que Carvalho Guimarães faz entre cidades bíblicas e as terras do Novo Mundo, e esta seria uma segunda temática interessante a qual, infelizmente, não se pode avançar dado que o romance ficou inconcluso. De toda maneira, podemos entremear a similitude que o autor estabelece entre as cidades bíblicas e os países americanos:

(...) Median e Efa, Sabbá, Cedar e Nabaioth deviam trocar seus nomes em Peru, México, Uruguai, Paraguai e Terra de Vera Cruz ¹⁶³

Assim como faz essa associação entre cidades, Carvalho Guimarães relaciona povos anunciados pelo profeta Isaías aos povos americanos, referindo os respectivos capítulos e versículos onde vê essa similaridade; dessa maneira, por exemplo, Carvalho Guimarães entende que à terra prevista por Isaías deveria ter-se acrescentado “América”, e completa:

Esse Povo arrancado e despedaçado, essa gente que estava esperando, esperando, e foi pisada aos pés: quem seria senão a povoação primitiva do Novo Mundo?!¹⁶⁴

Seguindo a indicação de Carvalho Guimarães, no profeta Isaías, capítulo 18, versículo 7, lemos:

Nesse tempo, um povo alto e bronzeado trará ofertas para Javé dos exércitos, um povo temido por toda a parte, um povo forte e dominador cuja terra

¹⁶³ Prt. 159.

¹⁶⁴ Prt. 158.

é cortada por rios; essas ofertas serão levadas até lá onde é invocado Javé dos exércitos, sobre o monte Sião.¹⁶⁵

Fica evidente que a associação das cidades bíblicas com as cidades americanas se completa na referência ao povo primitivo do Novo Mundo.

Como característica original de Carvalho Guimarães, podemos anotar que a temporalidade do romance não é linear. Se no capítulo III tem-se a notícia da morte do secretário do bispo, é no capítulo VII que descobrimos os detalhes do conluio para matá-lo e somente no capítulo VIII, ao final da Parte Primeira, é que o secretário efetivamente “morre”. Assim, o autor intermedia diferentes tempos de ação, exigindo do leitor uma atenção permanente a fim de que não se enrede nas tramas do tempo narrativo, mantendo um coerente fio condutor em todos os episódios.

Embora seja esse seu romance “inacabado”, é exatamente em *Os jesuítas na América* que Carvalho Guimarães amplia sua intenção, não mais apenas em termos de Brasil, mas em termos de América. E essa é, para nós, uma questão essencial. Como vimos, a ação do romance passa-se, inicialmente, na província de Tucumán, em 1584. Vale destacar que, ao tempo em que Carvalho Guimarães publica, em 1845/46, a Argentina ainda não constituía-se enquanto tal, pois como vimos, a unificação daquele país só iria ocorrer por volta de 1860.

Ampliando seu projeto literário, na medida em que interliga ações que se passam em Tucumán/Argentina, na Ciudad de los Reys/Peru, na Terra de Vera Cruz/Brasil, além de, na própria escrita, mesclar significativamente as línguas portuguesa e espanhola, Carvalho Guimarães estaria, em 1845/46, inserindo a discussão sobre o Brasil num

¹⁶⁵ CF. *Bíblia Sagrada – edição pastoral*. São Paulo: PAULUS Gráfica, 1995.

mesmo contexto “sul-americano” a partir da dimensão literária. Veremos no próximo capítulos, que essa dimensão é complementada em publicações no *Ostensor Brasileiro*.

* * *

Como tessitura que permeia o cerne dos quatro romances, que pensamos ter apontado nos fragmentos destacados e na análise desenvolvida até aqui, percebemos todos articulando a questão do “nacional”. Carvalho Guimarães se propõe trabalhar, sob diversos matizes, “objetos relativos ou pertencentes ao Brasil”, problemática que, como veremos, constitui-se na proposta do jornal como um todo. Efetivamente, não só nos romances mas ao longo de suas publicações, o *Ostensor Brasileiro* aparece como uma vitrine, ostentando “objetos relativos ou pertencentes ao Brasil” e, em sua época, parece mostrar uma busca, ao mesmo tempo afirmação ou ainda representação do nacional, este não apenas como resultante de um território geográfico ou de um regime político determinado, pelo contrário, uma idéia de nação resultante de uma pluralidade de aproximações culturais. A pluralidade cultural como um meio de se aproximar do universal pelo aprofundamento dos aspectos individuais e o mundo particular no qual vivia Carvalho Guimarães. Naturalmente chegamos a estas abordagens como intérpretes, recorrendo à produção intelectual e à linguagem descritiva do nosso saber contemporâneo.

É através dessa vitrine do *Ostensor Brasileiro* que permitimo-nos adentrar a década de 40 do século XIX, para pontuar visibilidades da nação brasileira proposta, pela via cultural, pelos seus editores.

Da mesma forma, pontuando algumas trocas recíprocas entre intelectuais brasileiros e argentinos, Carvalho Guimarães situa uma parcela, muito embora diminuta, de intelectuais que, no Brasil, estariam voltados para preocupações comuns com os demais países latino-americanos. Uma das formas de expressão encontrada por estes intelectuais foi a literatura.

Capítulo III

Uma lira e um pincel americanos

Temos assentado apenas estas idéias gerais sobre o destino e as influências da juventude progressista no mundo, para com mais exatidão manifestarmos nosso juízo sobre a juventude progressista do Rio de Janeiro. – É ela digna de estudar-se, e de tirar-se de seu estudo considerações tão importantes como o papel que deve representar no mundo futuro o império americano, cuja capital será sempre o núcleo de seu engrandecimento ou decadência.

José Mármol – “Juventude Progressista do Rio de Janeiro”
in *Ostensor Brasileiro*, p. 65

Objetos relativos ou pertencentes ao Brasil

No editorial do número com o qual dão por encerrado o primeiro volume do *Ostensor Brasileiro*, os editores referem-se ao público leitor da seguinte forma:

“(...) porque o povo lia, vós o ouvisteis... porém o povo não lia, era uma ilusão!
(...) porém o povo, que lia, o povo que não acudiu a nosso chamamento (...)”¹

Da reduzida parcela da população que constituía os leitores no Rio de Janeiro, o *Ostensor Brasileiro* não conseguiu atrair um público regular que permitisse sustentação financeira ao jornal. Uma grande dificuldade que apresentava-se, para aqueles que se

arriscavam em empreitadas envolvendo a cultura letrada, era quanto aos leitores, dado que o número de pessoas alfabetizadas era pequeno. Mesmo assim, a publicação de jornais, folhetos, revistas literárias e científicas foi importante ao longo do século XIX, não apenas em termos quantitativos mas qualitativamente, no sentido de, se não influírem, ao menos discutirem intensamente os rumos da vida nacional.

No período imediatamente anterior e posterior à Independência, por exemplo, o efervescente clima político propiciou o surgimento de jornais e folhetos permitindo a parcela da população, ainda que pequena, tomar conhecimento das questões políticas para além dos restritos limites da Corte delineando-se, assim, a idéia de opinião pública.² Na área política, notáveis homens públicos, como os republicanos frei Caneca, Cipriano Barata e João Soares Lisboa, ou monarquistas como os irmãos Andrada, José da Silva Lisboa, entre outros, defenderam aguerridamente seus princípios via jornais, boa parte das vezes sendo eles mesmos os proprietários dos periódicos.³

Farta e substancial bibliografia comprova o papel importante que os jornais desempenharam no Oitocentos brasileiro, período em que se dá a instalação da imprensa no Brasil. Por suposto, tanto o jornalismo como suporte de debates e informações, quanto os jornalistas como intelectuais, estruturaram-se em rumos bem distintos dos moldes empresariais que viriam a se desenvolver no século XX. De toda maneira, como propõe Nelson Werneck Sodré, o desenvolvimento da imprensa esteve sempre associado ao desenvolvimento da sociedade capitalista, seja pelo controle dos meios de difusão de

¹ *Ostensor Brasileiro*, p. 416.

² Cf. Lúcia Maria Bastos P. NEVES. "Leitura e leitores no Brasil, 1820-1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder" in *Acervo – revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v. 8, nº 1-2, jan-dez 1995, p. 123.

³ Cf. Isabel LUSTOSA. *Insultos impressos – a guerra dos jornalistas na independência (1821 – 1822)*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000. Cf. também Renato Lopes LEITE. *Republicanos e libertários – Pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

idéias e informações, seja pela influência que a difusão impressa exerce sobre o comportamento das massas e dos indivíduos.⁴ Já no século XIX foi marcante o papel que o jornalismo desempenhou tanto no sentido de contribuir para a educação da população brasileira quanto no de cobrar das autoridades os necessários investimentos públicos na área da educação. Por sua própria natureza, a difusão da imprensa no Brasil contribuiu enormemente para a instalação de hábitos de leitura; além disso, em muitos jornais, revistas e demais impressos, intelectuais publicavam estudos sobre a urgência de se criar um sistema de ensino voltado às necessidades do conjunto da população. É o caso, por exemplo, do seguinte artigo, associando a difusão da imprensa ao imprescindível investimento em educação:

A redação de jornais tornou-se também empresa mais laboriosa e complicada; e aqueles que têm grande formato exigem muitos colaboradores, como o Jornal do Comércio, que além destes tem mais três correspondentes em países estrangeiros, que lhes comunicam regularmente da França, Portugal e Montevideu, as mais interessantes notícias destas nações, ou das que estão em contínuas relações com elas. Não possuímos dados suficientes para calcular o número de folhas periódicas que se imprimem e circulam anualmente no império; mas cremos não fazer cálculo exagerado orçando em 4.340.000 as folhas impressas na capital, e em outro tanto as impressas nas províncias; o que eleva a 8.690.000 a circulação periódica para todo o império. Esta quantidade em uma nação que terá quatro milhões de habitantes livres, deve por certo assombrar aqueles que souberem o quão pouco entre nós se tem curado de propagar a instrução popular, e parece inculcar nos Brasileiros maior gosto pela leitura de jornais, do que em algumas nações que há séculos gozam do livre uso da imprensa. (...) Assim pois com vinte e quatro anos de independência, e vinte e seis do gozo da liberdade de imprensa, o Brasil, em vez de duas únicas e mesquinhas gazetas que tinha no começo da sua carreira política, possui atualmente perto de 80 publicações periódicas, muitas de grandiosas proporções,

⁴ Nelson Werneck SODRÉ. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

e outras científicas e literárias, das quais algumas redigidas com gosto e talento; e todas enfim disseminando por toda a superfície do império mais de oito milhões de folhas proporcionadas aos gostos e instrução de seus leitores. Não provará isto que nestes vinte e quatro anos havemos percorrido um dilatado campo no desenvolvimento do gosto literário? E se por ventura a difusão da instrução pública for para o futuro mais favorecida e mais cientificamente dirigida, não poderemos esperar que daqui mais vinte anos corramos o páreo com as nações mais civilizadas do antigo continente?⁵

O autor do artigo não informa a fonte de onde tirou os dados para calcular as mais de oito milhões de folhas impressas anualmente em todo o império; naturalmente ao usar a expressão “folhas” pode estar se referindo não apenas a jornais e folhetins, muitos dos quais se limitaram a duas ou três edições, mas também a folhas eventualmente impressas por comemorações cívicas ou festivas; pode também estar se referindo literalmente a “páginas” e não fica claro se está incluindo neste montante páginas de livros, embora não nos pareça esse o caso. De toda maneira, sua reflexão se ajusta no momento em que alude aos quatro milhões de habitantes livres, para o autor virtualmente “leitores”, e o número de impressos. É uma cifra alta, a de páginas impressas, considerando-se que, como refere o autor logo a seguir, a imprensa havia sido instalada pouco mais de duas décadas antes, além do que não se produzia no Brasil o papel para impressão nem as máquinas impressoras. O artigo é interessante, também, porque refere a necessidade urgente de se criar “escolas populares”, ou seja, para toda a população, posto que as elites dispunham de professores e escolas particulares, além de enviarem seus filhos a estudar em Portugal. O autor cobra uma instrução pública “mais favorecida e mais cientificamente dirigida” a fim e que o Brasil possa se “civilizar”. Associa, claramente, civilização à educação para todas as classes, e não apenas para a elite. Finalmente, é interessante

⁵ F. Souza MARTINS. “Progresso do jornalismo no Brasil” in *Revista Trimestral – História e Geografia – Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Segunda série – Tomo I, Rio de

frisar que o autor publica seu artigo na *Revista do Instituto Histórico*, que, como vimos anteriormente, coadunava-se aos interesses e às ações do governo imperial. Isto implica dizer que Pedro II, desde o início de seu longo “reinado”, foi informado da necessidade de investimentos em “escolas populares”. Porém, no plano cultural e incluindo-se aí a educação, Pedro II governa exclusivamente para as elites.

Na constituição de uma cultura literária no Brasil, o jornal foi veículo determinante, a exemplo do que refere Antonio Candido: “Os primeiros românticos principiam sua atividade na revista *Niterói* (1836), consolidam-se com a *Minerva Brasiliense* (1843) e despedem-se na *Guanabara* (1849 – 1855)”.⁶ Na difusão de romances, como vimos, o jornal foi importante pela publicação do romance-folhetim.

Diferentemente do que ocorreu nos demais países latino-americanos, onde a impressão de livros e jornais se deu desde o século XVI⁷, no Brasil, exceto algumas tentativas incipientes e esporádicas no século XVIII⁸, a consolidação de uma cultura letrada via publicação de livros e jornais só vai ocorrer no século XIX, através da iniciativa privada, sem significativos investimentos do Estado. Uma das teses defendidas para esta diferença entre a América Hispânica e a América Portuguesa, é a de que a Espanha teria encontrado em suas possessões uma cultura com a qual teve que competir para dominar - caso das civilizações maia, asteca e inca; assim, em centros da civilização asteca e inca como Lima e Cidade do México, os espanhóis implantaram, como parte estratégica de dominação e controle, algumas universidades e, como suporte

Janeiro: Typographia de Laemmert, 1846. pp. 262 a 275.

⁶ Antonio CANDIDO. *Formação da literatura brasileira*. vol 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 47.

⁷ No México em 1539 e no Peru em 1583.

⁸ No Recife, em 1706, instalou-se pequena tipografia logo proibida pela Carta Régia de 8 de junho do mesmo ano; em 1746, no Rio de Janeiro, outra tentativa foi eliminada, também por Carta Régia; em junho de 1808, Hipólito da Costa edita em Londres o *Correio Brasiliense*; com a instalação da corte portuguesa no Brasil, em 1808, imprime-se a *Gazeta do Rio de Janeiro*, em setembro daquele ano. A

a estas universidades, estimularam o comércio de livros e jornais, além de instalarem impressoras no país, o que sem dúvida oportunizou a produção de obras nessa região. Portugal encontrou culturas locais cujo estágio não implicava em competição, mas simplesmente subjugação ou extermínio.⁹ No Brasil, o governo português não só não instalou estabelecimentos de ensino, como dificultou que uma cultura letrada se desenvolvesse, controlando rigorosamente a circulação de livros e proibindo a impressão de livros e jornais.¹⁰

Mesmo tendo se instalado no Brasil apenas quando da vinda da corte portuguesa, em 1808, o jornalismo rapidamente se difunde pelo país, como que em resposta aos três séculos de proibição e repressão que Portugal impôs tanto à impressão quanto à circulação de livros, jornais e demais impressos. Em termos quantitativos, Hélio Vianna analisa e enumera em torno de uma centena de jornais e folhetos, que circularam nas províncias e na corte, anteriores a 1840.¹¹ Gondim da Fonseca¹² refere, entre 1838 – 1847, período em que centramos nossa análise, cerca de quarenta títulos que circularam no Rio de Janeiro.¹³ Tomando como base as informações de Gondim da Fonseca, entre as várias publicações jornalísticas que circularam no Rio de Janeiro no período, citamos

esse respeito ver Carlos RIZZINI. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1945.

⁹ Nelson Werneck SODRÉ. *História da Imprensa no Brasil*. ob. cit.

¹⁰ Cf. Sergio Buarque de HOLANDA. *Capítulos de literatura colonial*, ob. cit. Cf. Rubem Borba de MORAES. *Livros e bibliotecas no Brasil*. ob.cit.

¹¹ Hélio VIANNA. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812 – 1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. p. 5.

¹² Gondim da FONSECA. *Biografia do jornalismo carioca (1808 – 1908)*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941.

¹³ A propósito, parece-nos importante assinalar a dificuldade que encontramos em averiguar alguns dados, para estabelecer cruzamentos, sobre a circulação de jornais no Rio de Janeiro no século XIX. Apesar da importância da imprensa no meio político e cultural de então, não dispomos de uma fonte sistematizada que informe quais jornais oriundos das demais províncias, ou de outros países, circulavam no Rio de Janeiro ao longo do XIX, a exemplo do que ocorre, para ilustrarmos nossa observação, com o catálogo *Un siglo de periódicos en la Biblioteca Nacional (políticos) – 1800-1999*; neste documento, relaciona-se década a década os jornais argentinos, americanos e europeus que circularam em Buenos Aires no período referido. Nele encontramos, por exemplo, que o jornal brasileiro *O americano* circulou em Buenos Aires, como veremos adiante.

Jornal do Comércio; O Vigilante, O Tribuno, O Repúblico, Museu Universal, Minerva Brasiliense, A Sentinela da Monarquia, O Verdadeiro Regenerador, O Americano. Entre estes, o *Ostensor Brasileiro - jornal literário pictoreal*.

O *Ostensor Brasileiro – jornal literário pictoreal* veio a lume na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, circulando entre os anos de 1845 e 1846. Foram seus editores Vicente Pereira de Carvalho Guimarães e João José Moreira.



Fig 1 – Capa do *Ostensor Brasileiro*

Sem pretendemos uma investigação exaustiva, localizamos algumas referências ao *Ostensor Brasileiro* e a Carvalho Guimarães. Hélio Vianna traz uma linha, em nota de

rodapé, tratando de um epicéδιο de Araújo Porto Alegre publicado no jornal.¹⁴ Gondim da Fonseca¹⁵ destaca o *Ostensor Brasileiro* como interessante devido ao número de gravuras que o jornal oferece. Plínio Doyle¹⁶ e José Mindlin¹⁷ citam o *Ostensor*. Luis Felipe de Alencastro¹⁸ cita um artigo e Ana Maria Mauad¹⁹ reproduz uma estampa originalmente publicada no *Ostensor*. Wilson Martins²⁰ refere-se à obra de Carvalho Guimarães e ao *Ostensor*. Barbosa Lima Sobrinho²¹ recupera um relato de Carvalho Guimarães. Adriana Amante²² comenta um artigo e Raúl Antelo²³ refere-se amplamente a artigos do *Ostensor* e a Carvalho Guimarães.

Os temas abordados pelo *Ostensor Brasileiro* são permeados pelo enfoque aos “objetos relativos ou pertencentes ao Brasil”, numa perspectiva de análise que poderíamos chamar de discussão sobre o nacional, além de sistemáticas críticas à Europa buscando inserir o Brasil em um modelo intelectual sul-americano²⁴, postura que entendemos uma singularidade do jornal. Abordando temáticas como a mulher, o índio, a educação, o americano, a civilização, a ecologia, os articulistas do jornal apresentam um viés sobre o nacional pela via cultural. Tais temas vêm sempre na perspectiva de resgatar a história do Brasil. Como veremos, é permanente o cuidado dos articulistas do *Ostensor* com a memória histórica. Memória que também se constitui no cuidado em

¹⁴ Hélio VIANNA. ob. cit. p. 195.

¹⁵ Ob. cit. p. 178.

¹⁶ “História de revistas e jornais literários” in *Revista do Livro*, nº 39, Rio de Janeiro, INL, 1969

¹⁷ *Uma vida entre livros*. São Paulo: EDUSP/ Companhia das Letras, 1997. p.184 e 186

¹⁸ “Vida privada e ordem privada no Império” in Fernando NOVAIS (coord.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 63.

¹⁹ “Imagem e auto imagem do Segundo Reinado” in Fernando NOVAIS (coord.). *História da Vida Privada no Brasil*. ob. cit. p. 183.

²⁰ *História da Inteligência Brasileira*. Vol. II. São Paulo: Cultrix/EdUSP, 1977-1978.

²¹ *Panorama do conto brasileiro – Os precursores do conto no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

²² “Las huellas del peregrino. El exílio en Brasil en la época de Rosas”. In Cristina IGLESIA (comp.) *Letras y divisas - ensayos sobre literatura y rosismo*. p. 79. Buenos Aires: EUDEBA, 1998.

²³ *Algaravia - Discursos de nação*. Florianópolis: EDUFSC, 1998.

referir as fontes usadas pelos editores ou pelos colaboradores: manuscritos constantes no Instituto Histórico e Geográfico, a Revista deste Instituto, as memórias de Pizarro e Araújo, correspondências de padres, políticos e intelectuais, bibliografias, relatos de viajantes. A preocupação com as fontes é tal que, por exemplo, em um artigo sobre a formação da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, os editores constatam que a informação da fonte não corresponde à verdade e dão a informação correta, em nota de rodapé.²⁵ Ao modo de Carvalho Guimarães em seus romances, que corrige erros tipográficos de capítulos anteriores publicados no *Ostensor*. Neste sentido, contempla-se o sentido civilizador que o jornal se atribui.

A singularidade por nós observada no *Ostensor* em inserir o Brasil no contexto latino-americano, toma corpo na publicação de artigos de José Mármol e Juan Bautista Alberdi, intelectuais argentinos que viveram algum tempo no Rio de Janeiro.²⁶ Tomar como colaboradores intelectuais argentinos não se constituiria, por si só, em algo singular. O que caracteriza a particularidade dessas colaborações é que foram escritas por dois exilados políticos, Mármol e Alberdi, perseguidos pelo governo de Juan Manoel Rosas, que viram o Rio de Janeiro como centro irradiador dos princípios liberais para todo o continente americano mas principalmente, e no caso de Mármol através da literatura, discutir um projeto de nação. Vale destacar que apenas o *Ostensor Brasileiro*, naquele momento específico, publica textos desses intelectuais de significativa atuação nas letras argentinas.

²⁴ Como referimos no Prólogo, atualmente o emprego de “sul americano” e de “latino-americano” implica diferentes matizes ideológicos; assim, ratificamos, usamos sul americano para referir-nos ao contexto do século XIX; ao usarmos latino-americano, reportamo-nos a atualidade.

²⁵ *Ostensor Brasileiro*, p. 153.

²⁶ No item 4 aprofundamos a perspectiva de inserção do Brasil no contexto latino-americano analisando estas contribuições de Mármol e Alberdi.

Poderia tal singularidade nos levar à idéia de que os articulistas do *Ostensor Brasileiro* estariam inserindo o Brasil num contexto americano, frisamos que notadamente pela via cultural. É interessante observarmos que nos artigos do *Ostensor* não há referências, digamos, consistentes, a Pedro II. Ao mesmo tempo em que publica artigos que defendiam a independência intelectual e o liberalismo econômico, incluindo nesse princípio a democracia via república, o *Ostensor Brasileiro* simplesmente não aborda a monarquia num momento em que o governo tratava de fortalecer a “instituição” Pedro II, dado ao então recentemente aplicado Golpe da Maioridade. Apoio explícito e defesa ferrenha da monarquia encontramos, por exemplo, no jornal *O Americano* (1847 – 1852). Aliás, no *Ostensor* a questão política enquanto tal vem apenas subjacente à questão cultural. Por exemplo, na biografia sobre Evaristo da Veiga, que fora editor da *Aurora Fluminense*, percebem-se posturas políticas, digamos diluídas, que poderíamos entender como sendo as dos próprios editores do jornal:

Em Dezembro de 1827 começou a publicação periódica da *Aurora Fluminense*, sob a redação de três Brasileiros, publicação política sem cor alguma política, porque de suas revistas internas e externas nada se colhe que demonstre uma idéia positiva; foi nos primeiros meses de sua criação um jornal científico literário, ainda que por sua independência a respeito dos partidos existentes fosse olhado como adverso por todos: porém antes de findar o ano de 1828, a *Aurora Fluminense* sob nova direção tornou-se positiva e terminante, ela mostra em sua oposição à política seguida pelo governo imperial tendências para um fim, ela começa a importância pública de seu jovem redator Evaristo Ferreira da Veiga. (...) nós diremos que em sumário, para salvar o espaço de dois anos que decorrem desde a entrada de Evaristo Ferreira da Veiga na cena público-política até a abertura da primeira sessão da legislatura de 1830, diremos que se há alguma increpação que fazer ao redator da *Aurora Fluminense*, é esta : - Não precisou com a necessária clareza a justa oposição aos desregramentos do

governo, não foi tão profundo político que enxergasse nos acontecimentos de Abril de 1831 o termo dessa oposição (...).²⁷

Tendo os editores do *Ostensor Brasileiro* essa visão crítica para o *Aurora Fluminense*, que circulara quase duas décadas antes, certamente a adotariam para si dado o momento político que viveu o Brasil durante toda a década de 40, e especialmente no quinquênio liberal. Todavia o *Ostensor* não analisa o golpe da Maioridade, embora tenham questionado em Evaristo da Veiga, por ocasião da Abdicação, a ausência de uma “justa oposição aos desregramentos do governo, não foi tão profundo político que enxergasse nos acontecimentos de Abril de 1831 os termos dessa oposição”. Destaque-se que afirmam ser o *Aurora Fluminense* “publicação política sem cor alguma política”, palavras que ajustam-se ao *Ostensor*, posto que este não refere absolutamente uma linha aos partidos conservador e liberal.

A tênue coloração política é dada de forma dispersa em alguns artigos, como:

(...) está de tal forma comprometida nossa imprensa periódica, que a menor oposição às idéias de um indivíduo, que pertença a qualquer cor política, é logo considerada como declaração de guerra de partido, mesmo que se ventile uma questão científica, artística ou literária,²⁸

Colocando-se como jornal literário pictoreal, os articulistas distanciam-se das questões políticas e econômicas daquele momento. Não se posicionam como republicanos assim como não defendem, em nenhum momento, a monarquia. Nas muitas biografias que publicam, não incluem Pedro I, nem Pedro II. Em alguns artigos, são feitas algumas referências, de passagem, ao Imperador ou seus parentes. É o caso do artigo de Araújo Porto Alegre, colaborador do jornal, que cita brevemente o Imperador:

²⁷ *Ostensor Brasileiro*, p. 292.

Veio a Maioridade e com ela a esperança de uma época orgânica. (...) e as Belas Artes, talhando o granito e o mármore, modelam colunas e estátuas para encherem de glória o reinado do Senhor D. PEDRO 2º.²⁹

Da mesma forma que distanciam-se da política, os editores pouco tratam de assuntos econômicos. Numa publicação que fazem sobre economia, os articulistas remontam a um “passado”, transcrevendo um memorial do século XVIII que trata da necessidade de investimento no Brasil, o que a nosso ver reportaria ao presente de então a mesma necessidade de investimentos no Brasil :

Não seria o nosso comércio passivo se metêssemos no reino anualmente tanta quantidade de moedas como dele se extrai para pagarmos os gêneros e as manufaturas, que necessitamos comprar à dinheiro, a fim de suprimos a referida balança de nosso comércio com os estrangeiros.³⁰

Nesse memorial, de meados do século XVIII, Alexandre de Gusmão justifica a solicitação que então fazia ao governo português no sentido de que permitisse circulação de moeda no Brasil. Solicita ainda:

Que se aumente a agricultura, fazendo-se as estradas, e cortando as ribeiras, para navegar e regar; (...) que se estabeleçam fábricas aumentando-se por toda parte a indústria; (...) E que finalmente se favoreça o comércio, dentro e fora do reino, sem o qual não pode haver estado rico, poderoso, nem florescente.³¹

²⁸ *Ostensor Brasileiro*, p. 57.

²⁹ *Ostensor Brasileiro*, p. 243.

³⁰ “Cálculo sobre a perda de dinheiro do Reino, oferecido a el-rei D. João o V, no ano de 1748, pelo distinto brasileiro Alexandre de Gusmão”, in *Ostensor Brasileiro*, p. 220. Alexandre de Gusmão (Santos/SP, 1695 – Lisboa, 1753), estudou em Paris, Coimbra, Lisboa. Admitido pela Academia Real de História Portuguesa, foi incumbido de escrever uma História de Ultramar, com importante atuação em assuntos que diziam respeito a colônia como: o Tratado de Madrid (1750), o envio de açorianos para povoamento de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Junto à corte de D. João V, escreveu inúmeros tratados sobre a economia, questões territoriais e políticas do Brasil.

³¹ *Ostensor Brasileiro*, p. 222.

É possível que, publicando as solicitações que Alexandre de Gusmão fizera no século anterior, mais uma vez estivessem os editores expressando suas próprias formulações sobre o assunto, na década de 40. Isto é, os editores do *Ostensor* estariam “mostrando” a Pedro II a necessidade de investimentos no Brasil posto que, após a transcrição completa da memória, concluem:

(...) o único meio de pôr freio ao luxo é promover os hábitos de economia, oferecendo proveitoso e fácil emprego aos mais pequenos capitais, favorecendo a agricultura, a indústria, e fazendo gradualmente desaparecer a ociosidade, a pobreza e a nímia acumulação de capitais.³²

Nos parece que, neste momento, os editores estão se referindo ao momento em que vivem, numa das poucas arremetidas em campos da economia, aliás também seguindo a proposta editorial pois resgatam um texto do século XVIII, com temática brasileira.

A quase ausência de assuntos políticos e econômicos nos sugere uma postura proposadamente adotada, embora não explicitada no editorial, particularmente num momento de instabilidade política como foi o do chamado quinquênio liberal (1844 – 1848) caracterizado por sucessivas crises entre conservadores e liberais, assim como conflitos inter-classe entre governantes e Pedro II decorrentes das articulações que resultaram na antecipação da Maioridade. Pedro II, feito imperador aos 14 anos, pouco governava, a ponto de, por exemplo, o ministro austríaco no Rio de Janeiro, Barão de Daisier, afirmar que “essa maioridade não era no fundo senão uma ficção” e “tudo se passava como dantes [nas regências] e que o imperador não passara de uma tutela senão

³² Idem, *ibidem*.

para cair noutra.”³³ Em dezembro de 1843, Pedro II adquirira sua “segunda maioridade”, levando alguns políticos a exigir que efetivamente o imperador “governasse”, o que significava renovar o preenchimento dos cargos públicos, particularmente dos ministérios. Nas províncias, facções locais estremunhavam-se pelo controle político, enquanto na corte a disputa pelos cargos provocava sucessivas alternância de nomes nos ministérios, ora entre os conservadores, ora entre os liberais.³⁴

A declaração de independência política do Brasil (1822) com a adoção do regime monárquico constitucional, a abdicação de Pedro I (em 1831) e a subsequente adoção de regências para administrar o país, a declaração antecipada de maioridade de Pedro II (em 1840), as constantes revoltas que marcaram o período - Sabinada, Balaiada, Malês, Cabanagem, Farroupilha, algumas delas marcadamente envolvidas com ideais republicanos e abolicionistas - a manutenção do sistema escravocrata, foram fatores decisivos tanto no processo de instauração do Estado Nacional quanto na constituição da nação brasileira. Por conseguinte, foram fatores também decisivos na estruturação da cultura literária brasileira e é nesse contexto político econômico que se insere o *Ostensor Brasileiro*.

Na perspectiva de um estudo antropológico em torno do *Ostensor* sistematizamos uma análise da sua linha editorial, dos artigos, seus colaboradores, estrutura do jornal, alcance, leitores e pareceu-nos oportuno, também, análise de algumas estampas. Ao tomarmos o jornal como fonte, procuramos cercar-nos de alguns cuidados que o uso de tal fonte requer na pesquisa histórica: a análise do contexto histórico em que surge o *Ostensor*, o próprio surgimento da imprensa no Brasil, o discernimento de que o jornal

³³ *apud* Vanderlei Pereira CASTRO. “Política e administração de 1840 a 1848 – o quinquênio liberal” in Sergio Buarque de HOLANDA (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, 2º vol. São Paulo: Difel, 1967. p. 510.

³⁴ Cf. Vanderlei Pereira de CASTRO, ob. cit.

apresenta uma visão dos fatos, o jornal em si como objeto de estudo, seus vínculos políticos, ideológicos, econômicos.³⁵

2. Mostrar o Brasil aos brasileiros

Ao longo do século XIX, foi expressivo o número de viajantes estrangeiros, principalmente europeus, que percorreram o Brasil com objetivos científicos e artísticos. Os resultados dessas expedições eram enviados diretamente aos países de origem de seus investigadores de modo que o saber produzido por estes cientistas e artistas raramente teve retorno à população local de uma maneira mais significativa. Naturalmente, a um reduzido grupo, como os membros do Instituto Histórico e Geográfico, ou a intelectuais que de alguma forma mantinham contato com esses cientistas³⁶, essas informações eram acessadas. Porém, é somente a partir de meados do século XX que o resultado daquelas expedições torna-se acessível aos brasileiros de um modo mais amplo, através de pesquisadores brasileiros que foram à estes países e ao retornarem publicaram suas conclusões, ou através de publicações, no Brasil, de parte dos trabalhos daqueles “viajantes”.³⁷

³⁵ A respeito do uso do jornal como fonte histórica, fundamentamo-nos em José Honório RODRIGUES. *Teoria da História do Brasil*. ob. cit. Em Maria Helena Rolim CAPELATO. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. Ainda em Ana Maria de Almeida CAMARGO. “A imprensa como fonte para a História do Brasil” In *Anais do V Simpósio dos Professores Universitários de História*. Vol. 2. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1971.

³⁶ O próprio *Ostensor* publica artigos com parte de investigações de Spix e Martius, por exemplo.

³⁷ A título de exemplo, referirnos: Augusto de SAINT-HILAIRE. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1817)*. São Paulo: Ed. Nacional, 1938. VON MARTIUS, VON SPIX. *Através da Bahia*. São Paulo: Ed. Nacional, 1938. Richard BURTON. *Viagens aos planaltos do Brasil*, 1868. São Paulo: Editora Nacional 1941. Daniel KIDDER. *O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo (1836 – 1842)*. São Paulo: Ed. Nacional, 1941. GARDNER. *Viagens ao Brasil (1836 – 1841)*. São Paulo: Ed. Nacional, 1942. Henri KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil (1810- 1815)*.

Na realidade, muito pouco se mostrava do Brasil aos brasileiros da época. No sentido inverso, o papel da imprensa, ou pelo menos parte dela, foi significativo na medida em que registrava e divulgava assuntos não apenas políticos e econômicos, como nas gazetas mercantis, mas também culturais. Exemplo característico foi a revista *Niterói - Revista Brasiliense - Ciências, Letras, Artes* fundada em 1836 por Manuel Moreira Neves com colaborações de Gonçalves de Magalhães, Pereira da Silva, Araujo Porto Alegre quando estes viviam em Paris. A *Niterói* teve apenas dois números mas com tal importância que é vista como precursora do Romantismo no Brasil. Outros jornais, revistas, e folhas, como *Minerva Brasiliense*, *Aurora Fluminense*, *Museu Universal* foram campo de debates no território das letras. Este foi também o domínio do *Ostensor Brasileiro - jornal literário pictoreal*.

Já pelo título podemos apreender que o jornal surge para “mostrar o Brasil”, uma vez que a palavra “ostensor”, do latim *ostensore*, significa “aquele que mostra ou ostenta”. Esta preocupação de ostentar “brasilidade” se define na Introdução (hoje diríamos Editorial) do jornal:

São Paulo: Ed. Nacional, 1942. Carl von KOSERITZ. *Imagens do Brasil*. São Paulo: Martins, 1943. Jean B. DBRET. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. 2 vols. São Paulo: Martins Fontes, 1949. T. VON LEITHOLD, VON RANGO. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Ed. Nacional, 1966. Thomas EWBank. *Vida no Brasil, 1846*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EdUSP, 1976. VÁRIOS AUTORES. *Ilha de Santa Catarina - relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: EdUFSC, 1979; Ana Maria de Moraes BELLUZO *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Metal Livros/Salvador: Fundação Emílio Odebrecht, 1994. *Expedição de Langsdorff ao Brasil/ 1821-1829*. Rio de Janeiro: Ed. Alimbramento, 1998. Como vemos, todas são obras produzidas por viajantes estrangeiros ao longo do século XIX, mas que só tiveram tradução e publicação no Brasil ao longo do século XX. Se entre os séculos XVI e XVIII, o ouro, a cana de açúcar, o pau brasil, os diamantes, foram arrancados do Brasil e enviados à Europa, entre fins do século XVIII e meados do XIX além das riquezas materiais, também informações científicas e artísticas tiveram tal destino; além dos casos citados, consideremos ainda as telas e aquarelas de Rugendas, Hercules Florence, Taunay, magníficos retratos de tipos brasileiros, da fauna e da flora brasileiras cujos originais não se encontram no Brasil. Miriam Moreira Leite organizou uma antologia com fragmentos de viajantes estrangeiros ao longo do século XIX com o objetivo específico de “extrair e examinar os testemunhos a respeito de mulheres”; a par desse objetivo da organizadora, a antologia transforma-se num amplo levantamento de mais de 150 obras, onde se percebe que a maioria das traduzidas o foi no século XX. Cf. Miriam Moreira LEITE (org.) *A condição feminina no Rio de Janeiro: século XIX*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP/ Pró Memória, 1984.

O jornal literário – *Ostensor Brasileiro* – cuja introdução escreveremos em poucas palavras, é uma destas empresas atrevidas, que os indiferentes julgam loucas, e os amigos impossíveis; o plano circunscrito, que nos impusemos de tratar exclusivamente de objetos relativos, ou pertencentes ao Brasil constitui a primeira parte do nosso programa, e a maior das dificuldades a vencer, segundo querem aqueles que de trabalhos mentais só esperam como único prêmio um pouco de ouro vil: a segunda, e última parte, que de bem seguro pensamento tornamos, reduz-se a falar aos olhos e ouvidos, juntamente, segunda e mui grave dificuldade, porque não havendo em nosso jornal lugar para traduções de artigos que não tenham imediata relação com o Brasil, não podemos utilizar gravuras feitas em França ou Inglaterra, e grandioso dispêndio, e trabalho insano nos custará o empenho.

Agora justificaremos uma e outra parte do nosso programa, ou antes justificaremos a primeira, que a segunda não o há mister.

Todos quantos jornais literários se publicam trazem no infalível artigo de introdução o mote: *A bem da civilização e recreio do povo!* Palavras mágicas, com que pretendem ser lidos, e o são com efeito; porém quantas vezes não temos sido iludidos em nossas esperanças?! Ou que um erro grave domine o pensamento desses homens, que aos menos por palavras tão boas intenções manifestam, ou que logo em princípio reneguem sua missão por pesada, o fruto esperado de suas lucubrações não chega a sazonar, nem mesmo aparece. É preciso civilizar o povo, dizem todos, e o jornal literário é uma poderosa alavanca de civilização; porém, ignora-se que para o povo no Brasil, e em muitas partes ainda não é a leitura uma necessidade? Enfastiam-no cientificamente e depois gritam que as empresas literárias no Brasil são impossíveis de manter, que o povo não lê vinte e trinta páginas, que de uma só vez lhe atiram: ainda mais, para quê esta civilização estrangeirada, que não cria raízes no coração do povo? Muito deve folgar o coração daquele que ama as coisas da pátria, ouvindo apregoar nossa prosperidade, a próxima exaltação do Brasil à categoria de primeira nação;

mas desespera-nos ver que tantos homens, que com mui pequenos esforços poderiam encurtar esse prazo, espere que a sucessão dos tempos complete a obra.

N. 1. OSTENSOR BRASILEIRO. 1845.

JOURNAL LITTERARIO PICTOREAL.

INTRODUÇÃO.

O Jornal litterario—*Ostensor Brasileiro*—cuja introdução escreveremos em mui poucas palavras, he huma destas empresas atrevidas, que os indifferentes julgam loucas, e os amigos impossiveis; o plano circumscripito, que nos impuzemos de tratar exclusivamente de objectos relativos, ou pertencentes ao Brasil constitua a primeira parte do nosso programma, e a maior das difficuldades a vencer, segundo esperam aquelles que de trabalhos mentaes só esperam como unico premio hum pouco de giro vil: a segunda, e ultima parte, que de bem seguro pensamento tomamos, reduz-se a fallar aos olhos e ouvidos juntamente, segunda e mui grave difficuldade, por que não havendo em nosso jornal lugar para traducções de artigos, que não tenham immediata relação com o Brasil, não podemos utilizar gravuras feitas em França ou Inglaterra, e grandioso dispendio, e trabalho insano nos custará o empenho. Agora justifiçaremos huma e outra parte do nosso programma, ou antes justifiçaremos a primeira, que a segunda não o há mister.

Todos quantos jornaes litterarios se publicam trazem ao infallivel artigo de introdução o mote: *A bem da civilisação e recreio do povo!* palavras magicas, com que pretendem ser lidos, e o são com effeito; porem quantas vezes não temos sido illudidos em novas esperanças?! Ou que hum erro grave domine o pensamento desses homens, que ao modo por palavras tão boas intencões manifestam, ou que logo em principio reneguem sua missão por pesada, o fructo esperado de suas locubrações não chega a rasonar, nem mesmo apparece. He preciso civilisar o povo, dizem todos, e o jornal litterario he huma poderosa alavanca da civilisação; porem, ignora-se que para o povo no Brasil, e em mulltes partes ainda não he a leitura huma necessidade? enfastiam-nos cien-

tificamente e depois gritam que as empresas litterarias no Brasil são impossiveis de manter, que o povo não lê vinte e trinta paginas, que de huma só vez lhe allram: ainda mais, para que esta civilisação estrangeirada, que não cria raizes no coração do povo?! Muito deve folgar o coração dequelle que ama as coisas da patria, ouvindo apreçar nossa prosperidade, a proxima exaltação do Brasil à cathedra de primeira nação; mas desespera-nos ver que tantos homens, que com mui pequenos esforços poderiam encurtar esse prazo, esperem que a successão dos tempos complete a obra.

Atrevido he pois o nosso intento em mais de hum ponto; louco, ou impossivel, não: se alguem julgar mui grave o peso para forças tão poucas como as nossas, aqui as palavras do Santo Agostinho—Em nós só cabe o planhar as coisas, de Deus virá o fazer com que medrem.

RIO DE JANEIRO.

Quando depois de huma dilatada ausencia lançamos nossas vistas para qualquer ponto da lugar que nos viu nascer, como alma se inflamma de hum prazer extremamente vivo, que nos leva a extasis quasi divinos, e só vemos bellezas, embora não existam, pois he o coração quem nos-as mostra; he que estes lugares presidiaram à nossa infancia, e em nós despertam mui seductores quadros della, nos quaes fulguramos presenteiros; he que nos recordam as primeiras impressões de nossa vida, impressões que tanto nos agradaram, e que já mais despresamos. Porém quando sem nos eslastermos da cara Patria llamamos nêhos philosophicos, não só nemex lugares, mas ainda nos séres que os puañecem, nós nos inflammamos, he verdade, porem de hum outro modo, e por outra causa: não são estas as lembranças dos gozos infantis que nos de-

fac-símile da Introdução

Atrevido é pois o nosso intento em mais de um ponto; louco, ou impossível, não: se alguém julgar mui grave o peso para forças tão poucas como

as nossas, aqui as palavras de Santo Agostinho – Em nós cabe o plantar as coisas, de Deus virá o fazer com que medrem.³⁸

Efetivamente, ao consultarmos todos os exemplares do jornal, no seu conjunto fica claro o empenho dos editores em evidenciar “objetos relativos ou pertencentes ao Brasil”. Como referimos, o *Ostensor* traz biografias, relatos de viagens ao interior do Brasil, memórias, poesias, “fastos brasileiros”, artigos com longas abordagens sobre a população indígena do Brasil, sobre a importância da participação política e social das mulheres, sobre a educação primária, sobre a importância de um Congresso Geral Americano e Juventude Progressista do Rio de Janeiro, além de um conjunto de cinquenta estampas, todas “relativas” ao Brasil. Nessa variedade de abordagens, como acentuamos anteriormente, não inclui-se referências à monarquia ou a Pedro II, ou seja, há um afastamento da “política”. Em outra perspectiva, uma lacuna flagrante do jornal é a ausência de referências à cultura africana; nenhuma referência quanto à abolição do trabalho escravizado e o fim do tráfico de africanos, questões estruturais no Brasil do século XIX. Segundo Calmon³⁹, “não é exagerado avaliar em 1.289.724 os africanos postos no Brasil” entre 1820–50. Especificamente em 1845, quando o *Ostensor* começa a circular, de 50 a 60 mil africanos escravizados foram introduzidos no Brasil. Todavia, o jornal mantém-se ao largo desses “assuntos”. É interessante assinalarmos que von Martius, inclusive publicado pelo *Ostensor* e certamente lido por Carvalho Guimarães, já chamava a atenção sobre a importância da contribuição das três raças na história brasileira: “Qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil (...) jamais deverá perder de vista quais os elementos [o cibre indígena, o branco português, o negro africano] que aí concorreram para o desenvolvimento do homem. (...) E até me inclino a

³⁸ Introdução do jornal em seu número um.

supor que as relações particulares pelas quais o brasileiro permite ao negro influir no desenvolvimento da nacionalidade brasileira, designa por si o destino do país (...). Ao longo de seu texto, von Martius analisa as contribuições das três raças, índios, portugueses e africanos, colocando essa postura como “*conditio sine qua non* para o verdadeiro historiador”.⁴⁰ Atentemos que von Martius refere-se aos historiadores e à nacionalidade brasileira, conjugação de temas que o *Ostensor* e Carvalho Guimarães estão trabalhando.

Todavia o *Ostensor* traz apenas curtas referências à questão africana. Uma é feita na biografia elaborada por Varnhagem sobre Salvador Correia de Sá e Benavides, onde o primeiro refere a justificativa da escravidão africana “por enquanto julgada indispensável para o progresso da indústria”.⁴¹ Ou ainda, em outra visão, num poema de Araújo Porto Alegre: “Na mão do escravo acicatado ferro/ Brilhe, e reflete do africano vulto/ Sorriso delator de d’interno gozo”⁴², mas mesmo assim o núcleo do poema versa sobre o desmatamento provocado pela queima das florestas. Simplesmente o *Ostensor* não faz análises da cultura africana no Brasil, não deixando pistas a partir das quais pudéssemos estabelecer conexões sobre esta ausência. Uma hipótese se apresenta, a nosso ver, porém para a qual não direcionaremos nossa investigação pois extrapola os limites dessa tese, é a de que, sendo a africana uma cultura que não cultivou a escrita, não apareceria à elite intelectual como cultura “civilizada”, portanto não poderia compor o “literário” ou o “artístico” na construção da nação, mesmo já tendo, àquela altura, a arte e a literatura brasileiras produzindo as obras de Gregório de Matos (1633? – 1696) e de Antônio Francisco Lisboa (1730 – 1830), para ficarmos em exemplos mais conhecidos

³⁹ Ob. cit. pp. 1654 e 1655.

⁴⁰ Karl. F. Ph. Von MARTIUS. “Como se deve escrever a História do Brasil” in *Revista de História de América*. Instituto Panamericano de Geografia e História, n. 42, Mexico, D. F., 1956. pp. 44 - 458.

⁴¹ *Ostensor Brasileiro*, p. 19.

hoje. Ou mesmo já tendo ocorrido no Brasil revoltas como a dos Palmares (Alagoas, 1644), a dos Alfaiates (Bahia, 1798) e a dos Malês (Bahia, 1835); todas diretamente ligadas à escravidão no Brasil. Ou ainda tendo a imprensa brasileira anterior ao *Ostensor Brasileiro* de certa forma já iniciado o debate sobre a variedade racial no Brasil.⁴³

Além disso, vale lembrar que no projeto de constituição da nação que prevaleceu ao longo do XIX, ou seja o projeto romântico, o “símbolo do brasileiro” foi o indígena, mesmo que, ironicamente, este último tenha sido, na prática, o grande eliminado da nação brasileira, como veremos adiante.

O primeiro número do *Ostensor Brasileiro* é datado de 1845, prevista a saída semanal, aos sábados:

Este primeiro nº deveria ter saído à luz Sábado p. p.; porém diversas circunstâncias o impediram: continuará nossa publicação regularmente todos os sábados, e prometemos em breve vencer o atraso em que ficamos.⁴⁴

Impresso em oito páginas, além de uma folha não numerada contendo a estampa, o jornal traz geralmente um capítulo de romance, um artigo “de fundo”, uma biografia ou fastos brasileiros, uma poesia.

⁴² Idem, p. 315.

⁴³ A título de exemplo, vejamos o trecho de uma carta publicada no *Correio do Rio de Janeiro*, jornal de João Soares Lisboa, em 28 de agosto de 1823 “Tenho ouvido dizer que é cidadão todo o homem livre nascido no território brasileiro, seus filhos e escravos que alcançaram alforria . Como é, Sr. Redator, que dando-se ao negro e ao pardo escuro, uma insígnia militar e honras correspondentes ao grau que ocupa na Milícia, ou na Igreja, ou nas Letras, se não permite a esse homem estar com sua mulher e filhas num camarote da casa da Ópera, fazendo os discretos liberais e mal-educados os maiores insultos ao infeliz que se quer diverir e instruir-se naquela casa? [...] Igualdade é nome vão?” *apud* Isabel LUSTOSA. *Insultos Impressos*, ob. cit. p.45. Nessa obra a autora analisa, entre outras questões, aspectos de como o jornalismo, entre 1821 e 1823, abordou a variedade racial no Brasil.

⁴⁴ Idem, p.8.

Não há anúncios que viessem a render dividendos ao jornal, que também não traz o preço do exemplar avulso. O *Ostensor* subsiste principalmente sob o sistema de assinaturas:

Os Srs. assinantes poderão dirigir suas reclamações à esta Tipografia, ou a qualquer das casas anunciadas, para receber as assinaturas.

(...) as despesas monstruosas que fizemos, contando com o pequeno contingente de cada um dos nossos leitores (...) ⁴⁵

A numeração subsequente dos exemplares indica a preocupação em posteriormente agrupá-los sob forma de livro. Essa prática fora desenvolvida na Inglaterra, no século XVII, como informa Maria Lucia Pallares-Burke:

Um típico fenômeno da época é a transformação das folhas avulsas dos periódicos em livros. Vendidos inicialmente em edições avulsas (diárias, semanais, quinzenais, mensais, etc.), diretamente ou por subscrição, os periódicos muitas vezes eram disponíveis posteriormente em volumes encadernados, o que indubitavelmente conferia maior durabilidade ao novo gênero. ⁴⁶

Efetivamente, após o exemplar 52, os editores agrupam todos os números num único volume. Naquele número, que aliás seria o último, os editores explicam-se diretamente aos leitores:

Aos Leitores

Termina, com este número, o primeiro volume do jornal literário pictoreal *OSTENSOR BRASILEIRO*, aquele que desde o seu nascimento até hoje tantas e tão lúgubres profecias tem iludido, existindo contra a vontade de muitos e

⁴⁵ *Ostensor Brasileiro*, p. 16 e p. 416.

⁴⁶ Maria Lucia PALLARES-BURKE. *The Spectator, o teatro das luzes – diálogo e imprensa no século XVII*. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 14.

grande admiração de todos, porque em verdade o clima é nocivo a esta espécie de entes, quer adultos, quer nos primeiros passos de mal segura infância.⁴⁷

Deixam claro a influência que tiveram da revista portuguesa *Panorama*:

Quando em 1841 lemos a introdução do 5º volume do *Panorama*, pelo Sr. A. F. de Castilho, fez-nos profunda impressão aquela poética análise do que seja jornal popular.⁴⁸

Expressam a intenção de dar continuidade ao jornal:

(...) o público decidirá pois se o *Ostensor Brasileiro* deve continuar, ou não. (...) As subscrições para o 2º volume continuam a receber-se em casa dos Srs. (...). Resta-nos pois agradecer aos senhores, que nos coadjuvaram, e pedir-lhes que continuem.

(Da Redação)⁴⁹

Continuidade que pretende-se dar com ampliação da linha editorial, incluindo o contexto sul-americano de forma mais intensa nas futuras edições:

(...) pretendemos superar estendendo um pouco mais para o segundo volume o plano de redação, fazendo-o chegar até a literatura, ciências e costumes dos povos da América do Sul (...)⁵⁰

Os editores estão claramente ampliando seu projeto, em suas palavras “o plano de redação”, ao nosso ver com perspectivas para uma inserção na América do Sul pela via cultural, pela “literatura, ciências e costumes”. Essa inserção, aliás, já se iniciara com as publicações de Mármol e Alberdi e, como vimos, na temática de *Os Jesuítas na*

⁴⁷ *Ostensor Brasileiro*, p. 414.

⁴⁸ Idem, *ibidem*.

⁴⁹ *Ostensor Brasileiro*, p. 416.

⁵⁰ Idem, *ibidem*.

América. Todavia, parece não ter tido sucesso o apelo dos editores, pois o jornal não volta a circular.

No processo de elaboração e publicação do *Ostensor*, os editores levaram entre três a quatro anos, de 1841 a 1845, numa longa e arriscada empreitada para colocar o jornal em circulação:

(...) e assim corremos todo o ano de 1841 (...) gastou-se todo o ano de 1842 e parte do de 1843: já o 1º número do *Ostensor* existia em mãos do impressor, quando nos chegou aos ouvidos que uma associação literária empreendera a publicação de um jornal, que pouco mais, pouco menos, seguiria o plano do *Penny Magazine*; (...) e que foi verificado em 1º de Novembro de 1843 com o primeiro número da *Minerva Brasiliense*; nossos desejos estavam preenchidos, e como *ubi est major cessat minimus*, o primeiro número do *Ostensor* voltou a nossas mãos (...).

O primeiro número do *Minerva Brasiliense* desagradou-nos (...) porque mostrava clara e distintamente não preencher a falta em que estávamos de um jornal popular (...). Recomeçamos pois os parados preparativos, e por um exagerado nacionalismo e rancor para com o plano seguido pela *Minerva Brasiliense*, caímos em oposto, se bem que louvável erro, circunscrevendo de tal forma o plano do *Ostensor*, que nos vimos no decurso do ano de sua publicação em apertados lances, e mais que muito crescidos os trabalhos (...).⁵¹

Percebemos a disputa com a *Minerva Brasiliense*, revista em que Carvalho Guimarães inicialmente colaborou e considerada um dos pilares do Romantismo no Brasil. A *Minerva Brasiliense*, lemos em Antonio Cândido, segue o modelo do Romantismo inicial conformista, sem preocupações revolucionárias ou em mudanças estruturais, buscando o decoro e a aceitação pública:

Amparados pelo Instituto Histórico, instalados nas três revistas mencionadas [*Niterói*, *Minerva Brasiliense* e *Guanabara*], deram-lhe

viabilidade, aproximando-a do público e dos figurões, aos quais se articulam em bem montadas *cliques*, nelas escudando a sua obra e a sua pessoa. Era grande a comunidade de interesses entre os brasileiros cultos de toda idade e orientação, voltados para o progresso intelectual como forma de desdobramento da independência. (...) Sobre o terreno comum do nacionalismo, abraçavam-se as boas intenções. (...) Homens de ordem e moderação, medianos na maioria, que viviam paradoxalmente o início da grande aventura romântica e, mesmo no aceso da paixão literária, desejavam manter as conveniências, nunca tirando um olho do Instituto Histórico ou da jovem e circumspecta majestade de D. Pedro, ao qual dedicam os seus livros.⁵²

Não parece ser este o perfil do *Ostensor Brasileiro*. Muito embora publiquem memórias, estampas e biografias de personalidades, a ênfase dada é relacionada às questões literárias e científicas. Tampouco, como vimos, aproximam-se de Pedro II, muito embora publiquem muitos artigos extraídos da *Revista dos Instituto Histórico*, tão cara ao imperador.

Além disso, o *Ostensor* insurge-se contra o *Minerva Brasiliense*, procurando afastar-se da linha editorial e criticando artigos publicados naquele jornal:

Para seguirmos passo a passo o autor do artigo sobre a instrução pública inserto à página 287 da *Minerva* mister é que digamos alguma coisa sobre métodos, ou sistema de ensino, porque se Bentham demonstrou que *o sistema de Lancaster podia estender-se ao ensino dos elementares princípios de todas as ciências. e que não devia restringir-se a aprender a ler, escrever e contar*, se o correspondente da *Minerva* não duvida da praticabilidade do método, nós teremos o atrevimento de provar que nem para o ensino dos primeiros rudimentos ele serve.⁵³

E insiste,

⁵¹ *Ostensor Brasileiro*, p. 415.

⁵² Antonio CANDIDO. *Formação da Literatura Brasileira*. Vol. 2, ob. cit. p. 48.

⁵³ *Ostensor Brasileiro*, p. 65.

Quando nestas nossas reflexões sobre a educação primária bradamos alto, julgamos que alguma voz poderosa se levantasse, deixando-nos, desobrigados e no esquecimento esse pouco, que havemos dito; se foi vã nossa esperança os apóstolos da rotina seguiram sua estrada de rosas, e aqueles que poderiam com suas vozes trazer-los ao caminho espinhoso e direito calaram-se, e dormiram: não seremos nós o insensato que perturbe se sono; dormi vós outros, que só temos em vista deixar por aí este pequeno brado para que a geração futura pondere o que vós poderíeis ter feito, e o que não fizestes: dirá ele mais, do que cem páginas de fecunda história; pois que é um quadro, ainda que resumido e mal esboçado, da cegueira e abandono em que estamos.⁵⁴

Mas o artigo não tem ressonância, pois o *Minerva* não faz referências nem responde aos artigos de Carvalho Guimarães. E aqui apresenta-se-nos uma problemática que só podemos apontar: a escassez de referências ao *Ostensor* seria decorrente da sua pequena “importância”, de sua pouca “circulação” ou seria consequência exatamente da linha editorial adotada? Em não fazendo oposição explícita ao governo, não cativaram um público leitor nesse setor; como não coadunavam com os órgãos governamentais, também não devem ter agradado aos governistas. Assim, é de se supor os percalços enfrentados para manter o jornal ao longo dos cinquenta e duas edições, sem o apoio de correntes partidárias, com dificuldades financeiras e num ambiente em que obter leitores, por si só, não era tarefa fácil.

O *Ostensor* não obteve repercussão⁵⁵ maior nos meios intelectuais da época, mesmo mantendo entre seus colaboradores nomes “de porte”, como Manoel de Araujo Porto Alegre, Joaquim Manoel de Macedo, Varnhagem, Teixeira e Souza, José Mármol,

⁵⁴ Idem ibidem. Essa citação é fragmento da série de cinco artigos sobre Educação Primária, em seguida analisado.

⁵⁵ Encontramos, poucas evidências de como se deu a recepção do *Ostensor* Brasileiro. Nenhuma referência nos jornais cariocas consultados para o período, tampouco na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* para os anos de 1845/46. Todavia, como veremos adiante, localizamos referências ao *Ostensor* na correspondência trocada entre exilados argentinos.

Joaquim Norberto de Sousa e Silva ou ainda que estimulasse trocas entre colaboradores estabelecidos nas províncias:

A redação fará também troca de seu jornal com todos aqueles que se publicarem nas províncias, para o que convida os Srs. redatores a travar comunicação direta, como já o fazem alguns, consentindo poderem extrair qualquer artigo das páginas de seu jornal, fazendo menção de onde o extraem, e se tal lhe for consentido pelos redatores dos jornais recebidos.⁵⁶

Também não teve sucesso entre os leitores, como referem os próprios articulistas:

Porém o povo não lia, era uma ilusão! (...) porém o povo, que lia, o povo que não acudiu a nosso chamamento, o povo por quem nos sacrificamos, esse não veio.⁵⁷

Desse modo, torna-se difícil identificarmos quem eram os leitores do *Ostensor Brasileiro*, dificuldade essa que se estende ao tentarmos apontar quem seriam leitores no Brasil em meados do XIX. Em princípio, a população branca e livre é quem tinha acesso tanto aos livros e demais impressos, quanto aos meios de alfabetização nas incipientes escolas. Excluiu-se assim a imensa maioria da população afro-brasileira, a indígena e a branca pobre, às quais não foi permitido, tampouco viabilizado, contato sistemático com o mundo das letras. Não obtivemos dados oficiais sobre número de alfabetizados no Brasil para a década de 1840. De modo geral, os estudiosos das práticas de leitura, tanto os que pesquisam o chamado período colonial quanto os que pesquisam o Império, concordam sobre a carência de dados oficiais.⁵⁸ Laurence Hallewel informa que no

⁵⁶ *Ostensor Brasileiro* p. 416.

⁵⁷ *Ostensor Brasileiro* p. 416.

⁵⁸ Tanto Rubens Borba de Moraes quanto Sergio Buarque de Holanda, em *Livros e Bibliotecas no Brasil Colônia e Capítulos de Literatura Colonial*, sugerem a dificuldade de obtenção de dados oficiais quanto ao número de leitores ou alfabetizados no Brasil, até meados do XIX. Pesquisas mais

Brasil, entre os anos de 1863 a 1865, havia 8.600 matriculados no nível secundário, de um universo de aproximadamente 9 milhões de habitantes, dos quais 6 milhões livres.⁵⁹ Ainda segundo dados obtidos nesse autor, em 1840 a população do Rio de Janeiro era de aproximadamente 137.000 habitantes, e em 1850 era de aproximadamente 266.000 habitantes, enquanto Buenos Aires tinha 76.000, Lisboa 180.000, Londres tinha mais de 2 milhões e Paris pouco mais de 1 milhão.⁶⁰ Referimos essas cidades porque de Lisboa, Paris e Londres é que vinham a maior parte dos livros que circulavam no Brasil, principalmente os romances; e Buenos Aires, naturalmente dado ao nosso recorte. Assim, mesmo sem dispormos de dados oficiais, identificamos o pequeno número de leitores em relação ao número de habitantes para a década de 40 comparando com a década de 60 do século XIX.

Segundo informações colhidas em Nelson Schapochnik, entre os anos de 1843 a 1856 foram feitas oitenta consultas ao *Ostensor* pelos leitores na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.⁶¹ Mesmo não explicitando os anos específicos em que essas consultas se deram, o número de leitores é inexpressivo. A dificuldade em estabelecer quem e quantos eram os leitores no Brasil é ponto comum entre os pesquisadores dessa

recentes, como as publicadas na *Acervo – revista do Arquivo Nacional* ou ainda em *Leitura, História e História da Leitura*, chegam a resultados aproximados, através da avaliação de diversas fontes como atividades ligadas ao comércio e divulgação de livros, assinantes de jornais, formação de bibliotecas públicas e particulares, gabinetes de leitura, etc.

⁵⁹ Laurence HALLEWELL *O livro no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1985. p. 176. O autor não obteve dados para o nível superior para essa década, tampouco para décadas anteriores; também não obteve, nos dados colhidos, análises do tipo origem étnica, classe social, opção religiosa, sexo. Até meados do século XIX, sabemos apenas que “era freqüente” os filhos das elites educarem-se na Europa, porém não há estatísticas oficiais.

⁶⁰ Idem. pp. 52 - 53.

⁶¹ Nesse período, o *Minerva Brasiliense* teve 204 leitores; já o *Jornal do Commercio* teve 1978 consultas. Cf. Nelson SCHAPOCHNIK. “Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial” in Márcia ABREU (org.) *Leitura. história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras/ FAPESP, 1999. pp. 273 – 311.

temática.⁶² Quando dissemos anteriormente que os leitores no Brasil “em princípio” eram compostos pela população livre, em sua maioria branca, é porque certamente existiam os “leitores-ouvintes”, não necessariamente livres ou brancos, constituindo a seu modo uma comunidade de letrados, no sentido proposto por Roger Chartier. Senão vejamos. A leitura oral era prática bastante comum entre os leitores no século XIX. Em voz alta eram lidos jornais, poesias, romances, de modo que, mesmo pessoas não alfabetizadas, em diversas situações, poderiam ouvir essas leituras dessa maneira tendo acesso à cultura letrada através da oralidade. Tal possibilidade apresentava-se, por exemplo, aos escravos, indígenas, e às pessoas de classes mais pobres, como no caso dos soldados, apontado por Lucia Maria Bastos P. Neves:

Os indivíduos pertencentes à essas camadas, que se situavam nas fimbrias da elite, constituíam um público *virtual*, uma vez que, numa sociedade ainda regida pela oralidade, tomavam conhecimento das novidades ouvindo as leituras e participando das conversas e discussões sobre os acontecimentos políticos que ocorriam nos lugares públicos.⁶³

Outra situação de leitor-ouvinte pode ser observada pela prática da leitura de romances em voz, muitas vezes acompanhada por serviçais. Esta prática é referida em alguns romances, como por exemplo em *D. Narcisa de Villar*, de Ana Luisa de Azevedo Castro.⁶⁴ Em determinado momento a narradora quer ouvir a lenda da Ilha do Mel e pressiona Micaela, a contá-la usando um precioso argumento:

⁶² Veja-se por exemplo os ensaios publicados em Marcia ABREU. *Leitura. História e História da Leitura*, ob. cit.; veja-se também *Acervo – Revista do Arquivo Nacional – Leituras e Leitores*, v. 8, n.1/2, Rio e Janeiro, 1995. Em ambas as publicações, com cerca de vinte trabalhos sobre o período colonial e imperial, ainda que as investigações avancem fica evidente a dificuldade em precisar quem era o público leitor.

⁶³ Lucia Maria Bastos P. NEVES. ob. cit. p. 132.

⁶⁴ A autora escreve o romance por volta de 1839, aos 16 anos, mas este só vem a público sob forma de folhetim entre 13 de abril a 6 de julho de 1868; no ano seguinte foi publicado sob forma de livro por

_ Está bem, mãe Micaela, como você se recusa aos meus desejos, voltar-me-ei à tia Simoa, e ela me fará a vontade; além disso, não hei de ensinar as bem-aventuranças, nem lhe hei de ler amanhã a história da princesa Magalona. (...)

A boa mãe Micaela, temendo-se talvez das minhas ameaças, não quis incorrer na pena de privar-se do que era para ela um grande prazer, ouvir a leitura desses livros (...)⁶⁵

No romance, a mãe Micaela é uma indígena, empregada como misto de aia ou doméstica da narradora, que mesmo não sendo alfabetizada é uma “leitora-ouvinte” com grande prazer em ouvir as aventuras de *A princesa Magalona*, obra de certa popularidade segundo Oswaldo Rodrigues Cabral.⁶⁶ Outra personagem, o jovem Leonardo, também indígena e o bem amado da heroína, Narcisa de Villar, tem contato com a leitura: “Nove horas acabavam de soar; a noite estava escura e úmida; a donzela estava ao pé de Leonardo, e fazia-lhe uma leitura dos romances de cavalaria.”⁶⁷

Retornando ao *Ostensor*, ainda que constatando a ausência de leitores, ou talvez exatamente dada a essa ausência, os articulistas insistem, em vários números, sobre a necessidade de investimentos públicos em educação. Em uma série de cinco artigos intitulada “Sobre a Educação Primária”⁶⁸, Carvalho Guimarães discute o quão impreterível se fazia investir em educação para a civilização do Brasil. Inicia seus artigos já polemizando:

Nossas idéias sobre educação primária no Brasil, insertas já em dois jornais literários desta Corte, sofreram tais modificações da redação desses jornais que

Paula de Brito, no Rio de Janeiro. Cf. Zahidé MUZART, “Uma precursora: Ana Luísa de Azevedo e Castro” in Ana Luísa de Azevedo e CASTRO. *D. Narcisa de Villar*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1997.

⁶⁵ Ana Luíza de Azevedo e CASTRO. *D. Narcisa de Villar*. ob. cit. p. 21.

⁶⁶ In *Nossa Senhora do Desterro – Memória*. V. 2.- Florianópolis: Lunardelli, 1979. p.116.

⁶⁷ In *D. Narcisa de Villar*. ob. cit. 61.

nos vemos na necessidade de as reimprimir hoje nesse nosso filho sem pretensões e soberba, sem atenções particulares em prejuízo das artes e ciências; nosso dizer livre desagrada a muitos, e como hoje não temos a necessidade de curvar a cabeça, aqui verão Vs. Ms. nossos pensamentos, aqui os deixamos à crítica dos que sabem, dos que sabem!”⁶⁹

Uma educação para todas as classes:

Seria uma impertinência o pretender-se demonstrar hoje que a educação acomodada a todas as classes da sociedade é uma necessidade absoluta; (...) porém, se ela é uma necessidade absoluta, qual a razão porque vemos entre nós em completo abandono a das classes inferiores, ao mesmo passo que se multiplicam os meios de educar mal as classes elevadas da sociedade? Qual a origem de cegueira tão completa ou de abandono tão degradante para aqueles que deviam olhar por objeto de tanta magnitude? (...) em um segundo artigo provaremos com evidência que a educação da maneira que se ministra hoje entre nós é sem proveito real.(...) e nós não temos um sistema de educação.⁷⁰

Essas palavras não encontram eco nas políticas oficiais posto que, ao longo de quarenta anos como Imperador do Brasil, Pedro II pouco fez para que o ensino público se desenvolvesse entre todas as classes sociais. Basta analisarmos os números colhidos por Hallewell, para o ano de 1869 (embora inicie sua tabela a partir de 1600, Hallewell só obteve dados sobre matrícula escolar a partir de 1869), para um total de aproximadamente nove milhões de habitantes, apenas cento e quinze mil tem matrículas no curso primário, para entre oito a nove mil matrículas nos cursos secundário e universitário.⁷¹

⁶⁸ Respectivamente nos números 5, 6, 8, 9 e 15.

⁶⁹ *Ostensor Brasileiro*, p. 33.

⁷⁰ Idem ibidem

⁷¹ Cf. Laurence HALLEWELL. *O livro no Brasil*. ob. cit. p. 176. Com relação ao Ensino Superior, vale destacar que apenas em 1827 são criados cursos jurídicos em Olinda e São Paulo, que serão transformados em Faculdades de Direito em 1854; em 1832, criam-se as faculdades de Medicina na Baía e no Rio de Janeiro; em 1874 cria-se a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e em 1875 a Escola de Minas de Ouro Preto. Somente em fins do século XIX aparece um número maior de escolas

Seguindo a linha proposta pelo jornal, Carvalho Guimarães destaca a necessidade de se criar sistemas peculiares para a educação no Brasil: “Não se acredite que um método vantajoso na Europa deve sê-lo por força no Brasil, e que um sistema de educação pode ser traduzido!” embora entenda que os métodos de ensino europeus possam ser aproveitados, “que se conheçam todos [métodos de ensino], e que todos se empreguem se mister for”; defende sistemas educacionais próprios ao Brasil: “as teorias européias, que sem grande alteração não podem ser praticadas na América, no Brasil.” E acrescenta:

Quando falamos em unidade de educação, não creia alguém que é nossa intenção povoar o Brasil de sábios, ou que queremos sopesar os gênios; a individualidade é uma consequência necessária, há de manifestar-se sempre: só queremos que todas as classes recebam uma educação primária, para que o general e o soldado, o supremo magistrado e o simples oficial de polícia, o rico e o pobre, sintam, pensem e obrem, a certos respeitos, uniforme.⁷²

Nestes artigos, além de suas teorias sobre educação, podemos inferir parte das leituras de Carvalho Guimarães⁷³ que se completam nas epígrafes e referências que faz em seus romances.

superiores. Percebemos que os investimentos em Educação, desde a primária até a superior, foram inexpressivos no contexto político do século XIX. Cf. Maria Ligia Coelho PRADO. “Universidade, Estado e Igreja na América Latina” in *América Latina no século XIX – Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: EdUSP/EdUSC, 1999.

⁷² *Ostensor Brasileiro*, p. 42.

⁷³ Se com 18 anos Carvalho Guimarães já estava no Brasil, podemos supor que boa parte de suas leituras foram feitas aqui; apenas nesta série de artigos sobre educação, ele cita e em alguns casos critica: Cousin, M. Prosper Dumont, Silva Leal, Kant, Spurzheim, Mme Necker de Saussure, M. Matter, Padre Vieira, Jeremias Bentham, Brougham (critica), Sauyan, Prevost, Herrenschwan, Laromiguiere, Plinio, Helvécio Também cita as seguintes obras: *Allgemeine Dient-instruction fur die Landschulleherer (Instrução geral para regular os deveres dos professores do campo)*.; *De l'instruction publique dans quelques pays de l'Allemagne, et particulièrement en Prusse*, par M.V. Cousin; *De l'éducation populaire et des écoles normales primaires considérés dans leurs rapports avec la philosophie du christianisme*, par M. Prosper Dumont.; *Nouveau manuel des écoles primaires moyennes et normales etc*, par un membre de l'université, et revue par M. Matter (Paris, 1836); *Essai sur les principes élémentaires de l'éducation*, par G. Spurzheim (Paris, 1822).; *História do futuro*, Pe. Vieira. *Quelques régles générales de l'art d'enseigner – Ensaio de Filosofia ou estudo do*

O *Ostensor* publica ainda uma série de curtos, variados e interessantes temas, como um alerta para os cuidados com os manuscritos da Biblioteca Pública⁷⁴, um ensaio de uma crítica bibliográfica⁷⁵, procedimentos que se devem adotar durante os bailes⁷⁶, sobre crianças expostas⁷⁷, e ainda o povoamento da América antes dos europeus⁷⁸.

Considerando a temática indígena, bastante trabalhada pelo jornal, nos parece que o indígena apresentado no *Ostensor Brasileiro* é “real” e não uma caricatura, nem sublimado, mitificado, ao modo como o Romantismo irá travestir o indígena brasileiro, moldado pelo Iluminismo europeu. Em longa matéria sobre os apiacá⁷⁹, a visão desta nação indígena transmitida pelos articulistas do jornal reveste-se de um tratamento “real” na medida em que tais matérias revelam seus costumes, sua organização social, sua língua. Publicam, por exemplo, um interessante glossário com cento e dez palavras dos Apiacá,⁸⁰ e seu respectivo significado em português, inclusive algumas palavras vindas já a partir do contato com os europeus, como “machado”, em apiacá “ié”, ou “pólvora”, “mucáu cuy”. Vejamos um curto texto, publicado no *Ostensor* sob título “Resposta do índio Ouaiassu ao francês Carlos de Veaux”; na resposta dada aos franceses que queriam seduzir os Tupinambá para dispô-los contra os portugueses, Ouaiassu faz a seguinte reflexão, “digna das páginas da história” como acentua o jornal:

- Eu vi a primeira entrada dos Portugueses em Pernambuco: eles principiaram como vós outros, não tratando senão de comerciar conosco. Davam-nos foices,

espírito humano, Prevost. *De l'economie politique et morale de l'espece humaine* par Herrenschwand (Londres, 1796).

⁷⁴ *Ostensor Brasileiro*, p. 74.

⁷⁵ *Idem*, p. 207.

⁷⁶ *Idem*, p. 295 e p. 308.

⁷⁷ *Idem*, p.304.

⁷⁸ *Idem*, p. 130.

⁷⁹ Memória sobre os usos, costumes e linguagem dos Apiacás, e descobrimento de novas minas na província de Mato Grosso, *Ostensor Basileiro*, r_l 30 e r_l 32, oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico pelo cônego José da Silva Guimaraens.

⁸⁰ *Ostensor Brasileiro*, p. 238.

facas, machados, e outras mercadorias da Europa, e todos os estabelecimentos por eles formados não nos causava temor. Tomaram o pretexto da sua segurança, e disseram-nos que era-lhes preciso construir Fortalezas para se aguardarem, e edificar Cidades, a fim de se unirem conosco em uma só família. Durante este tempo tratavam diretamente com nossas filhas, o que nós reputávamos grande honra. Depois deram-nos a entender que Deus reprovava o casarem-se com elas, se não abraçássemos o Cristianismo, e que para o conseguir deveríamos dirigir-nos aos Sacerdotes. Vieram estes, arvoraram Cruzes, instruíram alguns de nós, e os batizaram. Tentaram depois persuadir-nos que lhes eram indispensáveis escravos, tanto para cultivarem a terra, como para o trabalho das Cidades, e não contentes de reduzirem à escravidão os prisioneiros de guerra, quiseram além disso nossos filhos, e finalmente concluíram subjugando a nossa Nação com tanta tirania, que a maior parte daqueles dos nossos, que ficaram em plena liberdade, foram obrigados a fugirem da Pátria, para se subtraírem à escravidão! Vós, ó Europeus, sois todos o mesmo!⁸¹

O texto não traz datas, citando como fonte de onde foi feita a transcrição um “Manuscrito histórico da Província de Pernambuco”. Destaque-se que a fala não é de um selvagem rebelde, tampouco um submisso servil, paradigmas do índio romantizado; antes é um crítico que inclusive historiciza o processo de dominação do europeu sobre o nativo. O *Ostensor* também não “unifica” as nações indígenas estabelecendo uma mesma identidade para o índio brasileiro, tal como o fizeram entre outros José de Alencar ou Gonçalves de Magalhães. Estes autores ao elegerem os Tupi-Guarani como modelo e relegaram as demais nações. Ao contrário, o *Ostensor* publica estudos sobre os Guaicuru e Guaná⁸², sobre os Puri, Xamicoco, Guarani, pouco referidas pelos escritores e poetas de então.

⁸¹ *Ostensor Brasileiro*, p. 176.

⁸² “Parecer sobre o Aldeamento dos índios Uicurus e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes”, por Ricardo Franco de Almeida Serra in *Ostensor Brasileiro*, números 34 e 35.

Para Manuela Carneiro Cunha, durante o século XIX, na realidade “a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão de obra [como fora desde 1500] para se tornar uma questão de terra”; de modo que, no plano de leis que incluíssem os índios de fins do século XVIII até meados do XIX, a classificação era entre índios “bravos”, os quais deveriam ser exterminados e índios “domésticos ou mansos”, que deveriam ser civilizados sob o “suave jugo das leis.”⁸³ Na literatura e na pintura romântica do XIX, prevaleceu o índio “manso e domesticado”. Na literatura, basta lembrarmos o papel de Peri no clássico *O Guarani*, de José de Alencar, ou, para referirmos uma personagem menos conhecida, o quanto de servil tem o apaixonado Leonardo por Narcisa, em *D. Narcisa de Villar*.

Ainda conforme Manuela Carneiro da Cunha, além dessa classificação “prática e administrativa”, duas categorias de índios se destacavam por outros critérios:

Há, primeiro, os Tupi e os Guarani, já então virtualmente ou extintos ou supostamente assimilados, que figuram por excelência na auto-imagem que o Brasil faz de si mesmo. É o índio que aparece como emblema da nova nação em todos os monumentos, alegorias e caricaturas. É o caboclo da Bahia, é o índio do Romantismo brasileiro. É o índio bom, convenientemente, é o índio morto.

A segunda categoria é genericamente chamada Botocudo. Esse não só é um índio vivo, mas é aquele contra quem se guerreia por excelência nas primeiras décadas do século: sua reputação é de indomável ferocidade. Coincidência ou não, os Botocudo são Tapuia, contraponto e inimigos dos Tupi na história do início da Colônia e sobretudo na literatura indianista: Peri, um Guarani, salva Ceci e seu pai do ataque dos Tapuia [sic].⁸⁴

⁸³ Manuela Carneiro da CUNHA, “Política indigenista no século XIX” in Manuela Carneiro da CUNHA, (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP/SMC, 1998. pp 133 – 154.

⁸⁴ Idem, p. 136.

Coincidência ou não, a estampa que o *Ostensor* reproduz é a de um Botocudo e de um Puri, não exatamente a “soberba e sublime” imagem do índio divulgado pelo ideário romântico. Por outro lado, o índio do *Ostensor* dá “lições de humanidade”:

Os primitivos filhos da América, chamados por nós outros selvagens, palavra que traz consigo a idéia de ferocidade, de ignorância, deram muitas vezes lições de humanidades a esses que os chamam bárbaros; e se não fizeram corar as juntas que discutiam como coisa duvidosa se eles seriam homens, é porque a ignorância e a ferocidade competia, e era partilha menos do filho das floresta da América, que dos homens civilizados das nossas Eras, cruenta e estúpida Europa”⁸⁵

No mesmo número em que prosseguem a publicação sobre os Apiacá, os editores iniciam uma série de cinco artigos cujo tema é nada menos do que a mulher. Traduzido da *Revue Britannique* por M., o artigo “Da independência política e social das mulheres, nos tempos antigos e modernos; de sua educação, e de algumas obras mais recentes a este respeito, escritas por mulheres”⁸⁶ faz uma retrospectiva do papel feminino na cultura ocidental, desde Homero, que retrata as mulheres “como belas, delicadas e enérgicas, mas como inteiramente escravizadas às vontades e caprichos do homem”; em Aristófanes que retrata as diferenças entre as matronas e as hetairas reveladas também em Demóstenes: “Nossas mulheres servem-nos para ter formosas crianças que são nossas, e para guardar fidelidade em nossas casas; porém as prostitutas são essenciais para nossos prazeres”; em Lacedomônio que “passava sua mulher ao seu vizinho, que a transmitia a um outro, sem escrúpulo nem cerimônia”. O artigo louva o cristianismo que “faz reaparecer em sua verdadeira esfera as delicadas virtudes da mulher”, e execra os costume orientais e dos muçulmanos que admitem a poligamia, bem como os chineses

⁸⁵ *Ostensor Brasileiro*, p. 40.

com sua prática de matar bebês do sexo feminino. Após essa “revisão clássica”, o artigo refere a mulher na literatura européia, entre outras a Julieta de Shakespeare, a Berenice de Racine, a Emília de Corneille, e retoma os franceses numa crítica à “luxúria feminina” da Revolução Francesa, chegando a mulher do século XIX com a Inglaterra de Madame de Stael, Wolstonecraft/George Sand, a Itália de Anna Pepoli e a Alemanha de Bettina von Armin. O artigo refere títulos publicados por mulheres⁸⁷ e expressa a seguinte opinião sobre as escritoras:

A mulher que em Itália se faz autora, passa dentro em pouco por um terceiro sexo separado dos outros dois, e mesmo é considerada como uma espécie de hermafrodita moral.⁸⁸

Mais condescendente na análise da mulher nos Estados Unidos, o artigo descreve uma série de comportamentos da jovem norte-americana de então, desde a educação, o trabalho, sua independência em escolher namorados e marido, destaca várias escritoras norte-americanas, o artigo apresenta-a como “uma das variedades da mulher emancipada, da mulher livre, porém emancipação que é produto do caráter nacional, do temperamento, dos usos e dos costumes”.⁸⁹ Finalmente o artigo questiona se na Inglaterra, governada por uma rainha, “podem as mulheres inglesas aspirar à liberdade americana, sem passar pela fase republicana” e aí passa ao tema da mulher e a política. O artigo é também recheado de moralismo e atribui à mulher seu dever de mãe, cristã, dona de casa. Deliberadamente destacamos passagens que não acentuem tais atributos, querendo com isso propor que

⁸⁶ Idem, números 32, 33, 34, 35 e 36.

⁸⁷ Cita e analisa brevemente: *A mulher considerada em seu caráter social e doméstico* e *A mulher na sua perfeição* de Miss Sanford; *As mulheres em Inglaterra, seus deveres sociais e sua vida doméstica*, de Miss Ellis; *A missão da mulher*, não refere a autora; *A educação das mães de família*, de M. Aimé Martin; *A mulher e seu Senhor*, de lady Morgan; *Dos direitos e deveres da mulher considerados relativamente à sua influência na sociedade, e sobre a sua própria existência*, assinado por “uma Senhora”.

⁸⁸ *Ostensor Brasileiro*, p. 266.

poderia ter sido uma “estratégia” dos editores para poder lançar em discussão temáticas relativas à mulher, ainda que num artigo de fundo moralista. Ou talvez, mais simplesmente mas igualmente possível, tenha sido este o único artigo encontrado pelos articulistas que contemplasse as questões sobre a mulher de uma forma erudita. De toda maneira, a intenção dos articulistas, parece-nos, é apresentar através de um panorama geral principalmente da mulher na cultura ocidental, a oportunidade de discutir o local.

A mulher “brasileira” é abordada pelo *Ostensor* já em seu segundo número, na coluna denominada “Fastos Brasileiros”, que louva as bravuras de Maria de Sousa “mulher pobre e natural de Pernambuco”⁹⁰ por ocasião das invasões holandesas no nordeste brasileiro. Na série de biografias, duas são dedicadas a mulheres que também envolvem-se em atividades guerreiras. A primeira, Maria Rosa de Siqueira, durante uma viagem a Portugal, em 1714, o navio é atacado por corsários argelinos; veste trajes masculinos, empunha arma de fogo e participa ativamente do combate, do qual saem vitoriosos. A segunda mulher biografada foi Maria Ursula de Abreu Lencastre:

(...) nasceu no Rio de Janeiro nos últimos anos do XVII século, dotada de índole extremamente belicosa, de coração varonil (...) contava apenas 18 anos de idade, quando ardendo no desejo de assinalar-se nos campos de guerra, abandonou a casa paterna (...) e embarcou-se para Lisboa, onde, no dia 1 de setembro de 1700, assentando praça de soldado sob o nome de Baltazar do Couto Cardoso, passou ao estado da Índia.⁹¹

Evidentemente, publicar estas notas significava, numa leitura atual, tão somente “igualar” a mulher ao homem pois louvam-se os comportamentos masculinos assumidos

⁸⁹ Evidentemente, o autor está tratando de uma certa elite branca.

⁹⁰ *Ostensor Brasileiro*, p. 16. Ainda com relação à questão da mulher, o *Ostensor* publica um curto texto assinado por uma mulher, Luiza Brachmann, com título “Colombo”, abordando a noite que precedeu à chegada do navio de Colombo às novas terras, noite em que os marinheiros amotinados ameaçam executar o ilustre navegador. *Ostensor Brasileiro*, p. 195

pelas mulheres; de resto, em outros momentos o jornal defende a mulher mãe, dócil, esposa, exatamente no espírito do que o século XIX definia como atributos femininos. Naturalmente, a mulher é louvada em vários poemas publicados pelo jornal, com poesias de Joaquim Manoel de Macedo, Teixeira e Sousa, J. A. Lemos de Magalhães, Castro Lopes tecem loas às respectivas amadas. Aliás, considerando as poesias publicadas no *Ostensor*, percebemos que algumas são “texto” das estampas como que procurando estabelecer um elo entre poesia e imagem, por exemplo em “A destruição das florestas – Brasileira em três cantos: Derrubada, Canto I, Queimada, Canto II, e Meditação Canto III” de Araújo Porto Alegre cujo fragmento “A Queimada”, vem no mesmo número do jornal em aparece a estampa “A Queimada” (FIG. 2).

É interessante a continuidade que os editores estabelecem entre prosa, poesia e imagem. De início, entrelaçam pintura e poesia:

E estudais vós os quadros da natureza como mesmo interesse, com a mesma atenção que o poeta, que o pintor, isto é, os homens copistas da natureza? (...) Sim, o poeta, e o pintor! Que o pincel do pintor vale tanto quando descreve as cenas, como a pena do poeta que as pinta.⁹²

⁹¹ Após 14 anos de proezas e combates, Maria Ursula pediu baixa e casou-se, permanecendo na ilha de Goa até sua morte. Cf. *Ostensor Brasileiro* p.386 a 388

⁹² *Ostensor Brasileiro*, p. 89.



Fig 2 - A Queimada.

Os editores também mesclam prosa, poesia e pintura, como na estampa “Botafogo”, acompanhada do texto “Rio de Janeiro - Bota-fogo”, onde prosa e fragmentos de poesia explicam a origem do nome da praia de Botafogo:

Chamou-se primeiro de Francisco Velho, nome do colono que aí tinha sua vivenda, e depois mudou para praia de Bota-fogo, que igualmente era um nome de família talvez de algum outro sesmeiro, ou de herdeiro do mesmo Francisco Velho, ou quem sabe se dele mesmo, que poderia ter mais esse nome.

Mas a história como é seca e fria para a imaginação!! E quem sabe mesmo se não foste tu, - Pão de Açúcar -, que lhe destes esse nome tão feio?! Ouçamos a poesia também;

(...)

E o Pão de Açúcar, como mais ligeiro,
Na foz caiu do Rio de Janeiro.

Seu cume excelso sempre fumegante
 Aparece por vezes inflamado:
 Raios trisulcos lança-lhe o Tonante,
 Netuno o tem bramindo rodeado
 E, ou por jazer debaixo algum gigante,
 Qu'inda chamas vomita exasperado,
 Ou dos relâmpagos pelo assíduo jogo,
 Chama-se a curva praia – *Bota-fogo*.⁹³

Nos últimos números, o *Ostensor* torna-se quase exclusivamente literário, publicando apenas poesia e romance. A partir do número 49, inicia-se a publicação de *Macbeth*, numa “versão” de J. F. Ducis Para manter coerência com sua linha editorial, os editores assim justificam a tradução:

Sendo incontestável o merecimento literário de uma boa tradução, sobretudo quando feita ela em versos, torna-se parte da literatura para cuja língua é traduzida; esperamos não desagradar a nossos leitores principiando hoje a dar-lhes a tradução da tragédia *Macbeth*, de Ducis, pelo Sr. José Amaro de Lemos Magalhães.

E ensaiam uma crítica teatral sobre desempenho de atores que atuaram na peça:

(...) com a representação em Niterói: o ator João Caetano mui longe esteve do verdadeiro caráter de Macbeth; as suas posições eram fracas e sem aquele apurado estudo que sempre apresenta nas suas belas representações. Porém o devido merecimento do bom desempenho devemos tão somente à atriz Estela, que nesse tempo apesar de bastante doente desenvolveu o caráter de Lady

⁹³ *Ostensor Brasileiro*, pp. 381-382. O texto em prosa não vem assinado, mas esclarece em nota de rodapé que o poema, *A Estolaida*, é de João Pereira da Silva.

Macbeth com os maiores aplausos, e digamos em seu elogio que foi a única que salvou a tragédia do fatal destino da pateada.⁹⁴

Nos últimos números, os editores reservam boa parte do jornal apenas à tradução de *Macbeth*. Para além de considerarem importância de tal tradução para conhecimento do público brasileiro, é possível que os editores tenham tido problemas em encontrar colaboradores e mesmo em dar continuidade ao jornal. O número 51, o antepenúltimo, é exclusivamente literário, com poesia e romance: além da tradução de um longo trecho de *Macbeth*, a tradução de um poema de Byron, dois poemas de autores brasileiros – Osas/Itaboraiense e J. A. de Lemos Magalhães e o capítulo I da parte dois de *Os Jesuítas na América*. O próprio Carvalho Guimarães interrompe a publicação sistemática de seu romance *Os Jesuítas na América*. Se considerarmos a regularidade de publicação dos romances anteriores, conforme o exposto na Tabela I, perceberemos que houve intervalos irregulares e relativamente longos entre a publicação dos capítulos d'*Os Jesuítas na América*.

Tal irregularidade pode ser um indicador de dificuldades que Carvalho Guimarães estivesse enfrentando. Observamos que os capítulos I a VII foram publicados nos números 28 a 36; o capítulo VIII foi publicado no número 43, portanto com um intervalo de 6 números; o capítulo I da parte dois foi publicado no número 51, com um intervalo de 7 números do jornal.

Uma visão que transparece permanentemente linha editorial do *Ostensor*, é a do projeto civilizatório que os editores se atribuem, seu interesse em mostrar ao mundo um Brasil “civilizado” através dos teatros, monumentos, cidades organizadas, edifícios:

⁹⁴ *Ostensor Brasileiro*, pp. 388 – 389.

O Jornal literário pictoreal *Ostensor Brasileiro* conheceu verdadeiramente a necessidade, em que estávamos de mostrar ao mundo, que esta boa e hospitaleira terra de Santa Cruz vai um pouco mais adiantada em civilização, do que por especial mercê apregoam pela velha Europa *viajantes ilustres e fidedignos* em suas narrações maravilhosas; *escritores de fama*, que entre mil absurdos deixam escapar por descuido alguma coisa que tem semelhança com a verdade: era tempo de aliviar quantos Brasileiros viajam de tão nojentas perguntas, como as que se lhes fazem respeito dos *selvagens, cascáveis e jaguáras* que nos atormentam, aqui nesta nossa silvícola Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro; o interesse é nosso, tenhamos pois o trabalho.⁹⁵

JERÓNIMO B. BEZERRA			A GUERRA DOS EMBOABAS			A CRUZ DE PEDRA			OS JESUÍTAS NA AMÉRICA		
N	PP	C	N	PP	C	N	PP	C	N	PP	C
1	5 - 8	I	12	93—96	I	21	163-168	I	28	223-224	I
2	13- 16	II	13	101-104	II	22	173-176	II	29	229-231	II E III
3	22 - 24	III	14	109-112	III	23	181-186	III	30	239-240	IV
4	30 - 32	IV	15	117-120	IV	25	196-201	IV	32	254-256	V
5	36 - 40	V	16	125-128	V	27	212-216	V	35	278-280	VI
6	45 - 48	VI	17	134-136	VI				36	286-288	VII
7	52 - 56	VII	18	141-145	VII				43	343-344	VII
8	60 - 64	VIII	19	151-152	VIII				51	407-408	I
9	67 - 72	IX	20	157-160	VIII						
10	76 - 80	X									
11	84 - 88	XI									

TABELA I - Romances publicados no *Ostensor Brasileiro*.

Legenda: N- número do jornal; PP- páginas do jornal; C - capítulo do romance.

⁹⁵ *Ostensor Brasileiro*, p. 58.

Os editores não se contentam com a visão dos estrangeiros. Assim, propõem-se a mostrar o Brasil através de seus monumentos arquitetônicos, igrejas, palácios, teatros, praças, tão “civilizados” quanto a “velha Europa”. Já no primeiro número, percebe-se a preocupação em marcar posição com um modelo próprio, americano, de civilização:

Se a Europa nos vence na perfeição de suas obras; e ela é com justa razão o modelo do mundo, assim como é o termômetro da civilização e da política; (...) a América a outros respeitois lhe é independente, e merece ser estudada.⁹⁶

O artigo vem assinado por J. A. Cordeiro, um dos mais freqüentes colaboradores do jornal. Seus artigos, cerca de dez, alguns longos chegando a ocupar dois números do jornal, geralmente versam sobre monumentos e vêm acompanhados de estampas, sempre resgatando a memória histórica neles expressa:

(...) amigo leitor, pouco e pouco vos iremos levando aos lugares onde a mão do construtor os ergueu, segundo os preceitos de sua arte e a influência da época; faremos que noteis as belezas arquitetônicas de modo que percebaís, e as estampas que juntarmos suprirão o que embalde buscarmos descrever.⁹⁷

Ou ainda:

Uma praça para ser bela depende não só de sua posição (...) como também dos edificios que a limitam (...) segundo o gosto da época (...) despertam nossa atenção e nos induzem ao estudo de sua história; e é quase sempre delas que colhemos idéias preciosas sobre o passado (...) testemunho de gosto artistico de nossos antepassados, e indicadores de sua civilização.⁹⁸

⁹⁶ *Ostensor Brasileiro*, p. 2.

⁹⁷ *Ostensor Brasileiro*, p. 2

⁹⁸ *Ostensor Brasileiro*, p. 105.

Fica evidente o empenho do autor em resgatar a memória histórica através de monumentos bem como o compromisso em revelar o histórico pela via do pictoreal, como veremos a seguir.

3. O pictoreal na construção do nacional

Corroborando o exposto no título, o *Ostensor Brasileiro* publica uma série de cinquenta estampas, o que aliás não causa impacto maior, posto que outros jornais também publicavam estampas. O que caracteriza o *Ostensor* é que suas estampas tratam exclusivamente de “objetos relativos ou pertencentes ao Brasil”: estampas da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, de “rochedos do Amazonas”, paisagens do Piauí, vistas Mariana, do Rio de Janeiro; retratos de políticos, de indígenas e de padres; gravuras de praças, monumentos, teatros e igrejas. O *Ostensor* “mostra” um Brasil pictórico. Essa singularidade se configurava, todavia, como um problema para os editores pois eles tinham que providenciar estampas feitas no país. A obtenção das estampas constituiu-se em preocupação intermitente, como podemos inferir desde a “Introdução”, no exemplar nº 1:

(...) falar os olhos e ouvidos juntamente, Segunda e mui grave dificuldade, porque não havendo em nosso jornal lugar para traduções de artigos, que não tenham imediata relação com o Brasil, não podemos utilizar gravuras feitas em França ou Inglaterra, e grandioso dispêndio, e trabalho insano nos custará o empenho.⁹⁹

Até o último exemplar, onde exprimem:

⁹⁹ *Ostensor Brasileiro*, p. 1.

(...) nos faz hoje, para que seja possível continuar a empresa começada, reduzir a menos de uma quarta parte o número de estampas, oferecendo uma a cada mês
 (...) A diminuição nas estampas, consequência do pequeno número de assinantes
 (...) trará um benefício na regularidade e entrega da folha.¹⁰⁰

Percebe-se que algumas vezes os artigos eram publicados em função da estampa obtida:

(* As duas estampas dos dois últimos números, ainda que prontas, não puderam sair neles por incompletas as notícias obtidas sobre elas; da-las-emos no 2º volume.¹⁰¹

Cada estampa é publicada associada a um texto com o respectivo tema; quando não conseguem publicar a estampa, os articulistas justificam aos leitores:

AOS SENHORES ASSINANTES

Não estando pronta a estampa deste número, da-la-emos em um próximo número.

(Da Redação.)¹⁰²

O jornal não refere a autoria das estampas, mas em algumas é possível identificar a Litografia de Heaton e Rensburg ou a Litografia de Ludwig e Briggs, ambas no Rio de Janeiro e que publicaram muitos trabalhos pela Typographia Laemmert.¹⁰³ É importante destacarmos a singularidade do *Ostensor* ao publicar estampas com temas exclusivamente brasileiros, se comparamos, por exemplo, com o *Museu Universal* que

¹⁰⁰ *Ostensor Brasileiro*, p. 416.

¹⁰¹ *Ostensor Brasileiro*, p. 414.

¹⁰² *Ostensor Brasileiro*, p. 328.

¹⁰³ Segundo Hallewell, o uso da litografia no Brasil começa a generalizar-se por volta de 1820; a mais importante, em meados do século XIX, era a firma de Ludwig e Briggs, que existiu de 1843 a 1877. A litografia Heaton & Rensburg foi fundada em 1840, da sociedade de um inglês Georg Mathia Heaton e um holandês, Eduard Rensburg; embora tivesse ilustrado obras como *O Brasil Pitoresco*, de Victor

as publicou realmente variadíssimas e interessantes. No plano das artes e literatura, o *Museu Universal* publicou estampas, com seus respectivos textos, de Cervantes, Goethe, M. Stäel, Van Dyck, Rembrandt, Hogarth entre muitos outros. Publicou estampas com paisagens e tipos humanos de várias cidades européias, chinesas, chilenas, turcas, figuras mitológicas, compondo efetivamente um museu universal. No entanto, nesse amplo espectro de mais de cem imagens do *Museu Universal*, apenas três têm temática brasileira, que são dois retratos de botocudos e um capitão de mato conduzindo um preto fugitivo.¹⁰⁴

A preocupação de expressar o histórico através do pictórico, incluindo não apenas personalidades convencionalmente ligadas à história (políticos, governadores, religiosos), mas também paisagens, cidades, praças, e edificações foi tentativa do Romantismo brasileiro na busca de caminhos próprios. Como refere Antonio Candido, “Descrever costumes, paisagens, atos, sentimentos carregados de sentido nacional, era libertar-se do jugo da literatura clássica, universal”.¹⁰⁵ Vimos que cada número do *Ostensor* traz uma estampa e seu respectivo texto. Para efeitos de análise reunimos estas estampas e seus textos em quatro grupos, não seguindo a cronologia do jornal mas sim tentando compor quatro “grandes temas”: praças, monumentos e edifícios; retratos; natureza; cidades e vilas.

Seguindo a proposta do jornal, estas estampas, e seus textos¹⁰⁶, trazem o sentido de resgatar e contar a história nacional com a preservação da memória histórica.

Fronde publicado pela Laemmert, esta litografia dedicava-se principalmente a impressão de obras musicais. Cf. Laurence HALLEWELL. *O Livro no Brasil*, ob. cit. pp 74-75

¹⁰⁴ *Museu Universal*, pp. 361 e 352, respectivamente.

¹⁰⁵ Cf. Antonio CANDIDO. *Formação da Literatura Brasileira*. vol 2. ob. cit. p. 15

¹⁰⁶ Como vimos, o jornal não refere a autoria das estampas, apenas a litografia que as imprimiu; já os textos são assinados por José Albano Cordeiro, Manuel de Araujo Porto Alegre, Gz; alguns são extraídos das Memórias de Pizarro, constantes no acervo do Instituto Histórico e Geográfico; dos

Descrevendo o interior da Igreja dos Terceiros de Nossa Senhora do Carmo, um dos edifícios que ainda hoje compõem o Largo do Paço (FIG. 3), no Rio de Janeiro, dizia o autor:

Sua [da igreja] decoração interna (...) testemunho mais autêntico de nossa civilização; e além disso a fonte sagrada onde o historiador pátrio deve beber o néctar delicioso das tradições, que são por sua vez o elemento da história do povo que a ergueu.¹⁰⁷



Fig 3- Largo do Paço [Rio de Janeiro]

Na preocupação de mostrar que as províncias também têm civilidade, o *Ostensor* publica estampas de várias províncias, entre as quais a “Teatro de S. Francisco de Paula – Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul” (FIG. 4) cujo texto que a acompanha diz:

relatos de alguns viajantes como Maximiliano de Wied Newied (*Viagem ao Brasil*), Nicolas Dreys (*Notícia descritiva da província do Rio Grande do Sul*), Prichard (*História Natural do Homem*).

(...) porque são poucas as cidades brasileiras que conhecemos que não tenham um teatro.¹⁰⁸

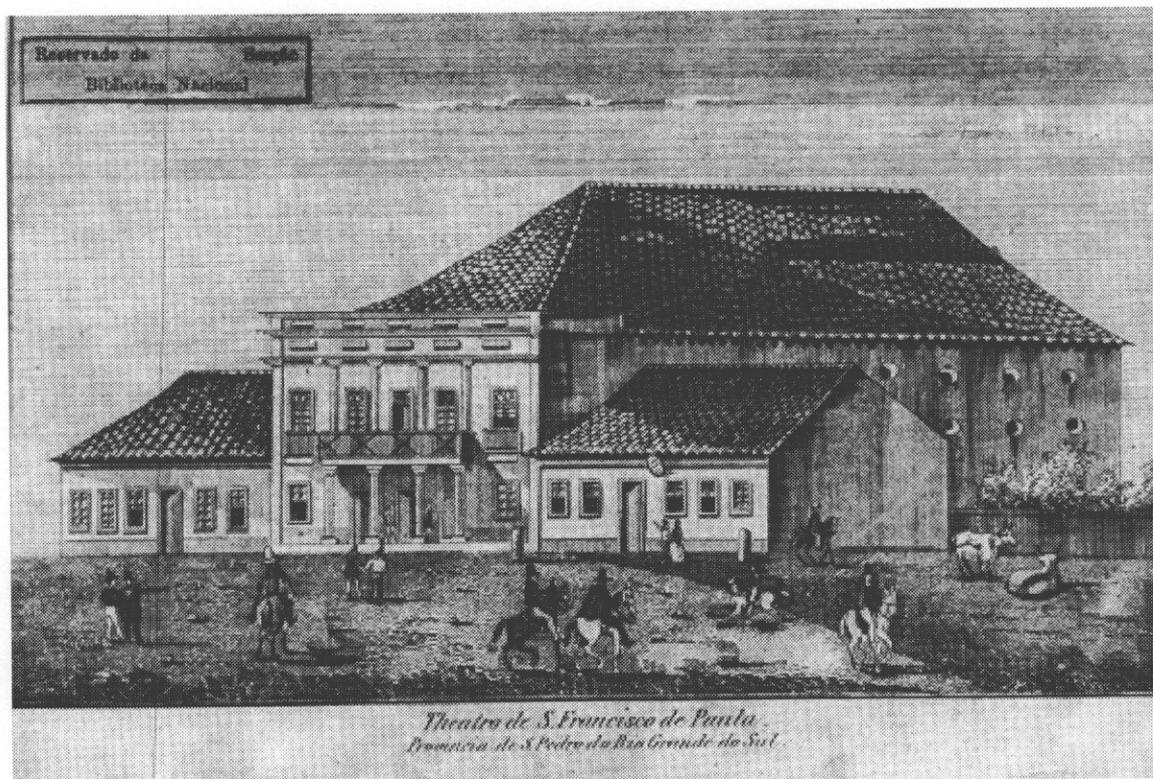


Fig 4 - Teatro de S. Francisco de Paula – Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul

Assim como o templo e o teatro em toda portentosidade de suas edificações, são vistos como “elementos da história e da civilidade”, além de fonte para o historiador, também a ruína o é, majestosa ainda que inacabada. É curiosa certa associação estabelecida entre mulher, ruínas, a história, o tempo e, veja-se, a América, pelo autor do texto “Os monumentos em ruína” que acompanha a estampa “Templo principiado e não concluído pelos jesuítas, no morro do Castelo” (FIG. 5). O autor segue uma bela

¹⁰⁷ *Ostensor Brasileiro*, p. 9

jesuítico, como quem o faz freqüentemente; a bela americana acomoda-se pensativa entre as ruínas, e o autor passa então a dissertar sobre o tempo e as ruínas, estas como parte do culto à pátria, vistas como história e como tal devendo ser preservadas:

Porém elas [as ruínas americanas] não são como as ruínas da grandeza asiática, nem como as ruínas do esplendor grego, que são ruínas para sempre; (...) as ruínas americanas são uma transformação: são a larva de um pensamento incompleto. (...) faça da sua conservação uma parte do culto à pátria (...) ¹⁰⁹

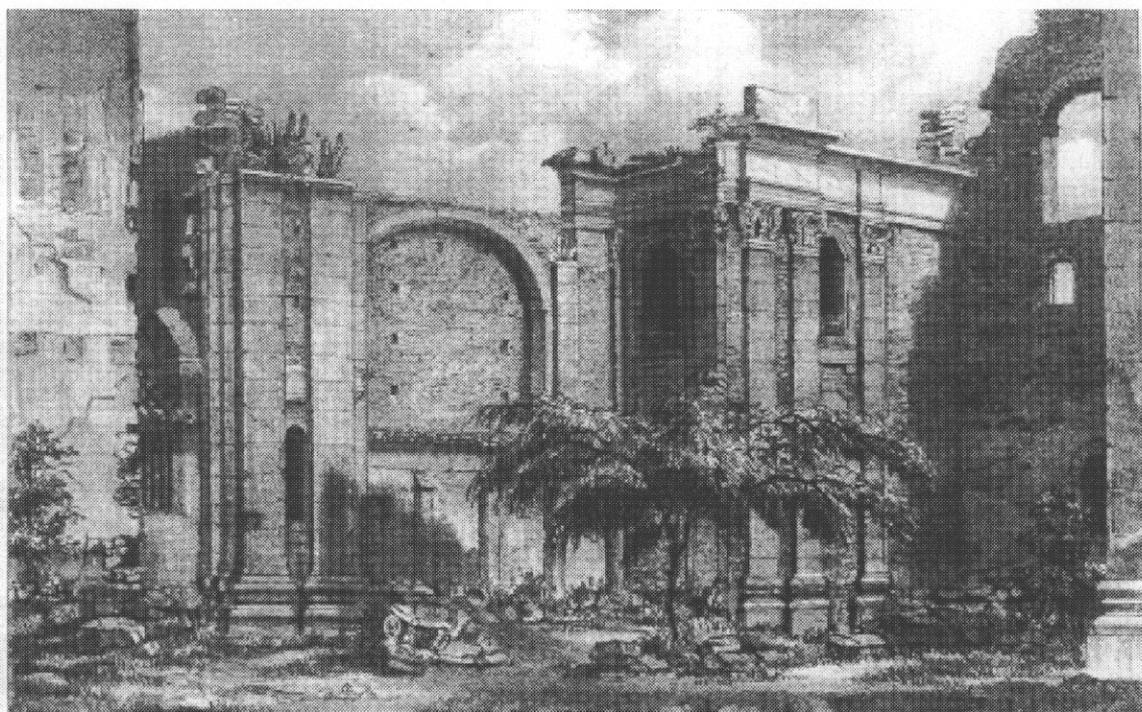


Fig 5 - Templo principiado e não concluído pelos jesuítas no morro do Castelo

História e civilidade são também expressos na estampa “Largo de S. Francisco de Paula”(FIG. 6), cujo texto considera:

Essas massas [templos, teatros, praças, etc.] enormes, se tem atravessado os tempos, ilesos ou feridos por seu poder, despertam nossa atenção e nos induzem ao estudo de sua história; e é quase sempre delas que colhemos

¹⁰⁸ *Ostensor Brasileiro*, p. 66.

preciosas idéias sobre o passado: então, não são simples balizas e ornatos de praça, são louças testemunhos de gosto artístico de nossos antepassados, e indicadores de sua civilização.¹¹⁰



Largo de S. Francisco de Paula.

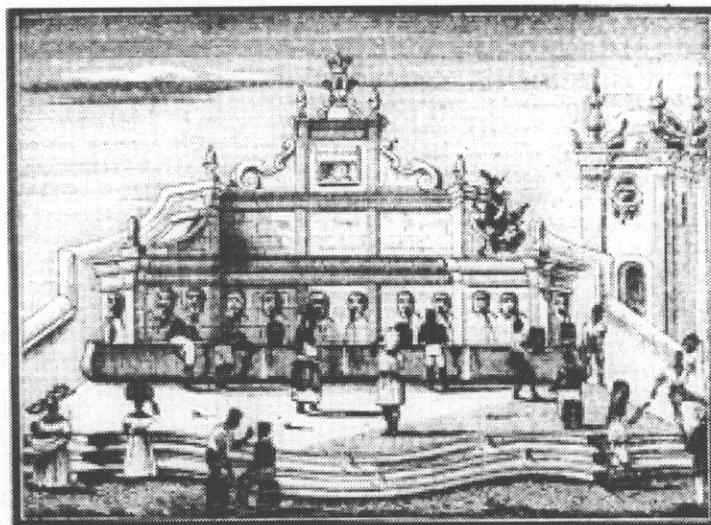
Fig 6 - Largo de S. Francisco de Paula

Uma interessante análise é veiculada pelo *Ostensor* a propósito da construção do “novo Chafariz da Carioca”. Acompanhando duas estampas com o antigo e o novo chafariz (FIG. 7), o texto estabelece uma verdadeira reflexão sobre o novo e o velho edifício não apenas pelo viés utilitarista, mas também pela atribuição estética e histórica. Vale lembrar que o chafariz tinha função não predominantemente estética mas servia como fonte de distribuição de água para a população. O texto defende a manutenção do antigo vendo na preservação de monumentos a manutenção da história:

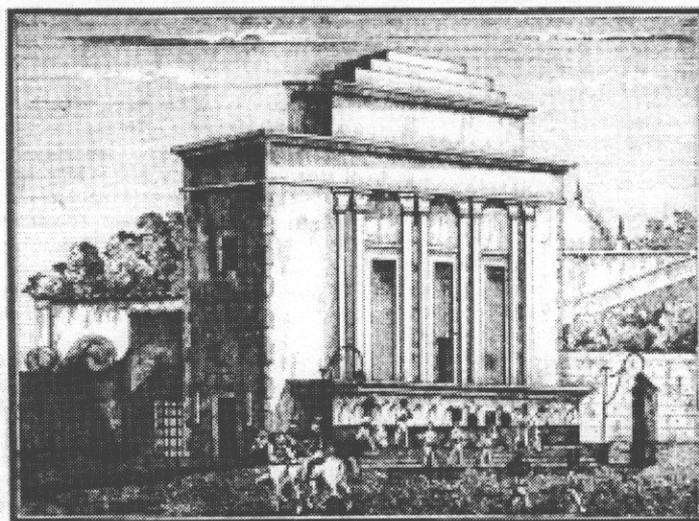
¹⁰⁹ “Os monumentos em ruína”, *Ostensor Brasileiro*, pp. 129 – 130.

¹¹⁰ *Ostensor Brasileiro*, p. 105.

Será acaso necessário destruir para construir? (...) quando narramos a história de um edifício, qualquer que seja a sua natureza, o homem lá está implicitamente considerado, e, como temos já dito, - a história de um edifício está de tal modo ligada a do povo que a ergueu, que uma raras vezes se pode apartar de outra.¹¹¹



Antigo Chafariz da Carioca.
 do do Secção
 Biblioteca Nacional



Novo Chafariz da Carioca.

Fig 7 - Antigo e Novo Chafariz da Carioca

¹¹¹ *Ostensor Brasileiro*, pp. 275 – 277.

Ainda que o antigo chafariz - na expressão do autor do texto, um “aborto arquitetônico”- fosse uma mistura de estilos e contasse com apenas dezesseis bicas enquanto o novo teria trinta e cinco, era importante não destruí-lo:

(...) deixando à posteridade mais uma página do grande livro da história pátria, onde se pudesse estudar as duas épocas diametralmente opostas do Brasil (...)”¹¹²



Fig 8. Botocudo e Puri

Na série de 11 estampas que trazem retratos, todos de personagens masculinas com exceção de uma indígena Puri, observamos o privilégio a personalidades públicas¹¹³

¹¹² Idem, ibidem.

¹¹³ Por ordem de inserção no jornal: Martim Afonso de Souza (? - 1561), Salvador Correia de Sá e Benavides (1591 - 1688), José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu (1576 - 1835), Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela (1684 - ?), Frei Sampaio (1778 - 1830), D. José Joaquim Justiniano

ligadas a produção intelectual, e em menor escala, a política do país. Destaca-se sobremaneira a inclusão de duas estampas de um Botocudo e uma Puri (FIG. 8). Para além de um carácter puramente exótico dos editores, pode-se pensar a intenção em colocar os indígenas como partícipes da história. Ao menos da história que o *Ostensor Brasileiro* conta e regista.

Nessa série de biografias publicadas¹¹⁴ pelo *Ostensor*, para além do registro dos papéis exercidos pelos indivíduos biografados, percebemos a inserção do jornal nas propostas do Instituto Histórico e Geográfico, qual seja a de construção da galeria dos heróis nacionais que, além de tirar do esquecimento os feitos brilhantes de brasileiros ilustres, serviria de exemplo às gerações vindouras. Aliás, várias das biografias publicadas pelo *Ostensor* foram extraídas da revista do Instituto, sempre citada como fonte, e cujos autores figuravam eles próprios entre prestigiados intelectuais da época, como Varnhagem ou Januário da Cunha Barbosa. Imbuídos da tarefa de instituir a História do Brasil, os editores do *Ostensor* dedicam-se à publicação de biografias, particularmente aqueles cujas atividades ligavam-se às letras. Como refere Nelson Schapochnik, a “ publicação de ‘Perfis biográficos’, ou das ‘Biografia(s) dos brasileiros ilustres por suas letras, armas e virtudes’ respondiam a duas solicitações que se complementavam (...) na realização do ideal de uma história literária entendida como uma seqüência linear de autores (...) poderiam fornecer informações sobre o momento e

Mascarenhas Castello Branco (1731 - 1805) D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742 - ?), Botocudo - Puri, D. Luiz de Vasconcellos e Souza (? -1818), D. Jose de Barros de Alascão (? - ?), Evaristo da Veiga (1799 - 1837).

¹¹⁴ Além das biografias que acompanham as estampas, o *Ostensor* publica mais seis biografias: Antonio Pereira de de Souza Caldas (1762 - 1814) , Alexandre de Gusmão (1695 - 1753). Bartholomeu Lourenço de Gusmão (1685 - ?), Padre José de Anchieta (1533 - 1597), Maria Roza de Siqueira (1690 - ?), Maria Ursula de Abreu Lencastre (1682? - 1724?).

local de produção, influências, detalhes íntimos da vida dos escritores do passado, que contribuiriam para a interpretação das obras”.¹¹⁵

Souza Caldas, Frei Sampaio, Evaristo da Veiga, foram intelectuais notadamente ligados às atividades literárias ou jornalísticas. Souza Caldas fez sua formação intelectual em Portugal e França, chegou a ser preso pelo Santo Ofício, autor de poesias sacras e profanas, foi apontado pelo vice-rei no Brasil para ser vigiado de perto por suas idéias temíveis; em sua biografia o *Ostensor* anota:

(...) autor de uma Ode ao homem selvagem (...) muitas Cantatas, e Odes religiosas de grande merecimento, assim como a tradução de muitos Salmos, em que brilham o seu estro luminoso, e os seus profundos conhecimentos sobre a Língua e a poesia Hebraica.¹¹⁶

Na biografia sobre Frei Sampaio, o *Ostensor* reclama das dificuldades e do esquecimento que padeciam os que se dedicavam à “trabalhosa carreira das letras”:

Aqueles dos brasileiros, que se destinam a trabalhosa carreira das letras, e que, como prêmio das suas fadigas, só esperaria fama e glória no porvir, não sei eu como não desesperam vendo a sorte dos que antes trilharam o mesmo caminho; não quero falar na dificuldade de espalhar suas idéias, porque se desapareceu o *Spectatis cognitorum judictia permittimus, ut typis mandentur*, da Santa Inquisição, existe agora o tremendo *Sine qua edi non peterunt* do impressor (...)¹¹⁷

Publicando várias biografias, o *Ostensor* insere-se, pois, na missão intelectual de construção de uma memória nacional tanto através do “exemplo” de vida dos biografados quanto das informações que as biografias traziam.

¹¹⁵ Nelson SCHAPOCHNIK, *Letras de Fundação: Varnhagem e Alencar – projetos de narrativa instituinte*. ob. cit. p. 21.

¹¹⁶ *Ostensor Brasileiro*, p. 189.

Referimos anteriormente o célebre debate entre Joaquim Nabuco e Graça Aranha sobre a relação ente história e natureza. Esse debate foi recorrente ao longo do Oitocentos. Estudando os Estados Unidos da América, Maria Ligia Coelho Prado destaca que, se até meados de 1820 os retratos e as cenas históricas haviam dominado a pintura naquele país, depois dessa data entram em cena pinturas mesclando natureza, política e história. A partir de investigações desenvolvidas sobre o século XIX, Coelho Prado entende que sob a ótica do historiador,

(...) a natureza pode ser entendida como um objeto sobre o qual se elaboram visões de mundo e contribuem para a gestação de imagens e idéias que vão compor repertórios diversos, entre eles, os constitutivos do território e nação. (...) A natureza não é, portanto, um objeto neutro, perscrutada pelo olhar supostamente imparcial do cientista ou pelo artista em busca da ‘beleza pura’. Suas representações são carregadas de idéias que produzem imagens e símbolos, contribuindo para compor o imaginário de uma sociedade.¹¹⁸

A reprodução de estampas contendo paisagens que mostrassem a natureza do Brasil, mescla-se ao propósito de reconstituir a história do país na instauração da nação, propósito que estamos considerando como central na linha editorial do *Ostensor*. Publicando estampas da natureza ao lado de cidades e monumentos, o *Ostensor* estaria também estabelecendo um nexo entre “litoral” e “interior”, de certa forma equivalente ao debate que hoje se dá ente entre “urbano” e “rural”, aliás, conjunto de (prop)osições que ocuparam, e ocupam, as mais variadas interpretações do Brasil ao longo de nossa história e de nossa literatura. Nas estampas reproduzidas no *Ostensor* percebemos a correlação entre natureza, história e o nacional, expressa por exemplo no texto que

¹¹⁷ Idem, p. 121.

¹¹⁸ Maria Ligia Coelho PRADO. ob. cit. p. 180 e p. 197.

acompanha a “Vista em Piauí” (Fig. 9). O artigo inicia fazendo uma auto-crítica quanto à exportação de produtos brutos e importação desses mesmos produtos manufaturados, estabelecendo certo paralelismo com nossa intelectualidade:

A Europa, que nos manda nosso algodão fiado e tecido, nosso ouro trabalhado e com liga, nosso açúcar em formas graciosas, nosso café em pastilhas, nossos específicos amalgamados pela química, a Europa manda-nos também seus sábios, que a enriquecem, aproveitando nós por misericórdia as notícias que ela espalha entre seus filhos, que depois de terem saído encaixotados como preciosos diamantes pela barra de algum dos portos do Brasil, por algum deles tornam a entrar para nos fazerem exclamar com ridículo entusiasmo, com profunda sem-vergonha: *Oh! Como é rica de maravilhas esta nossa terra! (...)* A Europa manda-nos até indicar a melhor maneira de escrever a história do Brasil, porque para as nossas notabilidades o Parladouro ou Parlamento é tudo; e na verdade, que vale uma medalhazita do Instituto, se com qualquer coisa se pode obter um crachá de qualquer ordem? ¹¹⁹

Parece-nos que o *Ostensor* está criticando os intelectuais brasileiros ao modo de Gonçalves de Magalhães, que apregoam pela Europa as maravilhas do Brasil; critica inclusive o Instituto Histórico e Geográfico. O artigo estende a crítica à Europa e “seus literatos de meia tigela”:

Porém a Europa que nos manda tudo, seus artefatos, seus sábios, também nos envia muita coisa ruim, muitos literatos de meia tigela (...) ¹²⁰

Reconhece porém os “bons” intelectuais que nos envia, como Spix e Martius, “a quem as ciências e a literatura devem muito”; de Martius aliás é o fragmento publicado

¹¹⁹ *Ostensor Brasileiro*, p. 284.

¹²⁰ *Idem ibidem*.

sobre a visita ao Piauí que a estampa retrata. É também de um “ilustre” viajante europeu, o príncipe Wied-Neuwied, a estampa “Uma vista do Rio Doce” (FIG. 10), na Bahia.

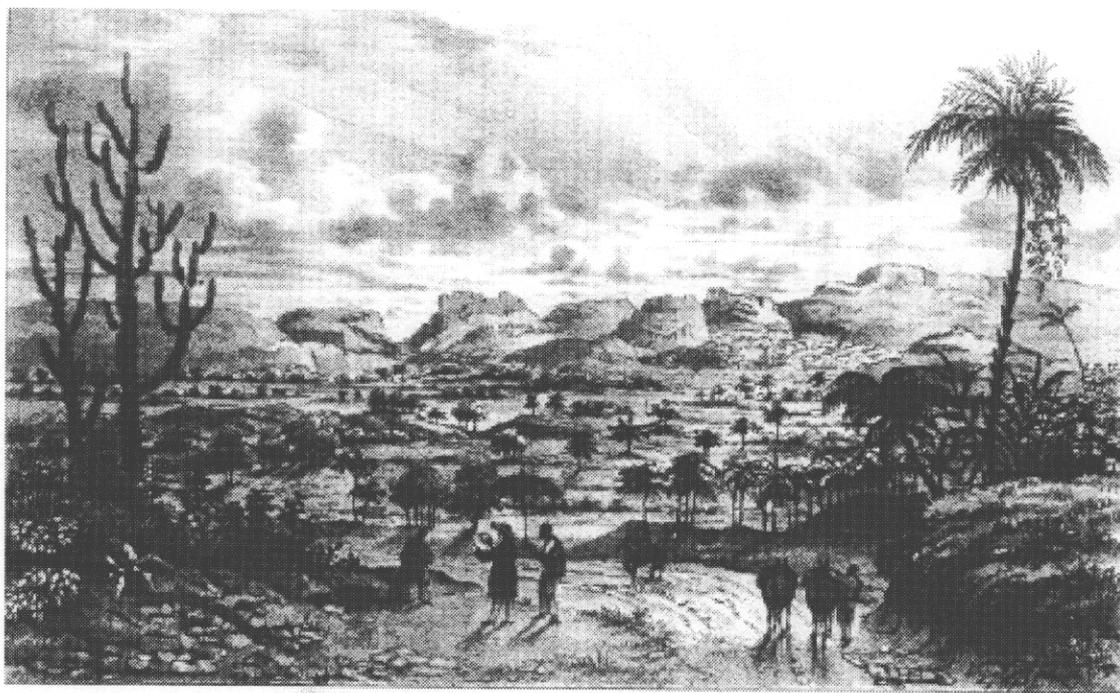


Fig 9 Vista em Piauí

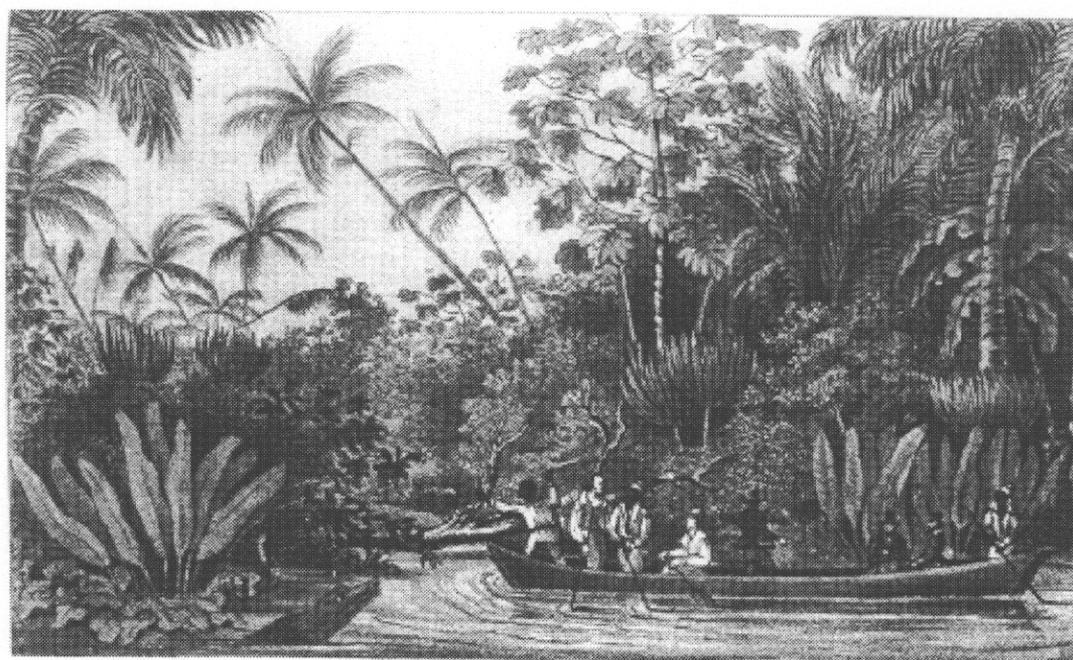


Fig. 10 Uma vista do Rio Doce [Bahia]

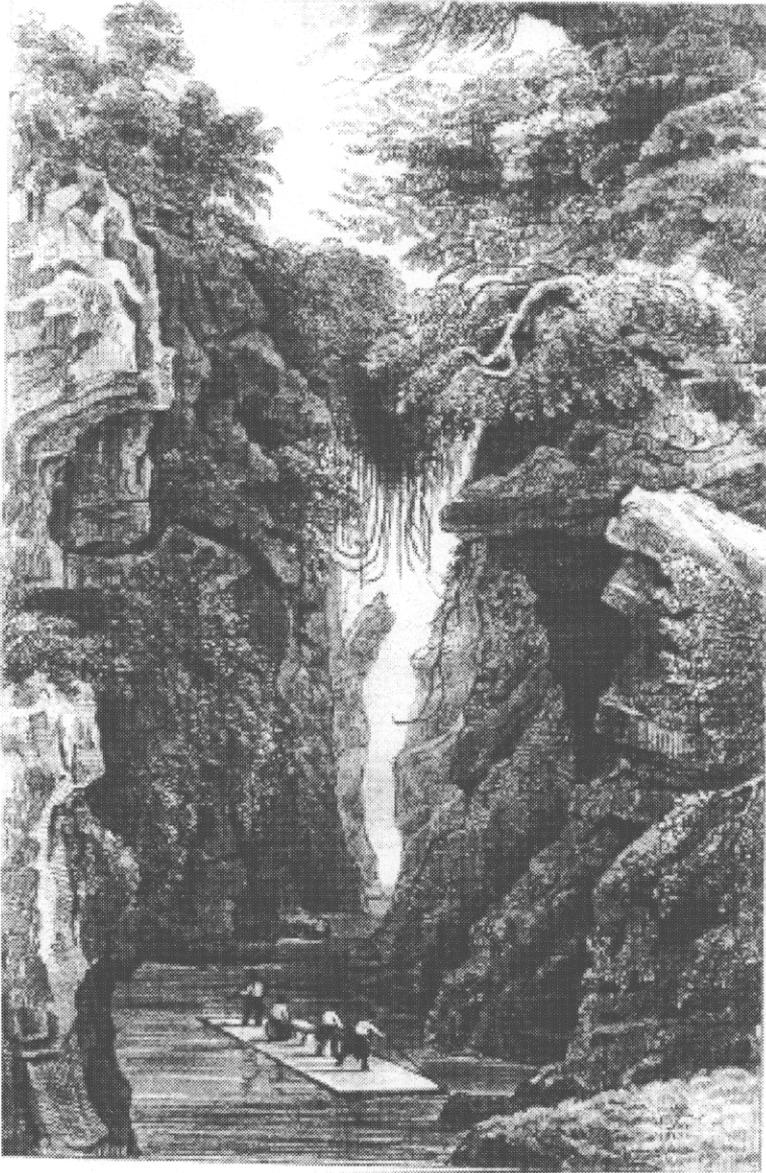


Fig 11. Rochedos do Amazonas



Fig 12. Floresta Virgem

Referimos anteriormente como von Martius, no texto premiado pelo Instituto Histórico e Geográfico, entre outras considerações acentua a importância de escrever a História do Brasil com um todo, e não apenas desta ou daquela província, a fim de manter a unidade do país, da “Mãe Pátria”.¹²¹ Mesmo considerando as diferenças de clima, composição étnica, apesar da “imensa variedade no que diz respeito à natureza que nos rodeia, aos costumes e usos”, mesmo assim o historiador do Brasil deveria escrever a história de todo o país “(...) deve o historiador patriótico aproveitar toda e qualquer ocasião a fim de mostrar que todas as Províncias do Império por lei orgânica se pertencem mutuamente, que seu propício adiantamento só pode ser garantido pela mais

¹²¹ A versão consultada é a publicada na *Revista de História de América*, Instituto Panamericano de Geografia e História, n. 42, México, DF, Dezembro de 1956. pp. 433 – 458.

íntima união entre elas”.¹²² O *Ostensor* parece imbuir-se das proposições de Martius e trata de mostrar várias cidades brasileiras.

Na realidade, era escasso o cenário das cidades brasileiras em meados do século XIX. Hallewell refere apenas oito cidades que, em 1840, tinham mais de dez mil habitantes.¹²³ Embora a maioria das estampas sobre cidades reproduza o Rio de Janeiro (FIG.13), possivelmente devido à relativa facilidade em obter estas gravuras, e cidades próximas como Cabo Frio, Campos, Itaboraí, Vassouras (FIG. 15), o *Ostensor* também publica estampas sobre cidades das províncias como Pelotas (FIG.14), Porto Alegre, Barbacena, Mariana (FIG. 16). Percebe-se assim a tentativa dos editores de circunscrever todo o Brasil.

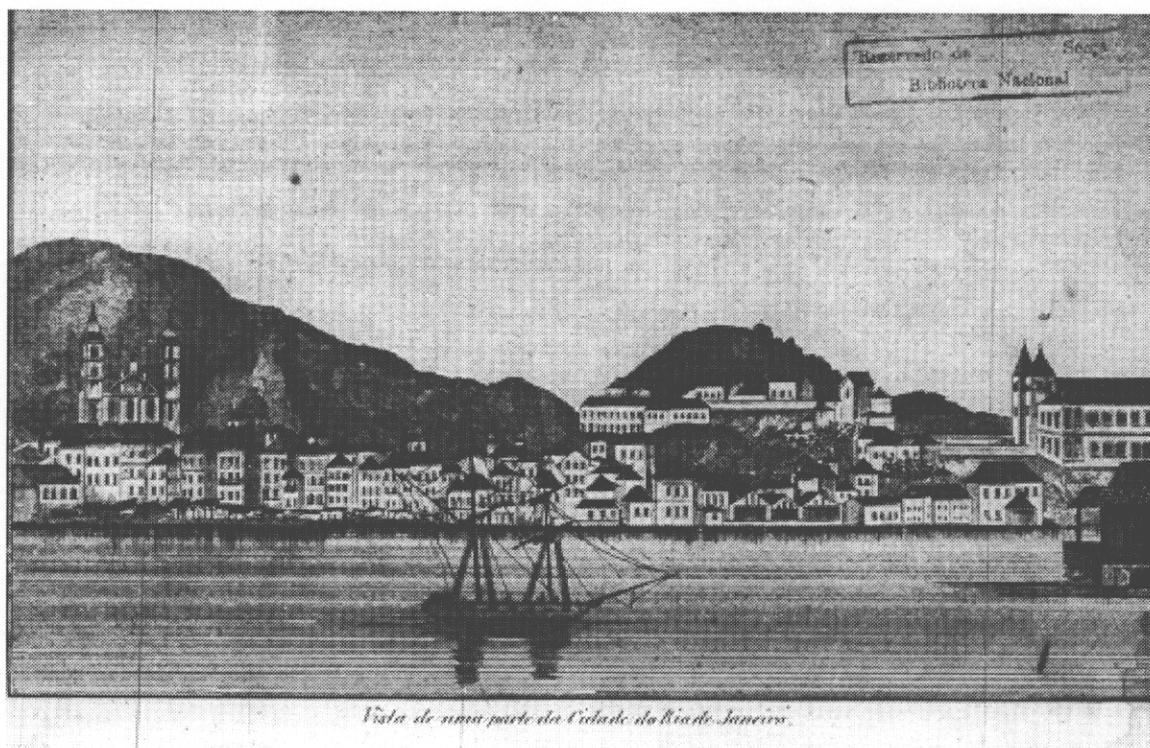


Fig 13. Vista de uma parte da Cidade do Rio de Janeiro

¹²² Idem, p.457.

¹²³ Em números aproximados, Rio de Janeiro (137.000), Recife (75.000), Salvador (70.000), São Luis do Maranhão (25.000), Belém (13000), São Paulo (12.000), Marina (12000). Cf. Lawrence HALLEWELL. *O livro no Brasil*. ob. cit. p. 52.

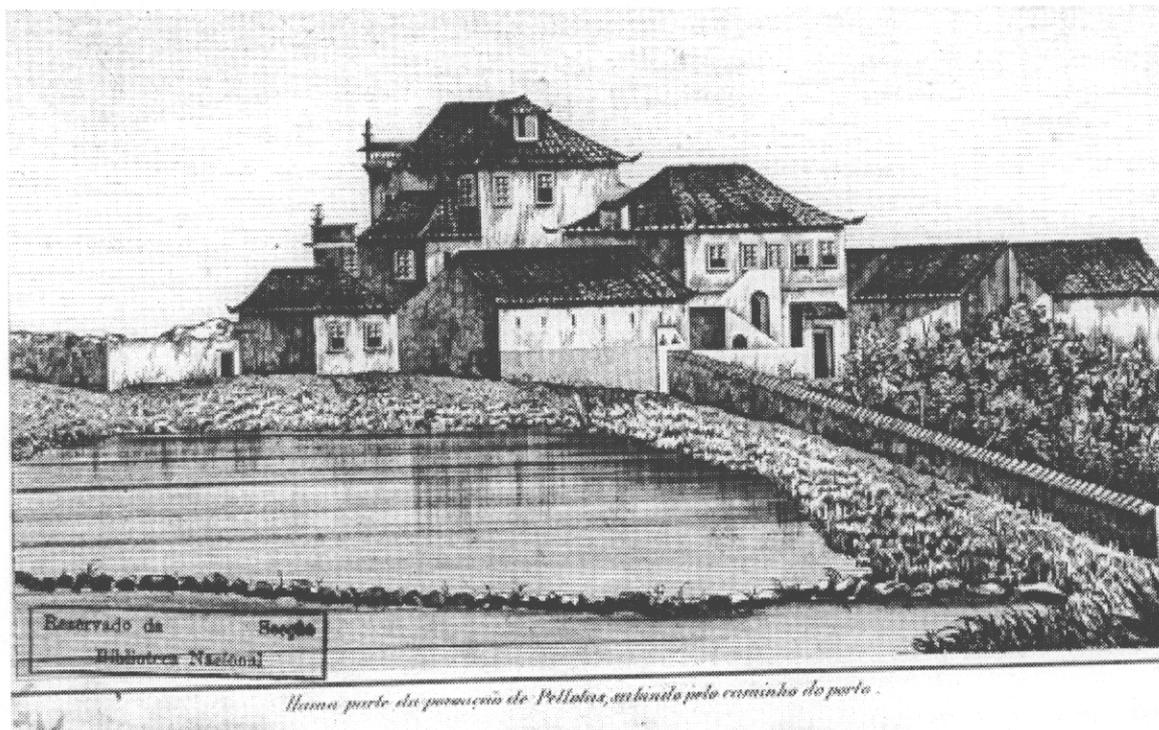


Fig 14. Uma parte da povoação de Pelotas, subindo pelo caminho do porto

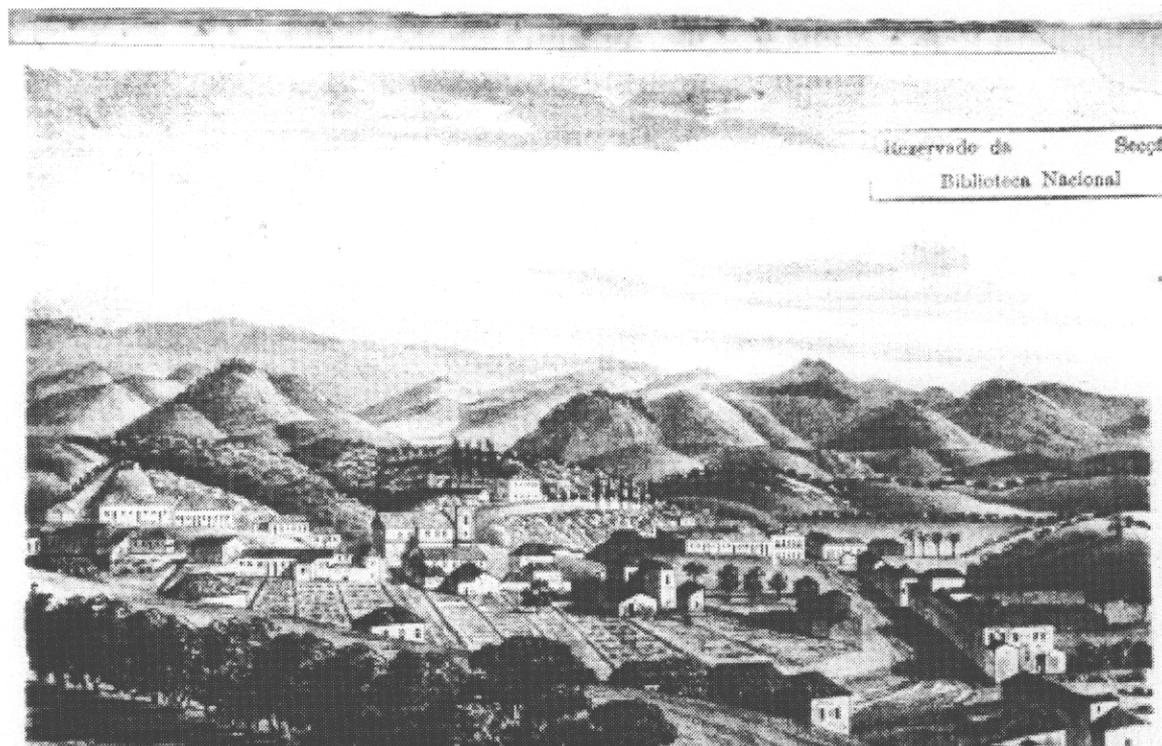


Fig 15 . Vila de Vassouras

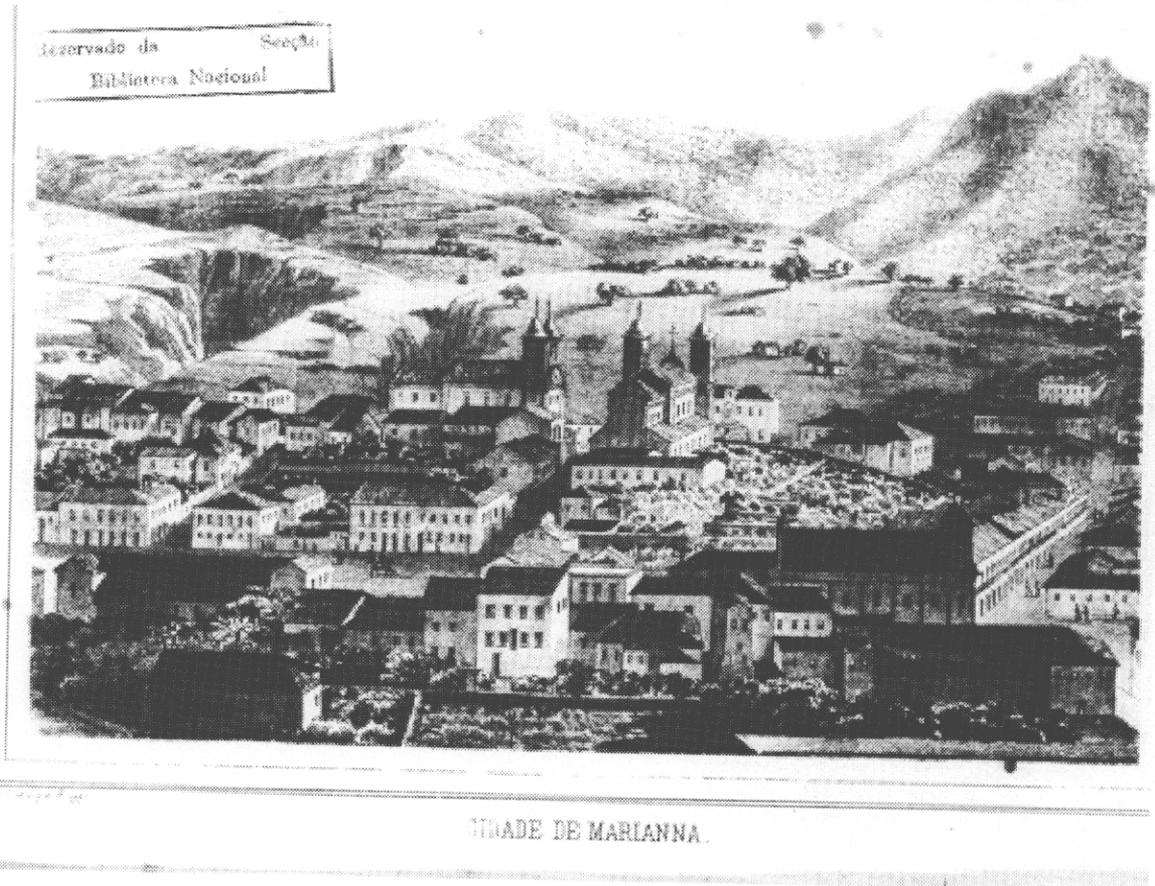


Fig 16. Cidade de Mariana

Os textos que acompanham as estampas descrevem, por exemplo, a localização e o início de cidades, seus fundadores, trazem detalhes como nomes “de antes” das próprias cidades, das ruas, montes, rios. Assim, fica-se sabendo que a rua das Marrecas, no Rio de Janeiro, já se chamou das Belas Noites ou que a praia de Botafogo recebeu essa denominação em função do morro do Pão de Açúcar, que “botava fogo” nos dias de relâmpagos e trovoadas.

Numa visão de conjunto, percebemos, pelas estampas analisadas, que a duras penas o *Ostensor Brasileiro* consegue levar a cabo o projeto ao qual se propunha, isto é, mostrar - “ostentar” - temáticas pertencentes ao Brasil.

4. Sociabilidades intelectuais – um olhar latino-americano

Vimos anteriormente que, já nos primeiros parágrafos de *A Guerra dos Emboabas*, Carvalho Guimarães faz uma personagem expressar que “histórias de além mar já aborrecem”, anunciando, desse modo, a necessidade de falar do “local”, necessidade referida pela mesma personagem na oração precedente: “o que nós queremos é que o guia comece a história, ou caso da terra, que nos prometeu”. A preocupação em contar “casos da terra”, denota certa intenção do autor em romper laços com a Europa, intenção que no romance *Os Jesuítas na América*, ao nosso ver, se ampliará na perspectiva de inserção no contexto sul-americano ao fazer com que a ação se passe na Argentina e Peru além de mesclar a escrita em português e espanhol. No *Ostensor Brasileiro* Carvalho Guimarães amplia seus horizontes para o sul-americano ao publicar textos de Mármol e Alberdi, e ainda ao informar, naquele que acabaria sendo o último número do jornal, a pretensão de fazer circular suas futuras publicações em outros países:

(...) estendendo um pouco mais para o segundo volume o plano de redação, fazendo-o chegar até a literatura, ciências e costumes dos povos da América do Sul, que por sua posição geográfica, sendo clima mui influenciário sobre as idéias, possam, ou por outra qualquer razão ter analogia conosco.¹²⁴

Carvalho Guimarães sugere semelhanças entre “literatura, ciências e costumes dos povos da América do Sul”. Ainda que certamente o *Ostensor* não tenha sido diretamente vendido na Argentina, Uruguai ou Chile, pelo menos alguns escritores, jornalistas ou políticos podem ter lido o jornal naqueles países. É viável supor que o

¹²⁴ *Ostensor Brasileiro*, p. 416.

Ostensor tenha de alguma maneira circulado em alguns desses países porque, em carta datada do Rio de Janeiro, em 13 de setembro de 1845 e enviada a Juan Maria Gutiérrez, então residente em Santiago do Chile, José Mármol escreve:

O redator do *Ostensor* manda perguntar-lhe até que n.º. você tem. Remetelhe o que eu escrevi / se você quiser traduzi-lo.¹²⁵

Subentende-se que Gutiérrez teria conhecimento de exemplares anteriores do jornal e teria solicitado a Mármol novos números. Mármol, Alberdi, Gutiérrez, Echeverría, em seus exílios alternados no Brasil, Uruguai e Chile, trocavam assiduamente correspondência¹²⁶ entre si e com Florêncio Varela, editor em Montevideo do *Comercio del Plata*. Na década de 40, vários intelectuais argentinos estiveram “de passagem” no Rio de Janeiro¹²⁷ fugindo do governo de Rosas, entre os quais alguns pertencentes à geração de 37, como Juan Maria Gutiérrez, Domingos Faustino Sarmiento, Juan Bautista Alberdi, e outros que ali viveram alguns anos, como José Mármol, Guido y

¹²⁵ *Archivo del Doctor Juan Maria Gutiérrez - Epistolario*. Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, 1979. Vol. I, carta n.º 300, pg. 11 Do Epistolário não consta nem a carta em que Gutiérrez pede a Mármol os números do *Ostensor*, nem a resposta de Gutiérrez. Constatamos, nessa correspondência, que Mármol e Carvalho Guimarães efetivamente se encontraram. Percebemos, também, que inicialmente Mármol publica em português; a versão em espanhol será de 1847, editada em Montevideo.

¹²⁶ Cf. Epistolário referido na nota anterior.

¹²⁷ Em seu diário, Alberdi escreve: “4 de janeiro de 1844 - A 14 passado desembarcamos no Rio de Janeiro, em torno das cinco da tarde. (...) e perguntando a um moço que falava espanhol se ali [no Hotel Europa] habitava algum argentino, me disse que sim, e me nomeou aos Costas, a Mármol, Gómez, etc. etc.” e ainda: “8 de fevereiro (...) Me acompanharam até a bordo Mármol, um filho do general Guido e Ugarteche.” in Juan Bautista ALBERDI *Memórias e impressões de viagem*. Buenos Aires: Librería La Facultad, 1924. Vemos pois que Mármol encontrou-se com Alberdi no Rio de Janeiro. É interessante observar que o “filho do general Guido”, refere-se ao poeta argentino Guido y Spano (1827 – 1918), que viveu vários anos no Rio de Janeiro; escreveu poesias sobre o Rio de Janeiro, bem como comentários sobre poetas brasileiros, inclusive prefaciando o livro de Gonçalves Dias *Últimos Cantos*. Cf. Carlos Guido y SPANO. *Poesias escolhidas – autobiografia*. Buenos Aires: W. M. Jackson, s/d. Para um aprofundamento da obra do autor, veja-se Beatriz SARLO. *Guido y Spano* – Enciclopédia de la literatura argentina. Buenos Aires: Centro de Estudios Latinoamericanos, 1968.

Spano, Juana Manso de Noronha¹²⁸. Em um artigo onde investiga a passagem de alguns desses intelectuais pelo Brasil, Adriana Amante¹²⁹ constata o “estado inorgânico em que se acha o estudo da produção dos exilados argentinos no Brasil e a pouca atenção que a crítica argentina [e acrescentamos nós a historiografia brasileira] prestou às relações culturais entre a Argentina e o Brasil”, referindo dentre as exceções de praxe, o historiador brasileiro Pedro Calmon.

Na linha de reflexão que propõe o Brasil isolado do contexto latino-americano, vale citar, dada a sua contemporaneidade, o livro de Lilia Moritz Schwarcz, *As barbas do Imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. A autora simplesmente ignora Pedro II em contato com intelectuais ou políticos hispano-americanos, ao mesmo tempo em que trata detalhadamente a influência européia sobre ele. A única referência que a autora faz a contatos de Pedro II com hispano-americanos é quando da malfadada guerra contra o Paraguai. No entanto, Pedro II encontrou-se diversas vezes, por exemplo, com Sarmiento, de quem era, aliás, admirador. Em sua obra *Campaña en el Ejército Grande*, Sarmiento registra o seguinte:

O Imperador [Pedro II], jovem de vinte e seis anos, estudioso e dotado de qualidades de espírito e de coração que o fariam um homem distinguido em qualquer posição da vida, se entregou com paixão ao estudo de nossos poetas, jornalistas e escritores sobre costumes e caracteres nacionais. Echeverría, Mármol, Alberdi, Gutiérrez, Alsina, etc., etc., são nomes familiares ao seu ouvido, e pelo que a mim respeita, havia-me introduzido favoravelmente Civilización y barbarie [Facundo], há

¹²⁸ Joana Paula Manso e Noronha (1819–1875), professora, jornalista e escritora. Nascida na Argentina, ainda jovem acompanha sua família que viera residir no Rio de Janeiro fugindo do governo de Rosas; colaborou no jornal *O País* onde publicou *Mistérios del Plata* e fundou o *Jornal das Senhoras*. Retorna à Argentina em 1853 seguindo a carreira de professora e colaborando em jornais. Cf. *Dicionário Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 2000. p. 293-294. Segundo Jorge Myers, Joana M. de Noronha teria estabelecido contatos para Mármol quando este chegou ao Rio de Janeiro.

tempos, com a primeira edição [em livro, de 1845], tendo procurado, depois Sud América, Argirópolis, Educación popular, etc. Minha recepção era, pois, favorecida por estes antecedentes, e em várias admissões, muitas delas solicitadas, pois, por temor de ser indiscreto, eu economizava minhas visitas, passei horas inteiras respondendo suas perguntas, explicando-lhe as coisas que os escritos não alcançam, dando-lhe notícias sobre o paradeiro dos homens cujos nomes lhe interessara.¹³⁰

Vemos pois, que Pedro II foi leitor não só de Sarmiento como também de outros escritores da Geração de 37 demonstrando, no mínimo, algum interesse que, ao nosso ver, é significativo. Com a ausência de referências a essas sociabilidades, temos como reflexo, entre outras conseqüências, a desvinculação dos estudos da cultura Argentina em relação às influências recíprocas com o Brasil. Vale destacar, por exemplo, que *Facundo* foi amplamente lido não só no Brasil como nos demais países latino-americanos, conforme lembra Maria Lígia Coelho Prado,

(...) é interessante indicar que, em seu ensaio, o argentino Domingos Faustino Sarmiento, no afã de entender a Argentina, construiu uma interpretação carregada de idéias, imagens e símbolos, compartilhados, na mesma época, por contemporâneos brasileiros, ocupados com a idêntica tarefa de compreender o próprio país. Assim, ao propor a dualidade civilização e barbárie, *Facundo* ultrapassou os limites da Argentina para se estender pelo território latino-americano, animando controvérsias e contribuindo para a cristalização de certos

¹²⁹ Adriana AMANTE. “Las huellas del peregrino. El exílio en Brasil en la época de Rosas” in Cristina IGLESIA (comp.) *Letras y Divisas – Ensayos sobre literatura y rosismo*. Buenos Aires: EUDEBA, 1998.

¹³⁰ Cf. SARMIENTO, Domingo F. *Campaña en el ejército grande*, Buenos Aires: W. M. Jackson, s/d. p. 23. Sarmiento relata em detalhes as muitas entrevistas que manteve com Pedro II, suas conversas sobre literatura, economia, política. Segundo o editor dessa edição, “As relações de Sarmiento com o ilustre e sábio Imperador, continuaram cordiais e plenas de mútuo respeito até a morte” e, quando da morte de Sarmiento, Pedro II enviou uma coroa com as cores brasileiras verde e amarela, onde fez bordar em ouro as inscrições: “Civilización y Barbarie - Tonelero - Monte Caseros – Petrópolis – Instrucción Publica – Recuerdo y Homenaje de don Pedro d’Alcântara”. Idem, p. 29 (em nota do editor).

estereótipos sobre o continente. Creio que o texto de Sarmiento pode contribuir também para uma reflexão sobre a posição do Brasil na América Latina.¹³¹

Por seu lado, intelectuais brasileiros de então também refletiam sobre o movimento literário da Argentina. Em vários artigos do *Minerva Brasiliense*, Joaquim Norberto de Sousa e Silva¹³², investiga a literatura brasileira já a partir do século XVII trabalhando questões como a da nacionalidade da literatura, e publica um estudo sobre a literatura argentina produzida em meados do XIX:

Digno é por certo de se notar o progresso brilhante e florescente que essas nações americanas, ainda ontem escravas e já hoje livres, oferecem na marcha de seu desenvolvimento intelectual.(...) É pois, criadora dos mais aprofundados estudos e mais sérias pesquisas, é a história da literatura desses povos durante o domínio da mãe pátria e seus progressos neste período que decorre desde a proclamação de sua independência até a aparição de Esteban de Echeverria, e é sobre esta última época e sobre a República Argentina que daremos hoje o resultado de algumas indagações.¹³³

Em seguida Sousa e Silva procede a um rigoroso exame dos literatos argentinos Esteban de Luca, Vicente Lopez, Hidalgo, Caytano Rodrigues, Lafinus, Rojas, FlorencioVarela, ou seja da Geração de 37, transcrevendo fragmentos de poemas de alguns deles, para concluir que estes intelectuais “(...) empunharam a lira da liberdade, ergueram com seus hinos um monumento à independência de um dos mais belos cantos da

¹³¹ Maria Lígia Coelho PRADO. Ob. cit. p. 162. Nessa obra, trabalhando temas como participação política das mulheres, a criação de Universidades, a produção de telas que contribuíram para a construção de identidades nacionais, a autora demonstra como o Brasil insere-se no contexto latino-americano do Oitocentos.

¹³² Joaquim Norberto de Sousa e Silva (Rio de Janeiro, 1820 - Niterói, 1891), escreveu crítica literária, poesia, história. Alguns de seus artigos intitulam-se “Estudos sobre a literatura brasileira durante o século XVII”, “Da nacionalidade da literatura”, “Quadro comparativo entre o estado atual do Peru e do Brasil”, “Estudos sobre a literatura chinesa”, todos publicados no *Minerva Brasiliense*.

¹³³ “Indagações sobre a literatura argentina contemporânea” in *Minerva Brasiliense - Jornal de Sciencias, Lettras e Artes*, Rio de Janeiro, 1844. pp. 294 e 295.

América meridional.” Realmente parece notável o conhecimento que Sousa e Silva, então um jovem de 24 anos, demonstra ter sobre as letras argentinas da época, dado que sequer na Argentina, como refere Echeverria, se havia feito uma análise tão séria da produção literária das décadas iniciais após a Independência. Aliás, com Esteban Echeverria, diz Sousa e Silva, “(...) a nova época desponta na literatura argentina, que toma uma fisionomia mais americana, com menos visos de espanhola, e mais interessante, por isso mesmo que se torna mais original.”

Este artigo tem imediata repercussão na Argentina, de modo que Echeverria, então exilado em Montevideo, escreve, no Natal de 1844, em carta dirigida a seu amigo o poeta Juan Maria Gutiérrez, por sua vez exilado no Rio de Janeiro:

No número 10 da *Minerva Brasiliense* há um artigo sobre a literatura argentina que se deve levar ao Chile e publicá-lo. Há muitos aqui que desejariam ver a continuação prometida. Procure relacionar-se com o autor desse artigo e estimule-o a continuar suas indagações. Nos convém muito o juízo (que não pode ser senão imparcial) dos estrangeiros. (...) O autor de esse artigo manifesta bom critério literário e um conhecimento pouco comum, mesmo entre nós, da literatura argentina.(...) Faça você e todos os amigos do Chile o mesmo para que marchemos unidos em espírito e em tendências.¹³⁴

Em janeiro de 1845, Gutiérrez responde a Echeverria: “Não pude obter todavia a *Revista Minerva Brasileira* [sic] que se ocupa de nossa literatura; porém não posso persuadir-me que seja exato, ainda que se faça justiça a alguns de nossos escritores.”¹³⁵

Em um ensaio contemporâneo sobre esse artigo de Sousa e Silva, Felix Weinberg estuda suas repercussões em Buenos Aires e Montevideo: “Echeverría comentou o artigo com seus amigos de Montevideo e seguramente terão debatido em comum todas e cada uma

¹³⁴ Cf *Archivo del Doctor Juan Maria Gutierrez – Epistolário*, ob. cit., carta nº 279, pp. 290 e 291.

das observações que continham aquelas inesperadas páginas.”¹³⁶ Weinberg destaca que Sousa e Silva estabelece paralelos inteiramente originais para assinalar semelhanças e contrastes entre os poetas argentinos e entre estes e os brasileiros, considerando aquele período em que “(...)se admite que começa a literatura nacional, isto é como expressão singular claramente diferenciada do período colonial antecedente.”

Observe-se que Carvalho Guimarães, editor do *Ostensor*, foi também colaborador do *Minerva Brasiliense*. É possível que Carvalho Guimarães tenha mantido contatos com Juan Maria Gutiérrez.¹³⁷ Este último, aliás, viveu no Rio Grande do Sul entre dezembro de 1843 e março de 1845, com algumas permanências no Rio de Janeiro. Desse período, Gutiérrez faz publicar no *Commercio del Plata*, em Montevideo, um artigo intitulado “Apontamentos sobre a colônia alemã de São Leopoldo na Província do Rio Grande do Sul no Brasil”. Neste artigo, Gutiérrez trata da fundação de São Leopoldo, das pessoas que lá viviam, seus hábitos alimentares, suas casas, da Guerra dos Farrapos, da geografia gaúcha. Neste mesmo número do *Commercio del Plata*, uma curta nota do editor, Florêncio Varela, informa que “Sentimos não poder publicar os pequenos planos e vistas que acompanham este trabalho [de Gutiérrez]; porém procuraremos fazer cópias deles para remetê-los ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o exemplar impresso que teremos o gosto de presentear com a memória de nosso amigo”.¹³⁸

¹³⁵ Idem carta nº 281, pp. 292 e 293

¹³⁶ Félix WEINBERG. *La literatura argentina vista por un crítico literário brasileño em 1844*. Rosário: Universidad Nacional del Litoral/Facultad de Filosofía y Letras, 1961. Weinberg informa ainda de encontros entre Sousa e Silva e Juan Maria Gutiérrez, no Rio de Janeiro.

¹³⁷ Foi poeta, crítico literário, historiador e reitor da Universidade de Buenos Aires.

¹³⁸ *Commercio del Plata*, n. 227, Montevideo, 16 de julho de 1846. Com relação a esses desenhos, Ernesto Morales, em artigo publicado no jornal *La Prensa*, informa como tendo sido enviados ao Instituto Histórico e Geográfico no Rio de Janeiro. Neste artigo, Morales faz reproduzir três desenhos feitos por Gutiérrez, sendo um deles o “Dibujo ejecutado por Juan Maria Gutiérrez en el puerto brasileño de Pelotas.” Cf. Ernesto MORALES. “Argentinos en el Brasil” in *La Prensa*, Buenos Aires,

Por estas “pistas” até aqui apresentadas, percebemos um ambiente cultural de trocas entre esses intelectuais cujo teor eram questões literárias e, como vimos, do projeto literário desses escritores, a nação era temática de primeira ordem. Portanto, para além de influências de caráter puramente político, percebemos interesses de caráter cultural, particularmente pela via da literatura que discutia a questão do nacional e é nesse ambiente de convívio entre argentinos e brasileiros que insere-se Carvalho Guimarães e seu *Ostensor Brasileiro* com as publicações de Mármol, de caráter mais literário, e Alberdi, de caráter mais político.

Alberdi¹³⁹ publicou no *Ostensor Brasileiro* “Memória sobre a conveniência e objetos de um Congresso Geral Americano”, texto originalmente defendido na Faculdade de Ciências e Leis da Universidade do Chile, em 12 de novembro de 1844. Com essa publicação, parece-nos que Carvalho Guimarães concorda com a tese de Alberdi¹⁴⁰, embora não a comente o que nos impede aquilatar em qual nível se deu se essa concordância.

13.6.1937. Tentamos localizar esses desenhos no Instituto Histórico do Rio de Janeiro, resultando infrutíferas nossas buscas.

¹³⁹ Juan Batista Alberdi (Tucumán, 1810 - Paris, 1884). Autor de extensa obra jurídica e política abundantemente estudada em seu país. Extrapola nossos limites estudar sua obra; interessa-nos apenas destacar alguns pontos de sua “Memória” publicada no *Ostensor*. Para uma maior análise da obra de Alberdi, veja-se *Autobiografía*. Buenos Aires: W. M. Jackson, sd; *Bases e pontos de partida para a organização política da república argentina*, Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1941; Juan Pablo OLIVER. *El Verdadero Alberdi – genesis del liberalismo económico argentino*. Buenos Aires: Editora Dictio, 1977. Dentre a vasta bibliografia sobre Alberdi, relacionado com nossa temática, veja-se o recente estudo, de Amy Caldwell de FARIAS, “As fronteiras que dividem – Alberdi e a questão da identidade americana”. In Vários Autores. *Os trabalhos e os dias – ensaios de interpretação marxista*. Passo Fundo: EdUPF, 2000.

¹⁴⁰ É importante assinalarmos que as *Bases para a organização política da Confederação da Argentina*, é de 1852, posterior portanto aos contatos que Carvalho Guimarães teve com a obra de Alberdi; nas *Bases*, Alberdi propõe que “Povoar é civilizar quando se faz com gente civilizada, isto é, com populações da Europa civilizada. Por isso disse na Constituição que o governo deve fomentar a imigração européia. Povoar, porém, não é civilizar, senão embrutecer, quando se povoa com *chinos* e com *índios* da Ásia e com negros da África. Povoar é empestar, corromper, degenerar, envenenar um país, quando, em vez de servir-se da flor da população trabalhadora da Europa, se povoa com o lixo da Europa atrasada e menos culta.” (edição citada, p. 37). Vale destacar que o prefaciador brasileiro da edição de 1940 ratifica a posição “civilizatória” de Alberdi (p. 16). Esta obra teve recente reedição no Brasil com título *Fundamentos da organização política da Argentina*. Campinas: EdUNICAMP, 1994.

A Memória foi publicada em cinco partes.¹⁴¹ Propondo fundamentalmente a realização de um Congresso para que a América do Sul se organizasse em nível continental, o estudo sugere “objetos e interesses que dariam matéria para as deliberações” além de demonstrar as vantagens que cada país teria com a realização de tal Congresso e de refutar os perigos e inconveniências apregoadas por alguns opositores. Como tema inicial, o Congresso discutiria a fixação dos limites territoriais:

A América, senhores, está mal feita, se me é permitido empregar esta expressão. É mister recompor seu mapa *geográfico político*. É um edificio velho, construído segundo um pensamento que já caducou (...) As divisões de geografia política não são coisas normais e imutáveis como as obras da natureza: são variáveis como a política que as estabelecer.¹⁴²

As propostas desse Congresso são abrangentes, tratando desde a fixação do território, o uso dos rios, a criação de um “papel moeda americano e geral, e por esse meio se lançariam os fundamentos para a criação de um banco e de um crédito público continental”; defende a criação de universidades e a importância de realizar pesquisas científicas; discorre sobre as patentes de inventos, sobre um Direito comum aos países sul-americano, sobre a necessidade de construir estradas e desenvolver a “nação fluvial” para interligar os países, enfim tudo deveria ser comum a todos os países sul-americanos. Como vemos, são variadas as temáticas que o Congresso discutiria, porém, nesse momento, Alberdi apenas enuncia a questão com o “povoamento” das grandes regiões “desertas” americanas, que completaria a colonização iniciada pelas metrópoles européias. Esta questão será posteriormente trabalhada com profundidade e se constituirá

¹⁴¹ *Ostensor Brasileiro*, números 37, 38, 39, 40 e 41.

¹⁴² *Ostensor Brasileiro*. p. 291 e p. 297.

num dos temas centrais tratados por Alberdi, que via como benéfica apenas a colonização feita por descendentes de europeus.¹⁴³

O tema de um congresso geral americano foi bastante difundido e polêmico entre os intelectuais hispano-americanos na década de 40, com precedentes concretos como o Congresso Hispano-americano, reunido em 1828 por Simon Bolívar no Panamá, ou o realizado no México em 1838 pela iniciativa do ministro Juan de Dios Canedo, ou ainda o proposto pelo presidente do Chile, General Bulnes, em 1841/42.¹⁴⁴ Estes congressos propugnavam a integração dos países latino-americanos, a maioria repúblicas, tema que afastava o Imperador Pedro II bem como as elites governantes brasileiras, escravocratas e monarquistas. Assim, observamos que se não era de interesse dessas elites promoverem políticas de integração do Brasil com as repúblicas hispano-americanas, desenvolveram-se práticas de intercâmbios culturais, que como veremos é o proposto por Mármol. Se em Alberdi, o tom é mais geo-político e econômico, em Mármol prevalece o político-cultural.

José Mármol¹⁴⁵ publica, no *Ostensor*, “Juventude Progressista do Rio de Janeiro” e “Fragmento ‘Da minha carteira de viagem’”. Em ambos os textos, a temática central é a

¹⁴³ Nas *Bases* Alberdi entende que “(...) governar é povoar (...) é instruir, educar, moralizar, melhorar a raça; é enriquecer, civilizar, fortalecer e afirmar a liberdade do país (...) Povoar é civilizar, quando se faz com gente civilizada, isto é, com população da Europa civilizada. Por isso disse na Constituição que o governo deve fomentar a *imigração européia*. Povoar, porém, não é civilizar senão embrutecer, quando se povoa com *chinos* e com *índios* da Ásia e com negros da África.” In *Bases* (...) ob. cit. pp. 36 - 37.

¹⁴⁴ A idéia de um Congresso Geral Americano persistiu ao longo do século XIX, com reuniões feitas em 1857, em 1864-5; entre os opositores a estes congressos estavam intelectuais e políticos do porte de Florêncio Varela, Domingos Sarmiento. Veja-se a respeito Juan Pablo OLIVER. *El verdadero Alberdi*. ob. cit.. pp. 203-216.

¹⁴⁵ José Mármol foi jornalista, poeta, romancista, político; viveu no Rio de Janeiro em duas ocasiões: em 1835, por volta dos 17 anos, quando a família instala-se nesta cidade, e anos mais tarde, de 1843 a 1846, desta vez exilado do governo Rosas. Também viveu no Peru, Chile, Uruguai. Foi senador em Buenos Aires, onde fundou e colaborou em vários jornais; por ocasião da Guerra contra o Paraguai (1865 - 1870), polemiza, desde o jornal *La Tribuna*, a formação da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Na literatura, Mármol publicou *Cantos del Peregrino* (parte dos quais escritos no Rio de Janeiro), em 1846/47, *Asesinato del Sr. Dr. Florêncio Varela*, em 1848, *Manuela Rosas*, 1850, *Armonías*, 1851 e *Amália*, 1851. É também extensa a bibliografia argentina sobre Mármol. Em *Contribución a la Bibliografía de José Mármol*, publicada pela Universidad Nacional de La Plata, em 1974, Liliana

necessidade de uma América livre e “civilizada” com uma independência cultural, evidentemente ligada a dependência econômica e política em que se encontravam os países latino-americanos:

[Achareis] Que na América só existem três classes.

A classe bárbara, que não lê, porque não sabe.

A classe que especula com os destinos públicos e tiraniza o povo, que só escreve leis ruins, e que só lê suas próprias leis.

A classe comercial, que monopoliza as riquezas públicas, e forma uma aristocracia poderosa e despótica sobre o resto da sociedade. Esta classe lê unicamente cifras e seu alfabeto compõe-se de apenas dez caracteres. (...)

América! Quando a liberdade tiver cravado seu trono de alabastro debaixo do teu formoso céu: quando a civilização se derramar sobre as fronteiras de teus filhos, belas como o sol que as doura, o Gênio americano abrirá suas asas sobre o mundo, e, à sua sombra, os Andes e o deserto, o Paraná e o Amazonas, tuas flores e teus bosques, tuas tradições e tuas glórias, não serão já senão propriedades de teus filhos.(...)

Temos de continuar a revolução, porque a Espanha e Portugal ainda imperam em suas antigas colônias; e temos de firmar uma independência, quiçá a mais cara, - a independência intelectual.

Independência intelectual e filosófica.

Independência ideológica.

Independência de expressão.

Só depois de termos conseguido tudo isto, teremos uma literatura e um Gênio Americanos.

Isto, porém, não é um princípio, mas uma consequência de outro trabalho anterior: - O trabalho contra as reações que se efetuam em nós. Sua fonte encontra-se nas instituições.

As instituições não são na América a expressão das necessidades sociais, porém da política anormal de seus governos.

Giannangeli procede a um extenso levantamento da obra de Mármol, suas poesias, romances, artigos, reedições, as traduções e as publicações sobre ele, totalizando o número nada insignificante de 811 títulos, até aquela data. Relacionados aos objetivos de nossa tese, isto é, tratando de apontar as trocas com intelectuais brasileiros, referimos os trabalhos já citados de Raúl Antelo (1998) e Adriana Amante (1998).

Logo, é com os governos que deveis encarar-vos frente a frente, com o valor que resulta da justiça de vossa causa, e a confiança na opinião do povo, cujo bom senso supre a civilização que lhe falta. (...)

Quando essa revolução tiver dado seu último resultado, a sociedade viverá no seio da liberdade; terá suas classes, e o Gênio e a virtude terão igualmente as suas.

Uma vez em seu teatro, representarão o seu papel, e a magnificência americana terá uma lira e um pincel americanos.”¹⁴⁶

Em que pese o arroubo e mesmo a eloquência dessas palavras, o que conta é que Mármol expõe acuradamente a importância da independência intelectual latino-americana. Independência que precisa ser assumida pela “juventude progressista do Rio de Janeiro”. Nesse sentido, Mármol trata da necessidade de se ter uma literatura nacional, que, como temos visto, é a temática central dos escritores do período. Escreve Mármol “É hoje [o romance] o gênero de composição favorito para se escrever a história de um país com a pena da imaginação; é a segunda irmã [sic] da história política”.¹⁴⁷ Efetivamente, poucos anos depois, Mármol publicará *Amália*, inicialmente como romance-folhetim no suplemento literário do jornal *La Semana*, em Montevideo, e colocado entre os primeiros romances produzidas na Argentina. O romance, de grande sucesso¹⁴⁸, constitui-se em verdadeira “história política” durante o governo de Rosas. Apesar de seu “partidarismo explícito”, favorável aos unitários, *Amália* traz um extraordinário interesse como retrato de uma época decisiva na constituição da República Argentina. Tecendo algumas considerações sobre esse seu romance, e sobre a

¹⁴⁶ “Fragmento ‘Da minha carteira de viagem’” in *Ostensor Brasileiro*, pp.193–194.

¹⁴⁷ “Juventude Progressista do Rio de Janeiro” in *Ostensor Brasileiro*, p. 365.

¹⁴⁸ Segundo levantamento feito Lilitiana Giannangeli, *Amália* teve 27 edições até 1972 (a edição por nós consultada é posterior), com traduções para o alemão (1898), o inglês (1919), o russo (1868). Desconhecemos tradução ao português. A obra teve adaptações para poesia, teatro (em 1924, 1929 e 1936), música (1929 e 1938) e cinema (1915 e 1936). Lilitiana GIANNANGELI. *Contribución a la Bibliografía de José Mármol*. La Plata: Universidad de La Plata, 1972.

relação da literatura com a verdade histórica, José Mármol escreve, em maio 1851, em Montevideo:

A maior parte dos personagens históricos desta novela existe ainda, e ocupa a posição política ou social que ao tempo em que ocorreram os sucessos que se vão ler. Porém o autor, por uma ficção calculada, supõe que escreva sua obra com algumas generalizações intermediárias entre ela e aqueles. E esta é a razão por que o leitor não achará nunca os tempos presentes empregados ao falar de Rosas, de sua família, de seus ministros, etc.

O autor acreditou que tal sistema convinha tanto para melhor clareza da narração, quanto ao porvir da obra, destinada a ser lida, como tudo o que se escreva, bom ou mau, relativo a época dramática da ditadura argentina, pelas gerações vindouras; com quem então se harmonizará perfeitamente o sistema aqui adotado, de escrever sob uma forma retrospectiva personagens que vivem na atualidade.¹⁴⁹

No desenrolar do romance, com oitocentas e onze páginas na edição por nós consultada, Mármol enuncia, e denuncia, uma série de documentos e cartas importantes com relação ao autoritarismo e a corrupção do governo de Rosas. Faz uso constante da nota de rodapé para situar historicamente - portanto como verdade histórica - determinadas batalhas, personagens, festas, eventos. Ao longo de todo o romance, fica explícita a parcialidade de Mármol na defesa aos unitários e no execrar os federalistas, bem como a discriminação que a sociedade portenha de então tinha para com os indígenas, os negros e os imigrantes chineses. Mármol usa como fonte e insere no texto relatórios oficiais, cartas, jornais, e refere-se permanentemente à verdade histórica, ou pelo menos aquilo que ele entende como verdade, pois o romance chega a quase se transformar num libelo contra Rosas. Aliás, já nas páginas do *Ostensor* Mármol criticara o governante argentino:

[Após o processo de independência] Apareceu logo a reação do velho absolutismo, apoiada, como era natural, no poder do bárbaro dos sertões, e representada bem, maravilhosamente bem, na pessoa de D. João Manoel Rosas. Este homem que tanto tem chamado a atenção do mundo por seus escândalos de barbaria, nada tem feito senão constituir num todo os elementos dispersos de reação que existiam na república; fazer-se o representante dos instintos selvagens de Gaúcho revoltado contra as tendências civilizadoras do homem da cidade, e dirigir esses instintos contra todo aquele que pudesse frutificar mais tarde uma idéia de civilização.¹⁵⁰

Para Mármol, a civilização está, pois, com o homem da cidade, isto é, com Buenos Aires e Rosas é o bárbaro homem do campo. E completa, ao final do artigo:

Mui longe estamos de fazer a Rosas a injustiça de crê-lo simplesmente um caudilho militar, a quem a fortuna tenha protegido a seu capricho. Não; Rosas é a encarnação dos instintos reacionários do povo bárbaro da América.¹⁵¹

Naturalmente a complexa questão disputada entre unitários e federalistas, bem como o contraditório governo de Rosas, não se limitou, no Rio de Janeiro, apenas à visão apregoadada por Mármol, via *Ostensor*. Uma das contraposições é apresentada pelo jornal *O Americano - Jornal Político, Litterário, e Moral* (Rio de Janeiro, 1847/1848), editado por Gonçalves Dias e Adriano Chaves. Este jornal trata quase exclusivamente de política, defende Pedro II e a Monarquia. Na temática argentina, toma francamente a defesa de Rosas e é contra os unitários:

¹⁴⁹ In “Explicación” a *Amália*, edição preparada por Teodosio Fernández Rodríguez, Madrid: Ed. Nacional, 1984.

¹⁵⁰ “Juventude Progressista do Rio de Janeiro” in *Ostensor Brasileiro*, p. 372.

¹⁵¹ Idem ibidem, p.384.

Todos convêm que com suma energia e dignidade há sabido este político [João Manoel Rosas] defender os direitos de sua pátria contra as nações poderosas: por isso as simpatias da América hão de ser em seu favor. (...) se fôssemos a crer nas palavras de seus inimigos, teríamos no general Rosas o monstro mais execrando a quem nenhum crime seria estranho. Se para aceitar por verdadeiro qualquer fato, fizessem dele todos os homens um maduro exame, essas calúnias por ninguém seriam cridas, pois os Unitários elevando até o impossível os crimes de que acusam o seu contrário dão nessas acusações a prova de sua falsidade.¹⁵²

Vemos pois que discutir a temática dos unitários e federalistas, ou seja da “civilização e barbárie”, significava discutir também quem eram ou o que eram os argentinos, era também debatida no Brasil, evidentemente que numa projeção menor do que em Buenos Aires ou Montevideo. Vale assinalar que, segundo o catálogo das publicações jornalísticas¹⁵³ que circularam em Buenos Aires na década de 1840, dentre os periódicos estrangeiros havia apenas dois jornais brasileiros: *O Americano* (aliás, atualmente ainda encontra-se a coleção completa desse jornal no setor de periódicos da

¹⁵² E prossegue: “Não carece de expor mais à vista de nossos leitores para mostrar a insolência com que nos tratam [os unitários] e a arrogância com que nos ameaçam, igualmente a arrogância e a insolência desses pseudo-americanos.” *O Americano – Jornal Político, Literário e Moral*, 17 de outubro de 1847. Em artigo publicado em 18 de dezembro de 1847, os editores criticam o *Facundo*, de Sarmiento, o que demonstra que a obra circulava pelo Rio de Janeiro. Em linhas gerais, *O Americano* está muito bem estruturado no tratar as questões políticas e econômicas do Prata; também deixa bem claro sua preocupação com os assuntos Americanos, publicando artigos de caráter político e econômico sobre a Bolívia, Chile, Uruguai, Paraguai, Equador, Centro-América. Inserindo permanentemente o Brasil no contexto latino-americano (“O Brasil está na América!” diz o jornal na edição de 13 de maio de 1848), todavia defende uma posição claramente anti-republicana. Apesar de em seu título anunciar-se como literário, *O Americano* não aborda temas literários, apenas publicando esporadicamente algumas poesias.

¹⁵³ *Un Siglo de periódicos en la Biblioteca Nacional (políticos) – catálogo por fechas 1800 – 1899*. Buenos Aires: Imprenta de la Biblioteca Nacional, 1935 Na análise do catálogo percebemos que na década de 1840, auge da ditadura de Rosas, circulavam na Argentina cerca de 32 jornais, dos quais apenas oito eram argentinos (os demais eram de Montevideo, Lima, Santiago, Madrid); na década anterior, 1830, havia cerca de 30 jornais argentinos e na década posterior, 1850, a cifra sobe para cerca de 90 jornais argentinos (muitos com circulação irregular). A conclusão que se pode tirar, num primeiro momento, é que nos anos 40 Rosas possivelmente tenha controlado a imprensa argentina.

Biblioteca Nacional, em Buenos Aires) e o *O Povo Piratini e Cassapava* (com esparsos exemplares entre 1º de setembro de 1839 e 9 de maio de 1840).

A discussão entre barbárie e civilização não se apresenta, porém, no *Ostensor*, pelo menos não da maneira como aquela proposta pelos unitários. Embora o projeto civilizatório faça parte, permanentemente, da linha editorial do jornal, como vimos anteriormente ele se dá muito mais no plano de debater a necessidade de instruir o conjunto da população, de criar e preservar a memória, os edifícios, os monumentos, de resgatar a história do país, do que num enfrentamento direto com as elites governantes.

No entanto, como temos analisado, no momento em que as elites conservadoras brasileiras defendem a monarquia, e parte dela ainda defende a monarquia portuguesa no Brasil, Carvalho Guimarães edita um jornal que publica autores claramente defendendo a República. Publicando Mármol e Alberdi, intelectuais defensores do liberalismo republicano na Argentina; buscando ampliar a circulação do *Ostensor* a outros países sul-americanos; ambientando seu romance na Argentina, são pistas que nos permitem interpretar que Carvalho Guimarães seria simpático à causa da república brasileira, ou pelo menos aos pensadores republicanos, ao mesmo tempo em que procuraria situar o Brasil num contexto sul-americano.

Ao mesmo tempo, intelectuais brasileiros estudam e publicam artigos sobre a literatura argentina, e intelectuais argentinos que vivem no Brasil também estudam e publicam artigos sobre a literatura brasileira. Ambos estudos e publicações são entremeados pela temática central que era a construção da nação. Estas práticas geraram um ambiente cultural de intercâmbios recíprocos com o projeto comum a alguns intelectuais de ambos os países de instituição de uma história e de uma literatura nacionais.

Chegamos, dessa maneira, ainda que numa dimensão fragmentária e indiciária, ao nosso objetivo inicial de identificar sociabilidades intelectuais entre brasileiros e hispano-americanos, nomeadamente entre brasileiros e argentinos. Em sendo assim, o Brasil não teria estado, ao longo do Oitocentos, completamente de “costas voltadas” para os demais países latino-americanos.

Considerações Finais

Porque, não há dúvida, entre nossas heranças ibéricas tão unidas e superiores, herdamos também essa parte cão e gato do destino (...) Porém as terras, os climas, as exigências diferentes da América, não implicam um olvido, uma superação de heranças ruins? Sem intercâmbios doutrinários, nem boas vizinhanças rituais, sem monroísmos facilmente descontroláveis, nem hispanidades fascistizantes, só pela simples glória de viver mais humana e completamente um destino?

Mário de Andrade, 1944 - O Brasil na América

É fato usualmente reconhecido pela historiografia latino-americana, que o continente se divide em dois pólos “cão e gato”, para usarmos a expressão de Mário de Andrade: a hispano-américa e a luso-américa, assim denominadas como decorrência das formas pelas quais se processaram a chegada e a conquista dos europeus no Novo Mundo. Do ponto de vista brasileiro, essa divisão se dá em planos contraditórios no sentido de se ver e ao mesmo tempo não se ver como América Latina, ao modo proposto por Maria Ligia Coelho Prado: “Penso que podemos afirmar que o Brasil é e, ao mesmo tempo, não é América Latina. O Brasil afirmou-se e afirma-se como América Latina em diversas e variadas manifestações políticas, mas também nega sua identidade, ignorando, desqualificando e formando estereótipos negativos relacionados ao mundo hispano-americano”.¹

¹ Maria Ligia Coelho PRADO. *América Latina no século XIX. Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: EdUSC/EdUSP, 1999. p. 20.

É também usualmente reconhecido pela historiografia, que essa polarização se efetua e consolida ao longo dos processos de independência dos países latino-americanos, momento de formação dos estados nacionais, em sua maioria ocorridos na primeira metade do século XIX. No Brasil, pesquisar este período contempla questões polêmicas contemporâneas, como a questão do nacional, a questão da latino-americanidade brasileira, a composição étnica do povo brasileiro. No plano cultural, particularmente na “cidade letrada”, a primeira metade do século XIX se caracteriza por aceleradas modificações conjunturais, marcadas pela instalação da imprensa no Brasil, pela criação das primeiras faculdades de Direito em São Paulo e Olinda, de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia, pela acentuada difusão do romance e das revistas literárias, pela instituição de uma historiografia nacional. Todavia, o discurso literário, assim como o historiográfico, que predominou ao longo Oitocentos, não incluiu a latino-americanidade brasileira o que não quer dizer que não tenha havido tentativas, naquela época, no sentido de propor o Brasil na realidade americana.

Embora o Romantismo europeu, ao qual costumamos filiar os escritores brasileiros de meados do Oitocentos, tenha exercido papel hegemônico na literatura brasileira de então, atualmente a historiografia e a crítica literária têm retomado autores nos quais percebemos formas originais de propor a literatura e o país. É o caso por nós examinado em Vicente Pereira de Carvalho Guimarães.

Além de experimentarmos especial sabor em trabalhar com autor pouco conhecido, praticamente inédito, os quatro romances de Carvalho Guimarães oportunizam uma peculiar análise dos anos quarenta do Oitocentos brasileiro. Nesse sentido, como refere Carlos Guilherme Mota, “É fato consabido que nada mais definitivo há do que a produção literária para sublinhar uma identidade, quanto mais em se tratando de uma

reflexão *histórica* sobre essa literatura”.² A literatura aliás, tem sido, ao longo da nossa história, um dos meios privilegiados através do qual o Brasil procura pensar-se a si mesmo. Limitemo-nos a exemplos clássicos: em *Grande Sertão: Veredas* (1956), de Guimarães Rosa, Riobaldo é a representação do Brasil; em *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade, Macunaíma é a consubstanciação da gente brasileira; em *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911), de Lima Barreto, Policarpo é o patriota crítico das políticas brasileiras; em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis, Brás Cubas remete à fundação do Brasil.

Em Carvalho Guimarães, é possível pensarmos num certo “aborrecimento com as histórias européias” – “histórias de além mar já aborrecem”, diria o autor a certa altura de *A Guerra dos Emboabas*. Estariam os leitores, ou pelo menos alguns leitores entre os quais os próprios escritores, enfadados com a enxurrada de literatura européia que então circulava no Brasil? Nessa perspectiva, os romances de Carvalho Guimarães apresentam-se como original instrumento de compreensão daquele período. Ainda como um veio subterrâneo nas letras brasileiras, estaria a interlocução que Carvalho Guimarães faz, via seu jornal, o *Ostensor Brasileiro*, em dois pontos principais: primeiro no sentido de mostrar o Brasil seja através de texto, seja através de imagens, ambas conjugadas no ideário de então de resgatar a memória histórica e instituir uma historiografia nacional; em segundo lugar, na intenção muito peculiar de estebelecer um intercâmbio com intelectuais argentinos que então viviam no Rio de Janeiro. Entre estes, particularmente José Mármol, escritor que posteriormente fará enorme sucesso na Argentina, com seu romance *Amália*. Percebemos pois, em Carvalho Guimarães, a intenção de mostrar um Brasil inserido, em palavras de hoje, num contexto latino-

² Carlos Guilherme MOTA. “Idéias de Brasil: formação e problemas (1817 – 1850) in Carlos Guilherm MOTA (org). *Viagem incompleta (1500-2000) – Formação: Histórias*. São Paulo: SENAC, 2000. p.

americano. Por óbvio não se trata de negar a influência européia na literatura brasileira do século XIX, mas sim de investigar os pouco explorados interesses comuns entre intelectuais latino-americanos daquele período.

Essa inserção, que chamamos de subterrânea, ao mesmo tempo que fragmentária, se deu, ao nosso ver, em distintos momentos, em diversas regiões do país, sob variadas óticas. Delineamos, em nosso trabalho, como a “latino-americanidade” ocorreu, na dimensão literária, aproximadamente entre 1838 –1849, particularmente através da obra de Carvalho Guimarães. Fazemos essa afirmação, fundamentando-nos no proposto por José Honório Rodrigues: “mesmo quando o historiador não possui todos os elementos de convicção por deficiência de provas - como é usual na história contemporânea -, ele deve fazer um julgamento, ainda que provisório”. E completa: “Muitas vezes não possuímos a prova documental - e tantas outras vezes nunca a possuiremos -, mas são tantos os indícios, que a presunção pode firmar-se (...). Muitas vezes não há provas (...) mas outros fatos equivalentes, no caso, às provas, fazem presumir a verdade. Neste caso - e na pesquisa histórica isso é comum -, os fatos servem como “chaves”, tal como nas estórias policiais de Sherlock Holmes, quando cinzeiros usados, manchas de sangue, objetos deslocados fornecem a pista. Os fatos servem como indícios, circunstâncias agravantes da presunção, anterior à convicção e certeza; servem como quase-prova”.³

Procuramos, embora nessa dimensão fragmentária e indiciária, chegar à nossa hipótese inicial de identificar sociabilidades intelectuais entre brasileiros e hispano-americanos, vale dizer, brasileiros e argentinos, no sentido de inserir o Brasil no contexto latino-americano. Problematizamos, pois, a idéia usual de que o Brasil esteve sempre de “costas voltadas” para os países da América do Sul, ou, como diríamos

225.

³ José Honório RODRIGUES. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. p. 33

atualmente, para os demais países da América Latina. Temos clareza dos limites que essa afirmação carrega bem como alimentamos a expectativa de que essa vertente venha a ser aprofundada por outros historiadores, munidos de novas abordagens e novos instrumentos capazes de, com maior propriedade, explorar os difíceis caminhos da integração latino-americana, para que possamos melhor compreender o Oitocentos brasileiro.

Mas principalmente esperamos, com nosso trabalho, proporcionar uma modesta contribuição para a história literária brasileira no sentido de trazer a público a obra de Vicente Pereira de Carvalho Guimarães.

CRONOLOGIA

CRONOLOGIA DE CARVALHO GUIMARÃES COM ALGUNS MARCOS POLÍTICOS E LITERÁRIOS

- 1820 – Vicente Pereira de Carvalho Guimarães nasce na cidade do Porto em Portugal, sob o clima da Revolta do Porto.
- 1822 – Independência do Brasil, proclamada por Pedro I.
- 1824- Revolução republicana em Pernambuco, que estabeleceu a Confederação do Equador.
- 1831 – Abdicação de Pedro I, inicia-se o período regencial.
- 1832 – Criadas as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro.
- 1835 – Irrumpem vários conflitos: no Rio Grande do Sul, a Guerra dos Farrapos; no Pará, a Cabanagem; na Bahia a Revolta dos Malês.
- 1836 – Publicada a *Niterói – Revista Brasileira de Ciências, Letras, Artes*, por Manuel Moreira Neves, Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre, Pereira da Silva, marco literário no Romantismo brasileiro.
- 1837 – Ocorre a Sabinada, na Bahia.
- 1838 – Aos 18 anos, Carvalho Guimarães encontra-se no Rio de Janeiro.
- Criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- Regulamentação do Arquivo Nacional e do Colégio Pedro II.
- Começa a circular o jornal *Museu Universal* (1838 – 1844).
- Irrompe a Balaiada, no Maranhão.
- 1839 – Carvalho Guimarães publica a poesia “A filha perdida”, no *Museu Universal*.

1840 – Carvalho Guimarães inicia uma viagem, por terra, a Mariana e Vila Rica, de grande importância para sua produção literária.

Golpe da Maioridade, declarando Pedro II Imperador do Brasil.

1842- Publicação do livro *Álbum poético*, impresso no Rio de Janeiro pela Typographia Universal Laemmert.

Publicação das poesias “A Noiva do Tropeiro”, “Prosopopéia”, “O Trono do Curayba”, “A Rosa do Deserto”, “A Morte”, todas no *Museu Universal*.

Agitações liberais em Minas Gerais e São Paulo.

1843 – Carvalho Guimarães publica as poesias “O Tocador de lote” e “A Cabana Índia” no *Museu Universal*.

Começa a circular a revista *Minerva Brasiliense*.

Von Martius publica *Como se deve escrever a história do Brasil*.

1844 – Carvalho Guimarães publica *Romanceiro Brasílico*, também impresso pela Typographia Universal Laemmert e a poesia “Dona Branca” no *Museu Universal*.

Joaquim Manoel de Macedo publica *A Moreninha*.

1845 – Edita, com João José Moreira, o *Ostensor Brasileiro – Jornal Literário Pictoreal*. Nesse jornal, publica seus romances *Jerônimo Barbalho Bezerra*, *A Guerra dos Emboabas*, *A Cruz de Pedra* e *Os jesuítas na América*.

Joaquim Manoel de Macedo publica *O Moço Loiro*.

Fim da Guerra dos Farrapos.

1846- Dá-se este como o presumível ano da morte de Carvalho Guimarães.

1847- Começa a circular *O Americano – Jornal Político, Literário e Moral*.

1848 – Revolução Praieira, em Pernambuco.

1998- Publicação em livro de *Jerônimo Barbalho Bezerra*, feita por Raul Antelo em *Algaravia – discursos de Nação*, pela editora da Universidade Federal de Santa Catarina.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Acervos Consultados

ARQUIVO NACIONAL - Rio de Janeiro

BIBLIOTECA CENTRAL DA UFSC - Florianópolis

BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL - Buenos Aires, Argentina

BIBLIOTECA NACIONAL - Rio de Janeiro

BIBLIOTECA NACIONAL - Buenos Aires, Argentina

BIBLIOTECA DO IFCH/UFRGS - Porto Alegre

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO - Rio de Janeiro

MUSEO MITRE - Buenos Aires, Argentina

REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA - Rio de Janeiro

2. Fontes

2.1. Periódicos

Comercio del Plata - Montevideo, 1845/1846.

Espelho Fluminense - Revista do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, 1843.

La Gaceta Mercantil - Diário Comercial, Mercantil, Político y Literário - Buenos Aires, 1845/51.

La Prensa - Buenos Aires, 13.6.1937

Minerva Brasiliense - Jornal de Ciências, Letras e Artes - Rio de Janeiro, 1843

Museu Universal – Jornal Político, Literário e Moral - Rio de Janeiro, 1847/1858

Ostensor Brasileiro – Jornal Literário Pictoreal - Rio de Janeiro, 1845/1846

O Americano – Rio de Janeiro, 1847/1848

Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o anno de 1846-
Rio de Janeiro, 1845/1846.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico - Rio de Janeiro, 1845/46.

2.2. Catálogos

Catálogo de periódicos brasileiros microfilmados. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/MinC/INL, 1994.

Catálogo Brasil 500 anos: experiência e destino – a invenção do estado-nação. Rio de Janeiro: MEC/FUNARTE; Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1999.

Un siglo de periódicos en la Biblioteca Nacional (políticos) –1800 – 1899. Buenos Aires: Imprenta de la Biblioteca Nacional, 1935.

2.3. Obras literárias

ANDRADE, Mário. *O turista aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

_____ *Poesia Completa*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1966.

_____ *Macunaíma - o Herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Martins, 1978.

ANDRADE, Oswald.. *Serafin Ponte Grande*. in *Obras Completas*. vol. II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ASSIS, Machado de [1881]. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. in *Obra completa*. 3 vols. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986

- BARRETO, Afonso Henriques de Lima [1911]. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CALVINO, Ítalo. *Se um viajante numa noite de inverno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CAMPOS, Haroldo de. *Galáxias*. São Paulo: Ex Libris, 1984.
- CASTRO, Ana Luiza de Azevedo e. [1868]. *D. Narcisa de Villar*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1997.
- CORTÁZAR, Julio. *Rayuela*. Madrid: Cátedra, 19984.
- DIAS, Gonçalves. “Meditação” e “Correspondência” in *Poesia completa e obra escolhida*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1959.
- DURÃO, Fr. José de Santa Rita [1781]. *Caramuru – poema épico do descobrimento da Bahia*. São Paulo: Edições Cultura, 1945.
- GUIMARÃES, V. P. de Carvalho. *A Cruz de Pedra* in *Ostensor Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1846.
- _____ *Álbum poético: poesias*. Rio de Janeiro: Typographia Irmãos Laemmert, 1842.
- _____ *A guerra dos emboabas* in *Ostensor Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1845.
- _____ *Jerônimo Barbalho Bezerra* in *Ostensor Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1845.
- _____ *Os jesuítas na América* in *Ostensor Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1846.
- _____ *Romanceiro Brasílico*. Rio de Janeiro: Typographia Irmãos Laemmert, 1844.
- GUTIÉRREZ, Juan Maria. *Poesias*. Biblioteca de Clásicos Argentinos. vol. XIX, Buenos Aires: Ediciones Estrada, 1945.

- JOYCE, James [1914/1921]. *Ulisses*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LISPECTOR, Clarice [1969]. *Uma Aprendizagem ou O Livro dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MACEDO, Joaquim Manoel de [1844]. *A moreninha*. São Paulo: Ática, s/d.
- _____ [1845]. *O Moço Loiro*. São Paulo: Ática, 1996.
- MARANHÃO, Haroldo. *O tetraneto del Rei*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- MÁRMOL, José [1851]. *Amália*. Madrid: Editora Nacional, 1984.
- _____ [1849]. *Asesinato del Sr. Dr. Florencio Varela - [1851] Manuela Rosas*. Buenos Aires: Casa Pardo, 1972.
- _____ [1847]. *Los cantos del peregrino*. Buenos Aires: Eudeba, 1965.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. *Do amor e outros demônios*. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- MEIRELLES, Cecília [1955]. *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- MIRANDA, Ana. *O retrato do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991
- MORAIS, Vinícius. *Antologia Poética*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- RIBEIRO, Julio. [1876]. *Padre Belchior de Pontes*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d.
- ROA BASTOS, Augusto [1974]. *Yo, El Supremo*. Madrid: Cátedra, 1983.
- _____ [1995]. *Madama Sui*. Madrid: Alfaguara, 1996.
- ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- SARAMAGO, José [1989]. *História do cerco de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SOUSANDRADE [1884?]. *O guesa errante in Poesia*. Rio de Janeiro: Agir, 1966
- TOLSTÓI, Leon [1863 - 1869]. *Guerra e Paz*. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.
- _____ *Ana Karênina*. São Paulo: Abril Cultural, 1971.

VERÍSSIMO, Erico. *O tempo e o vento*. Porto Alegre: Globo, 1966.

_____ [1966]. *O resto é silêncio*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

VIEIRA, Affonso Lopes. *O Romance de Amadis*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926.

2.4. Correspondências

Archivo del Doctor Juan Maria Gutierrez – Epistolário – Edición a cargo de Raúl J. Moglia y Miguel O. Garcia. Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, 1979. Vol. I.

2.5 . Outras obras

ALBERDI, Juan Batista [1834 – 1859] *Memorias y impresiones de viaje*. Buenos Aires: Libreria La Facultad, 1924.

_____ *Bases e pontos de partida para a organização política da República Argentina*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1941.

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. org. e intr. De Evaldo Cabral de Melo. São Paulo: Ed. 34, 2001.

FONSECA, Manuel da. [1752]. *Vida do venerável Padre Belchior das Pontes*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, s/d.

MARTIUS, Karl F. Ph. Von [1843] “Como se deve escrever a história do Brasil” in *Revista de História da América*. n. 42, Instituto Panamericano de Geografia e História, México, DF, 1956.

SARMIENTO, Domingos. F. [1845]. *Facundo*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

_____ [1855?]. *Campaña en el ejercito grande*. Buenos Aires: W.M. Jackson, s/d.

3. Bibliografia

3.1. Obras de referência

CALMON, Pedro. *História do Brasil* (7 volumes). Rio de Janeiro: ed. José Olympio, 1959.

HOLANDA, Sergio B. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira* (5 volumes). São Paulo: DIFEL, 1963.

NOVAES, Fernando A. (org.) *História da vida privada no Brasil* (4 volumes). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PIZARRO, Ana (org.) *América Latina : palavra, literatura e cultura* (3 volumes). São Paulo: Memorial; Campinas: UdNICAMP, 1995.

ZEA, Leopoldo (org.) *Fuentes de la cultura latino-americana* (3 volumes). México DF: Fondo de Cultura Económica, 1993.

3.1. Dicionários

BASTOS, J.T. da Silva. *Diccionario Etymológico, Prosódico e Ortográfico da Língua*

Portuguesa. Lisboa: Parceria Antonio Pereira Livraria Editora, 1928.

- BLAKE, Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902.
- FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *aurelio xxi: o dicionário da língua portuguesa*. (coord. ed. Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999
- FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954.
- HOUAISS, Antonio, VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LISBOA, Eugênio. *Dicionário Cronológico de autores portugueses*. Instituto Português do Livro e de Leitura. Portugal: Publicações Europa-América, 1990.
- SCHUMAHER, Schuma, BRAZIL, Érico Vital. (orgs). *Dicionário Mulheres do Brasil - de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Officinas da S.A. Lith., 1922.
- SILVA, Inocência Francisco da. *Diccionario Bibliographico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional, MDCCCLXII .

3.3. Bibliografia

- ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas/Mercado Aberto/Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 2000.
- ACERVO - Revista do Arquivo Nacional - Leituras e leitores*, n. 01/02, vol. 8, Rio de Janeiro, 1995.

- AGUIAR, Flávio et alii. *Gêneros da fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.
- AGUIAR, Flávio, CHIAPPINI, Ligia (org). *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: EdUSP/ Centro Angel Rama, 1993.
- AKRENAK, Ailton. “Antes o mundo não existia” in NOVAES, Adauto (org). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras/ Secr. Mun. de Educação, 1992.
- ALENCASTRO, Luis Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império” in NOVAIS, Fernando (org). *História da vida privada no Brasil*. vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- AMANTE, Adriana. “Las huellas del peregrino. El exílio en Brasil en la época de Rosas” in IGLESIA, Cristina (org). *Letras y divisas – ensaios sobre literatura y rosismo*, Buenos Aires: Ed. da Universidad de Buenos Aires, 1998.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____ *Comunidades imaginadas - reflexiones sobre el origem y la difusion del nacionalismo*. México: FCE, 1997.
- ANNALES - “Littérature et Histoire”. 49 Année, nº 2 Paris, 1994.
- ANTELO, Raúl (org). *Mário de Andrade - El paulista de la calle Florida*. Buenos Aires: Centro de Estudios Brasileños, 1979.
- _____ *Na ilha de Marapatá - Mario de Andrade lê os hispano-americanos*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Minc/Pró Memória/INL, 1986.
- _____ *Algaravia - Discursos de Nação*. Florianópolis: EdUFSC, 1998 .
- AVANCINI, José Augusto. *Expressão plástica e consciência nacional na crítica de Mário de Andrade*, Porto Alegre: EdUFRGS, 1998.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1971.

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BANDEIRA, L. A. Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata*. Brasília: EdUnB; São Paulo: Ensaio, 1995.
- BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito da História" in: *Magia e Técnica - Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Bíblia Sagrada* – edição pastoral. São Paulo: PAULUS GRÁFICA, 1995.
- BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação – Realidade da Soberania Brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- BOXER, C.R. *A idade de ouro no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.
- BRUNO, Sampaio. *O Brazil Mental*. Porto: Livraria Chardron, 1898.
- BURKE, Peter (org). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: EdUNESP, 1992.
- CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. vol. 2. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- CALELLO, Hugo. *Terrorismo de Estado y violencia psíquica*. Caracas: Trópikos, 1987.
- CALELLO, Hugo, NEUHAUS, Susana.(orgs). *Las vicisitudes del método en la sociedad delirante*. Buenos Aires: EdUBA, 1995.
- _____. *Método y antimétodo*. Buenos Aires: EdUBA, 1997
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. "A imprensa como fonte para a história do Brasil" in *Anais do V Simpósio dos Professores Universitários de História*. vol. 2, São Paulo: FFLCH/USP, 1971.

- CANDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. 2 vols. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- _____ "A Literatura durante o Império" in HOLLANDA, Sergio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. Vol. 3, São Paulo: DIFEL, 1967.
- CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras – o 'orbe literário' e a construção do império brasileiro*. Tese de Doutorado em História, IFCH/UNICAMP, Campinas, 2001
- CAPELATTO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EdUSP, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: EdUNB, 1981.
- _____. *A formação das almas – o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARPEAUX, Otto Maria. "Prosa e ficção do Romantismo" in GUISENBURG, Jacó. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- CASTRO, Vanderlei Pereira. "Política e administração de 1840 a 1848 – O quinquênio liberal" in HOLLANDA, Sergio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, Vol. 2, São Paulo: DIFEL, 1967.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CHALLOUB, Sidney, PEREIRA, Leonardo A. M. (orgs). *A História contada - capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro – do leitor ao navegador*. São Paulo: EdUNESP, 1998
- _____ *A ordem dos livros*. Brasília: EdUnB, 1994.

CHAVES, Flávio Loureiro. *História e literatura*, Porto Alegre: EdUFRGS. 1988.

CHIARAMONTE, Carlos. “El mito de los orígenes en la historiografía latinoamericana”
in *Cuadernos del Instituto Ravignani*, n. 2, Buenos Aires, s/d.

_____ “Formas de identidad política en el Rio de la Plata luego de 1810” in
Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani. n. 1,
3ª série, Buenos Aires, 1989.

COLI, Jorge. “A Pintura e o Olhar Sobre Si: Victor Meirelles e a Invenção de uma
História Visual no século XIX Brasileiro” in FREITAS, Marcos Cezar (org).
Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998.

COSTA, João Cruz. “O Pensamento Brasileiro sob o Império” in HOLANDA, Sergio
Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, Vol III, São
Paulo: DIFEL. 1963.

_____ *História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política indigenista no século XIX” in CUNHA,
Manuela Carneiro da. (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia
das Letras/FAPESP/SMC, 1998.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. “Política e Administração de 1640 a 1763” in
HOLANDA (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I, Vol. III, São
Paulo: DIFEL, 1960.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DECCA, Edgar de, LEMAIRE, Ria. *Pelas Margens – Outros caminhos da história e da
literatura*. Porto Alegre: EdUFRGS/ Campinas: EdUNICAMP, 2000.

- DIAS, Maria Odila Silva. “Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea” in *Projeto História* – Revista do PPGHIST/PUC/SP, n. 17, São Paulo, 1998.
- _____ “Hermenêutica e narrativa”, Prefácio in SEVECENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DONGHI, Túlio Halperín. *Projeto y construcción de una nación*. Caracas: Biblioteca Ayacucho (vol. 68), 1980.
- DOYLE, Plínio. “História de revistas e jornais literários” in *Revista do livro*, n. 39, Rio de Janeiro, INL, 1969.
- EULÁLIO, Alexandre. “O século XIX - Tradição e ruptura” in WALDMAN, Berta, DANTAS, Luis (org). *Alexandre Eulálio – Escritos*. Campinas: EdUNICAMP; São Paulo: EdUNESP, 1992.
- FRANCHETTI, Paulo. “A poesia romântica” In PIZARRO, Ana (org). *América Latina – palavra, literatura e cultura*, vol 2. Campinas: EdUNICAMP; São Paulo: Memorial, 1994.
- FERREIRA, Jorge, SOARES, Mariza de Carvalho (orgs). *A História vai ao cinema*. São Paulo: Record, 2001.
- FREITAS, Marcos Cezar de. “Historiografia e paradigma: uma viagem de Ginzburg a Buarque de Holanda” in *Horizontes – Dossiê: Historiografia & Cultura*. Bragança Paulista: Núcleo de Publicação Científica do IPPEX..
- _____ (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória – cotidiano e trabalho da mulher nas Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EdUnB, 1993.

FONSECA, Gondim. *Biografia do Jornalismo Carioca (1808 – 1908)*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941.

GIANNANGELI, Liliana. *Contribución a la Bibliografía de José Mármol*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 1972.

GUINSBURG, Jacó “Romantismo, historicismo e história” in GUINSBURG, Jacó (org). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GINZBURG, Carlo . *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____ *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1991.

_____ *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____ “Estranhamento - pré história de um procedimento literário” in *Olhos de Madeira – nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

GLÉNISSEON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: DIFEL, 1983.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____ *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____ *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil - sua História*. São Paulo: EdUSP, 1985.

HOBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____ *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

- _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- _____. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1977.
- _____. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- HOUAISS, Antonio. *Elementos de Bibliologia*. São Paulo: Hucitec/INL/Pró-Memória, 1983.
- HUBER, Siegfred. *O segredo dos Incas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966.
- JECUPÉ, Kaka Werá. *A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio*. São Paulo: Peirópolis, 1998.
- JOZEF, Bella. *História da literatura hispano-americana*. Rio de Janeiro: Francisco Alves/INL, 1982.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: EdUNICAMP, 1994.
- _____. "A história nova" in Jacques LE GOFF, CHARTIER, Roger, REVEL, Jacques. *A nova história*. Coimbra: Almedina, 1990.
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1983.
- LEITE, Miriam Moreira (org). *A condição feminina no Rio de Janeiro: século XIX*. São Paulo: HUCITEC/EdUSP/Pró Memória, 1984.
- LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e Libertários – pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LUKÁCS, Georg. *Marxismo e Teoria da Literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Ensaio sobre Literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos – a guerra dos jornalistas na Independência (1821 – 1822)*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

- LYRA, Maria de L. V. “Memória da Independência: Marcos e representações simbólicas” in *Revista Brasileira de História – Representações*, vol. 15, nº 29, São Paulo, ANPUH/Contexto, 1995.
- MARTIN, Gerald. “A Literatura, a Música e a Arte na América Latina da Independência a 1870” in BETHEL, Leslie (org). *História da América Latina*. Vol. III, São Paulo: EdUSP/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.
- MARTINS, F. de Souza. “Progresso do jornalismo no Brasil” In *Revista Trimestral – História e Geografia – Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Segunda Série – Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert, 1846.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. vol. II, São Paulo: Cultrix/EdUSP, 1977-1978.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. vol. I, Lisboa: Ed. Presença, 1976.
- _____ *A Ideologia Alemã*. Vol. II, Lisboa: Ed. Presença, 1980.
- _____ *A Sagrada Família*. São Paulo: Ed. Morales, s/d.
- MATTOS, Odilon N. de . “A Guerra dos Emboabas” in HOLANDA Sergio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I, vol. 1, São Paulo: DIFEL, 1967.
- MAUAD, Ana Maria. “Imagem e auto imagem no Segundo Império” in NOVAIS, Fernando (org). *História da vida privada no Brasil*. vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MEHY, José Carlos S. B. “[Viagem em torno de Mignolo]” in AGUIAR, Flávio Wolf de, CHIAPINI, Ligia. (orgs). *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: EdUSP, 1993.

- MEYER, Marlyse. *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1998.
- _____. *Folhetim uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MINDLIN, José. *Uma vida ente livros*. São Paulo: EdUSP/Companhia das Letras, 1997.
- MORAES, Rubens Borba de. *Livros e Bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- MORALES, Ernesto. “Argentina en Brasil”. *La Prensa*, Buenos Aires, 13 de junho de 1937.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Ática, 1977.
- _____. “(org.) *Viagem incompleta (1500-2000). Forma: História - A experiência brasileira*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000,
- MUZART, Zahidé. “Uma precursora: Ana Luiza de Azevedo e Castro” in CASTRO, Ana Luiza de Azevedo e. *D. Narcisa de Vilar*. Florianópolis: Ed. das Mulheres, 1997.
- MYERS, Jorge. “Hacia la completa palingenesia y civilización de las nacionaes americanas: literatura romantica y projecto social, 1830 – 1870” in PIZARRO, Ana (org). *América Latina: palavra, literatura e cultura – Emancipação do Discurso*, vol. 2. São Paulo: Memorial, Campinas: EdUNICAMP, 1994.
- NEVES, Lucia Maria Bastos P. “Leituras e leitores no Brasil, 1820 – 1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder” in *Acervo – revista do Arquivo Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 8, nº 1-2, jan-dez 1995.
- NORA, Pierre (org). *Ensaio de Ego-história*. Lisboa: edições 70, 1989.
- OLIVEIRA, Henrique L. P. *Tecnologias audiovisuais e Transformação social: o movimento de vídeo popular no Brasil (1984- 1995)*. Tese de Doutorado em História, PEPGH/PUC/SP, São Paulo, 2001.

- ORLANDI, Eni P. *Terra à vista - discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo, Cortez ; Campinas: EdUNICAMP, 1990.
- _____. *Análise do discurso*. Campinas: Pontes Editores, 1999.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PALLARES-BURKE, Maria Lucia. *The Spectador, o teatro das luzes - diálogo e imprensa no século XVII*. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- PAZ, Francisco. *Na poética da História – a realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: EdUFPR, 1996.
- PESAVENTO, Sandra J. “Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional” in LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra (orgs). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas: EdUNICAMP, 1999.
- PHELAN, John. L. “El origen de la idea de latinoamerica” in ZEA, Leopoldo (org) *Fuentes de la cultura latinoamericana*. Mexico: FCE, 1995.
- PINTO, Álvaro Vieira . *Consciência e realidade nacional* . Rio de Janeiro: ISEB. 1960.
- PIZARRO, Ana. *La literatura latinoamericana como processo*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.
- PRADO, Antonio Arnoni . *Sergio Buarque de Holanda – O espírito e a letra – estudos de crítica literária*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- PRADO, Maria Ligia Coelho. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual; Campinas: EdUNICAMP, 1985.
- _____. *América Latina no século XIX. Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: EdUSP/EdUSC, 1999.
- RAMA, Angel. *A cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RAMOS, Jorge A. *História de la nación latinoamericana*, Buenos Aires: ed. Piño Lilo, 1972.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro - a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1945.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.
- _____. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília:INL, 1978.
- ROSENFELD, Anatol, GUINSBURG, Jacó. “Romantismo e Classicismo” in GUINSBURG, Jacó (org). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- SARLO, Beatriz. *Juan Maria Gutiérrez: historiador y crítico de nuestra literatura*. Buenos Aires: Editorial Escuela, 1967.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. “Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial” in ABREU, Marcia (org). *Leitura*,

História e História da Leitura. Campinas: Mercado de Letras/ São Paulo: FAPESP, 2000.

_____ *Letras de Fundação: Varnhagem e Alencar – projetos de narrativa instituinte*. Dissertação de Mestrado em História, FFCHL/USP, São Paulo, 1992.

_____ *Os Jardins das Delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações de leitura na corte imperial*. Tese de Doutorado em História, FFCHL/USP, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERNA, Jorge Ruedas de La. “La novela romantica como documento de interpetación para la historia de las ideas en el siglo XIX” in *Revista de Historia de America*. nº 99, Instituto Panamericano de Geografia e Historia, Mexico, DF, 1985.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão - tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____ *Pindorama revisitada*. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000.

SILVA, Ludovico. *El estilo literário de Marx*. México: SIGLO XXI, 1975.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808 – 1821)*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. *Teoria da Literatura*. Lisboa: Livraria Almedina, 1995.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *Panorama do Conto Brasileiro – Os precursores do conto no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____. *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.
- SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica*. São Paulo: Cultrix/EdUSP, 1977.
- STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.
- STAROBINSKI, Jean. “A Literatura: o texto e seu intérprete” in LE GOFF, Jacques (org). *História: Novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988.
- SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. “O escritor como genealogista” in PIZARRO, Ana (org). *América Latina – Palavra, Literatura e Cultura*. vol. 2, São Paulo: Memorial; Campinas: EdUNICAMP, 1994.
- SUZANNET, Conde de. *O Brasil em 1845*, Rio de Janeiro: Livraria ed. Casa do Estudante do Brasil, 1957.
- URBAN, Greg. “A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas” in CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VEJO, Tomas Perez. “La pintura de História y la invención de las naciones” in *Locus – Revista de História*, v. 5, nº 1, Nucleo de História Regional, EdUFJF, Juiz de Fora, 1999.
- VESCIO, Luiz Eugenio, SANTOS, Pedro Brum (orgs) *Literatura & História – perspectivas e convergências*. Bauru: EdUSC, 1999.

VIANNA, Hélio. *Contribuição para a História da Imprensa Brasileira (1812 - 1869)*.

Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

WASSERMAN, Claudia. “A formação do Estado Nacional na América Latina: as emancipações políticas e o intrincado ordenamento dos novos países” in

WASSERMAN, Claudia. *História da América Latina: Cinco Séculos*, Porto Alegre: EdUFRGS, 1996.

WEBBER, João H. *A nação e o paraíso – a construção da nacionalidade na historiografia brasileira*. Florianópolis: EdUFSC, 1997.

WEINBERG, Felix. *La Literatura Argentina vista por un crítico brasileño em 1844*.

Rosário: Universidad Nacional del Litoral, 1961.

WHITE, Hayden. *Meta-História : A Imaginação Histórica do século XIX*, São Paulo:

EdUSP, 1992.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ANEXOS

ANEXO I

1) Critérios para a transcrição dos romances de Carvalho Guimarães

A língua portuguesa no Brasil sofreu várias reformas ortográficas desde 1845/6, anos em que Carvalho Guimarães publicou seus romances. Além disso, algumas palavras e expressões caíram em desuso e mesmo tiveram pequenos desvios de significado. Munidas de especial cuidado ao tratamento ortográfico no estabelecimento do texto, iniciamos as transcrições dos romances. A esse respeito, ensina Antônio Houaiss:

O estabelecimento do texto é, pois, a um tempo, um problema de ecdótica, de hermenêutica e de exegese. (...) Dessa forma, a inteligência de um texto se logra por um crivo:

- a) de todas as particularidades do texto, para que eventualmente qualquer uma dessas particularidades sirva de lição para qualquer outra do mesmo texto;
- b) de todas as particularidades e generalidades do contexto – no que, inclusive, a história, a erudição em geral, a geografia, a filologia, as idéias coetâneas, do autor, da sua geração, do país, da nação, do mundo, até o seu tempo, do passado, possam trazer suas luzes;
- c) dos textos alheios anteriores e contemporâneos do autor, na dupla operação (a) e (b) acima configuradas;
- d) destarte, na base do protótipo ou arquétipo, ou da edição de base, é actível volver o mais verossimilmente à edição príncipe ideal.¹

Orientando-nos principalmente pelas formulações de Antônio Houaiss, de Segismundo Spina² e de José Honório Rodrigues³, desenvolvemos uma metodologia e

¹ *Elementos de Bibliologia*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL-PRÓMEMÓRIA, 1983. p. 205

² *Introdução à Edótica*. São Paulo: Cultrix/EdUSP, 1977.

³ *Teoria da História do Brasil – Introdução Metodológica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. Principalmente o capítulo 13 “crítica de textos e a edição de documentos históricos” pp. 378 - 404.

estabelecemos alguns critérios que fundamentassem nossas transcrições, que foram os seguintes:

1.1) Quanto à pontuação: seguimos a pontuação dos romances de Carvalho Guimarães, mesmo quando não conforme às normas atuais⁴, porque consideramos a pontuação como estilo de cada autor concordando com o que ensina Antonio Houaiss:

(a) a variedade [de pontuação], de autor para autor, até no mesmo autor, através dos tempos, é elemento que, embora não aproveitado ainda para aprofundadas pesquisas filológicas, deve encerrar algum valor indicativo de alcance particular e, por via das conseqüências, de alcance geral;(b) a conexão que sempre houve entre a pontuação e o jogo rítmico-melódico-respiratório poderá quiçá, permitir que algum dia os estudos filológicos venham a elucidar a evolução do ritmo, da melodia, da cadência, de marcha da expressão falada, conjunto de fatos esse que se sente não ser estranho de modo nenhum à evolução geral de uma língua, como condicionado e como condicionante dessa evolução. Ora, no momento em que se descobrir a metodologia capaz de interpretar o ‘arbítrio’ da pontuação do passado para elucidação dos fatos acima referidos – nesse momento as edições críticas em que se adotou o critério da modernização da pontuação não terão, no particular, nenhuma ou quase nenhuma valia.⁵

Ainda com relação à pontuação⁶, adotamos os seguintes procedimentos:

- atualização da grafia das reticências, isto é, nos romances está grafado como; atualizamos para ...
- manutenção de hífens, asteriscos e parêntesis.

⁴ As duas únicas exceções foram: na prt 78, linha 37, após a palavra ‘sério’, no original havia dois pontos; no terceiro parágrafo da prt 82, linha 19, após a palavra ‘sair’, no original está sem a vírgula. Estas duas situações nos pareceram erros evidentes de composição gráfica.

⁵ Ob. cit. pp. 98 e 99.

⁶ A respeito da pontuação ver Antonio HOUAISS. *Elementos de Bibliologia*. ob. cit. pp. 90 a 99.

1.2) Quanto aos sinais diacríticos: procedemos a atualização do uso do acento grave, agudo, circunflexo, trema.

1.3) Quanto à atualização das palavras⁷:

a) simplificamos as consoantes dobradas : *bb, cc, dd, ff, gg, ll, mm, nn, pp, tt*, exceto os *rr, ss* (inclusive nos substantivos próprios, como Vila Rica, Mariana, Ana);

b) atualizamos os encontros consonantais : *mn, mpt, pt, ct*;

c) atualizamos o emprego do *j* e do *g*; do *ch* e do *x*; do *ss*, do *c* e do *ç*; do *s* e do *z*; do *h* nos derivados e prefixais;

d) atualizamos os dígrafos helenizantes – *ph, th, rh* (inclusive nos substantivos próprios)

e) substituímos o *k*, por *c* ou *qu*; o *y* por *i*; o *w* por *c* ou *qu*, *i*, *v* ou *u* (inclusive nos substantivos próprios).

1.4) Quanto às maiúsculas: mantivemos as maiúsculas sempre que Carvalho Guimarães faz uso delas.⁸

1.5) Quanto ao tratamento: mantivemos o tratamento empregado pelo autor, inclusive os atualmente em desuso.

1.6) Quanto ao uso de itálico: mantivemos o uso de itálicos sempre que Carvalho Guimarães o faz.

⁷ Idem pp. 87 a 90.

⁸ A respeito do uso de maiúsculas ver Antonio Houaiss, *Elementos de Bibliologia*. ob. cit. pp. 100 a 121.

1.7) Quanto ao uso do apóstrofe: atualizamos o uso do apóstrofe, por exemplo: “est’outra” por “esta outra”; “d’ess’alma” por “dessa alma”; “sobr’olho” por “sobrolho”; “d’além” por “de além”; “d’alva” por “alva”; “impedir-lh’o” por “impedi-lo”; “t’o” por “te”; “t’a” por “te”; nos substantivos próprios.

1.8) Quanto às palavras estrangeiras: mantivemos a grafia das palavras estrangeiras. No caso específico do espanhol, especialmente no romance *Os jesuítas na América*, mantivemos a grafia original, mesmo quando visivelmente escritas “erradas” porque não nos pareceu oportuno, pelo menos neste momento, identificar quais palavras deveriam ser atualizadas por terem sofrido modificação na língua espanhola e quais foram escritas “erroneamente” por Carvalho Guimarães, mais ou menos no que hoje chamamos de “portunhol”.

1.9) Observações gerais

Mesmo entendendo que futuramente, especialistas poderão proceder à edição crítica tanto dos romances quanto das poesias, bem como realizar investigações no campo dos estudos lingüísticos, dentre um significativo *corpus* existente nos romances e a título de ilustração, citamos alguns exemplos de variações filológicas e hermenêuticas :

- a) a palavra “substância” no sentido de modo: “começou a ler nesta substância”;
- b) a palavra “falhamos” no sentido de permanecer, ficar: “desde que aí falhamos três dias ”;
- c) a palavra “segurá-lo” no sentido de informar, dar ciência: “porém o pisar dos cavalos há de segurá-lo de minha paciência”;

d) a palavra “sacudido” no sentido de ágil, desembaraçado: “rapaz sacudido, e que fez seus estudos no Rio”.

Várias palavras empregadas por Carvalho Guimarães caíram em desuso; assim, tomamos como parâmetro o *Dicionário Aurélio*⁹ e o *Houaiss*¹⁰, por considerá-los dicionários de uso mais recorrente, para definir o critério de “atualidade”, ou seja, destacamos as palavras não dicionarizadas pelo Aurélio e Houaiss, ou ainda as que são dicionarizadas por eles mas cujo sentido não coube no texto, e buscamos seu significado no Laudelino¹¹, anotando como “não dicionarizada” aquelas que não localizamos em nenhum dos dicionários referidos. Tais palavras e expressões foram as seguintes:

Bacalhaos - [cf. Laudelino]: bacalhaus – azorrague de correias de couro cru torcidas, com que se castigavam os escravos no Brasil.

Cadeira - [cf. Laudelino]: bambo das pernas, descadeirado.

Coito - [cf. Laudelino]: variação de couto - refúgio, asilo, homizio, valhacouto.

Encastalhada - [cf. Laudelino]: encastalhar - juntar, unir.

Escontra - [cf. Laudelino]: em oposição à, defronte de.

Estopas - [cf. Laudelino]: estopas de terra - matéria filamentosa que se extrai de palmeiras do Brasil para servir de calafeto aos navios.

Esturro - [cf. Laudelino]: esturro – esturrinho – tabaco para cheirar, muito escuro, muito torrado.

Espiritadas - [cf. Laudelino]: espiritar – animar, excitar.

⁹ Aurélio B. de Holanda FERREIRA. *Aurélio xxi: o dicionário da língua portuguesa*. (coord. e ed. Margarida dos Anjos e Marina Baird Ferreira). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹⁰ Antonio HOUAISS, Mauro Salles VILLAR. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

¹¹ Laudelino FREIRE. *Grande e Novíssimo Dicionário de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

Feros - [cf. Laudelino] : fero – violento, impetuoso, furioso.

Harda - [cf. Laudelino]: espécie de doninha ou esquilo.

Levantuosa - não dicionarizada.

Pesadete - não dicionarizada.

Referta – não dicionarizada.

Reteúda – não dicionarizada.

Tossalato - [cf. Laudelino]: tesselo – pedra quadrada para lajear compartimentos de um edifício; cubo ou pedra de mosaico.

Trouxel - [cf. Laudelino]: o mesmo que trouxa.

Urupemba - [cf. Laudelino]: o mesmo que urupema – urupema: espécie de joeira de palha de cana para peneirar farinha de mandioca. Esse significado não faz sentido no contexto do romance. Todavia, no livro *Romanceiro Brasilico*, Carvalho Guimarães dá o significado de urupemba como “Espécie de saio que os selvagens de certas tribos trazem, feito do entre-casco de palmeira”.¹²

Pareceu-nos também oportuno destacar algumas expressões de época :

- “tomá-la em camisa”: não localizamos significado, embora no contexto do romance pareça-nos “tomá-la em camisola”, ou “tomá-la em trajes de dormir”;
- “coroados no pelo” : não localizamos significado;
- “ficar muito fresco no negócio” - [cf. Laudelino]: ficar fresco – mostrar-se indiferente a uma dor, não se comover com um caso triste;
- “tigre – loiro” : não localizamos significado;
- “uma pouca de terra”: não localizamos significado;

¹² *Romanceiro Brasilico*, p. 115.

- “romances de cavernas”: não localizamos significado;
- “corrida de canas”- [cf laudelino]: jogo antigo em que os jogadores, servindo-se de canas [tiras de couro cru das rédeas] parodiavam os torneios;
- “pistola (...) que apresentava seis ouvidos diferentes a um só cão”: não localizamos significado;
- jogos “de punhaladas de medidas”, “de punhaladas de polegadas”, “de meio ferro”, “de cabo” : não localizamos significado;
- rezar três coroas - [cf. Laudelino]: coroa – (litúrgico) meio rosário de contas, por onde se rezam sete padre-nossos e sete dezenas de ave-marias.

Para concluir estes breves critérios, apresentados muito mais com o intuito de indicarmos que estamos alertas para as problemáticas levantadas, retomamos ainda uma vez Antonio Houaiss, atentando para os cuidados a serem adotados ao se trabalhar com inéditos :

Os autógrafos de autor morto e os apógrafos – cópias de cópias que se remontam sucessivamente em princípio até o autógrafo, supérstite ou perdido – de copista morto merecem, em teoria, os mesmos cuidados e respeito, ainda que de valia diferente: são material que pertencem à história e cuja intangibilidade e inadulterabilidade devem ser preservadas. A publicação moderna, atual, de tais escritos constitui, quando se visa à fidedignidade e à fidelidade, o problema central da ecdótica e das técnicas e ciências afins. Não se justificam, desse modo, a título nenhum, por piedoso, moral, eufêmico que seja o pretexto, quaisquer que sejam as razões invocadas ou invocáveis, adjunções ao próprio documento, de esclarecimentos, retoques, avivamentos, glosas, rasuras – ainda que os móveis disso sejam os mais honestos e aparentemente legítimos. A preliminar mesma para que o manuseio de tais documentos seja facultado a quem quer que seja é que esse quem quer que seja esteja imbuído dessas noções.¹³

¹³ Antonio HOUAISS. *Elementos de bibliologia*. ob.cit. p. 71.

2) Índice alfabético das publicações do *Ostensor Brasileiro*

INDICE ALPHABETICO

DO PRIMEIRO VOLUME

80

OSTENSOR BRASILEIRO.

Albuquerque (Resposta de bom).	184	Cabo-Frio. —	
Aldeamento dos índios Uaietés e Guaná. 262.	270	A serra e boqueirão do Sal.	81
Alexandre de Gusmão (Vida e feitos de): vide — Biographias.		A entrada da barra e forte de S. Mateus.	82
Amazonas (O).	194	O convento de N. S. dos Anjos, pelo Sr. Teixeira e Sousa.	80
América (Povoação primitiva da) e seus antigos habitantes.	136	Cabeté (Escravidão legal dos).	160
Amor (Como se gera, e como entra, etc.).	90	Calculo sobre a perda do dinheiro do Brins, oferecido a B. João V, por Alexandre de Gusmão.	220
« {Desde se derivou o vocabulo, como se pinta, e as razões de suas pinturas}.	122	Campes de Getacazes (A cidade de).	114
« {O que he e — Y}.	412	Castiço e huma mentis: vide — Poemas.	
« {Qual seja o fim do homem em amar, e como se não pôde amar mais que só a huma coisa}.	83	Carta do padre Nobrega mandada da capitania de Pernambuco em 1551.	228
« {Quando teve seus princípios, que pais teve, e muitos appetitos seus}.	100	« que Salvador Correa de Sá escreveu a Sua Magestade.	260
« {Que coisa seja etc}.	75	Chafariz da Carioca (Antigo e novo).	273
Amer do Vale (O): vide — Poemas.		Chafariz do largo do Paço.	30
Amphigouri: vide — Poemas.		Cidade de Angra dos Reis. 231, 239, 267.	334
Anchieta (Padre José d'): vide — Biographias.		« de Barbacenas: vide — Minas Geraes.	
Angra dos Reis. 231, 239, 267.	334	« de Petotas: vide — Rio Grande do Sul.	
Antigo e novo chafariz da Carioca.	273	« de Ouro Preto (Imperial): vide — Minas Geraes.	
Antonio Pereira de Sousa Caldas: vide — Biographias.		Colombo, ballada de Luiz Brachman.	195
Apitiac (Índios).	234, 235	Coade da Bahadalla: vide — Gomez Freire de Andrade.	
Armas. <i>Manus. do Bib. Pub.</i>	96	Congresso geral americano: vide — Memoria sobre o conveniêcia etc.	
Bahia. —		Camelho. <i>Manus. do Bib. Pub.</i>	126
Fertilisção da cidade.	162, 160	Convento de N. S. dos Anjos: vide — Cabo-Frio.	
Rio da Cochoeira (O).	360	« de Santo Antonio: vide — Igreja dos Terceiros de S. Francisco da Penitencia.	
Bahes (Os).	263, 260, 260	Cruz do Padre (A): vide — Romanços.	
Barbarena (Cidade de): vide — Minas Geraes.		Cushat (Povoação de).	285
Bibliographia. (Memorias Historicas de Pernambuco).	307	Destruição, ou Liberal. <i>Manus. do Bib. Pub.</i>	134
Biographias. —		Descripção da Gruta do Inferno.	154
Alexandre de Gusmão.	336, 330	« de hum monstro de especie humana existente na cidade de S. Paulo.	303
Antonio Pereira de Sousa Caldas (Dr.).	196	Destruição das Florestas (A): vide — Poemas.	
Bartholomeu Laureau de Gusmão (Vida e feitos de).	327	Educação primaria. — Art. 1. ^a	33
João d'Anchieta (Padre).	343	« « Art. 2. ^a	41
D. José de Barros de Alarcão, Bispo.	323	« « Art. 3. ^a	37
D. José Joaquim de Cunha d'Alarcão Coutinho, Bispo de Pernambuco.	169, 177	« « Art. 4. ^a	45
D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castello-Branco, Bispo.	177	« « Art. 5. ^a	113
Evaristo Ferreira da Veiga.	294	Ella (A): vide — Poemas.	
Fr. Francisco de Santa Theresca de Jesus Sempão.	121	Elvandes e Sylphides: vide — Poemas.	
Gomez Freire de Andrade (Noticia historica de).	97	Encontro (O): vide — Poemas.	
João da Silva Labba, visconde de Cayrã.	42	Escola Militar.	145
Luiz de Vasconcellos e Sousa.	217	Escravidão legal dos Cabetés.	160
Maria Rosa de Siqueira.	396	Esperança (A): vide — Poemas.	
Maria Ursula de Alencar Lencastre.	387	Evaristo Ferreira da Veiga: vide — Biographias.	
Martim Affonso de Sousa.	11	Exemplo. <i>Manus. do Bib. Pub.</i>	133
Salvador Correa de Sá e Benavides.	17, 23	Exemplos de longevidade.	48, 226
Bondade. <i>Manus. do Bib. Pub.</i>	130	Festas brasileiras. —	
Bota-Fogo.	381	Francisco de Padilha.	73
Botocudos: vide — Nações Brasile-Guaranis.		Gaspar do Salvador (Fr.).	26
Brado (Pequeno).	260	Maria de Sousa.	36
		Sendo Soares (Jaguarari).	49
		Festa de Santo Amaro, em Campos.	290
		Flar do Feto (A): vide — Poemas.	

INDICE ALPHABETICO

Fortaleza de Villegagnon. 71
 Fertilização da cidade: vide—Habia. 162, 189
 Fragmento da minha carreira de viagem. 193, 210, 218
 Francisco de Padilha: vide—Fatos Brasileiros.
 Gaspar de Salvador (Fr.): vide—Fatos Brasileiros.
 Gomes Freire de Andrade: vide—Biographias. 192
 Gosto e Genio. 134
 Gruta do Inferno. 204
 Guarani.
 Guerra dos Embuabas (A): vide—Romanços.
 Harpa do Trovador (A). 200
 Henrique Hus (Priso de). 277
 Historia curiosa. 171
 Homens de letras em Paris (Por onde se conhece hum) e o que ali aconteceu pela palmaria—hum livro—. 302
 Hymno á Lua: vide—Poemas.
 Igreja da Cruz. 244
 " de N. S. da Penha. 200
 " de S. Fideis em Campos. 27, 31
 " de S. Francisco de Paula. 162
 " dos Terceiros de S. Francisco da Penitencia. 234
 " dos Terceiros de N. S. do Carmo. 2
 Impressões de hum pai (Primeiras). 208
 Incendio da Igreja e Recolhimento de N. S. do Parto. 207
 Incognita (A): vide—Poemas.
 Independencia politica e social das mulheres (Da). 219
 Indios Apiaçá (Memoria sobre os). 224, 222
 Indios Uaicurús e Guaná. 270
 Informação mandada do Brazil pelo padre Nóbrega. 226
 Interocepção. 1
 Irs. Moana, da Bth. Pub. 149
 Jaborahy (S. João de). 170
 Jaguarari: vide—Fatos Brasileiros.
 Jeronimo Barbalho Bezerra: vide—Romanços.
 Jesuitas na America (Os): vide—Romanços.
 José da Silva Lisboa: vide—Biographias
 José d'Archeta (Padre): vide—Biographias.
 José de Barros d'Alarcão (D.): vide—Biographias.
 José Joaquim da Cunha d'Azeredo Coutinho (D.): vide—Biographias.
 José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castello-Branco (D.): vide—Biographias.
 Juramento progressista do Rio de Janeiro. 251, 253, 270, 282
 Largo de S. Francisco de Paula. 105
 " do Paço. 2
 Leitores (Aos). 414
 Liberal (Dedivo ou). 121
 Linça, Moana, da Bth. Pub. 144
 Longridade (Exemplos de). 48, 226
 Lua (Hymno á): vide—Poemas.
 Luiz de Vasconcellos e Souza: vide—Biographias.
 Macbeth, tragedia em 5 actos. 289, 292, 401, 409
 Magé ou Magaps (Villa de). 222
 Magnanidade. Moana, da Bth. Pub. 172
 Margarita (Villa de). 242
 Maria de Souza: vide—Fatos Brasileiros.
 Maria Rosa de Siqueira (D.): vide—Biographias.
 Maria Ursula de Alencastre (D.): vide—Biographias.
 Martin Affonso de Souza: vide—Biographias.
 Matrimónio (A poesia e o). 210
 Maximas e pensamentos. 120, 192, 224, 218, 261, 272, 288, 304, 328, 328, 348, 360, 400
 Meditação. 257
 Memoria sobre a conveniencia e objectos de hum congresso geral americano. 289, 297, 305, 312, 321.
 " sobre os usos e costumes dos indios Apiaçá. 224, 222
 Memorias historicas de Pernambuco: vide—Biographias.
 Metamorphose: vide—Poemas.

Minas Geraes. —
 Cidade de Barbacena. 260
 Imperial Cidade do Ouro-Preto. 261
 Monstru de especie humana (Descripção de hum) existente na cidade de S. Paulo. 203
 Monumento geographico e historico á provincia de Minas Geraes. 261
 Monumentos em ruinas (Os). 129
 Mulheres: vide—Independencia politica e social das mulheres.
 Nações Brasão-Guarani, ou tribus orientaes da America do Sul. 201
 Noticia historica de Gomes Freire de Andrade: vide—Biographias.
 " " de D. José de Barros d'Alarcão: vide—Biographias.
 " " de Fr. Sampaio: vide—Biographias.
 " " de Luiz de Vasconcellos e Souza: vide—Biographias.
 Noticias sobre a povoação primitiva da America, e os seus antigos monumentos. 120
 Novidades. Moana, da Bth. Pub. 163
 Oração recitada pelo Professor de Philosophia na abertura das aulas do Seminario de S. José. 274
 Ousado (Resposta de indio). 176
 Ouro Preto (Imperial cidade de): vide—Minas Geraes.
 Padilha (Francisco de): vide—Fatos Brasileiros.
 Parecer sobre o aldeamento dos indios Uaicurús e Guaná, com a descripção de seus usos, religião, estabilidade e costumes. 262, 270
 Passio Publica. 161
 Pelotas: vide—Rio Grande do Sul.
 Penha (Igreja de N. S. da). 209
 Pensamentos: vide—Maximas.
 Pequeno brado. 280
 Poesia (A) e o Matrimónio. 209
 Poemas. —
 Amor do Yate (O), pelo Sr. Dr. Macedo. 190
 Amphigouri. 108
 Castello a huma meulha fazendo seis annos de idade, pelo Sr. Teixeira e Souza. 115
 Destrução das Florestas (A), brasileira em 3 cantos, pelo Sr. M. de A. Porto-alegre. 213, 224
 Ellis (A), por Oas Haborabyense. 414
 Elvasira e Syphides, pelo Sr. B. de Sampaio. 207
 Encontro (O), pelo Sr. J. A. de Lemos Magalhães. 283
 Epico de a morte do major Carlos Miguel de Lima, pelo Sr. M. de A. Porto-alegre. 338
 Esperança (A), por Oas Haborabyense. 292
 Flor do Poeta (A), pelo Sr. Teixeira e Souza. 265
 Hum Trovador a sua amada no dia dos annos d'ella, pelo Sr. Teixeira e Souza. 245
 Hymno á Lua, pelo Sr. J. A. de Lemos Magalhães. 149
 Incognita (A), cantico, pelo Sr. Dr. J. M. de Macedo. 293
 Metamorphose. 89
 Ode ao Ego,* visconde de Cayrú, pelo Erm.* marquez de Piranguá. 82
 Saudade (A), por Oas Haborabyense. 486
 Sepultura de Carolina (A), pelo Sr. J. A. de Lemos Magalhães. 229
 Supplica (A), pelo Sr. J. A. de Lemos Magalhães. 86
 Supplica da Natureza (A), pelo Sr. Castro Lopes. 403
 Vida e a Morte (A), pelo Sr. J. A. de Lemos Magalhães. 406
 Potroca (A). 286
 Povoação de Cuthad. 283
 Povoação primitiva da America e os seus antigos monumentos (Algumas noticias sobre a). 120
 Primeiras impressões de hum pai. 208
 Priso de Henrique Hus. 277

DO PRIMEIRO VOLUME DO OSTENSOR BRASILEIRO.

Provas (Novas) de relações da Europa com a America antes de Christovão Colombo.	64	Rio Grande do Sul. —	
Reflexões philosophicas.	277	Cidade de Pelotas.	123
Relações da Europa com a America antes de Christovão Colombo (Novas provas de).	64	Theatro de Pelotas.	66
Historia dirigida ao ministro da instrucção publica, pelo Sr. Castellan.	248, 223	Remem. —	
Religião. <i>Manus. do D.D. Pub.</i>	92	Cruz de Pedra (A).	163, 173, 181, 198, 212
Resposta de hum Albuquerque.	168	Guerra dos Embaibas (A).	93, 104, 109, 117, 125, 134, 141, 151, 157
Resposta de Indio Quilichá ao Francez Carlos de Vaux.	170	Jerônimo Barbalho Bezerra.	5, 13, 22, 30, 36, 43, 82, 95, 97, 78, 81
Rio Amazonas (O).	194	Jesuitas na America (Os).	222, 229, 239, 234, 278, 294, 343, 407
" da Cachoeira (O): vide—Bahia.		Ruínas (Os monumentos em).	129
" Boce (O).	388	Salvador Curra de Sá e Benavides: vide—Biographias.	
Rio de Janeiro.		Santa Cruz dos Milhares.	244
Antigo e novo chafariz da Carioca.	278	Santo Amaro em Campos (Festa de).	299
Boca-Fogo.	261	Saudade (A): vide—Poemas.	
Capella Imperial.	4	Sepultura de Carolina (A): vide—Poemas.	
Cidade de Angra dos Reis. 251, 258, 267.	234	Simbolico Soares (Jaguarari): vide—Fatos Brasileiros.	
" de Campos de Gollachos.	114	Supplicia (A): vide—Poemas.	
Convento de N. S. das Anjos na cidade de Cabo-Frio.	80	Supplicia da Natureza (A): vide—Poemas.	
Ercaria Militar.	145	Templo dos Jesuitas no Castello: vide—Monumentos em ruínas.	
Fortaleza de Villegagnon.	23	Theatro de S. Pedro d'Alcantara.	38
Fundação da cidade. — Art. 1.º	26	Trilhos orientales da America do Sul.	261
" " Art. 2.º	49	Trovador (Hum) e sua amada no dia de annos d'elle: vide—Poemas.	
" " Art. 3.º	167, 211	Ulcureis e Gueas (Pavão sobre o abdicamento das Indias: com a descripção de seus usos, religião, estabilidade e costumes.	262, 270
" " Art. 4.º	232	Uma e costumes dos Indios Apleche.	224, 222
Igreja de N. S. da Penha.	209	Vida e a Morte (A): vide—Poemas.	
" de Santa Cruz dos Milhares.	241	Vida e lizes de Alexander de Gusman: vide—Biographias.	
" dos Terceiros de N. S. do Carmo.	9	" " de Bartholomeu Lourenço de Gusman: vide—Biographias.	
" o Recolhimento de N. S. do Parto.	207	Villa de Magé ou Magape.	223
Lago de S. Francisco de Paula.	165	" de Mangueilha.	242
" do Paço.	1	" de S. João de Habaraby.	179
Pantheo publico.	264	Villegagnon: vide—Fortaleza.	
Serra e lagoado do sul, de Cabo-Frio.	81	Vicconde de Cyra: vide—Biographias.	
S. João de Habaraby.	179		
Theatro de S. Pedro d'Alcantara.	38		
Villa de Magé ou Magape.	223		
" de Mangueilha.	242		

3) Relação das estampas

Uma vez que o Índice do *Ostensor* não refere as estampas, elaboramos uma relação das mesmas reproduzindo a legenda na íntegra. Em alguns casos, foi possível identificar o local de impressão; nesses casos, o indicamos.

O Largo do Paço

Martim Afonso de Sousa

Salvador Corrêa de Sá e Benavides

Exterior da Igreja de S. Fidélis em Campos [Lith. de Heaton e Rensburg]

Interior da Igreja de S. Fidélis em Campos [Lith. de Heaton e Rensburg]

José da Silva Lisboa – Visconde de Cairú

Vista de uma parte da cidade do Rio de Janeiro

Praça da Constituição

Teatro de S. Francisco de Paula – Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul

Fortaleza de Villegagnon

Forte de S. Mateus – na entrada de Cabo Frio

Boqueirão do Sul e da Barra de Cabo Frio – onde há hoje um farol

Convento de N. S. dos Anjos em Cabo Frio [Lith. de Heaton e Rensburg]

Gomes Freire de Andrade – Conde de Bobadela [Lith. de Heaton e Rensburg]

Largo de São Francisco de Paula

Vista da cidade de Campos de Goitacazes [Lith. de Heaton e Rensburg]

Frei Sampaio

Templo principiado e não concluído pelos jesuítas no morro do Castelo [Lith. de Heaton e Rensburg]

D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelobranco

Cidade do Rio de Janeiro tomada do morro dos Cajueiros

Uma parte da povoação de Pelotas subindo pelo caminho do porto

Vista tomada do Passeio Público

D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho [Lith. de Heaton e Rensburg]

S. João de Itaboraí

Antonio Pereira de Souza Caldas [Lith. de Heaton e Rensburg]

Rochedos do Rio Amazonas

Botocudo – índio Puri [Lith. de Heaton e Rensburg]

Nossa Senhora da Penha [Lith. de Heaton e Rensburg]

D. Luiz de Vasconcelos e Souza [Lith. de Heaton e Rensburg]

D. José de Alascão [Lith. de Heaton e Rensburg]

Vila de Magé

Igreja da S. Cruz dos Militares

Cidade de Angra dos Reis, tomada do morro de S. Bento

Arrabaldes da cidade de Angra dos Reis

Cidade de Angra dos Reis tomada do morro da Bica da Olaria

Antigo Chafariz da Carioca

Novo Chafariz da Carioca

Vista do Piauí

Evaristo Ferreira da Veiga

Festa de S. Amaro em Campos [Lith. de Heaton e Rensburg]

Incêndio da Igreja e Recolhimento de N. S. do Parto em 25 de agosto de 1789 [Lith. de

Heaton e Rensburg]

Floresta Virgem

Largo do Paço

A Queimada

Rua da Cadeia, em Angra dos Reis

Rua da ConcEição, em Angra dos Reis

Vila de Mangaratiba

O V. P. José de Anchieta [Lith. de Heaton e Rensburg]

Convento de Santo Antônio e Igreja dos Terceiros de S. Francisco da Penitência

Imperial Cidade de Ouro Preto [Lith. Heaton e Rensburg]

Praça de Barbacena [Lith. de Heaton e Rensburg]

Festa de Santo Amaro em Campos

Praia de Botafogo [Lith. de Heaton e Rensburg]

Uma vista do Rio Doce [Lith. de Heaton e Rensburg]

Cachoeira do Rio do mesmo nome [Lith. de Heaton e Rensburg]

4) Lista de poesias de Carvalho Guimarães

4.1. No jornal *Museu Universal*¹ (1838 - 1844)

A filha perdida - no volume II, pp. 93 e 94.

A noiva do tropeiro - no volume V, p. 73.

O trono de Curayba - no volume V, p. 303.

Prosopopéia - no volume V, p. 247.

A rosa do deserto - no volume V, p. 323.

A morte - no volume V, p. 408.

O tocador de lote - volume VI, p. 93 e p. 160.

A cabana índia - no volume VI, p. 256 e p. 344.

Dona Branca - no volume VII, p. 31.

Episódio de Moema - no volume VII, p. 51.

4.2. No opúsculo *Álbum Poético*² (1842)

Epístola Dedicatória

Vasco Fernandes Coutinho

A noiva do tropeiro

Metamorfose

O trono do Curayba

Prosopopéia

A rosa do deserto

O tocador do lote

¹ Disponível no setor de obras raras da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

4.3. No livro *Romanceiro Brasilico*³ (1844)

A Cabana Índia

Capítulo I - *Moema*

Capítulo II – *A hospitalidade*

Capítulo III – *Astey*

Capítulo IV – *A filha abençoada*

Dona Branca

I – *O Mensageiro*

II- *O Pagem*

4.4. No *Ostensor Brasileiro*⁴ (1845 – 1846)

Metamorfose - p. 50

Anfigouri – p. 108

² Há um exemplar no setor de obras raras da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

³ Há dois exemplares no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro.

⁴ Disponível no setor de obras raras da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.